PARADIPLOMACIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 2007-2017
TEORIA E PRÁTICA

RJ INTERNACIONAL

PARADIPLOMACIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: 2007-2017
TEORIA E PRÁTICA

© 2017 Governo do Rio de Janeiro - Gabinete Civil - Subsecretaria de Relações Internacionais/SSRI

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica.

Tiragem: 1ª edição – 2017
Elaboração, distribuição e informações:
Revisão: Bruno de Queiroz Costa e Tiago Nery

Ficha Catalográfica

R585p Rio de Janeiro (estado). Gabinete Civil. Subsecretaria de Relações Internacionais/SSRI
Paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro - 2007-2017 : teoria e prática / Mónica Salomón e outros – Niterói, Imprensa Oficial, 2017.
280 p.
ISBN 978-85-88945-20-3
1-Rio de Janeiro-Estado – Paradiplomacia – Coletânea de Artigos. 2-Paradiplomacia – Cooperação Descentralizada. 3-Diplomacia Autonoma. 4-Paradiplomacia – Comercio e Investimento. 5-Relações Internacionais Subnacionais. 6-SSRI – Trajetória. I - Salomón, Mónica. II - Santomauro, Fernando. III - Izidro, Fernanda Cristina Nanci Gonçalves . IV – Oliveira, Patrícia C. de. V - Perpétuo, Rodrigo de Oliveira. VI - Cerqueira, Bruna. VII - Rubarth, Ernesto Otto – Embaixador. VIII - Leitão, José Carlos Araújo de – Embaixador. IX - Spadale, Pedro. X - Segura, Maira. XI - Oliveira, Patrícia C. de. XII - Casimiro, Marco Aurélio Morais. XIII - Costa, Bruno de Queiroz . XIV - Aita, Diogo Bezerra Cavalcanti. XV - França, Joan F. Baudet Ferreira . XVI-Titulo

CDU 341.7 + 341.231

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS/SSRI

PARADIPLOMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2007-2017
TEORIA E PRÁTICA

Niterói
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro
2017

Dedicatória

Este livro é dedicado a todas as pessoas que, ao longo de todos esses anos, contribuíram para a construção da área de relações internacionais do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

SUMÁRIO 6

PREFÁCIO 8

INTRODUÇÃO 12

PARTE I 19

A POLÍTICA EXTERNA SUBNACIONAL: VISÕES SOBRE A PARADIPLOMACIA

A paradiplomacia no Brasil: da implantação à normalização 21

Os governos locais e um Novo Mundo Possível 37

Relações Internacionais subnacionais: um olhar sobre a paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro 53

Redes e associações internacionais de cidades e governos locais: uma reflexão crítica 71

PARTE II 101

A TRAJETÓRIA DA SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Apresentação 102

Atuação da Subsecretaria de Relações Internacionais: janeiro de 2007 a julho de 2009 105

Minha passagem pela Subsecretaria de Relações Internacionais: uma experiência válida e marcante 141

Rio Global 151

Assessoria de Comércio e Investimentos 175

Assessoria de Cooperação Internacional 191

Assessoria de Financiamentos Externos 209

Assessoria de Relações Institucionais 239

Paradiplomacia para a Sustentabilidade: um breve relato sobre a SSRI nas agendas globais do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas 255

PREFÁCIO

O Rio de Janeiro e a importância das relações internacionais

Luiz Fernando Pezão
Governador do Estado do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro sempre foi a porta de entrada do Brasil, a principal referência do País no exterior. Em certo sentido, o Estado e a sua capital ainda fundam suas respectivas identidades políticas sobre a tradição de serem uma espécie de síntese da nação.

A cidade do Rio de Janeiro foi, ainda no período colonial, capital do Vice-Reino do Brasil entre 1763 e 1808. Com a vinda da família real para o Brasil, passou a ser a capital do Reino Português, a única de um país europeu a estar situada fora da Europa em toda a história. Em 1815, a cidade tornou-se a capital do recém criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com a independência em 1822, foi capital do Império, permanecendo como tal mesmo após a Proclamação da República em 1889, situação que perduraria até a inauguração de Brasília em 1960.

Por quase 200 anos o Rio de Janeiro foi a capital oficial do Brasil e, até recentemente, sua única metrópole nacional. Além disso, sua centralidade decorre do fato de ter sido, desde a origem, porto, centro de logística e de articulação política e cultural da nação.

Em termos históricos, o atual Estado do Rio de Janeiro é recente, pois surgiu da fusão entre o então existente Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio em 1975. Desde então, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser município-capital do novo Estado.

Apesar de ter uma área de apenas 43.780,172 km², o que o coloca como a terceira menor unidade da federação, o Estado

do Rio de Janeiro possui a terceira maior população do Brasil, com aproximadamente 16 milhões habitantes, além de deter o segundo maior Produto Interno Bruto do País.

O Rio de Janeiro tem enorme vocação internacional e seus muitos cartões postais e suas diversas paisagens praticamente se confundem com a ideia que se tem do Brasil no exterior. Como principal símbolo do País, o Estado e a sua capital já receberam importantes eventos internacionais, principalmente nesses 10 anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais, como os Jogos Pan-Americanos em 2007, os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, e a Jornada Mundial da Juventude em 2013. Ademais, foi sede do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, abrigando a partida final da competição e a cerimônia de encerramento, além de ter recebido a integralidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Apesar da temática internacional já estar presente na vida do Estado há mais de 30 anos, desde 1983, quando foi criada a primeira Assessoria Internacional no governo Brizola (1983-1986), muito em razão da relação deste governador com a Internacional Socialista no contexto de redemocratização do país, resolvemos institucionalizá-la e estruturá-la, dotando-a de um competente corpo técnico de modo a reforçar ainda mais o papel internacional na administração que se iniciava e da qual eu era Vice-Governador.

Nesse contexto, o então Governador Sérgio Cabral e eu resolvemos, no início de nossa administração em 2007, elevar a área internacional do Estado ao status de Subsecretaria no âmbito da Casa Civil, órgão central do governo. Com isso, pode-se afirmar que o Estado tem tido uma atuação pioneira no campo da chamada paradiplomacia, contribuindo para a pluralidade de atores no âmbito das relações internacionais.

A Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro (SSRI) tem entre suas competências articular e executar as ações do Governo do Estado no plano internacional,

em parceria com as Secretarias de Estado e demais órgãos da administração estadual, do governo federal, das prefeituras e entidades do setor privado. Ademais, a SSRI deve atuar como interlocutor do Estado junto aos atores externos, tais como o corpo consular acreditado no Rio, embaixadas estrangeiras sediadas em Brasília, representações diplomáticas e consulares brasileiras no exterior, organizações internacionais e governos nacionais e subnacionais estrangeiros.

A Subsecretaria divide-se em quatro assessorias, que são responsáveis por temas como atração de investimentos externos e promoção de exportações; financiamentos externos; cooperação em diferentes áreas de políticas públicas (ciência e tecnologia, cultura, educação, saúde, segurança); e relações institucionais com consulados, embaixadas e organismos internacionais.

De modo a celebrar os 10 anos da Subsecretaria de Relações Internacionais, apresentamos o presente livro, cuja publicação está dividida em duas partes: a primeira, de caráter teórico, aborda diferentes visões sobre o tema da paradiplomacia; já a segunda, de cunho memorialístico, recupera a trajetória do órgão na última década. Trata-se de uma obra coletiva, que conta com a participação de respeitados acadêmicos, especialistas, de pessoas que já chefiaram o departamento, além dos atuais integrantes da SSRI.

Como vimos, mesmo antes da existência do Brasil como País constituído, o Rio de Janeiro serve de interface do Brasil com o resto do mundo, recebendo e encantando turistas, empresários, diplomatas, líderes mundiais e pessoas comuns de todos os recantos do País e do planeta. O recente histórico mostra a relevância da paradiplomacia desenvolvida pela Subsecretaria de Relações Internacionais para a inserção do Rio de Janeiro no mundo. É inegável que as atividades dessa área lograram transformar o Estado em um importante ator internacional, cuja atuação será cada vez mais indispensável no cenário moderno global.

INTRODUÇÃO

Christino Áureo
Secretário de Estado da Casa Civil
e Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro foi a primeira unidade da federação a criar uma área técnica de relações internacionais há mais de 30 anos. Esse pioneirismo não foi por acaso, pois mesmo após deixar de ser a capital do Brasil, função que exerceu por quase 200 anos, o Rio de Janeiro continuou sendo a principal referência do País no exterior.

Apesar de já ter uma área internacional há muito tempo, em 2007 foi tomada a decisão de ampliá-la e melhor estruturá-la, o que acabou por ensejar a criação da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) no âmbito da estrutura institucional da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Não por acaso, essa decisão estratégica coincidiu com o início de um período extremamente promissor no qual o Rio de Janeiro passou a ter uma enorme exposição internacional que se traduziu pela grande quantidade de megaeventos de grande relevância mundial que o Estado sediou, tais como os Jogos Pan-Americanos em 2007; o Fórum Urbano Mundial da ONU em 2010; os Jogos Mundiais Militares em 2011; a Rio+20 em 2012; a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) em 2013; a Copa do Mundo em 2014 e, por último, o maior de todos os eventos, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016.

Como área intermediária, a Subsecretaria tem contribuído para incrementar a articulação e aumentar a sinergia entre os órgãos do governo e diferentes atores internacionais, contribuindo assim para maior projeção do Estado no exterior, aumento da atração de investimentos, do desenvolvimento de políticas públicas em parceria, bem como na captação de recursos internacionais.

Nesse sentido, a SSRI intensificou sua parceria com o corpo consular acreditado no Rio de Janeiro, as representações diplomáticas sediadas em Brasília, os organismos internacionais, as agências de financiamento internacional, as universidades, as unidades federativas (governos estaduais e municipais), as grandes empresas nacionais e estrangeiras e os governos subnacionais de diversos países.

Nesta última década, o Governador e/ou Vice-Governador lideraram 43 missões ao exterior, visitando 18 países e 69 cidades. Já em sentido inverso, o apelo internacional do Rio de Janeiro fez com que o Governador e/ou Vice-Governador tivessem mais de 500 audiências institucionais e empresariais de diferentes países.

Muitas dessas viagens e visitas ensejaram enorme oportunidade de negócios para o Estado. Dados de anúncios de investimentos estrangeiros diretos (IED) do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) indicam que o Rio de Janeiro foi o primeiro estado brasileiro no ranking de anúncios de IED na última década.

Isso se refletiu no anúncio de 198 empresas estrangeiras distribuídos em diferentes setores e em diferentes cidades fluminenses, tendo como exemplos mais emblemáticos a Nissan, Jaguar-Land Rover, Hyundai, BluePharma, Safran, além dos Centros de Pesquisa e Inovação da BG, IBM, GE, Cisco, L'Oréal, EMC2, Intel e Microsoft.

Já no que tange à promoção do comércio exterior do Estado, se nos anos 2000 o Rio de Janeiro era o 12º Estado em relação ao valor exportado, passamos à 3ª colocação, saltando de US$ 1,8 bilhão em 2000 (3,3% do total nacional) para US$ 21,7 bilhões em 2017 (10% do total nacional) tendo a ação da SSRI certamente contribuído para esse aumento.

Em relação à captação de recursos internacionais, na última década o Estado do Rio de Janeiro contraiu 20 financiamentos externos, totalizando um montante de aproximadamente US$ 4,6 bilhões.

Esses recursos foram destinados principalmente para as

áreas de mobilidade, infraestrutura e meio ambiente. Em relação à mobilidade, por exemplo, a aquisição de 100 novos trens propiciou maior conforto aos usuários e reduziu o tempo de deslocamento entre as estações. As ações de infraestrutura visaram ao setor de estradas e turismo, permitindo o fortalecimento de atividades econômicas em outras regiões do Estado.

Já os empréstimos na área ambiental foram voltados para a construção de novos troncos coletores, redes e estações de tratamento de esgoto, que vão atender mais de 300 mil pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro e evitar o despejo de aproximadamente 2.000 litros por segundo de esgoto *in natura* na Baía de Guanabara. O conjunto desses projetos possui um impacto direto no cotidiano dos cidadãos fluminenses, aumentando a qualidade de vida da população do nosso Estado.

No que tange ao intercâmbio de políticas públicas e melhores práticas, nesses 10 anos, enviamos 68 Missões Técnicas ao exterior, com destaque para a Colômbia, país com o qual tivemos muita aproximação na última década e cujas políticas de segurança de proximidade, bibliotecas parques e mobilidade em comunidades, como teleférico, muito nos inspiraram.

Corroborando a atenção que o Rio de Janeiro desperta no mundo, quase o dobro de visitas técnicas estrangeiras foram recebidas por nós, em um total de mais de 100 delegações que visitaram e vieram conhecer nossos projetos e nossas políticas públicas nas mais diversas áreas da administração, com destaque para as áreas de segurança, transporte, urbanismo, meio ambiente e ensino técnico profissionalizante.

Com relação à área educacional, se destaca também a parceria que fizemos com a Secretaria de Educação e os parceiros internacionais para a implementação do viés internacional no Programa Dupla Escola. Este programa visa aos alunos da rede estadual de educação a terem uma dupla jornada escolar, mesclando o normal conhecimento curricular com alguma habilidade técnica.

O viés internacional se dá com o desenvolvimento da habilidade do ensino bilíngue. Já temos 5 escolas interculturais

bilíngues em parceiras com instituições de Estados Unidos, França, Espanha, China e Turquia, além de projetos pilotos com Coreia do Sul, Itália e Japão.

E isso tudo só foi possível devido ao fato de a Subsecretaria de Relações Internacionais contar com quadros técnicos competentes, servidores que possuem formação acadêmica e experiência na área internacional.

A Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico reconhece a importância da Subsecretaria de Relações Internacionais para a inserção internacional do Estado do Rio de Janeiro em um mundo cada vez mais complexo. Nesse contexto, a paradiplomacia é um instrumento efetivo de atuação dos entes subnacionais nas relações internacionais, contribuindo com as ações práticas que a SSRI desenvolve. No presente livro, que resgata a memória institucional desta importante área do governo, os leitores poderão conhecer um pouco mais sobre a história e o trabalho desenvolvido pela SSRI na última década.

PARTE I

A política externa Subnacional: visões sobre a paradiplomacia

MÓNICA SALOMÓN

Professora Drª. da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

A PARADIPLOMACIA NO BRASIL: DA IMPLANTAÇÃO À NORMALIZAÇÃO

Há quase 30 anos, o acadêmico grego-canadense Panayotis Soldatos, um dos responsáveis de cunhar o conceito de paradiplomacia, prognosticou que "a paradiplomacia das unidades federadas nas sociedades industriais avançadas permanecerá no futuro previsível" (Soldatos, 1990: 5). Em retrospectiva, esse prognóstico parece cauteloso demais. Na atualidade, a prática da paradiplomacia não está apenas restrita às sociedades industriais avançadas nem tampouco é exclusiva de unidades federadas. Ela se tornou um fenômeno universal, presente também no mundo em desenvolvimento e praticada por governos subnacionais de todos os níveis (municípios, departamentos, províncias, estados...) independentemente da estrutura federal ou centralizada do regime. Aos dias de hoje, podemos afirmar com bastante convicção que, no futuro previsível, a paradiplomacia continuará existindo no mundo inteiro.

Para um governo subnacional, a paradiplomacia ou "política externa subnacional" é uma opção, não uma obrigação. Diferentemente da política externa e da prática diplomática que a acompanha, ela pertence à esfera do que James Rosenau chamou de "governança" em oposição a "governo" (Rosenau, 1990). Uma primeira consequência desse caráter não obrigatório é que a paradiplomacia pode assumir formas muito variadas. Cada governo subnacional tem a sua disposição um amplo menu de possíveis atividades, temas e instrumentos que pode combinar para construir sua particular paradiplomacia. Ele pode, por exemplo, escolher se concentrar na paradiplomacia financeira, na cooperação política ou dar o mesmo peso a ambas atividades. Pode ou não participar nas múltiplas redes e esquemas multilaterais existentes ou preferir contatos bilaterais

com parceiros específicos. Sua relação com o aparelho de política externa nacional pode ser estreito, distante ou até de confrontação.

A segunda consequência, também assinalada por Rosenau para todos os mecanismos organizacionais governamentais que vão além dos limites estritos, constitucionais, do governo e se situam no terreno regrado, porém opcional, da governança é muito positiva: se um governo subnacional mantém uma estrutura paradiplomática, isso significa que funciona, que ela é eficaz para atingir os resultados desejáveis. Se não fosse assim, ela seria, simplesmente, extinta[1].

O caráter multiforme da paradiplomacia constitui um interessante desafio para a academia, que desde finais da década de 1970 se esforça por descrevê-la, explicá-la e também tenta assinalar possíveis caminhos para melhorar seus resultados. Mas não faz isso de maneira isolada, senão como parte de uma comunidade epistêmica bastante coesa e dialogante da qual participam também gestores locais, burocracias nacionais e de organizações internacionais e ativistas de movimentos municipalistas. Essa comunidade epistêmica tem tido um papel importante na conceitualização da paradiplomacia e suas práticas, e também na sua consolidação e legitimação.

Não é objetivo deste capítulo fazer uma revisão teórica. Mas não podemos deixar de insistir em um aspecto conceitual que consideramos imprescindível para entender a maneira em que a paradiplomacia foi implantada e posteriormente normalizada no Brasil. Trata-se da necessidade de pensar a paradiplomacia levando sempre em conta dois níveis de análise constantemente em interação e que e se alimentam mutuamente. Por um lado o nível da unidade, no qual a paradiplomacia é uma política pública subnacional (com maior ou menor conexão à política externa nacional), isto é, um conjunto de atividades coordenadas e planejadas que inclui a totalidade ou quase totalidade dos relacionamentos externos das secretarias/departamentos

1 Claro que esses resultados desejáveis nem sempre têm a ver fundamentalmente com o desenvolvimento do estado ou município e a melhora da qualidade de vida da população. A projeção política das autoridades é, em algumas ocasiões, um fim em si mesmo.

governamentais. Por outro o nível macro, sistêmico. Nesse nível, a paradiplomacia (de maneira semelhante à diplomacia) é uma instituição internacional: um campo de atividade com práticas consensuadas, definidas pela comunidade epistêmica à qual nos referimos acima. É essa comunidade epistêmica que, em determinado momento, uniu sob o mesmo guarda-chuva conceitual uma série de práticas (irmanamentos, estabelecimento de escritórios comerciais em terceiros estados, contatos políticos, participação em organizações internacionais de governos locais...) que eram realizadas, até então, de maneira dispersa e descoordenada por diferentes dependências governamentais. Foram os acadêmicos quem cunharam o nome de "paradiplomacia", que em princípio ficou restrito apenas as discussões da própria academia. O importante, porém, foi que as autoridades e gestores dos governos subnacionais receberam legitimação da comunidade epistêmica global para estabelecer estruturas institucionais e políticas públicas de relações internacionais, isto é, políticas externas subnacionais.

As práticas costumeiras de alguns governos subnacionais – fundamentalmente europeus e norte-americanos - estão na origem dessa política/instituição que hoje chamamos de paradiplomacia. Ela chegou ao Brasil – e à América Latina - através de um processo de difusão / transferência de políticas suscintamente descrito na próxima seção deste capítulo. Dedicamos a seguinte a desenvolver o argumento de que, na atualidade, a paradiplomacia brasileira tem atingido um estágio de normalização.

A implantação da paradiplomacia / cooperação descentralizada no Brasil

Embora haja antecedentes isolados (e em uma obra como esta não podemos deixar de mencionar a assessoria de relações internacionais do Rio de Janeiro, criada pelo governador Brizola em 1983), foi na década de 1990 que a paradiplomacia brasileira decolou. A partir de 2003, já com o PT no governo nacional, sua expansão se acelerou notoriamente.

A principal escola dos governos brasileiros e latino-americanos nas práticas de cooperação multilateral descentralizada (uma das dimensões da paradiplomacia) foi o Programa da União Europeia Urb-Al (1995-2012), gerido pela Comissão Europeia. O programa dava suporte à cooperação entre governos municipais da União Europeia e da América Latina através da formação de redes temáticas vinculadas a políticas urbanas específicas, como saneamento básico ou financiamento local. Cada rede definia e desenvolvia projetos comuns, sempre multilaterais e com participantes tanto europeus como latino-americanos. A Comissão Europeia financiava parcialmente os projetos. O financiamento restante correspondia aos governos participantes, responsáveis únicos da proposição, gestão e implementação dos projetos. Várias prefeituras brasileiras participaram de Urb-Al, e tanto Porto Alegre como São Paulo coordenaram redes temáticas (Porto Alegre coordenou a Rede 9, sobre financiamento local e orçamento participativo, e São Paulo a rede 10, sobre a luta contra a pobreza urbana). Os resultados de uma pesquisa do Observatório da Cooperação Descentralizada União Europeia – América Latina (Jakobsen, Batista e Evangelista, 2008: 103) indicavam que, até 2008, 75 % das experiências em rede das cidades latino-americanas estavam relacionadas com a participação em Urb-Al.

Em paralelo, onze governos municipais dos quatro países fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) criaram em 1995 a rede Mercocidades, com o duplo objetivo de ganhar espaço no Mercosul para suas demandas e também como mecanismo de institucionalização de cooperação em rede e intercâmbio de boas práticas entre os participantes, sendo que ambos os objetivos alcançaram resultados bastante satisfatórios.

Enquanto isso, e sob a liderança de alguns governos municipais europeus e norte-americanos muito envolvidos no movimento municipalista mundial, desde o início da década dos noventa tinha lugar um duplo movimento a nível global que conduziu, por um lado, à criação, em 2004, da primeira organização mundial de governos locais (Cidades e Governos Locais Unidos, CGLU) a partir da fusão das duas grandes

associações de governos locais, IULA e FMCU (ideologicamente opostas durante a Guerra Fria) e por outro a um maior envolvimento dos governos subnacionais nas organizações internacionais (em particular no sistema ONU) nos assuntos de sua competência. A participação dos governos municipais e suas associações na Conferência Internacional Hábitat II ou Cúpula das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos, em 1996, constituiu um marco nesse sentido.

Vários gestores municipais brasileiros participaram bastante ativamente da Hábitat II, de sua preparação e também dos processos que conduziram à criação de CGLU. Junto com Urb-Al, foi mais uma ocasião para a socialização nas práticas da cooperação internacional das autoridades locais brasileiras. As prefeituras municipais de São Paulo e Porto Alegre, junto a outras cidades menores, geralmente governadas pelo Partido dos Trabalhadores, se envolveram bastante nesses processos de política internacional municipal. A prefeitura de Porto Alegre (e seu prefeito Tarso Genro) aproveitou essas plataformas (incluindo os concursos de "boas práticas" organizados pelo Programa Hábitat) para difundir internacionalmente seu Orçamento Participativo. O envolvimento de São Paulo se traduziu na nomeação da prefeita Marta Suplicy para co-presidir a CGLU em sua primeira gestão.

Não é coincidência que as cidades brasileiras envolvidas na política internacional municipal tenham estado entre as primeiras a criar estruturas de coordenação e potenciação da atividade internacional do governo como um todo. Elas assumiram diferentes formas institucionais (assessorias, coordenadorias, secretarias) e suas competências e campos de atividade variaram entre si. Apesar dessa diversidade, o entendimento comum de que a atividade internacional estrategicamente planejada era, antes de tudo, um instrumento de desenvolvimento local, levou frequentemente as novas estruturas a se ocuparem ao mesmo tempo da gestão da cooperação descentralizada (bilateral ou multilateral) e da captação de recursos, a partir da apresentação de projetos junto a agências de desenvolvimento internacionais como o Banco Mundial ou o BID, uma dimensão de importância

crescente na paradiplomacia brasileira em formação. Também a promoção econômica-comercial no exterior (paradiplomacia financeira) ficou em não poucos casos integrada ou coordenada às demais atividades externas. Em qualquer caso, o consenso em formação sobre o conteúdo da paradiplomacia brasileira costumava incluir essas três dimensões (cooperação descentralizada, captação de recursos externos e promoção econômica comercial) junto à "atividade meio" de protocolo e apoio institucional, como seus principais pilares.

Na década dos noventa, o crescimento de órgãos de condução ou coordenação das atividades internacionais de municípios e estados foi lento e ficou concentrado geograficamente no eixo sul-sudeste do país. No entanto, na década seguinte, e especialmente a partir da chegada do PT ao governo nacional em 2003, o ritmo de criação de órgãos dedicados às relações internacionais, especialmente nas prefeituras, aumentou perceptivelmente (Ribeiro, 2009; CNM, 2011). Tampouco é coincidência. Os mesmos gestores que tinham impulsionado o desenvolvimento da política internacional subnacional desde cargos nos municípios ou no próprio partido continuaram fazendo isso desde seus novos cargos no governo federal. Nesse sentido, os governos petistas supuseram uma mudança significativa em relação ao período anterior. Até então, a paradiplomacia tinha sido mais tolerada do que apoiada pelo governo federal.

Uma série de mudanças institucionais foi posta em prática pouco depois da posse do primeiro governo Lula, em 2003. Na Presidência da República foi criada uma estrutura responsável pelas relações do governo com os entes federados (Subchefia de Assuntos Federativos). Entre outras funções, ela assumiu a responsabilidade de difundir e impulsionar a "cooperação internacional federativa" (termo posteriormente substituído pelo mais usado internacionalmente de "cooperação descentralizada"). Os primeiros responsáveis pela SAF eram indivíduos muito vinculados ao ativismo internacionalista das prefeituras brasileiras. A SAF passou a coexistir com outro órgão criado no seio do MRE durante o governo Cardoso: a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), responsável

da articulação do Itamaraty com os governos subnacionais (sobre tudo os estaduais), as assembleias estaduais e municipais e o Congresso Nacional.

Normalização

Mais de vinte anos têm transcorrido desde que prefeituras municipais e governos estaduais brasileiros começaram a pensar estrategicamente suas relações internacionais e a criar órgãos de gestão e coordenação de suas políticas externas. Hoje podemos afirmar que a paradiplomacia brasileira está relativamente consolidada e normalizada. O crescimento das estruturas institucionais paradiplomáticas, a formação de um consenso brasileiro-latino-americano sobre o significado e funções da paradiplomacia e a (parcial) integração da paradiplomacia brasileira na política externa nacional comprovam isso. Examinaremos, a seguir, os avanços em cada uma dessas dimensões.

Institucionalização

Todas as prefeituras de cidades capitais brasileiras e todos os governos estaduais têm estabelecido órgãos (secretarias, coordenadorias ou outros) de relações internacionais ou cooperação internacional. Além disso, em mais de cem cidades não capitais existe pelo menos um cargo de assessor de relações internacionais. (IBGE, 2012). Embora haja ainda bastante espaço para o crescimento, o número é muito significativo para uma atividade que não entra (ao menos diretamente) dentro das competências formais dos governos subnacionais.

Além do número, é importante destacar a importância, em termos qualitativos, do envolvimento na paradiplomacia de todos os governos estaduais. Há tempo que os governos pioneiros de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul deixaram de ser raras avis no panorama da paradiplomacia brasileira. O fato de que os estados, pesos pesados na política e economia nacional, tenham decidido

investir na institucionalização e planeamento estratégico de suas relações internacionais é sem dúvida muito positivo.

Além do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, também se destacam por seu dinamismo e organização os governos de Minas Gerais e de São Paulo. São Paulo, que no início da gestão do governador Alckmin em 2011 reestruturou e renovou sua assessoria de relações internacionais, se tornou o primeiro governo subnacional brasileiro a elaborar um plano estratégico detalhado de relações internacionais (São Paulo, 2012). Atualmente, a Assessoria Especial de Relações Internacionais coordena a totalidade da atuação internacional do governo e mantém uma estratégia de comunicação muito proativa, que inclui a divulgação das atividades internacionais do governo não apenas em boletins próprios e através do seu site (em cinco idiomas) mas também através da imprensa e inclusive de veículos acadêmicos internacionais (Tavares, 2013). Muito recentemente (agosto de 2018) foi anunciada a criação de um Conselho Consultivo de Relações Internacionais para assessorar o governador de São Paulo. O órgão está formado por gestores (entre eles a atual responsável da Assessoria Especial), diplomatas, empresários e acadêmicos. Esses quatro governos estaduais, junto às prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte são sem dúvida os referentes nacionais em matéria de gestão de relações internacionais.

É importante destacar a colaboração institucionalizada entre os gestores das relações internacionais. Em 2009 os gestores municipais estabeleceram formalmente o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI) a partir de reuniões informais que um grupo especialmente dinâmico de gestores municipais vinha celebrando há alguns anos. O FONARI mantem um blog, um boletim informativo e organiza regularmente encontros com a participação da academia e outras partes interessadas onde se compartilham experiências e informações, contribuindo com isso à consolidação da paradiplomacia brasileira. Mais recentemente, em novembro de 2015, foi criado, nos moldes do FONARI, o Fórum RI 27, no qual participam os gestores de relações internacionais dos estados. Até este momento (agosto

de 2017), o Fórum RI 27 conta com representantes de 16 estados e do Distrito Federal.

Consenso

A convergência entre os agentes envolvidos e outros atores quanto aos conteúdos, dimensões e instrumentos é outro indicador da normalização da paradiplomacia brasileira. Apesar da variedade de arranjos institucionais e da diversidade de trajetórias de cada governo quanto à gestão de suas relações internacionais, atualmente existe bastante consenso sobre quais são as dimensões substantivas da paradiplomacia brasileira. A cooperação técnica e política, a captação de recursos de agências de cooperação internacionais e a promoção econômica-comercial (promoção de exportações e captação de investimentos) conformam o núcleo do que se entende no país por paradiplomacia. Ao tempo que esse entendimento inclui uma dimensão não presente na paradiplomacia do Norte (captação de recursos de agências públicas de desenvolvimento) ela exclui dimensões que são importantes em outras latitudes. Nos Estados Unidos, a chamada "city diplomacy" ou "municipal foreign policy" (Dorsey, 1993) comporta tradicionalmente resoluções municipais (impulsionadas por grupos cidadãos) que contradizem e questionam a política externa do Departamento de Estado em temas como política nuclear, política de migração ou direitos humanos. Redes de cidades europeias – com apoio de ONGs - têm participado em projetos de reconstrução pós-conflito (na ex-Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão, entre outros). A paradiplomacia brasileira/latino-americana, que, a diferença da europeia e norte-americana, tem muita pouca relação com movimentos sociais / sociedade civil organizada, não se expressa através dessas dimensões. E, evidentemente, nenhum governo subnacional brasileiro pratica a chamada "proto-diplomacia", uma variante de paradiplomacia através da qual regiões com pretensões independentistas tentam replicar as estruturas e

práticas de uma diplomacia nacional[2].

A penetração do termo "paradiplomacia" entre os gestores de relações internacionais é um indicativo de que, na sua percepção, as diferentes dimensões da ação exterior subnacional (inclusive nos casos em que não estão coordenadas por um único órgão) formam um mesmo conglomerado que deve ser pensado conjuntamente ou ao menos coordenado de alguma maneira. Embora nenhum governo subnacional tenha uma "assessoria de paradiplomacia", o termo passou a ser recorrente em documentos governamentais e em manifestações dos gestores subnacionais e inclusive da SAF e da AFEPA.

Um fator que contribuiu à formação desse consenso sobre o que é a paradiplomacia, o que não é, qual é sua função e por que é importante desenvolvê-la é a simbiose (que não existe, até onde sabemos, em outros lugares do mundo) entre os gestores das relações internacionais subnacionais e a academia. Um número importante de gestores de relações internacionais subnacionais é formado em cursos de Relações Internacionais e está a par das análises acadêmicas sobre a paradiplomacia. A coincidência temporal da expansão da paradiplomacia e dos cursos de Relações Internacionais no país é uma provável explicação para isso. Certamente ajudou muito à coesão da comunidade epistêmica brasileira em torno da paradiplomacia. Também é destacável a relevância que o tema da paradiplomacia tem na pesquisa acadêmica brasileira. São dezenas as teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias defendidas nas universidades brasileiras as que tratam das relações internacionais subnacionais, um tema cada vez mais presente nos currículos acadêmicos. Os autores de algumas dessas teses, dissertações e monografias são, precisamente, gestores dos governos subnacionais. Coerentemente com os pontos anteriores, os governos subnacionais têm se esforçado consideravelmente por manter intercâmbios constantes com a academia. Esta mesma obra e as várias atividades acadêmicas

2 A ação externa do governo da Catalunha, cuja secretaria de relações exteriores tem enviado documentos a contrapartes estrangeiras assinados como "Ministry of Foreign Affairs, Institutional Relations and Transparency, Government of Catalonia" é um exemplo atual de protodiplomacia.

organizadas pelo governo do estado de Rio de Janeiro ao longo do ano 2017, em comemoração aos dez anos de sua Subsecretaria de Relações Internacionais, é uma amostra disso. Outro exemplo é a existência, no governo do Estado de São Paulo, de uma assessoria especificamente dedicada ao levantamento da pesquisa acadêmica sobre relações internacionais subnacionais.

A comunidade epistêmica brasileira está bastante integrada à comunidade epistêmica latino-americana da paradiplomacia desde sua formação. Urb-Al e Mercocidades sem dúvida contribuíram para isso. Atualmente, iniciativas como o projeto AL-LAs, gerido pela prefeitura da Cidade de México, e o Observatório da Cooperação Descentralizada UE-América Latina, sediado atualmente na prefeitura municipal de Montevidéu, com suas publicações, cursos de formação para gestores e outras atividades, desenvolvem e "latino-americanizam" o consenso. Porém, ele continua sendo alimentado por insumos europeus. A Comissão Europeia e as agências de cooperação internacional dos estados membros da UE financiam habitualmente projetos de cooperação que incluem ações de formação dirigidas aos quadros latino-americanos. Através delas é transmitida a visão europeia sobre cooperação internacional para o desenvolvimento (nem sempre coincidente com os posicionamentos oficiais dos governos latino-americanos) e sobre cooperação descentralizada, bem como instrumentos específicos, entre outros a metodologia do "marco lógico" que a UE utiliza (e exige aos demandantes de recursos) no desenho de seus projetos de cooperação. As referências acadêmicas a autores europeus (que incluem as publicações de dois distinguidos contribuintes a esta obra, os professores Noé Cornago, da Universidade do País Vasco, e Michael Keating, da Universidade de Aberdeen) estão presentes na prática totalidade das publicações da região sobre o tema.

Integração na política externa nacional

Progressivamente, a paradiplomacia se tornou a "dimensão subnacional da política externa brasileira" (Salomón, 2012), no

sentido de que ela tem sido impulsionada pelo governo federal, que tentou também compatibilizar a cooperação descentralizada na estratégia nacional de cooperação Sul-Sul. Parte desse processo incluiu uma definição e estabilização dos papéis dos agentes responsáveis pela condução da política externa brasileira em relação às atividades internacionais dos governos subnacionais. O papel da Presidência da República e sua Secretaria de Assuntos Federativos (SAF) mudou pouco desde sua criação em 2003. A SAF tem atuado todo este tempo como uma instância impulsora e facilitadora da política externa subnacional, especialmente na dimensão da cooperação. Ela tem organizado com regularidade atividades de divulgação de práticas e experiências de cooperação descentralizada, seminários dirigidos a governos de regiões específicas para promover cooperações setoriais com estados parceiros (principalmente do Mercosul), encontros binacionais sobre cooperação descentralizada com países europeus e vários outros eventos com participação conjunta de gestores e acadêmicos com o objetivo de estimular a reflexão sobre a cooperação descentralizada brasileira.

O Itamaraty, e sua instância de relacionamento com os governos subnacionais, a AFEPA, tem tido tradicionalmente um papel bastante mais passivo do que a SAF, mas com uma evolução muito positiva. A função oficial da AFEPA em relação aos governos subnacionais é canalizar as demandas de suporte técnico ou de assessoria dos governos subnacionais dirigidas ao MRE, incluindo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e também a rede consular brasileira no mundo. A rede de escritórios do Itamaraty sediados em vários estados brasileiros facilita essa articulação. Mas o Itamaraty e a AFEPA desempenham também uma função não oficial em relação a paradiplomacia brasileira: a de legitimação de suas atividades. Alguns governos subnacionais fazem questão de manter informada à AFEPA dos acordos que assinam com contrapartes estrangeiras e outras iniciativas, apesar de que isso não é, estritamente, uma obrigação legal. A importância que os governos subnacionais dão a esse reconhecimento fica exemplificada na apresentação, em

abril de 2012, do plano estratégico de Relações Internacionais do governo do estado de São Paulo, feita conjuntamente pelo governador Alckmin e o ministro de relações exteriores Antônio Patriota. Por outra parte, não é infrequente que os governadores e prefeitos solicitem o "empréstimo" de diplomatas para ocupar cargos de responsabilidade nos órgãos subnacionais de relações internacionais.

Além do impulso e suporte à paradiplomacia por parte do governo federal é preciso fazer referência aos esforços por vincular a cooperação descentralizada ao principal eixo temático da política externa dos governos do PT: a cooperação Sul-Sul. Houve, com efeito, uma tentativa por parte do governo federal de potenciar a "cooperação técnica descentralizada Sul-Sul" que já praticam de fato, embora modestamente, os governos subnacionais brasileiros. Em 2012 a SAF e a ABC lançaram conjuntamente um edital para selecionar um número limitado de projetos de cooperação técnica financiados pelo governo federal entre governos municipais ou estaduais brasileiros e contrapartes de países em desenvolvimento. A recepção à convocatória foi muito boa: se apresentaram mais de 100 projetos, dos quais quatro foram selecionados. Mas a falta de recursos do governo federal impediu a continuidade da iniciativa. Poucos governos subnacionais (um deles é a Prefeitura de Porto Alegre) têm definido linhas orçamentárias específicas para a Cooperação Sul-Sul. Isso limita, embora não impeça, o intercâmbio de boas práticas e outras ações de cooperação com contrapartes de países em desenvolvimento alinhadas à filosofia da cooperação Sul-Sul. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tem cooperado com Buenos Aires na replicação das Unidades de Pronto Atendimento cariocas na capital argentina, assessorando os técnicos bonaerenses. Por sua vez, tem adotado várias boas práticas da cidade colombiana de Medellín, desde a instalação de um teleférico em duas favelas até mecanismos de vigilância policial. Mas se trata de iniciativas muito pontuais. De fato, a grande maioria dos projetos e ações de cooperação decentralizada nos quais participa Rio de Janeiro se enquadra mais nos moldes da cooperação Norte-Sul que na Sul-Sul (Salomón, 2015). A mesma afirmação se aplica aos demais

governos subnacionais brasileiros. Por enquanto, um caminho viável (dependendo do interesse do atual e dos futuros governos por potenciar essa dimensão da política externa) para potenciar a cooperação descentralizada Sul-Sul é buscar financiamentos de agências do Norte, aprofundando na fórmula já existente de cooperação trilateral.

Conclusão

Na década de 1990, e a partir da iniciativa de algumas prefeituras, o conjunto de práticas que conhecemos como paradiplomacia começou a ser implantado no Brasil. Estimulada pelo governo federal, que a impulsionou como um instrumento de desenvolvimento nacional, a partir da década seguinte se propagou com relativa rapidez. A existência de mecanismos de coordenação das relações internacionais subnacionais se tornou mais norma do que exceção nos governos municipais e estaduais de cidades capitais e está presente em muitas outras cidades médias.

Aos dias de hoje, podemos afirmar que a paradiplomacia está normalizada no país, com uma institucionalidade bastante estável e apoiada por redes de colaboração formalizadas de gestores municipais e estaduais; com práticas e instrumentos bastante definidos a partir do consenso existente sobre seus conteúdos e funções; com o suporte dos responsáveis da política externa nacional.

Os contextos latino-americano e global são também favoráveis ao desenvolvimento das paradiplomacias como políticas públicas subnacionais. Às novas gerações de gestores que, com grande entusiasmo e preparação, estão começando a substituir os gestores de primeira geração nos órgãos brasileiros de relações internacionais, corresponde aproveitar essa conjuntura favorável para continuar desenvolvendo com criatividade o trabalho pioneiro dos seus antecessores.

Referências

Confederação Nacional de Municípios (CNM), **As áreas internacionais dos municípios brasileiros. Observatório da Cooperação Descentralizada, Brasília**, 2011.

Dorsey, Ellen. **"Expanding the Foreign Policy Discourse. Transnational Social Movements and the Globalization of Citizenship"**. In: Skidmore, David e Hudson, Valerie. The Limits of State Autonomy. Societal Groups and Foreign Policy Formulation. Boulder: Westview Press, 1993, p. 237-266.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Perfil dos Municípios Brasileiros** 2012.http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/defaulttab_pdf.shtm [acesso em 15/08/2014].

Jakobsen, Kjel, Batista, Sinoel e Evangelista, Ana Carolina. **La apertura al exterior de las ciudades latino-americanas y la cooperación descentralizada**. Estudios de Investigación, no. 3. Montevideo: Observatorio de la Cooperación Descentralizada Unión Europea – América Latina, 2008.

Ribeiro, Maria Clotilde Meirelles. Globalização e novos atores. **A paradiplomacia das cidades Brasileiras**. Salvador: Edufba, 2009.

Rosenau, James N. **"Governança, ordem e transformação na política mundial"** In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto (orgs.) Governança sem governo: ordem. e transformação na política mundial. Brasilia, Editora da UnB, 1999, pp. 11-46.

Salomón, Mónica. "A dimensão subnacional da política externa brasileira. Determinantes, conteúdos e perspectivas. In: Pinheiro, Leticia e Milani, Carlos R. S. (orgs.) Política Externa Brasileira: A Prática das Políticas e a Política das Práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 269-300.

Salomón, Mónica. **"Rio de Janeiro y la agenda brasileña de Cooperación Sur-Sur"** Revista Española de Desarrollo y Cooperación, no. 36, 2015, p. 51-64.

São Paulo (Governo do Estado de São Paulo). Decreto no. 57.932. São Paulo no mundo. **Plano de Relações Internacionais 2011-2014.** 12 de abril de 2012.

Soldatos, **Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-Policy Actors**. In: Michelmann, H. J. e Soldatos, P.. Federalism and International Relations: the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990, p. 35- 51.

Tavares, Rodrigo. **"Foreign Policy Goes Local"**, Foreign Policy, oct. 2013.

FERNANDO SANTOMAURO

Doutor em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

OS GOVERNOS LOCAIS E UM NOVO MUNDO POSSÍVEL

Quando bilhões de pessoas do mundo assistiam, encantadas, Gisele Bündchen adentrando no Maracanã lotado, ao som de "Garota de Ipanema", um longo processo brasileiro chegava ao seu ápice. Nada poderia ser mais exuberante que a calma e a malemolência da bossa nova, reencantando o globo durante esses minutos. Apesar de todas as turbulências nacionais e internacionais vividas nesses últimos anos (ainda em andamento), o processo inexorável de um Brasil dando seu recado de povo pacífico, amoroso e sustentável a todos os povos, tinha na abertura das Olimpíadas do Rio de Janeiro, seu esplendor até então.

Ao mesmo tempo, o mundo já vivia, naquele momento, de maneira geral, uma crise de representação política e dos sistemas democráticos liberais que foram hegemônicos em boa parte do século XX. O Brasil ainda sente esses reflexos de maneiras intensas, como costuma fazer periodicamente após seus pequenos interregnos democráticos no país, como sentiu nas crises políticas de 1930, 1937, 1954, em 1964, durante 21 anos de ditadura militar, e agora novamente questiona seus modelos de representação política e o sistema formado pela última constituição do país, de 1988.

O protagonismo dos governos locais está diretamente ligado à interiorização de processos democráticos ao longo da História. Quanto mais descentralizado o poder e a administração dos bens públicos, maior é a participação popular, o poder de controle sobre os governantes, e mais efetivas são as políticas públicas. Após a última ditadura civil-militar, a Constituição Brasileira de 1988, neste sentido, celebrou a volta da democracia brasileira propondo um novo pacto federativo, dando novas atribuições e competências aos governos locais.

Este mesmo processo era sentido no mundo do pós-2a Guerra, em maior ou menor grau, em governos locais europeus (algumas vezes saídos de governos totalitários) e em governos locais de países africanos e asiáticos, que conseguiam sua independência entre as décadas de 1960 a 1990. Para esse novo mundo que se formava, a democracia se refletia localmente. Quanto mais descentralizado o poder local democraticamente eleito, mais profundo seria o processo de liberdade e inclusão dos povos, crescentemente representados em comunidades, autarquias, cidades, governos estaduais, provinciais e departamentais.

Sem nos aprofundarmos sobre o passado remoto da internacionalização das cidades, anterior mesmo ao processo de formação dos Estados Nacionais modernos - como descrito com maestria por historiadores como Fernand Braudel[1], sobre as cidades dominantes e sua importância na formação do capitalismo e da sociedade moderna - este capítulo irá se debruçar inicialmente sobre a internacionalização dos governos locais a partir da segunda metade do século XX. Para melhor compreender o desenrolar deste processo até hoje, é necessário situar o contexto geral em que se deu o irmanamento das cidades do chamado "Mundo Livre" durante a Guerra Fria.

Em um segundo momento, será analisada a conjuntura que se construiu após a dissolução do bloco soviético e como os governos locais do mundo e do Brasil se organizaram no contexto de uma Nova Ordem Mundial que se formava a partir dos anos 1990. Compreender este breve passado e o contexto que envolvia os interesses e significados de grandiosos projetos relacionados às cidades, é extremamente útil para pensarmos a dimensão dos projetos que podemos considerar para os governos locais no novo mundo que virá.

1 Em BRAUDEL, F. . Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Pós-2a Guerra e o irmanamento das cidades do "Mundo Livre"

Com exceção das grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo (que sempre tiveram vocação internacional natural), foi essencialmente a partir dos anos 1960, que cidades pequenas e médias brasileiras ganharam um grande impulso para internacionalização e cooperação técnica, cultural e política, principalmente a partir de um incentivo nada "descentralizado": o governo dos Estados Unidos da América. No âmbito da luta ideológica anticomunista, os governos locais começaram a ser consideradas atores fundamentais na luta contra os princípios e ideais soviéticos, e a aproximação com governos locais do chamado "Mundo Livre" era incentivada mais fortemente a partir do programa Sister Cities, criado pelo governo Eisenhower em setembro de 1956.

O Sister Cities fazia parte de um ambicioso programa do governo que reunia diversos setores do empresariado e da sociedade civil (e de governos locais), chamado "People-to-People Program", que visava atingir a opinião pública mundial em torno dos valores norte-americanos (a democracia no molde estadunidense, o livre-mercado capitalista, e principalmente, o anticomunismo). Além da cooperação entre cidades do mundo, o People-to-People criou diversos comitês temáticos, que mobilizavam a população norte-americana, sua cooperação entre si e com outros povos do mundo, como os Comitês de Cartas, Comitês de Hobbies, Comitês de Deficientes, Comitês de Cartunistas. Todo esse esforço era comandado e organizado, muitas vezes sem apoio oficial e declarado, pela Agência de Informação dos Estados Unidos (United States Information Agency/USIA[2]), criada por Eisenhower em 1953 e diretamente ligada ao Presidente.

Ciente da importância de ganhar a batalha psicológica na Guerra Fria que viria, Eisenhower, um dos mais importantes

2 Mais em SANTOMAURO, F. . A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

comandantes do bloco Aliado na 2a Guerra e então Presidente norte-americano, sabia que o poder das ideias era tão fundamental quanto o militar e só seria ganho no contato direto com as comunidades e com a opinião pública. Esta guerra se ganharia principalmente localmente, de território em território. Para isso, nada mais apropriado que o People-to-People e o Sister Cities.

A cooperação entre as cidades do "mundo livre" era incentivada a partir da USIA, mas envolvendo diversas associações, empresas e organizações de cidades. Os parceiros locais, pelas cidades norte-americanas, eram a American Municipal Association (membro do comitê cívico do People-to-People, com sede em Washington DC) e o American Comittee for International Municipal Cooperation. O braço responsável pela articulação com as cidades de todas as Américas era a Inter-American Municipal Organization; e as mobilizações das cidades de todo o mundo eram feitas por meio da International Union of Local Authorities (IULA[3]).

O irmanamento entre cidades a partir da USIA, das associações e que muitas vezes envolviam Embaixadas de outros países, teve foco imediato durante os anos 1950, entre cidades estadunidenses e cidades alemãs e japonesas. Após a Revolução Cubana, e a partir dos anos 1960, já durante o governo Kennedy, o irmanamento com cidades latino-americanas e especificamente Brasileiras ganhou impulso, contando com o apoio dos consulados americanos no país, por meio dos United States Information Services (USIS), que durante aquela década dispunha de dezenas de representações locais em cidades brasileiras (também em Centros Binacionais Brasil-Estados Unidos).

A principal contraparte brasileira, de acordo com documentos oficiais norte-americanos[4], era a Associação

3 A IULA era uma das organizações de cidades que foi fundida, em 2005, na Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Na América Latina, no entanto, sua seção regional foi mantida até hoje, principalmente como uma associação de associações nacionais das cidades latino-americanas: a Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA).

4 SANTOMAURO, 2015, p. 287.

Brasileira de Municípios (ABM), também afiliada à IULA, e criada em 1946 como primeira entidade municipalista do país, a partir de demandas apresentadas durante Congresso Interamericano de Cooperação Municipal. A partir de 1962, irmanamentos entre cidades brasileiras e americanas foram levados à frente pelo Sister Cities, USIA (que usava para isso seu Office of Private Cooperation), pela ABM, e pelos consulados e postos locais estadunidenses no Brasil, como foram os casos de Kansas City (Missouri) e São Paulo, Goiânia e Orlando (Flórida), Jundiaí e Trenton (NJ), Lajes e Monroe (Louisiana), Porto Alegre e Jacksonville (Flórida), Petrópolis e Asheville (North Carolina), e Teresópolis e Royal Palm Beach (Flórida).

Em 1963, novas parcerias entre cidades brasileiras e norte-americanas foram incentivadas pelo mesmo esquema: Águas de Lindóia com Paso Robles (Califórnia), Jequié (BA) com Takoma Park (Massachussets), Jundiaí com Benton Harbor (Michigan), Ribeirão Preto com San Leandro (Califórnia), Barbacena com Burlignton (Iowa), e Salvador com Los Angeles. O presidente da ABM na ocasião, o governador da Bahia, Antonio Lomanto Jr., incentivava as parcerias e usava isso também para reivindicar financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para as cidades brasileiras, no âmbito da Aliança para o Progresso[5].

Apesar das demandas das cidades brasileiras, as atividades realizadas se limitavam principalmente em uma cooperação cultural ampla, como no intercâmbio de jovens (caso de Jequié e Takoma Park, no Festival do dia da Independência Brasileira em Trenton-NJ), ou no caso de doação de brinquedos de Los Angeles para Salvador (para a casa de Irmã Dulce). O impacto dessa cooperação era largamente explorado pelos programas oficiais americanos nos rádios, como o Voice of America, ou pelas agências de notícias estadunidenses, que divulgavam as notícias de irmanamento nas revistas e jornais locais, como provas das amizades entre os povos.

Em 1965, essa cooperação entre governos locais Brasil-

5 Idem, Ibidem, p. 290 a 291.

EUA continuou, como nas parcerias entre Belo Horizonte e Austin (Texas), Coaraci (BA) e Great Bend (Kansas), Itapetinga (BA) e Dairy Valley (Califórnia), ou São José dos Campos e Hanford (Califórnia). Ainda nesses casos, pode ser constatado que a cooperação internacional entre cidades[6] era incentivada pelo governo dos EUA em nome da boa vizinhança entre povos do "Mundo Livre". A Guerra Fria também se refletia localmente, fazendo propaganda oficial (não-declarada) na opinião pública, e criando uma cultura de "irmanamento" que seguiria por anos a fio entre os governos locais brasileiros.

As cidades brasileiras na Nova Ordem Mundial do Pós-Guerra Fria

Assim como o Brasil se redemocratizava com o ocaso do regime militar, as cidades do mundo também começavam a se adaptar a uma nova conformação a partir dos últimos respiros da Guerra Fria, acelerados no fim dos anos 1980. Novos temas e novos problemas se colocavam na pauta internacional das cidades, que agora poderiam se readequar de maneira mais representativa no ordenamento mundial.

A discussão sobre uma Nova Ordem Mundial, proposta pelo presidente norte-americano George H. W. Bush a partir da Guerra do Golfo, colocava na ordem do dia uma necessidade de remanejamento das antigas organizações internacionais, pensadas com a lógica da Guerra Fria. Foi nesse contexto que se inseria a discussão sobre reforma da ONU, que deveria representar outros relevantes problemas, como o Meio Ambiente, a manutenção da paz e o Desenvolvimento Humano Sustentável. Os governos locais do mundo também se reorganizavam, diante disso, para conseguir maior representação e apoio político no novo debate que se formava.

Ao mesmo tempo em que uma nova onda neoliberal se instalava nas economias de países latino-americanos, com ajustes econômicos e privatizações, novos movimentos políticos desses

6 Também chamada de Paradiplomacia, ou cooperação descentralizada.

países tentavam se organizar para fazer oposição aos projetos em voga na região. A nova ordem econômica liberal[7] propunha o fim das barreiras políticas e sobretudo econômicas entre os países, com a criação de blocos regionais para a liberalização do comércio, como foram as propostas do Mercosul e da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Sem representação majoritária nos governos nacionais da América Latina, a resistência política a esse processo se deu pelos movimentos civis e também pelas lideranças políticas locais, que se faziam representar pelos governos municipais e estaduais, em parte ocupados por novas forças que reapareciam com o processo de redemocratização dos países latino-americanos.

Em contraposição à cantada Nova Ordem Mundial, se organizavam os movimentos Anti ou Alter-Mundialismo (por uma nova forma de globalização) sob o lema "Um Outro Mundo é Possível", que começaram a se reunir na cidade de Porto Alegre, vista como um laboratório mundial de radicalização da participação popular e democratização local, principalmente por implementar a experiência do Orçamento Participativo[8].

Porto Alegre teve importância central no debate internacional do pós-guerra, criando o Fórum Social Mundial[9] (o "Fórum dos Fóruns"), que reunia diversos movimentos de resistência de organizações sociais e políticas, que propunham

7 Mais sobre o neoliberalismo na América Latina e a resistência dos governos locais em MARX, V. ; MARZULO, E. P. . As Cidades no Cenário Global: do Neoliberalismo à crise de 2008. In: 3º Encontro Nacional da ABRI, 2011, São Paulo. 3º Encontro Nacional da ABRI - Governança Global e Novos Atores, 2011.

8 Um modelo até então inédito de consulta popular direta para definição do orçamento destinado a cada ação da Prefeitura em todas as regiões da cidade, ainda propunha a eleição de representantes regionais para acompanharem a execução das obras definidas pela população como prioritárias. Nas décadas seguintes o OP (Orçamento Participativo) foi replicado com sucesso em diversas cidades brasileiras e do mundo, como Barcelona e Nova Iorque. Mais sobre a difusão internacional do OP, em PORTO DE OLIVEIRA, O. . International Policy Diffusion and Participatory Budgeting. 1. ed. Springer International Publishing, 2017.

9 Sobre os Fóruns Sociais Mundiais, é referência a dissertação de TIBLE, J. F. G. . O mundial e a estrela da manhã: a imaginação política crítica entre estado e movimento. Rio de Janeiro, 2005. 116p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

uma forma diferente de integração entre os povos, voltada à resolução das mazelas sociais e à integração cidadã e participativa.

Foi nos últimos anos dos 1990 e na primeira década dos 2000 que uma importante célula da nova internacionalização das cidades foi gestada, com diversas emergentes lideranças políticas do mundo, que reivindicavam uma nova ordem internacional, levada a partir do local para o global. Para esse grupo de Prefeitos, Governadores e representantes locais, novos objetivos globais poderiam ser traçados e levados ao cabo independentemente dos governantes nacionais. A saída para os problemas mundiais poderia sair dos governos locais e de suas articulações internacionais. Esse era o discurso predominante nas reuniões de prefeitos do mundo durante os Fóruns Sociais Mundiais de Porto Alegre, no Fórum de Autoridades Locais (FAL[10]), criado em 2001, e que contava com a presença de prefeitos de relevantes cidades, como Barcelona, Paris, Porto Alegre, São Paulo, Montevidéu, Rosário, Buenos Aires, Nanterre, Getafe, Guarulhos, Saint-Denis e Santo André.

No geral, essas figuras representavam uma nova tendência que surgia do Pós-Guerra, representada em lideranças socialistas e social-democratas europeias e de novos partidos de esquerda que apareciam a partir da redemocratização latino-americana após décadas de ditadura. Na América Latina, um projeto de radicalização democrática por meio dos governos locais se contrapunha à globalização eminentemente econômica. O discurso de uma integração social dos povos e pelos povos começava a se colocar politicamente por meio dos governos locais na região.

Assim como o FAL, um outro mundo possível também havia começado a ser pensado e executado nos governos locais da América do Sul. Como forma de propor uma nova integração regional, mais cidadã e a partir de temas urbanos, contraposta ao caráter comercial do Mercosul, foi criada a rede Mercocidades

10 Mais sobre o FAL em MARX, V. . El Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social y los esfuerzos para enfrentar la pobreza y la exclusión. La Era Urbana - La Revista de la Ciudad Global, Quito - Equador.

em 1995. Inicialmente fundada por Rosário, La Plata, Córdoba (Argentina), Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador (Brasil), Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai), hoje em dia a rede conta com mais de 300 cidades. Desde então, as Mercocidades trabalham na cooperação técnica em diversos Grupos de Trabalho, que vão desde Desenvolvimento Social, Turismo, Gênero e Planejamento Urbano a Desenvolvimento Econômico Local, procurando soluções integradas a partir de realidades semelhantes, para solucionar problemas comuns.

Por sua vez, a ONU, já na gestão de Kofi Annan (1997-2007), procurava readequar sua estrutura aos novos momentos, se abrindo a temas e atores novos, aos trabalhos público-privados e com ONGs, além de buscar uma nova governança, consultando estudiosos e pesquisadores por novas soluções. É desta época o Cardoso Report[11], de 2004, estudo de eminências políticas e intelectuais, coordenado pelo ex-Presidente Brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que indicava a necessidade de incorporar as demandas e as lideranças sociais e políticas em uma estrutura reformada das Nações Unidas.

Nesse contexto, e com esperança de serem incluídos nessa nova ordem que se abria com as discussões de reforma da ONU, as cidades e governos locais do mundo começaram a se articular em torno da unificação de suas antigas estruturas e organizações (muitas delas, como visto, ligadas à Guerra Fria). Em 2005, foi fundada a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), chamada na ocasião de "ONU das cidades", organização que reunia todas as entidades mundiais de cidades, com sede em Barcelona e uma marcante presença das cidades e dos governos brasileiros. A primeira presidenta da CGLU, eleita em uma chapa tripla (junto com os prefeitos de Paris e Pretória) foi a então Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

11 Uma abordagem crítica sobre o Cardoso Report, pode ser encontrada em WILLETS, P. . The Cardoso Report on the UN and Civil Society: Functionalism, Global Corporativism, or Global Democracy?. In Global Governance. Vol. 12, No. 3 (July-September 2006), pp. 305-324. Lynne Rienner Publishers.

O antigo sonho de Mercocidades e do FAL, de construir um novo mundo com viés social e ambientalmente responsável a partir das cidades, tomava concretude e impulso após a criação da CGLU, que começava a ser referência no debate com a ONU e suas agências e organismos (especialmente o Habitat), e na definição e aplicação das novas metas mundiais (dos países, blocos regionais e das cidades), como a agenda dos Objetivos do Milênio, e posteriormente a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No Brasil, principalmente a partir de 2002, novos espaços de interlocução entre governo nacional e governos locais eram abertos institucionalmente, proporcionando esforços conjuntos e compartilhados. Dentro da estrutura da Presidência da República, foi criada a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), que com sua assessoria internacional descentralizava também as principais agendas internacionais do governo nacional. No próprio Itamaraty foi criada a Assessoria Federativa e Parlamentar (AFEPA), destinada a aproximar as relações exteriores dos governos locais brasileiros.

Durante a presidência Brasileira Pró-tempore em 2004, era também fundado o Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul (FCCR), órgão que incluía oficialmente as cidades da região dentro do arcabouço institucional do bloco regional, cada vez mais em inflexão social e cidadã. Ao mesmo tempo, dentro da SAF, era criado um conselho permanente de Cidades e Estados, facilitando o diálogo constante entre políticas nacionais e locais, inclusive em ações internacionais.

Os próprios gestores e dirigentes municipais e estaduais de relações internacionais do Brasil se organizavam em uma iniciativa de fortalecimento institucional, com a criação do Fórum Nacional de Gestores e Dirigentes de Relações Internacionais (FONARI[12]), em 2005. As organizações nacionais de cidades brasileiras, como a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação

12 Mais disponível em <https://blogfonari.wordpress.com/>. Acessado em 29 ago. 2017.

Brasileira de Municípios (ABM), também formavam suas assessorias internacionais, decisivas para a internacionalização de governos locais brasileiros[13] na ocasião.

Agendas nacionais como aproximação com a Itália e com a França, por exemplo, permitiram que as cidades brasileiras e italianas primeiramente, e depois as francesas, formassem comitês de cooperação descentralizada[14] em políticas locais, que se situavam dentro das plataformas de cooperação entre os países. A partir daí, além do diálogo conjunto, o governo nacional Brasileiro criou fundos de cooperação para projetos entre cidades brasileiras e estrangeiras.

O primeiro deles, articulado pela SAF e pela Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty (ABC), co-financiou projetos de cooperação entre cidades brasileiras, francesas e africanas. Esses financiamentos proporcionaram, por exemplo, que técnicos municipais de governos locais como Guarulhos e do Departamento de Seine-Saint-Denis trabalhassem com funcionários das cidades moçambicanas de Maputo e Matola em um plano diretor conjunto de resíduos sólidos - que abarcasse a experiência francesa de um planejamento regional e da experiência participativa brasileira, incluindo catadores e cooperativas de reciclagem no processo de coleta e reaproveitamento do lixo - nas cidades africanas. Esses projetos iniciais deram frutos posteriores em outras áreas de cooperação, como o da gestão de cemitérios e Orçamento Participativo, entre Guarulhos e outras cidades moçambicanas, como Maputo, Matola, Manhiça, Nampula e

13 A FNP, entre outras ações, foi responsável por articular e obter o financiamento da União Europeia, em projeto conjunto com a CGLU e a Associação Nacional de Municípios Moçambicanos (ANAMM), para a cooperação técnica entre cidades brasileiras e moçambicanas. A CNM, por sua vez, foi fundamental para a reformulação da Federação Latinoamericana de Cidades, Municípios e Associações (FLACMA), para esta nova conjuntura internacional de cidades que se formava.

14 O comitê de trabalho da cooperação franco-brasileira foi fundado no Rio de Janeiro. A Prefeitura e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por sinal, participaram ativamente da construção dessas agendas.

Dondo[15].

Em um segundo momento, a articulação de SAF e ABC também lançou projetos de cooperação especificamente entre cidades brasileiras, latino-americanas e africanas, em uma inédita Plataforma de Cooperação Descentralizada Sul-Sul, financiada inteiramente pelo governo Brasileiro. Concretizava-se nessa ocasião a chamada "Cooperação Multinível", funcionando na grande consonância entre governos nacionais e governos locais, tornando as relações exteriores cada vez mais descentralizadas, participativas e mais próximas dos problemas concretos dos cidadãos[16].

Com a criação de fóruns e articulações como a UNASUL, o IBAS e os BRICS, também se abriam possibilidades de diálogo entre as cidades destas novas organizações. Um novo Brasil parecia se formar com essa profusão de ações conjuntas e virtuosas: um país mais democrático, referência internacional na articulação entre países, regiões e cidades do Sul, e destas com o Norte. Novas relações internacionais eram esperadas a partir da crise econômica de 2008, surgida inicialmente nos Estados Unidos e Europa. O Brasil, como país emergente, parecia trazer consigo o sonho de uma nova liderança mundial democrática que realizava no presente o sonho antigo de ser o "país do futuro" naqueles primeiros anos dos anos 2000.

Como símbolos concretos deste novo mundo possível que o Brasil sinalizava, estavam as escolhas do país para sediar os maiores eventos esportivos do mundo (Copa do Mundo e Olimpíadas), e a Rio+20, Conferência da ONU que colocaria definitivamente na agenda mundial a questão do Desenvolvimento Sustentável. Nenhuma cidade representaria mais perfeitamente este momento do que o Rio de Janeiro - símbolo internacional do Brasil por excelência.

---

15 Que a partir da cooperação com cidades brasileiras, como Guarulhos e Canoas, organizou a rede Moçambicana de Orçamento Participativo.

16 Um texto fundamental para melhor entender esse processo é o do então assessor internacional da SAF, Alberto Kleiman: KLEIMAN, A. . Cidades como dínamos da integração internacional. In Le Monde Diplomatique Brasil. 2 ago. 2011.

O sonho de uma nova potência democrática, sustentável e inclusiva, que era sonhado na Constituição de 1988, somado ao processo de descentralização e da projeção de um mundo mais justo socialmente a partir das cidades (sonhado em Porto Alegre), tinha seu auge naqueles momentos. Nas diversas reuniões entre as cidades do mundo durante a Rio+20, por exemplo, eram assumidas metas locais voluntárias para o Desenvolvimento Sustentável[17], em sintonia com as organizações internacionais tradicionais e países, mas mantendo a independência e as peculiaridades regionais. Eventos como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, antes restritos aos países e cidades do Norte, aconteciam no lugar simbólico deste novo mundo possível: o Rio de Janeiro.

O declínio do projeto do Novo Mundo Possível e a saída pelo Local

A partir de 2013, quando os reflexos mais críticos da crise econômica mundial de 2008 começaram a ter sinais concretos no Brasil (principalmente pela queda do preço das commodities), isso também se refletiu na insatisfação popular e no questionamento geral das macro-estruturas políticas estabelecidas desde a restauração democrática pós-ditadura.

Os grandes eventos esportivos, que simbolizavam aquele novo Brasil, e a maneira como eram organizados, foram amplamente criticados pelas manifestações populares que tomaram as ruas brasileiras em 2013. Mais do que o projeto de país que tinha sido pensado desde a democratização, a insatisfação geral se dava contra os vícios e obscuros interesses que ainda insistiam e persistem em pairar sobre suas relações políticas e econômicas. Apesar da democratização, da descentralização, de inéditos processos de inclusão, do aumento da participação e controle social, o Brasil ainda convive com uma

17 Além das Mercocidades, o Iclei e o C-40, que reunia as quarenta mais importantes cidade mundo, eram símbolos desse engajamento das cidades em temas ambientais locais assumidos globalmente.

violenta desigualdade, com o comando de velhas oligarquias que sobrevivem às custas de uma estrutura social cruel, e de relações que perpetuam as velhas formas de compadrio e controle social.

O Rio de Janeiro, ator internacional Brasileiro pela própria natureza, sintetizou todo este movimento: ao mesmo tempo sendo palco de um novo Brasil e daquele Mundo sonhado - com programas ousados de reurbanização de favelas, de mobilidade, de segurança cidadã, revitalização do seu antigo centro histórico e portuário, da criação de marcos que sinalizavam aquele novo momento (como o Museu do Amanhã, por exemplo), e grandes eventos e iniciativas como a ECO-92, RIO+20, o C-40, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos - também simbolizou o lado retrógrado da estrutura brasileira que ainda subsiste em todo país.

Em todo caso, ao longo da História percebemos que independentemente das mudanças de paradigmas e configurações políticas, os governos locais se mantiveram como peças-chave em qualquer uma delas. Descartar os avanços das últimas décadas junto com o que ainda há de negativo (e deve ser combatido) não será a maneira mais eficiente de continuar progredindo. Apesar da crise do antigo modelo de representação política das democracias liberais do pós-guerra (fenômeno mundial), devemos insistir na continuidade de aproximação popular das decisões dos seus destinos. A saída ainda está na descentralização e no fortalecimento dos governos locais e da articulação destes com suas populações e entre si (inclusive internacionalmente) para a próxima etapa civilizacional que se aproxima no Brasil e no mundo.

Mesmo com toda a polêmica interpretação sobre a validade dos grandes projetos de nação que foram ensaiados nos últimos anos, os problemas e saídas comuns continuaram resistindo nos terrenos de batalha social: comunidades, bairros, cidades e regiões metropolitanas. E é dever do poder público articular essas demandas com o que está acontecendo no mundo, favorecendo o diálogo e melhorando a realidade de suas populações.

Na abertura das Olimpíadas de 2016 muitos efeitos visuais foram realizados, muitas autoridades e estrelas apareceram, mas talvez o fato mais marcante que ficará na mente do Brasileiro após muitos anos, seja Paulinho da Viola, carioca de Botafogo, cantando o Hino Nacional somente acompanhado de seu violão e de todo o Maracanã. Após o necessário e inevitável processo de reformulação política que passaremos no Brasil e no mundo, a saída deverá continuar passando pelo local, pela crescente participação popular e radicalização da democracia. Só assim avançaremos para um mundo melhor.

Referências Bibliográficas

KLEIMAN, A. . Cidades como dínamos da integração internacional. In Le Monde Diplomatique Brasil. 2 ago. 2011.

BRAUDEL, F. . Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, V. ; MARZULO, E. P. . As Cidades no Cenário Global: do Neoliberalismo à crise de 2008. In: 3º Encontro Nacional da ABRI, 2011, São Paulo. 3º Encontro Nacional da ABRI - Governança Global e Novos Atores, 2011.

MARX, V. . El Foro de Autoridades Locales por la Inclusión Social y los esfuerzos para enfrentar la pobreza y la exclusión. La Era Urbana - La Revista de la Ciudad Global, Quito - Equador.

PORTO DE OLIVEIRA, O. . International Policy Diffusion and Participatory Budgeting. 1. ed. Springer International Publishing, 2017.

SANTOMAURO, F. . A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

TIBLE, J. F. G. . O mundial e a estrela da manhã: a imaginação política crítica entre estado e movimento. Rio de Janeiro, 2005. 116p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

WILLETS, P. . The Cardoso Report on the UN and Civil Society: Functionalism, Global Corporativism, or Global Democracy?. In Global Governance. Vol. 12, No. 3 (July-September 2006), pp. 305-324. Lynne Rienner Publishers.

FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ

PATRÍCIA C. DE OLIVEIRA

Mestranda em Ciência Política pela UNIRIO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUBNACIONAIS: UM OLHAR SOBRE A PARADIPLOMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Introdução

A assinatura do Tratado de Vestfália (1648) concentrou o poder na figura do Estado, que passou a monopolizar a política externa e a ser a única autoridade a ter legitimidade para firmar acordos e tratados. Entretanto, as últimas décadas do século XX registraram um aumento significativo da atuação de atores não estatais nas relações internacionais, como empresas transnacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e governos subnacionais[1], em um contexto marcado por um processo de globalização cada vez mais intenso (VIGEVANI, 2006).

O crescimento considerável do ativismo internacional dos atores não estatais trouxe desafios aos Estados, que buscaram coordenar, através de seus Ministérios das Relações Exteriores, iniciativas que pudessem competir com as diretrizes nacionais e se adaptar a um cenário de maior descentralização de poder. Neste campo, destacam-se as intensas atividades internacionais dos governos subnacionais que transformaram a rotina diplomática ao apresentar novas formas de se fazer política externa (PRIETO,). Um dos motivos que explicam a crescente atuação externa dos entes federados é a ineficiência dos Governos Federais em atender às necessidades políticas e econômicas que necessitam, impulsionando-os a relacionar-se com suas contrapartes ou mesmo com governos centrais de outros Estados e instituições internacionais, como é apontado por Vigevani (2006).

1 Governos subnacionais são "Governos (poder Executivo) das partes constituintes dos estados nacionais" (BUENO, 2012, p. 5), tais como estados, municípios, cantões e províncias.

No meio acadêmico, o tema tem despertado interesse, devido à intensificação do fenômeno, originando uma série de estudos a partir da perspectiva de disciplinas como Direito Internacional, Relações Internacionais e Economia Política Internacional. A atuação externa dos entes federados ficou conhecida como paradiplomacia na literatura acadêmica (DUCHACECK, 1986; SOLDATOS, 1990; PRIETO, 2004).

No Brasil, desde a década de 1980, Estados e municípios praticam paradiplomacia. Atualmente, 22 Estados (dos 27, contando o Distrito Federal)[2] e 366 municípios brasileiros possuem algum tipo de órgão que trata de relações internacionais, o que demonstra que esta prática não é passageira e suscita a necessidade de entender melhor as atividades envolvidas nesta nova forma de diplomacia – de caráter subnacional.

A partir do contexto exposto, este capítulo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre a paradiplomacia no âmbito brasileiro, destacando, em especial, a atuação externa do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, propõe-se discutir o conceito de paradiplomacia, apresentar a atuação internacional do estado do Rio de Janeiro e identificar como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) vem lidando com a descentralização da política externa brasileira, a partir do exame de sua relação com a unidade federada do Rio de Janeiro. Sendo assim, este estudo busca responder as seguintes questões: como o Estado do Rio tem atuado internacionalmente? Como o Governo Federal, através do MRE, tem lidado com a paradiplomacia do Estado?

A seção a seguir discute e define o conceito de paradiplomacia, apresentando seus impactos para a política exterior brasileira. A terceira seção apresenta a paradiplomacia do Rio de Janeiro. A seção seguinte discute o relacionamento entre o MRE e a entidade subnacional. Por fim, a última seção apresenta considerações finais sobre o tema estudado.

2 Os dados sobre os Estados foram levantados pela Subsecretaria de Relações Internacionais (2016). Os dados dos Municípios foram retirados de Cezário, 2011.

Paradiplomacia e a discussão conceitual

As pesquisas sobre a atuação internacional de entes subnacionais é relativamente recente, tendo surgido em decorrência do debate, na década de 1980, na literatura norte-americana sobre a existência de um "novo federalismo" que estaria provocando mudanças na atuação dos entes federados. Nesse contexto, Duchacek (1986) e Soldatos (1990) cunharam o termo "paradiplomacia", um neologismo do termo "*parallel diplomacy*" (AGUIRRE, 1999, p.185).

Para Duchacek (1986, p. 246) paradiplomacia se refere a contatos políticos que "fazem com que governos não centrais entrem em contato não só com o comércio, com a indústria ou com os centros culturais em outros continentes, mas também com vários ramos ou agências estrangeiras de governos nacionais". Soldatos (1990, p. 46), por sua vez, define paradiplomacia como "atividades internacionais realizadas diretamente por atores subnacionais (regiões, comunidades urbanas, cidades), que apoiam, complementam, corrigem, duplicam ou desafiam a diplomacia do Estado-Nação". Nesse caso, o prefixo "para" indica o uso da diplomacia fora da estrutura tradicional do Estado, uma atividade que ocorre em paralelo.

Ao longo do tempo, o debate se intensificou e surgiram críticas ao uso do termo "paradiplomacia". Aguirre (1999, p. 205), por exemplo, discorda do uso do termo defendendo que a atuação internacional das unidades subnacionais deveria ser designada "pósdiplomacia" (*postdiplomatic*) por ser um processo que ocorre além do Estado, ou seja, além da tradicional diplomacia estatal. Hocking (1993, p. 20) critica a ideia de competição e conflito com o Governo Central implícita no termo paradiplomacia e argumenta que há na verdade uma diplomacia de múltiplas camadas (*multilayered diplomacy*) baseada na interação entre as esferas central e regional. Para o autor, os governos não centrais, mesmo desprovidos de soberania, integram o Estado, o que leva a existência de temas internacionais pertinentes tanto ao âmbito federal quanto regional.

Prieto (2004, p. 252) trouxe de volta o termo paradiplomacia para o debate, definindo-o como o envolvimento do governo subnacional nas relações internacionais, pelo "estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou provisórios (*ad hoc*), com entidades estrangeiras [...] objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional".

No Brasil, o debate acadêmico se intensificou por volta dos anos 2000, trazendo importantes contribuições. Bessa Maia (2012) defende que o neologismo "paradiplomacia" gera duas interpretações: uma positiva, onde essa atuação pode ser considerada um aditivo à diplomacia clássica, realizada pelos Estados e seus MREs, e outra de conotação negativa, levando a paradiplomacia a ser considerada como um desvio da diplomacia.

Há ainda autores nacionais que classificam esse fenômeno como "diplomacia federativa" normalmente se referindo aos programas de incentivo ou constrangimento do Governo Central à atuação externa de unidades federativas. De acordo com este viés, Bogéa (2001) defende que a diplomacia federativa é uma forma do Governo Federal coordenar e incentivar as ações internacionais das unidades subnacionais como forma de impulsionar a identificação de novos negócios e novas parcerias na área econômica, política e tecnológica. Miklos (2011) também entende que este fenômeno pode envolver a coordenação das ações internacionais, mas destaca o constrangimento que permeia a ação internacional subnacional, uma vez que sua formulação e implementação pode sofrer limitações do Estado nacional.

Outro termo utilizado para se referir ao fenômeno é "protodiplomacia" referindo-se aos casos em que há uma tendência ao separatismo, fazendo da inserção internacional uma ferramenta de reafirmação de uma identidade própria, como é o caso das regiões Basca e Catalã na Espanha e, por vezes, o Quebéc no Canadá (CEZÁRIO, 2008).

Frente ao extenso debate sobre o conceito, entende-se que embora existam diferentes termos para fazer referência à atuação

externa dos entes federados, todos tratam necessariamente da ação internacional das unidades subnacionais, que fazem relações internacionais como forma de perseguirem seus interesses regionais, sejam eles voltados à afirmação de uma identidade própria, à captação de recursos financeiros e investimentos ou à busca por cooperação em diferentes áreas. Diante dos diversos termos existentes na literatura, este trabalho emprega o termo paradiplomacia para se referir à atuação externa dos Estados, que difere da tradicional diplomacia formulada e coordenada pelo Governo Federal e seu MRE.

É importante destacar que além do intenso debate sobre a melhor maneira de se conceituar e definir o fenômeno há divergências sobre o melhor enquadramento teórico dentro do *mainstream* das Relações Internacionais para tratar do tema. Nesse âmbito, a perspectiva da Interdependência Complexa proposta por Keohane e Nye (2001) se apresenta como uma abordagem interessante para observar a atuação externa das unidades subnacionais, pois é evidente a contestação ao modelo do Estado como ator unitário no sistema internacional e o reconhecimento de que as relações internacionais envolvem múltiplos atores e interações. Os autores destacam a emergência de atores não estatais desempenhando papéis mais relevantes no cenário internacional, o que dificultaria o controle da política externa por parte dos Estados nacionais.

Nesse sentido, Keohane e Nye (2001) argumentam que não necessariamente o Estado estará unido quando lidar com governos estrangeiros ou que suas partes possuirão os mesmos interesses quando negociarem com estrangeiros, de forma que o Estado pode se tornar multifacetado. Os autores não abordam especificamente a atividade internacional de entes subnacionais, mas reforçam a percepção de que os diferentes níveis do Governo desempenharão funções importantes para satisfazer demandas e que isso pode acontecer, em particular, quando a política interna assume uma dimensão internacional.

Também é importante discutir a paradiplomacia no âmbito da política externa brasileira. Desde a época do Barão do Rio Branco (1902-1912), discute-se a continuidade e a coerência na condução

dos assuntos externos pelo corpo diplomático, que mesmo diante de governos com diferentes preferências, soube imprimir, ao menos retoricamente, um grau de continuidade e estabilidade na política externa, demonstrando a existência de uma determinada tradição diplomática (PINHEIRO, 2009). Argumenta-se que, ao longo do tempo, o Itamaraty foi fortalecido enquanto instituição burocrática, ganhando autonomia e legitimando sua condução dos assuntos internacionais (CHEIBUB, 1985). No entanto, nas últimas décadas tem-se testemunhado a participação mais ativa de outros atores, além do MRE, na formulação da política externa brasileira, sobretudo após o processo de redemocratização, abertura comercial e intensificação da globalização (PINHEIRO, 2009). Essa constatação corrobora a ideia de que a política externa brasileira passa, nos últimos anos, pela descentralização horizontal (HILL, 2003), que se refere à participação de múltiplos atores estatais na política externa, e a verticalização controlada, referente à participação de atores da sociedade[3] (PINHEIRO, 2009).

Hill (2003) argumenta que a burocracia da política externa não está mais confinada aos Ministérios de Relações Exteriores, estendendo-se horizontalmente através de outros departamentos governamentais, o que provoca problemas de coordenação e controle da política exterior. Essa visão corrobora o caso brasileiro de surgimento de novos atores em outras esferas governamentais como Ministérios, que não o de Relações Exteriores, Estados e municípios atuando internacionalmente em prol de objetivos específicos relacionados diretamente aos seus interesses. Seguindo essa mesma linha argumentativa, Pinheiro e Milani (2012) mostram que apesar de já ter sido recorrente a atribuição das decisões e das ações de política externa apenas ao Governo Federal (representado pelo Itamaraty), essa situação não corresponde à realidade. Os autores enfatizam que as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, como o fim da Guerra Fria, as crises financeiras, a revolução tecnológica na área da informação e a intensificação da ação transnacional de redes

3 Este conceito refere-se ao aumento da participação da sociedade na formulação da política externa, porém com um controle dos graus de participação social pela instituição diplomática, que define quem participa e como (PINHEIRO, 2009).

de ativismo e movimentos sociais, além do aprofundamento da globalização, teriam mudado as concepções acerca do papel do Estado e de sua prática no âmbito da política externa.

No que tange ao processo de descentralização horizontal da política externa brasileira, percebe-se nos últimos anos que os presidentes da República vêm intensificando a chamada diplomacia presidencial. Também outros Ministérios, em virtude do surgimento de temas ligados à suas atividades de *expertise* na agenda internacional do país, vêm ampliando sua participação nas discussões sobre política externa, auxiliando o MRE no tratamento de diversas questões. A paradiplomacia, por sua vez, se insere neste plano, pois as unidades subnacionais (Estados e municípios) passaram igualmente a participar de forma mais ativa das relações exteriores nacionais, em um contexto de aprofundamento do processo de integração regional (PINHEIRO, 2009).

Como observou-se nesta seção, o termo paradiplomacia não é consensual na literatura e diferentes conceitos foram criados para compreender a atuação internacional dos entes federados, conforme intensificaram-se as atividades externas destas entidades. No âmbito da política externa brasileira, o fenômeno tem sido observado por especialistas que compreendem que a atuação internacional das unidades subnacionais tem como impacto a descentralização da política externa nacional, propiciada não apenas pelas relações exteriores dos entes federados, mas pela participação mais ativa do país no mundo globalizado e pela abertura da instituição diplomática à participação de múltiplos atores na formulação da política externa.

A política externa sub(nacional): o caso do Estado do Rio de Janeiro

Em termos de institucionalização da paradiplomacia, o Estado do Rio de Janeiro ocupa a vanguarda no Brasil, com a criação em 1983 da Assessoria de Relações Internacionais, chefiada por Clóvis Brigagão. Essa Assessoria foi criada pelo Governador do estado, na época Leonel Brizola, em virtude de suas ligações com os líderes da Internacional Socialista e dos

movimentos trabalhistas na América Latina, Europa, Estados Unidos e África (SOMBRA, 2012). Nesse momento, ainda durante a Ditadura Militar, houve certa tensão por parte da Presidência da República e do Itamaraty, no entanto, isto nunca chegou a se transformar em confronto (NUNES, 2005).

Na gestão seguinte, de Moreira Franco (1987-1991), continuou-se com uma assessoria do gênero, porém não teve a mesma desenvoltura e foi coordenada por um curto espaço de tempo pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves (SOMBRA, 2012). Na administração de Marcelo Alencar (1995-1999), as áreas de Cerimonial e Relações Internacionais foram unificadas, sob a chefia de Diva de Múcio Teixeira.

Durante o governo de Anthony Garotinho (1999-2002), a área internacional do Estado foi transformada em um conselho consultivo, chefiado pelo professor Theotonio dos Santos. Na gestão de Rosinha Garotinho (2003-2007) o setor de relações internacionais ganhou o status de Coordenadoria, liderado pelo professor Antônio Carlos Peixoto. Ambos os órgãos possuíam um perfil acadêmico, voltados para pesquisas e levantamento de informações (SOMBRA, 2012).

Apesar dessa movimentação paradiplomática, a primeira ação empreendida pelo Governo Federal em prol do tema ocorreu apenas em 1997. Nesse ano, foi criada a Assessoria de Relações Federativas (ARF) do MRE com o intuito de intermediar a relação entre o corpo diplomático e as unidades subnacionais brasileiras através da coordenação ou orientação da atuação internacional dos entes federados, ao que se seguiu a criação de escritórios de representação regional do MRE, aprofundando assim, a coordenação da chancelaria brasileira com os governos locais (MIKLOS, 2011).

No governo Lula, a ARF foi transformada em Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), em 2003, e foi criada simultaneamente a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) em busca de uma maior cooperação do Executivo com os estados e municípios. De acordo com Costa (2012), essas transformações do Itamaraty, ajudaram a consolidar

e conferir legitimidade à dimensão subnacional da política externa brasileira.

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff foram lançados dois projetos relacionados à chamada cooperação descentralizada. O primeiro foi um edital de convocação para projetos franco-brasileiros de cooperação descentralizada trilateral em benefício do Haiti e dos países do continente africano[4]. Após esse edital, a iniciativa ganhou mais escopo e, em 2012, foi lançado o Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul. Ambos os projetos estavam sob a égide da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Tais atitudes por parte do Governo Central confirmam a descentralização da política externa brasileira e apontam que a paradiplomacia ganhou terreno enquanto prática, sendo criada, inclusive, uma área específica no MRE para tratar do tema e coordenar as políticas das unidades subnacionais conforme as diretrizes da política exterior nacional.

No que tange ao Estado do Rio de Janeiro, 2007 foi um marco para a paradiplomacia. Neste ano, durante a gestão do Governador Sérgio Cabral, a área de relações internacionais do estado ganhou status de Subsecretaria, vinculada à Secretaria da Casa Civil através do Decreto nº 41.324 de 28/05/2008. A SSRI é dividida em cinco áreas: quatro Assessorias temáticas (Cooperação Internacional, Comércio e Investimentos, Financiamentos Externos, Relações Institucionais) e a Assessoria Especial.

A Assessoria Especial possui uma série de atribuições vinculadas ao suporte direto ao Subsecretário. É responsável por gerenciar as atividades administrativas, coordenar a atuação de grupos de trabalho específicos e exercer outras atividades no âmbito de sua função, mediante delegação ou designação do Subsecretário. Essa Assessoria também é responsável (em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e com a Assessoria de Cooperação Internacional), pelo trabalho de planejamento estratégico e acompanhamento das redes

4 Disponível em: < http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/74> Acesso em: 31 jul. 2017.

internacionais ligadas ao desenvolvimento sustentável das quais o estado faz parte: *Network of Regional Governments for Sustainable Development* (nrg4sd), *The Climate Group e o Regions for Climate Action* (R20).

A Assessoria de Cooperação Internacional tem como função coordenar, articular, negociar e acompanhar as iniciativas do governo do estado relacionadas à cooperação internacional descentralizada, assim como atuar em redes e foros mundiais e regionais de governos subnacionais. Sobre esta área, Spadale (2014) esclarece que ela está voltada tradicionalmente para a cooperação recebida, através de capacitação ou assistência técnica ou pela transferência de "boas práticas". A Assessoria de Cooperação Internacional também realiza contatos com agências governamentais.

A Assessoria de Comércio e Investimentos, por sua vez, tem como principais atribuições a atração de investimentos externos diretos para o Estado e a promoção do comércio exterior. Essa Assessoria possui uma grande articulação com a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico e com a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) do Estado. A atração de investimentos no Estado envolve questões externas e domésticas. No âmbito externo abrange a construção da imagem, a inteligência comercial, a organização de *outreachs* e *roadshows*, que ficam a cargo da Assessoria de Comércio e Investimentos. Já as etapas domésticas de apoio, acompanhamento após a instalação da empresa e o suporte com as questões jurídicas ficam a cargo da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, da CODIN e da Agência Estadual de Fomento (AgeRio).

No que tange à promoção comercial, a Assessoria de Comércio e Investimentos coordena o Comitê Regional do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), lançado em 2012 pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Atualmente inserido no Plano Nacional de Exportações, busca oferecer ações ligadas à cultura exportadora aos estados brasileiros por meio da mobilização e capacitação de gestores públicos, empresários de pequeno e médio porte e profissionais de comércio exterior. A área também lidera a construção de um

programa estadual de exportações, denominado Exporta Rio, composto por seis iniciativas que pretendem abarcar desde a construção de materiais de inteligência comercial ao atendimento à micro, pequenos e médios exportadores em parceria com instituições – estaduais e nacionais – que lidam com o comércio exterior. O programa ainda aguarda aprovação interna para ser lançado oficialmente.

Assim como as outras Assessorias, Comércio e Investimentos também recebe delegações, especialmente de empresas e de governos estrangeiros (nacionais ou regionais). Apenas entre 2011 e 2016 essa Assessoria recebeu cerca de 300 missões comerciais, que geraram um potencial de investimentos de aproximadamente US$ 15,2 bilhões e um potencial de criação de 15.160 empregos. Um exemplo de empresa que investiu no estado com participação ativa da Assessoria de Comércio e Investimentos foi a *General Electric* (GE), que gerou um investimento direto de US$ 205 milhões com a construção de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento no Parque Tecnológico Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (OLIVEIRA, 2014)".

A Assessoria de Financiamentos Externos tem suas atividades voltadas para a captação de recursos externos que são destinados a financiar projetos do Governo do Estado em suas diversas áreas. Entretanto, a captação de financiamentos externos é uma atividade complexa e geralmente demorada por envolver diretamente o Governo Federal necessitando de sua aprovação, já que é a União que cobre a dívida em caso de *default*. A Assessoria trabalha com captação de financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, além de doações. No período de 2007 a 2017, essa assessoria contraiu 20 projetos de financiamentos internacionais somando um valor de cerca de US$ 4,6 bilhões.

A Assessoria de Relações Institucionais tem como competências "planejar, preparar e organizar as missões oficiais do Governo do Estado ao Exterior", "assessorar o Governador por ocasião das audiências concedidas às delegações de autoridades estrangeiras em visita oficial ao Rio de Janeiro" e

"trabalhar, pela divulgação da imagem positiva do Estado no exterior, desenvolvendo, entre outras iniciativas, as relações com os correspondentes de imprensa estrangeira estabelecidos no Rio de Janeiro" (CASA CIVIL, 2013). Além dos aspectos operacionais decorrentes da realização das missões estrangeiras no Rio ou das missões fluminenses ao exterior, o setor também é responsável pela interlocução com os consulados e as embaixadas em questões de natureza protocolar. Ademais, essa Assessoria prepara *briefings* informativos para todas as reuniões internacionais mantidas pelo Governador ou Vice-Governador, com contribuições dos outros setores da Subsecretaria (SPADALE, 2014).

Esta Assessoria foi bastante atuante no período 2007-2017. Nessa época, o governador Sérgio Cabral e o então vice Luiz Fernando de Souza, lideraram 43 missões internacionais (18 países, 69 cidades, 383 agendas e um retorno de US$ 34 bilhões em investimentos no Estado), concederam 507 audiências a autoridades internacionais, além de participarem de 98 eventos internacionais, todos apoiados ou organizados por essa Assessoria.

Por meio dessa estrutura institucional, a unidade subnacional do Estado do Rio de Janeiro busca promover oportunidades de negócios e atrair investimentos, além de ampliar a possibilidade de cooperação, de financiamento externo e a visibilidade do Rio em âmbito internacional, ampliando a inserção mundial do Estado. Após um breve histórico da atuação internacional da unidade subnacional, a próxima seção objetiva analisar a interação entre este ente federado e o Governo Federal.

A relação entre Governo Federal e entidades federadas

Em termos gerais, mesmo quando os Estados investem na projeção de sua imagem no âmbito internacional, essa ação normalmente busca parcerias e investimentos e não independência em questões estratégicas, que sejam discutidas a parte do Governo Federal. No Brasil, as decisões estratégicas de política

externa são conduzidas pelos agentes diplomáticos. Os Estados e municípios brasileiros não têm ingerência na definição das metas e estratégias da política exterior brasileira e não é comum que os entes subnacionais se posicionem sobre acontecimentos internacionais, muito menos de maneira distinta das notas oficiais do MRE. Seguindo a linha argumentativa de Salomón e Nunes (2007), excluídas as questões afetadas à Alta Política (questões estratégicas), as áreas internacionais das unidades subnacionais se articulam ao redor de duas dimensões temáticas: a promoção econômica e a cooperação política e técnica.

A promoção econômica conta com amplo apoio institucional de órgãos federais como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI) que, além de manter contato com os estados a esse respeito, promove cursos de capacitação técnica. No que tange às exportações, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) criou e trouxe para o âmbito do Plano Nacional de Exportações, o Plano Nacional de Cultura Exportadora que foi lançado oficialmente em vários Estados. Essas ações deixam claro o interesse do Governo Federal nas questões relacionadas à promoção econômica dos entes subnacionais, especialmente os Estados. É interessante notar que parece haver uma convergência entre os interesses nacionais e os regionais, principalmente em relação ao desenvolvimento.

A cooperação técnica dos governos subnacionais com suas contrapartes (ou mesmo Governos Federais) em outros países ocorre normalmente com participação da ABC, a exemplo dos projetos de cooperação descentralizada citados na seção 3 deste artigo. Em termos de cooperação política, é comum que Estados e municípios brasileiros tenham "cidades irmãs" (através da assinatura de declarações conjuntas de irmanamento) e assinem Memorandos de Entendimento com suas contrapartes para cooperar em determinados temas. Entretanto, como não há base jurídica forte para a atuação internacional dos governos subnacionais, esses documentos tornam-se declaração de

intenções e não são juridicamente vinculantes (OLIVEIRA, 2014).

Um tema sensível é a captação de financiamentos externos, pois de todas as ações internacionais subnacionais, é a que possui o maior controle do Governo Central, uma vez que a União é avalista dos empréstimos e todo o processo tem que passar pelo poder legislativo. Além disso, a Lei nº 9.496, de 1997 (base para criação da Lei de Responsabilidade Fiscal) possui um forte teor restritivo da capacidade estadual de contratar operações de crédito interno e externo.

A partir disso, é possível observar que o Governo Federal está atento ao fenômeno da paradiplomacia e vem atuando em conjunto com entidades subnacionais, incentivando a atividade internacional paradiplomática em determinadas áreas. No que tange ao Rio de Janeiro, a relação entre a SSRI e o Governo Federal não é, de modo algum, conflituosa. Apesar da maioria das atividades da SSRI não exigir autorização expressa da União, a diversidade temática leva ao contato direto e à troca constante de informações com órgãos do Governo Federal como, MRE, MDIC, ABC, Apex-Brasil, assim como com o Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro (ERERIO) e com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA).

Considerações Finais

Não é apenas no meio acadêmico que a paradiplomacia está em voga. No Brasil, as áreas de relações internacionais de Estados e municípios têm se multiplicado nas últimas décadas. Os entes subnacionais brasileiros estão vagorosamente se organizando para possuírem uma articulação conjunta, prova disso, é existência do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI) e a recente criação do Fórum de Gestores Estaduais de Relações Internacionais (Fórum RI 27) que já conta com adesão de 17 membros, inclusive do Rio de Janeiro. Desde 2012, há um debate entre as áreas paradiplomáticas subnacionais e a União (representada pela Subchefia de Assuntos Federativos) para

a publicação de um Decreto Presidencial, visando estabelecer o Marco Jurídico de Cooperação Descentralizada no Brasil[5].

As evidências mostram que não há uma tensão entre os entes subnacionais e o Governo Federal no que tange aos temas internacionais. Apesar da paradiplomacia trazer ao MRE o desafio de coordenação de políticas externas, para que sejam convergentes com as prioridades nacionais, também propicia um maior ativismo do país em âmbito internacional, por meio da atuação de Estados e municípios, além de promover a captação de investimentos, de financiamentos e de projetos de cooperação que estimulam positivamente a economia e trazem ganhos políticos e sociais.

A descentralização de responsabilidades, em diversas áreas, é uma realidade no Brasil desde a Constituição de 1988 (ARRETCHE, 2002) e no campo das relações internacionais apenas seguiu-se essa tendência. A paradiplomacia se configura como uma nova forma de negociar e representar os interesses de Estados e municípios em âmbito internacional. É uma nova atividade diplomática, que se soma à diplomacia tradicional, gerida pelo MRE, e que tem o potencial de ampliar a representação de interesses no campo da política externa e trazer benefícios financeiros, comerciais, turísticos, políticos e sociais para os entes federados e a sociedade. Se bem coordenada, propicia ganhos múltiplos, convergindo os interesses estaduais e/ou municipais com as prioridades nacionais. No âmbito brasileiro, essa tendência vem se confirmando, como se observa a partir da relação de cooperação e parceria entre o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal, via MRE.

Conclui-se que essa posição de cooperação e não enfrentamento tomada por ambas as partes, é o melhor caminho a ser seguido. O Governo Federal pode e deve utilizar a paradiplomacia como uma ferramenta em prol do

5 Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/iii-seminario-e-a-vi-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-realizados-em-macapa-ap-nos-dias-18-e-19-de-agosto/marco-juridico-saf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

desenvolvimento local e nacional, já que essa atividade atinge diversas regiões e áreas temáticas que, em muitos casos, o Governo Federal sozinho tem dificuldades em alcançar.

Referências Bibliográficas:

AGUIRRE, Inãkin. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition, *Regional & Federal Studies*, v.9, n,1, 1999.

ARRETCHE, Marta. *Relações Federativas Nas Políticas Sociais*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, set., 2002.

BESSA MAIA, José Nelson. *A paradiplomacia Financeira dos Estados Brasileiros: Evolução, fatores Determinantes, impactos e Perspectivas*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BOGÉA, Antenor Américo Mourão. *A diplomacia federativa: do papel internacional e das atividades externas das unidades federativas nos Estados nacionais*. Brasília: MRE, 2001.

BRIGAGÃO, Clóvis. *Relações internacionais federativas no Brasil: estados e municípios*. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2005.

CASA CIVIL, Regimento Interno. *Resolução nº 303*, de 06/05/2013. Publicado em Diário Oficial dia 07/05/2013.

CEZÁRIO; Gustavo. *Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, 1985.

DUCHACEK, Ivo. *The territorial dimension of politics within, among and across nations*. London: Westview Press, 1986.

HILL, Christopher. *The changing politics of foreign policy*. Hampshire/New York: Palgrave, 2003.

HOCKING, Brian. *Localizing foreign policy*: non-central governments and mutilayered diplomacy. New York: St. Martin's Press, 1993.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Longman, 2001.

MIKLOS, Manoela Salem. Diplomacia Federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas Unidades Constituintes. *Carta internacional*.

v. 6, n. 1, jan.-jun. 2011.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. *A paradiplomacia no Brasil*: o caso do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, Patrícia C., 2014. Paradiplomacia Econômico-Financeira: O papel do estado do Rio de Janeiro (2007 - 2014). Trabalho de Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Unilasalle-RJ: Niterói, 2014.

PINHEIRO, Letícia. Autores y actores de la política exterior brasileña. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 9, 2009.

_____; MILANI, Carlos R S. *Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política* (Org.). Editora FGV. Rio de Janeiro, 2011.

PRIETO, Noé Conargo. O outro lado do novo regionalismo pós soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini (Org.), *A dimensão subnacional e as relações internacionais*, São Paulo: Editora da PUC/ Editora da Unesp/ Cedec/ Fapesp, 2004.

_____. On the Normalization of Sub-State Diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy*, n.5, 2010.

SALÓMON, Mónica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, jan-jun, 2007.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMAN, H.; SOLDATOS, P. *Federalism and International Relations: the role of subnational units*. *Oxford*: Clarendon Press, 1990.

SOMBRA, José Luiz. *Rio - de sede do reino às olimpíadas: a reinserção do Estado no cenário internacional*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, Ed. Especial, 2012.

SPADALE, Pedro. Relações internacionais de unidades subnacionais: a experiência do Estado do Rio de Janeiro. *CEBRI*, 2014.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais, Estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n.62, out., 2006.

RODRIGO DE OLIVEIRA PERPÉTUO

Secretário-Executivo do ICLEI América do Sul.

BRUNA CERQUEIRA

Gerente de Relações Institucionais do ICLEI América do Sul.

REDES E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIDADES E GOVERNOS LOCAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Introdução e discussão conceitual

Pode-se dizer que a importância de atores não convencionais para a sociedade internacional contemporânea elevou-se significativamente nas últimas décadas. Para corroborar tal afirmação, primeiro é importante qualificar a compreensão que se pretende para sociedade internacional contemporânea como um espaço complexo que permite a interação entre diversos atores, em múltiplos níveis. Em segundo lugar, é necessário compreender que a arena internacional apresenta elementos tais como o direito internacional, a diplomacia e instituições como as organizações internacionais, que colaboram para elevar a estabilidade do sistema e conferir a ele elementos que contribuem para a constituição do seu senso de comunidade (Whight, 2002). Nesse sentido, Olsson (2006), em sua obra que propõe uma reflexão sobre as dinâmicas de poder na sociedade internacional e seus respectivos impactos para a governança global, toma emprestada a definição de Jung (2001) para compreender o espaço de interação entre os diversos atores na contemporaneidade:

> A sociedade internacional pode ser conceituada como "[...] uma totalidade de reprodução econômica, política e simbólica baseada em um tipo ideal de sociedade moderna" (JUNG, 2001, p. 463-464). Este conceito torna-se fundamental para a operacionalização da presente pesquisa por diversos motivos. Em primeiro lugar, justifica a qualificação de "sociedade" para a realidade que se forma

> no espaço internacional, introduzindo um componente sociológico para a compreensão da interação entre os atores, as estruturas e processos societais na perspectiva da formação da própria sociedade moderna. Em segundo lugar, e ao contemplar a reprodução de instâncias, resgata para o debate o papel das identidades, que é central para a compreensão de questões da maior importância no âmbito internacional, como a denominada cidadania global e mesmo a democracia global. Em terceiro lugar, reintegra as dimensões econômica, política e cultural em um mesmo discurso, e, simultaneamente, desloca o foco da dicotomia ordem-anarquia para uma perspectiva mais abrangente e integradora da compreensão da realidade. (JUNG, 2001, p. 463-464, apud OLSSON, 2006).

Se o espaço internacional é, portanto, um espaço integrado de interação, que se pretende democrático, e que valoriza a identidade e a cidadania global, os governos locais podem converter-se em atores relevantes nessa sociedade, ao perceber a sua responsabilidade de mediação entre a cidadania e as instâncias decisórias internacionais, que muitas vezes definem de forma distante e descolada da realidade territorial, as diretrizes para o desenvolvimento.

Assim, se é possível assumir que prefeitos e autoridades locais são atores responsáveis e conscientes do seu papel e relevância na sociedade contemporânea, eles não poderão se furtar em participar da cena internacional. O farão, então, não por vontade ou desejo individual, mas por necessidade e dever de ofício. Pode-se elencar elementos determinantes para esta participação de cidades e governos locais na cena internacional, que se agrupam, como propõe Ramos (2008), em razões econômicas, políticas ou culturais, que não são mutuamente excludentes, ao contrário, devem ser percebidos como complementares e integrados: (i) globalização; (ii) integração regional; (iii) inserção de novos temas na agenda internacional; (iv) federalismo (ou a descentralização administrativa, onde há outras formas de organização do Estado); (v) urbanização e (vi)

"democratização" da política externa.[1]

Não é objeto principal deste artigo aprofundar cada uma das motivações e determinantes para a ação internacional das cidades e governos locais, mas cabe registrar que a internacionalização dos territórios acontecerá, com a participação direta e estratégica dos municípios e estados, ou mesmo sem ela. O mais interessante, por isso, seria o reconhecimento do fenômeno, a sua apropriação por parte das autoridades locais, e com isso a possibilidade do desenho de políticas estratégicas de relações internacionais que possam, por um lado prover as melhores condições para o aproveitamento de possíveis oportunidades vindas da seara internacional, como a cooperação técnica, recursos, turismo, dentre outras. Por outro lado, oferecer também as melhores condições para mitigar os possíveis efeitos desafiadores da internacionalização, como a fuga de capitais, a fuga de talentos, os processos migratórios, tráfico de pessoas, de drogas, dentre outros.

O fenômeno da paradiplomacia ou da diplomacia das cidades[2], como o Instituto Holandês de Relações Internacionais o chama, oferece algumas dimensões de atuação e instrumentos de ação: (i) cooperação internacional; (ii) relações políticas e representação institucional; (iii) promoção comercial e atração de investimentos; (iv) captação de recursos; (v) promoção de uma cultura de paz e solidariedade; (vi) marketing de cidades

1 Para uma discussão mais aprofundada sobre as motivações e determinantes para a ação internacional dos governos locais, veja: PERPETUO, Rodrigo de Oliveira. A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte.

2 A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial (PRIETO, 2000, p. 56, apud PERPETUO, Rodrigo de Oliveira. A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte)

(city branding)[3].

Compreendendo que também as dimensões de atuação estão correlacionadas e se fortalecem mutuamente, este artigo buscará analisar a dimensão da cooperação internacional, notadamente a sua perspectiva multilateral, que no caso dos governos locais pode ser, dentre outras possibilidades, exercitada e praticada por meio da participação em redes e associações internacionais de cidades, apontando mudanças em contexto para esta forma de atuação em uma reflexão a partir da perspectiva do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade na América do Sul.

2. Redes transnacionais e associações internacionais de cidades: instrumentos de cooperação internacional descentralizada

A cooperação internacional é um instrumento de política externa amplamente difundido entre os estados-nação, mas que também se torna uma prática cada vez mais comum para os governos locais que pretendem obter resultados como o fortalecimento institucional e das estruturas técnicas; captação de recursos para projetos e implementação ou ampliação da escala e impacto de políticas públicas; intercâmbio de conhecimentos e boas práticas; e apoio ao desenvolvimento sustentável, social e econômico das localidades envolvidas[4].

Há uma diferença conceitual singela que distingue a prática da cooperação entre estados-nação e entre governos locais. No caso da cooperação entre cidades e entre governos regionais, o termo mais utilizado e o conceito mais difundido é o da cooperação descentralizada, que a União Europeia (1992) define como:

3 Para uma discussão mais aprofundada sobre as dimensões da atuação e instrumentos para ação internacional de cidades, veja: PERPETUO, Rodrigo de Oliveira. A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte.

4 Idem, p. 101.

> Uma nova abordagem da cooperação que busca estabelecer relações diretas entre instituições de representação local, além de estimular a capacidade dessas instituições para elaborar e executar projetos de desenvolvimento com participação direta da população, levando em consideração seus interesses e pontos de vista sobre desenvolvimento. (COMISSÃO EUROPEIA, 1992).

Para melhor compreender este instrumento, vale a pena também visitar o conceito proposto por Hafteck (2003):

> Cooperação descentralizada consiste em uma relação substancial colaborativa entre governos subnacionais de diferentes países, visando a um desenvolvimento local sustentável que implica algumas formas de trocas e suportes conduzidas por estas instituições ou outros atores locais (Hafteck, 2003).

Uma questão digna de atenção aqui é que além dos objetivos anteriormente mencionados, há um esforço adicional no caso brasileiro que visa o aperfeiçoamento do chamado "pacto federativo". Transportado para a cooperação internacional, isso apontaria para a criação de um sistema federativo de cooperação internacional, onde estados e municípios seriam considerados na própria estratégia do país para a cooperação prestada e recebida, tema ainda pouco abordado e não observado na prática. Minimamente, entretanto, poderia se esperar uma postura colaborativa entre as três esferas de governo, que, preservando a sua autonomia, não buscariam a perspectiva descentralizada, mas sim complementar ou multinível. O conceito "emprestado" da União Europeia é questionado por alguns autores, como Alberto Kleiman (2009), que propõe o termo "cooperação internacional federativa":

> Trata-se de uma política governamental voltada para a promoção e a articulação de iniciativas externas promovidas pelos governos subnacionais, no sentido de apoiá-los na identificação de oportunidades e com o objetivo de estabelecer acordos de cooperação, bem como fomentar sua participação nos fóruns de negociação e cooperação. O conceito de cooperação internacional federativa está centrado no fortalecimento da estrutura federativa do Estado nacional, no qual a mobilização e a articulação entre as esferas de governo em torno das diretrizes da política externa tornam-se recurso importante não somente para a

> estratégia de inserção do país no cenário internacional, mas como fator de promoção de desenvolvimento dos governos subnacionais. (KLEIMAN, 2009, p.104)

Fato é que o termo cooperação descentralizada é o que ficou registrado nos documentos oficiais validados pelo governo brasileiro, notadamente o aditivo ao acordo quadro de cooperação entre o Brasil e a França[5], e o aditivo ao acordo quadro de cooperação entre o Brasil e a Itália[6], sendo por isso o termo mais aceito por operadores e pela academia.

No marco da cooperação descentralizada, um dos instrumentos é a participação em redes e associações de cidades, como será apresentado na próxima seção.

2.1 Redes e Associações Internacionais de Cidades e Governos Locais

Redes globais de cidades, ou associações internacionais de governos locais se constituíram como a principal forma de incidência de cidades em agendas globais e de coordenação coletiva com outros grupos de atores. Martinho (2011) propõe a seguinte definição para redes:

> Padrão de organização constituído, necessariamente de agentes autônomos que, interligados, cooperam entre si. Eles são elementos da rede. (...) Rede é um padrão de organização que produz ou é em si uma certa ordem. Ela é conjunto de pessoas (físicas e/ou jurídicas) autônomas que, em nome de algo superior, um objetivo consensual, realizam trabalho coletivo, cooperando entre si (MARTINHO, 2011).

O autor sugere que em redes a ordem é horizontal, portanto não hierárquica. Isso não significa, no entanto, que

5 Disponível em: http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/brasil-franca/franca-cooperacao-descentralizada

6 Disponível em: http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/brasil-italia

não deva existir coordenação mas que esta deve estimular a horizontalidade, diversidade e pluralidade de seus membros, fatores determinantes também para o grau de inovação que a rede terá, já que geralmente ela é uma instância em que os atores pactuam em torno de um objetivo comum, ou para superação de desafios comuns, o que requer, geralmente, um espírito empreendedor e criativo.

Um outro elemento estratégico em uma rede é a comunicação, especialmente os fluxos que permitem a troca de conhecimento e maior coesão entre os seus membros. Assim, a rede deve conferir poder a quem a integra, potencializando cada um dos participantes do processo.

A reunião entre cidades não é algo novo ou exclusivamente associado à era da globalização. Como fenômeno de dimensão global, ganha relevância a partir da criação da IULA em 1913 como uma associação de redes municipalistas nacionais e regionais para promoção da autonomia local; e da UTO em 1957 para promoção da cooperação técnica e irmanamento para construção da paz, que se fundem para a formação da rede Cidades e Governos Locais Unidos em 2004. (Salomón e Sánchez, 2008).

Esse movimento foi acompanhado e alimentado por uma crescente demanda dos governos locais por uma voz comum e própria junto aos espaços globais intergovernamentais, notadamente as Nações Unidas e as negociações multilaterais, o que se efetiva pela primeira vez em 1992 por meio da formalização do Grupo Principal de Autoridades Locais (Local Authorities Major Group) na Agenda 21, representado então pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, como um canal formal para participação deste além de outros oito grupos de atores relevantes para as discussões e atividades da ONU sobre desenvolvimento sustentável.[7]

Assim, ao longo das últimas décadas é possível observar a proliferação das redes em distintos formatos e a partir

7 Informações sobre os Grupos Principais e seus parceiros organizadores estão disponóveis em: https://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups/about

de distintos objetivos: de arranjos regionais a globais; de associações municipalistas de amplo escopo a redes temáticas; de organizações formalmente constituídas para representação política frente a Fóruns Nacionais e Regionais a redes de baixa institucionalidade para cooperação técnica e política.

Em particular, cabe destacar a tipificação largamente explorada na literatura especializada sobre governança das mudanças climáticas, de Redes Transnacionais de Municípios (Transnational Municipal Networks) (Bulkeley e Betsill, 2004; Kern e Bulkeley, 2009; Ferreira e Martins, 2011; Busch, 2015).

> Argumentamos que a governança transnacional é uma forma distinta de governança global, composta por atores transnacionais que operam em uma esfera política em que os atores públicos e privados interagem através das fronteiras nacionais e das jurisdições políticas. Importante ressaltar que esses atores devem se engajar em mecanismos de autoridade e governança para constituir redes de governança transnacional (Andanova, Betsill, Bulkeley, 2009).

Redes Transnacionais de Municípios são caracterizadas como redes não hierárquicas, horizontais e policêntricas, de associação voluntária, com um objetivo temático claro e específico, que vai além do lobby e mobilização, fomentando a implementação de medidas comuns entre seus membros (Kern e Bulkeley, 2009). Surgem na década de 90, tipicamente relacionadas à mudança do clima por sua natureza global e pelo reconhecimento de que as formas tradicionais de governança intergovernamentais não serão capazes de responder sozinhas ao desafio. Exemplos frequentemente referenciados são a campanha Cidades pela Proteção do Clima, do ICLEI, e redes especializadas como a C40 e a Climate Alliance.

Andonova et al. (2009) aponta alguns instrumentos usados por essas redes como i) o compartilhamento de informações; ii) a construção de capacidades; e iii) o estabelecimento de regras comuns.

Para os municípios associados, a participação em diferentes redes e associações de cidades pode ter motivações técnicas, políticas e mesmo institucionais. A perspectiva técnica está relacionada à troca de experiências e à busca por

conhecimento, capacitação e recursos, no sentido de acelerar, ampliar e melhorar os processos de desenvolvimento local. A perspectiva política-institucional pode estar relacionada tanto à busca por legitimidade de uma política ou programa local, a partir da sua aceitação e destaque internacional, como também pela tentativa de se articular com outros atores e de influenciar espaços internacionais contribuindo para o "empoderamento" dos governos locais. Sobre este ponto, Zapata (2016) nota que:

> (...) se reivindica la autonomía local como la gran bandera: autonomía para la toma de decisiones, para la elección de autoridades, para contar con una base fiscal propia, para cooperar y tener relaciones más allá de las fronteras. Se persigue la descentralización como la panacea, exigiendo "devolver" a los poderes locales lo que algún dia les fue proprio, y reequilibrando en "subsidiariedad" la repartición del dinero y de las competencias. (ALLAS, 2016)

Abaixo alguns exemplos de redes e associações internacionais de governos locais

Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) - Criada em 2004 a partir da fusão da IULA e UTO, é concebida como uma federação das federações, agregando redes regionais e nacionais. Tem como missão declarada ser a voz unida e defensora mundial do autogoverno local democrático, promovendo seus valores, objetivos e interesses, através da cooperação entre os governos locais e dentro da comunidade internacional em geral. Na América Latina é representada pela FLACMA e Mercocidades. www.uclg.org

ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade – Criada em 1990, se posiciona como a principal associação mundial de governos locais dedicada ao desenvolvimento sustentável, cuja rede global conecta mais de 1.500 governos de estados e cidades de diversos portes, em mais de 100 países. Tem como missão declarada construir e servir a um movimento mundial de governos locais para alcançar melhorias tangíveis na sustentabilidade global, com especial atenção às condições ambientais, através de ações cumulativas. Oferece apoio para que governos municipais e regionais desenvolvam suas políticas e ações pela sustentabilidade e serve como ponto focal para governos locais junto a conferências

multilaterais sobre sustentabilidade. www.iclei.org

C40 – Criada em 2005, é uma rede mundial de megacidades empenhadas em enfrentar as mudanças climáticas. Busca um impacto global significativo em redução de emissões de GEE e de riscos climáticos por meio da criação de um senso de propósito comum, oferecimento de um fórum para possibilitar a colaboração, compartilhamento de conhecimento e condução de ações significativas, mensuráveis e sustentáveis sobre as mudanças climáticas. A participação é restrita a cidades convidadas, hoje 91 cidades associadas. www.c40.org

Metropolis - Rede global de grandes cidades e áreas metropolitanas. Se posiciona como um hub e plataforma de metrópoles para conectar, compartilhar experiências e mobilizar em uma grande gama de questões locais e global. Além disso, propõe-se o ponto focal de experiências internacionais sobre governança metropolitana. Possui 137 grandes cidades e metrópoles associadas. www.metropolis.org

NRG4SD - A Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD) é uma rede global que representa governos regionais (estados, regiões e províncias) nas agendas de mudanças climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, em particular seguindo os mandatos das convenções e agendas da ONU. Possui 50 regiões associadas. www.nrg4sd.org

É relevante iluminar ainda, dois movimentos de união de forças e colaboração entre as redes para a busca de objetivos comuns, voltados para a representação de cidades em fóruns globais:

Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima - uma ampla coalizão de redes de governos locais foi criada em 2007, em resposta ao Plano de Ação de Bali da Convenção Climática das Nações Unidas, para garantir que um regime climático global forte e ambicioso fosse projetado e implementado no período pós Kyoto, com os governos locais e regionais plenamente reconhecidos, comprometidos e capacitados. A lista de redes participantes está disponível em: http://www.iclei.org/

climate-roadmap/about-us/partners-supporters.html

Global Taskforce of Local and Regional Governments - um mecanismo de coordenação e consulta criado em 2013, reunindo as principais redes internacionais de governos locais para levar as perspectivas dos governos locais e regionais para os ODS, Agenda Climática e Nova Agenda Urbana em particular. É o responsável por convocar a Assembleia Mundial de Governos Locais e Regionais, reconhecida pelo Documento final do Habitat III. Serve para ampliar a voz dos governos locais e regionais no cenário global. Teve seu mandato renovado pós-Habitat III para colaborar em recomendações em áreas políticas fundamentais e facilitar o acompanhamento da implementação das principais agendas globais no âmbito local. www.global-taskforce.org

2.2 Críticas e reflexões sobre a atuação das redes

Há uma escassez evidente de estudos sobre a efetividade das redes de cidades na utilização de seus mecanismos e no cumprimento de suas proposições. Grande parte dos trabalhos sobre a atuação em redes lança mão de estudos de caso, analisando a realidade pontual de um ou alguns municípios ou governos regionais de forma comparativa, trazendo a dimensão da rede como um componente da estratégia municipal para internacionalização ou para o desenvolvimento de uma política urbana ou setorial.

Algumas exceções feitas a trabalhos sobre as redes transnacionais de municípios, como os apontados acima, e a reflexões críticas feitas pelas próprias organizações ou por seus dirigentes, como o presente artigo. Apresentamos a seguir algumas das questões apontadas por reflexões das redes ou denotadas por documentos e movimentos:

a) Formas de participação e representação dos municípios em fóruns intergovernamentais e busca de novas formas de incidência.

Se bem se reconhecem, com mais ou menos ênfase, os

avanços e conquistas na obtenção de espaços de representação de municípios nas discussões intergovernamentais e no reconhecimento gerado por esses ao papel dos governos locais e regionais, com rebatimentos em temas como acesso a financiamento, observam-se inquietudes sobre as formas e espaços que tem sido buscados e ocupados pelos municípios nos fóruns internacionais. Questiona-se a eficácia da energia colocada nesses processos, porém com baixo consenso ou pouca clareza sobre o caminho a seguir, de um parlamento de prefeitos a um lugar autônomo na mesa global.

Eugene Zapata (2016) em seu prefácio ao Caderno 07 do Projeto ALLAs[8], faz uma reflexão sobre estes processos:

> La búsqueda por tener un lugar en el mundo llevó a los gobiernos locales a crear organizaciones, todas de derecho privado, como medio para "ser escuchados" en la escena internacional y ser reconocidos dentro del sistema de Naciones Unidas. Ha sido larga la lucha por ocupar un asiento en espacios de toma de decisiones como por ejemplo en la Unión Europea, en el Mercosur, en el Consejo Económico y Social de la ONU o en el Consejo de Administración de ONU–Hábitat. Sin embargo, ha llegado el momento de preguntarse si este tipo de reivindicación sigue siendo de actualidad. El Sistema de Naciones Unidas que hoy conocemos data del fin de la Segunda Guerra Mundial. Su arquitectura institucional no refleja más la realidad del planeta y mucho menos el dinamismo de las relaciones internacionales…
>
> Es en este contexto que debemos analizar si hoy sigue siendo pertinente la búsqueda por parte de los gobiernos locales a ser reconocidos por un sistema que no les es propio; en el que siempre han estado en posición, en el mejor de los casos, de observadores, por no decir de invitados de segunda categoría. Es cierto que la larga y legítima lucha de CGLU y sus organizaciones afines por existir en el mundo de los Estados–nación ha ido poco a poco dando frutos, gota a gota…
>
> Pero la actualidad y la velocidad de los cambios obligan a replantearse la estrategia. Es momento de crear un esquema de organización mundial mejor adaptado a las aspiraciones locales, que trabaje por resultados concretos y se guie por

8 Veja mais em: www.proyectoallas.net

una agenda propia. (ALLAS, 2016)

Neste sentido, ao menos duas iniciativas recentes refletem esse movimento de busca por alternativas, a primeira capitaneada pelo próprio projeto AL-LAs, de um processo de debate e demanda por 'Um Lugar na Mesa Global'[9] foi apresentada como uma declaração durante o Habitat III em Quito, em 2016. A segunda, também mirando as limitações dos governos nacionais e espaços intergovernamentais foi lançada por um chamado de Benjamin Barber, politólogo, à composição de um Parlamento Global de Prefeitos[10], por meio de seu livro 'If Mayors Ruled the World', como uma proposta de novo paradigma de governança global. A proposta foi articulada e colocada em prática em seu congresso inaugural em 2016. Como movimentos recentes, será relevante acompanhar sua evolução.

Em paralelo, a tarefa de acompanhar o desdobramento dos grandes marcos globais gerados pelo multilateralismo ao longo dos últimos anos nos contextos nacionais de forma a garantir a articulação federativa ou entre os níveis de governo também tem aparecido com maior frequência na pauta das redes.

Caberá observar nesses processos a busca pelo provimento dos instrumentos adequados para possibilitar a transformação nos territórios a partir de suas lógicas e necessidades próprias e como poderá se conjugar e ser potencializado pela articulação internacional dos atores.

b) Capacidade das redes em manter sua autonomia de agenda e prover reais oportunidades de transformação das realidades locais.

Em linha similar, uma preocupação adicional apontada por Zapata em seu texto diz respeito ao cuidado para que os processos de incidência não sejam um fim em si mesmos:

9 www.proyectoallas.net

10 Informações sobre a proposta, governança e atividades disponíveis em: www.globalparliamentofmayors.org

> Las nuevas redes de ciudades deberán superar la fase exclusivamente representativa y reivindicativa y salir al mundo con base en otros principios. Por un lado, habría que dejar de repetir discursos planos que proclaman las mismas consignas y demandan las mismas exigencias... La crisis de identidad de las organizaciones tradicionales de ciudades se empieza a vislumbrar. Esto quizás se debe a la multiplicación exponencial del número de redes, la cual parece ser proporcional a la reducción del interés y las capacidades de una ciudad para darles seguimiento (ALLAS, 2016).

A literatura sobre Redes Transnacionais de Municípios tem apontado ao ensaio de análises de estudo de caso sobre o impacto da participação nessas redes temáticas na implementação de políticas públicas por cidades membro (Martins e Ferreira, 2011; Back, 2012; Rashidi e Patt, 2017), com alguma coincidência sobre seu impacto positivo, como apontado por Rashidi e Patt sobre a influência das redes na adoção de políticas climáticas pelas cidades:

> Our study objective is to test this proposition quantitatively, making use of a global database on cities' environmental policy adoption, and also taking into account a large number of other factors that could play a role in climate policy adoption. Controlling for these other factors, we find that network membership does make a significant difference in the number of different measures that city governments adopt (Rashidi e Patt, 2017).

Mas pouco ainda se aprofundou sobre seu impacto transformacional das realidades locais e sobre seu impacto agregado.

Considerando o florescimento de organizações e redes neste campo, e as limitações de capacidade dos municípios para atuarem com todos, pode-se observar um movimento de seletividade na escolha de parcerias com um olhar pragmático aos ganhos gerados ao município, em especial no atendimento às suas necessidades, com o fortalecimento de capacidades, cooperação técnica para suprir lacunas em políticas públicas e acesso a recursos por exemplo.

Zapata chama então por um esquema de organização mais adequado a essas demandas:

> (...) Es momento de no sólo tocar la puerta de los Estados para formar parte de su sistema, sino de crear un esquema de organización mundial mejor adaptado a las aspiraciones locales, que trabaje por resultados concretos y se guíe por una agenda propia (ALLAS, 2016).

Nesse sentido, Toly (2008) propõe que a liderança técnica se torna uma força legitimadora na governança ambiental global, e a autoimposição de normas e metas comuns uma fonte potencial de contestação e subversão da política global.

Há potencial relevante para o aprendizado coletivo, a inovação por meio do desenho e teste em projetos piloto de novas políticas e formas de responder a desafios postos; o acompanhamento e monitoramento da evolução coletiva em pautas prioritárias, a cooperação contínua e duradoura entre as cidades com o compartilhamento de práticas e *benchmarking*, e a articulação de redes complementares de atores, como vertente prática do *advocacy* para potencializar a ação no território.

Para que se efetive, no entanto, um ponto de atenção importante e também pouco explorado em estudos diz respeito às formas administrativas e de financiamento dessas organizações, que podem influenciar diretamente seus objetivos finalísticos e suas capacidades de autonomia de formulação de agenda e de atendimento às expectativas de associados (Busch, 2016).

c) Desigualdade nas relações de poder entre os municípios participantes.

Alguns autores tem apontado a necessidade do aprofundamento das análises sobre os riscos do desbalanceamento nas redes. Bouteligier (2013) aponta que as redes não são livres de relações de poder, e que podem criar novas desigualdades e intensificar as existentes, se referindo as dimensões norte-sul. A exemplo disso, Fenton e Busch (2016) analisaram a coleção de estudos de caso da rede ICLEI globalmente e apontaram a existência de diferenças na presença entre regiões e temas apresentados, sugerindo o aprofundamento da análise.

Os benefícios para as cidades e governos locais participantes estão diretamente conectados à sua possibilidade de participação

e liderança nesses espaços. Essa possibilidade dependerá dos recursos financeiros, técnicos e humanos que o governo local esteja disposto ou possa investir neste tipo de atividade.

Em geral, cidades de países desenvolvidos tendem a destinar maiores recursos para este tipo de atividade, visto que a pressão local dada por problemas sociais, especialmente relacionados à pobreza, estão relativamente equacionados. Os exemplos mais recentes são Barcelona (sede de associações como CGLU e Metropolis), Montreal (sediando congressos como o do ICLEI em 2018) e Madrid (patrona da UCCI). Ainda assim, há exemplos como Quito, Belo Horizonte e Medellín, que indicam a possibilidade de algum nível de liderança e protagonismo por parte das cidades do sul.

d) Risco do diálogo endógeno

Um outro ponto de atenção é o da inclusão de interlocutores diversos nos debates e construções das redes. Zapata sugere que:

> La mayor parte de las organizaciones de ciudades son redes de gobiernos, en las que no se suele ver con buen ojo la presencia de otro tipo de actores. Sus eventos se reducen en general a encuentros entre personal político y administrativo (muchos de los cuales suelen ser los mismos) que recorren el mundo de ciudad en ciudad, de continente en continente, como un club de convencidos. Los congresos dedican mucho tiempo a protocolo, a la sucesión de discursos, siendo a menudo eventos cerrados, con nula o escasa participación de la academia, la sociedad civil o el sector privado (ALLAS, 2016).

Nota-se um esforço por parte das redes e associações internacionais de cidades nesse sentido. Seja por necessidade, já que os recursos para financiar as atividades já não são abundantes, e em outra frente, os próprios governos locais associados demandam interlocução com outros atores como a academia e o setor privado. Seja em função da própria dinâmica da sociedade internacional contemporânea, que, em função da sua complexidade, pressiona por plataformas e articulações multinível e multiatores.

e) Mecanismos de promoção da cooperação e intercâmbios

Em que pese a troca de experiência e o intercâmbio técnico ser um dos principais benefícios da participação em redes e associações de cidades, há críticas em relação a como esse processo vem sendo feito. Zapata (2016) é um dos críticos em relação a como os esforços são atualmente empenhados:

> En los eventos esporádicos se privilegia el intercambio de experiencias y de las llamadas "buenas prácticas". Paradójicamente, el intercambio se reduce a menudo a un desfile de presentaciones en Power Point, muchas de las cuales son meramente informativas o llenas de autocomplacencias. Éste es otro punto que tendría revisarse: no es lo mismo intercambiar experiencias que establecer alianzas para trabajar conjuntamente. Es interesante trocar rectas, pero es mucho más productivo trabajar de forma colectiva en la creación de soluciones (ALLAS, 2016).

As novas tecnologias e formatos de comunicação instantânea certamente abrem perspectivas adicionais à atuação global de múltiplos atores. Como incorporá-las de forma crítica, ética e com foco no propósito de fomentar a disseminação de conhecimentos, o intercâmbio e a cooperação para transformação nos territórios é uma reflexão que precisa ser permanente nas redes, considerando também como podem melhorar nossas capacidades de gestão coletiva do conhecimento.

É notória a dificuldade de mensuração desse tipo de ação. Há um debate contemporâneo em relação à eficácia da cooperação internacional, proposto pela OCDE, que poderia ensejar também uma frutífera discussão sobre instrumentos de mensuração e monitoramento da cooperação descentralizada. Além disso, algumas redes trabalham para desenvolver metodologias mais modernas e dinâmicas de aprendizado e troca.

Há, nesse sentido, uma tendência recente à aplicação de indicadores e rankings, que tem se proliferado, frequentemente por meio da colaboração com empresas privadas. Mas um estudo do Chicago Council on Global Affairs aponta o uso de metodologias pouco transparentes em análises qualitativas baseadas em dados escassos, não atualizados e dificilmente comparáveis (apud ALLAS, 2016), sugerindo atenção no uso de tais mecanismos.

Como se pode perceber, a tarefa da autocrítica e de se repensar é constante para os gestores de redes de cidades e para os próprios governos locais que delas participam. É uma tarefa complexa, que exige ao mesmo tempo uma gestão rigorosa e criativa para otimizar os recursos escassos, em sua maioria recursos públicos, que permitem a existência e o trabalho das redes e associações. É uma tarefa que indica a necessidade de conciliação entre a forma de fazer e o resultado perseguido, de forma que ambos possam favorecer transformações locais.

A seguir serão apresentadas em breves linhas as reflexões e exercícios em curso no ICLEI na América do Sul, como forma de compartilhar e contribuir com o debate global sobre o reposicionamento das redes e associações internacionais de governos locais.

3. ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade na América do Sul – contribuições para o debate

O ICLEI é uma rede global de governos locais fundada em 1990, às vésperas da Conferência ECO-92, com base no entendimento de que a ação local é fundamental para promoção global da sustentabilidade e em resposta aos anseios de 200 lideranças locais por um espaço nas discussões globais e de ação conjunta sobre o tema.

A rede reúne hoje cerca de 1500 cidades, estados e regiões pela agenda do desenvolvimento sustentável local e está presente em todas as regiões do mundo, por meio de 16 Escritórios e Secretariados Regionais e o Secretariado Mundial, com sede em Bonn, na Alemanha

Ao longo de sua trajetória, tem obtido e articulado em parceria com outras redes a participação dos governos locais e regionais em importantes espaços de negociação internacional sobre sustentabilidade, em especial, o Grupo Principal de Autoridades Locais nas discussões sobre Desenvolvimento Sustentável e os grupos de representação das autoridades locais nas Convenções sobre Mudança do Clima e Biodiversidade. Encampou campanhas pioneiras como a Agenda 21 Local, a

Cidades pela Proteção do Clima e Ação Local pela Biodiversidade. Produziu uma série de metodologias e ferramentas para apoiar a ação nas cidades; estudos de caso, conferências internacionais e visitas técnicas para promoção do compartilhamento de experiências e construção de agendas conjuntas.

Instalou-se na região inicialmente em 1994, e ao longo desses anos destacou-se no desenvolvimento e execução de projetos nas temáticas de: Agenda Local 21, Clima e Desenvolvimento de Baixo Carbono, Prevenção e Gestão de Sítios Contaminados, Gestão de Resíduos Sólidos, Compras Públicas Sustentáveis, Construções Sustentáveis, Biodiversidade Urbana, dentre outros. Atualmente, reúne mais de 55 associados em 8 países na América do Sul.

Ciente dos desafios contemporâneos das redes e associações de cidades, mas também dos próprios governos locais, o escritório regional do ICLEI iniciou em 2016, em reunião com os membros da rede na América do Sul durante o Habitat III em Quito, um processo de revisão de seu planejamento estratégico, de forma a reavaliar sua visão, objetivos e linhas de atuação. Esse movimento é calcado no princípio fundador da instituição, que é construir e servir a um movimento global de cidades e regiões que promovem a transformação em seus territórios por cidades mais sustentáveis, e com isso geram melhorias tangíveis na sustentabilidade global de forma cumulativa.

Para conduzir esse processo, conta com o apoio de instituições especializadas reconhecidas, como a Fundação Dom Cabral, e o escritório de consultoria jurídica Cedin. Nessa primeira etapa, a equipe executiva do ICLEI está desenvolvendo as bases de seu planejamento estratégico tendo em vista o fortalecimento institucional para o cumprimento da missão, para em seguida promover debates e consultas com a rede e poder incidir de forma crítica no processo de revisão da estratégia global da organização, em curso até o primeiro semestre de 2018.

Em linha com as reflexões feitas acima, a rede busca olhar para seu papel e efetividade na região, mirando a revisão de linhas e instrumentos de atuação com o objetivo de servir de forma

concreta a transformações em nossa rede de cidades associadas e à consolidá-la em toda a região. A seguir, serão compartilhadas as principais bases do planejamento em curso:

Valores

Como elementos que norteiam a atuação da rede, seu espírito e cultura organizacional, propõe-se: Proximidade e Participação; Excelência; Ética, Respeito e Transparência; Autonomia e Sustentabilidade; Cooperação

A seleção destes valores busca consolidar a proximidade da organização com seus membros para atender e apoiar suas transformações e a promoção da proximidade entre os próprios membros da rede; manter o nível de excelência na produção de metodologias, ferramentas e apoio técnico aos associados; manter a autonomia de agenda guiando a organização à sua sustentabilidade; e a cooperação, o atuar conjunto entre governos e organizações a partir das complementariedades como elementos centrais da cultura desejada.

Agendas

As agendas de trabalho do ICLEI são definidas pelo Plano Estratégico global da rede, revisados a cada três anos a ocasião do Congresso Mundial do ICLEI. São hoje 10: Cidades Sustentáveis, Cidades de Baixo Carbono, Cidades Resilientes; Cidade e Biodiversidade; Mobilidade Urbana Sustentável; Cidade Inteligente; Cidade Eficiente no Uso de Recursos e Produtiva; Compras Sustentáveis e Economia Verde; Cooperação Sustentável de Cidades-região; e Comunidades Felizes e Saudáveis.

Na América do Sul, a organização tem trabalhado ao longo dos últimos anos, em especial com as agendas de Cidades de Baixo Carbono, e baixo este guarda-chuva temas como energia e gestão de resíduos sólidos; Cidades Biodiversas; Compras Públicas Sustentáveis; e Cidades Sustentáveis.

A estruturação das atividades hoje é normalmente dada

pela agregação de projetos, em sua maioria projetos com a cooperação internacional. Três projetos e uma iniciativa em coalizão se destacam hoje por sua capacidade estruturante do trabalho da rede em seus temas:

O Projeto Interact-Bio, ou Ação Integrada pela Biodiversidade foi elaborado para apoiar regiões metropolitanas a compreenderem o potencial da natureza, principalmente em relação ao fornecimento de serviços essenciais para o dia a dia das cidades e, ao mesmo tempo, a melhorarem a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, gerando novas ou melhores oportunidades econômicas. Permitirá que os governos de diferentes níveis - do local ao nacional - agreguem seus esforços para integrar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos em atribuições fundamentais dos governos locais, tais como o planejamento territorial, a gestão do uso do solo, o desenvolvimento econômico local e projetos de infraestrutura.

Será implementado de 2017-2020 em três regiões metropolitanas no Brasil, Índia e Tanzânia, com apoio financeiro do Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB), por meio de sua Iniciativa Climática Internacional (IKI).

O Projeto regional **Áreas Protegidas Locais e Outras Medidas de Conservação dos Governos Locais** será implementado entre 2017-2020 pelos Ministérios de Meio Ambiente do Brasil, da Colômbia, do Equador e do Peru em parceria com a GIZ, ICLEI América do Sul e UICN, com apoio do Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, de Proteção da Natureza, da Construção e da Segurança Nuclear (BMUB) no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI).

No contexto das convenções internacionais ratificadas para a proteção da biodiversidade, os quatro países reconhecem os governos locais como importantes e legítimos atores na gestão das áreas protegidas. Contudo, esta medida de conservação ainda é pouco utilizada pelos governos locais, principalmente devido a limitações na estrutura legal e institucional, de financiamento e

de capacidade técnica e administrativa. Dessa maneira, o objetivo do Projeto é melhorar as condições dos governos locais para conservar a biodiversidade por meio da gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e outros mecanismos de conservação. O Projeto Estratégias de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono (Urban LEDS), busca apoiar a transição ao desenvolvimento urbano de baixo carbono em cidades em países de economia emergente, por meio da implementação da metodologia GreenClimateCities nas cidades participantes, integração da visão de baixo carbono nos planos de desenvolvimento dos municípios, desenvolvimento de novas ferramentas de apoio aos municípios e incidência nas negociações globais sobre mudanças climáticas. Em sua primeira fase, foi implementado pelo ICLEI e ONU-Habitat, com apoio da União Europeia de 2012 a 2016 em 37 cidades no Brasil, África do Sul, Índia, e Indonésia, em cooperação com cidades europeias.

A segunda etapa será implementada de 2017-2021, agregando atividades na Colômbia, Bangladesh, Laos e Ruanda; fortalecendo aspectos de adaptação e resiliência no processo; e com foco em viabilizar a implementação de ações nos territórios.

O Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia é a mais ampla aliança global comprometida com a liderança climática, para apoiar as cidades e os governos locais a se tornarem parceiros críticos dos governos nacionais na redução de emissões de gases de efeito estufa e riscos climáticos. Unifica formalmente o Compacto de Prefeitos e o Pacto Europeu de Prefeitos pelo Clima e Energia e visa padronizar a medição de gases de efeito estufa e vulnerabilidade, apoiar a construção de planos de ação climática, garantindo que todos os dados climáticos das cidades sejam públicos, consistentes e comparáveis. O pacto reúne atualmente mais de 7.400 cidades e governos locais de seis continentes e 121 países, que representam mais de 600 milhões de habitantes.

Na América Latina e no Caribe, o Pacto é dirigido por atores importantes: a União Europeia, as redes C40, CGLU (representada pela FLACMA e Mercocidades), ICLEI; o Banco

Latino-Americano de Desenvolvimento (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e ONU Habitat, trabalhando em conjunto com redes de cidades da região. É uma poderosa plataforma por prover um padrão comum para ação local e servir como um catalizador para dar escala e possibilitar a implementação de ações concretas.

Considerando a intenção de manter a autonomia de agenda da organização e buscar o potencial da rede como catalizadora de transformações nos territórios dos entes associados; dois portfólios deverão ser montados de forma robusta em 2018, nos temas de biodiversidade e mudança do clima, utilizando o cruzamento com as possibilidades proporcionadas pelos projetos previstos.

Alguns exercícios recentes vão na linha de usar os projetos para desenvolver ferramentas para rede e montar ofertas institucionais de apoio a todos os membros como benefícios tangíveis de sua associação, como o treinamento em andamento para elaboração de inventários municipais de emissões de GEE e sessões introdutórias aos temas trabalhados pelo ICLEI personalizadas a demanda dos membros. A intenção é aprofundar o desenvolvimento dessas agendas, oferecendo em 2018 opções de adesão a programas, junto com a associação.

Linhas de atuação

Para esclarecer e direcionar a forma como desejamos atuar na promoção das agendas temáticas, estabelecemos algumas linhas de atuação a perseguir e estruturar de forma prioritária, respondendo à visão em construção sobre o papel da rede no atual contexto:

- Compromissos voluntários e diretrizes para ação coletiva
- Desenvolvimento de metodologias e ferramentas para os municípios
- Capacitação de gestores e líderes locais

- Apoio técnico ao desenvolvimento institucional e planos municipais
- Advocacy: global e nos contextos nacionais – integração entre níveis de governo
- Cooperação cidade-cidade e em rede
- Acesso a Financiamento
- Comunicação, sensibilização, engajamento e juventude

As linhas se complementam e possibilitam a concertação das ações em rede. Compromissos voluntários, como o Pacto de Prefeitos explicitado acima, proveem um sentido comum à ação dos municípios da rede; metodologias e ferramentas oferecem uma base técnica para essas ações e cristalizam o aprendizado a partir de experiências bem sucedidas dos associados. Essas são disseminadas em capacitações presenciais ou à distância, que tem um sentido de fortalecer as gestões locais, criando capacidades em seus quadros para agir.

O advocacy, ou ações de incidência dos governos locais e regionais nas discussões globais, segue sendo uma ferramenta importante, mas passa a ter maior ênfase nos contextos nacionais, para promoção da integração multinível de políticas, a partir das demandas e necessidades dos governos locais para dar escala às ações. Exemplos no nosso contexto regional tem sido a atuação do ICLEI na co-coordenação da Câmara Temática de Cidades e Resíduos do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no acompanhamento do Plano Nacional de Adatação, e no Painel de Bio, para acompanhamento das Metas de Aichi. A linha de cooperação visa revisitar formatos bilaterais ou em grupos, a partir dos projetos em curso, mas também de experiências do ICLEI como o apoio ao Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27).

Também ganha enorme ênfase no contexto atual a ação concertada pelo acesso a financiamento, que visa esclarecer barreiras e caminhos para facilitar o diálogo entre cidades e financiadores, e qualificar projetos para permitir seu financiamento e implementação. Finalmente, para seguir com coerência a lógica do ator local como o mais próximo da população, a linha sobre

comunicação, sensibilização, engajamento e juventude visa testar formatos de qualificação do diálogo com a população e engajamento dos atores locais nas políticas de sustentabilidade, tendo na juventude o principal foco visando a transformação intergeracional.

Vertentes da estratégia de fortalecimento institucional

Para possibilitar a atuação contundente da rede e a consecução da visão apontada acima, um movimento de qualificação e profissionalização da própria gestão da organização se faz necessário. Nesse sentido, a estratégia de fortalecimento institucional do ICLEI na América do Sul tem como principais pontos:

Reformas de governança para aprimorar a gestão estratégica – a revisão do estatuto da entidade jurídica para aproximá-lo da estrutura da rede; a formação de um conselho consultivo ativo composto por notórios especialistas em suas áreas; a separação do Comitê Executivo Regional, tornando sua vinculação exclusiva à América do Sul;

Expansão regional para garantir a presença e proximidade da rede com a base de associados – até o final de 2018, objetiva-se selecionar membros da rede na Colômbia e Argentina como coordenadores nacionais da rede;

Qualificação do relacionamento com associados – por meio de ferramentas de gestão do conhecimento e relacionamento, estruturação de estratégia de comunicação, além da estruturação de ofertas tangíveis relacionadas à associação;

Sustentabilidade financeira com autonomia - explorando formas de diversificar as fontes de recursos e estruturando a gestão financeira interna de forma a conjugar a sustentabilidade da rede com a capacidade de promover agendas autônomas a partir das prioridades observadas pelos associados;

Estruturação organizacional – revisão da estrutura de equipe para atender às prioridades estratégicas e estruturação de

processos e procedimentos, de forma a permitir o crescimento estável da organização.

Espera-se que esse processo permita não apenas a ampliação da base de governos locais associados, mas principalmente o aprofundamento da relação entre rede e associado, de forma a proporcionar entregas com maior valor agregado e que contribuam para o desenvolvimento local sustentável.

4. Considerações Finais

A intenção do presente artigo foi buscar organizar uma visão geral do debate sobre redes de cidades, sem com isso pretendê-la completa ou acabada, e apresentar contribuições críticas para o exercício perene de se repensar e debater o papel dessas organizações para atuação internacional de cidades de forma a gerar transformações concretas em seus territórios e significativas quando agregadas.

O compartilhamento das reflexões em curso no ICLEI na América do Sul em particular visa abrir o debate, na esperança de receber contribuições a esse processo e, por outro lado, contribuir com as reflexões que certamente estarão em cursos em organizações similares.

Trata-se de um processo em curso, além de ser uma construção coletiva que necessita de tempo para maturação.

Contudo, a intensificação da democracia na rede, por meio da reforma estatutária, empoderando ainda mais os governos locais associados no processo decisório, a adoção do critério de proximidade com os membros, pretende-se aprofundar a relação com cada um deles, além de estimular maior participação dos mesmos na rede, o aumento dos investimentos em comunicação e a revisão do portfólio, visando qualificar a entrega da rede aos seus associados, tudo isso aliado a um esforço de participação e protagonismo em espaço de incidência política, são indicação do esforço empenhado para que o ICLEI América do Sul seja cada vez mais uma instituição realmente útil aos seus associados, e

que cumpra o seu papel também de fortalecer os compromissos globais pela sustentabilidade a partir da ação local cumulativa.

Referências Bibliográficas:

ALLAS. Los Gobiernos locales en la agenda internacional: ¿actores o espectadores?. Cuaderno para la internacionalización de las ciudades 07. Ciudad de México, 2016. Disponível em: www.proyectoallas.net Acesso em 14 de outubro de 2017

ANDANOVA, LB; BETSILL M. M; BULKELEY H. Transnational Climate Governance. In: Global Environmental Politics, 9:52–73, 2009. Disponível em: http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/glep.2009.9.2.52 Acesso em 14 de outubro de 2017

BACK, A. Agenda climática do município de São Paulo: contribuição de redes transnacionais de governos locais. In: Teoria e Pesquisa vol. 21, n. 2, p. 97-107, jul./dez. 2012.

BARBER, B. If Mayors Ruled the World: Dysfunctional Nations, Rising Cities. Yale University Press, 2013

BETSILL, M. M; BULKELEY, H. Transnational Networks and Global Environmental Governance: The Cities for Climate Protection Program. In: International Studies Quarterly, 48(2), 471-493, 2004.

BOUTELIGIER, S. Inequality in new global governance arrangements: the North-South divide in transnational municipal networks. In: Innovation The European Journal of Social Science Research 26(3) · September 2013 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262963141_Inequality_in_new_global_governance_arrangements_the_North-South_divide_in_transnational_municipal_networks

BUSCH, H; FENTON, P. Identifying the "Usual Suspects"—Assessing Patterns of Representation in Local Environmental Initiatives. In: Challenges in Sustainability 2016 Volume 4 Issue 2 Pages 1–14, 2016

BUSCH, H. Entangled Cities Transnational Municipal Climate Networks and Urban Governance. Tese de Doutorado na Lund University, Sweden, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308748027 Acesso em 14 de outubro de 2017

BUSCH, H..Linked for action? An analysis of transnational municipal climate networks in Germany. In: International Journal of Urban Sustainable Development, 1-19, 2015. doi:10.1080/19463138.2015.1057144

COMISSÃO EUROPEIA. Descentralized Co-operation: objectives and methods. Bruxelas: 26 de nov. de 1992.

FERREIRA, L; MARTINS, R. Climate Change Action at the City Level:

Tales from two Global Cities in Brazil. In: Management of Environmental Quality An International Journal, April 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236259024

HAFTECK, Pierre. An introduction to decentralized cooperation: definitions, origens, and conceptual mapping. In: Public Administration Development, p. 333-345, 2003.

KERN, K; BULKELEY, H. Cities, Europeanization and Multi-level Governance: Governing Climate Change through Transnational Municipal Networks. In: JCMSJOURNAL OF COMMON MARKET STUDIES, 47(2), 309-332, 2009.

KLEIMAN, Alberto. A cooperação internacional federativa como política de Estado. In: RODRIGUES, Gilberto; XAVIER, Marco; ROMÃO, Wagner (orgs). Cidades em relações internacionais: análises e experiências brasileiras. São Paulo: Desatino, p. 99-117, 2009.

MARTINHO, Cássio. Redes, síntese. 2011. https://documents.tips/documents/redes-sintese-cassio-martinho.html acesso em 18/09/2017.

OBSERVATÓRIO DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA. A cooperação descentralizada Sul-Sul e a Eficácia da Ajuda: uma mirada desde os governos locais da América Latina. Caderno 1 – Belo Horizonte. Montevidéu, 2014.

OLSSON, GIOVANNI. Poder Político e Sociedade Internacional Contemporânea: Governança Global com e sem Governo e seus desafios e possibilidades. Tese de Doutorado em Direito. UFSC. Florianópolis, 2006.

PERPETUO, Rodrigo de Oliveira. A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte. Orientador: Carlos Aurélio Pimenta de Faria. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2010.

PINO, Bruno, La dimensión regional de la Cooperación Sur-Sur: América Latina y la gobernanza de la cooperación internacional, in: Cooperação sul-sul: práticas, abordagens e desafios organização: Matilde de Souza, Otávio Dulci – 1ed. Ed. Fino Traço – Belo Horizonte, 2016.

PLUIJM, Rogier; MELISSEN, Jan. City diplomacy: the expanding role of cities in internacional politics. The Hague, Instituto de Relações Internacionais da Holanda Clingendael. Clingendael Diplomacy Papers, n. 10, 2007.

PRIETO, Noé Cornago. Diplomacia, paradiplomacia y redefinición de seguridad mundial: dimensiones de conflicto y cooperación. Cap. 3 In: ALDECOA, Francisco;

KEATING, Michael (Eds.). Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones. Madrid y Barcelona: Marcial pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, S.A., p. 55-77, 2000.

RAMOS, Leonardo. Internacionalização de cidades e gestão pública. O Debatedouro, 2008. Disponível em: http://www.odebatedouro.org/ramos78.html. Acesso em 27/05/2010.

RASHIDI, K; PATT, A. (2017). Subsistence over symbolism: the role of transnational municipal networks on cities' climate policy innovation and adoption. In: Mitig Adapt Strateg Glob Change, DOI 10.1007/s11027-017-9747-y

SALOMÓN, M; SÁNCHEZ, J. The United Nations System and the Process of Political Articulation of Local Authorities as a Global Actor. In: Brazilian Political Science Review, vol. 2, núm. 1, pp. 127-147, Associação Brasileira de Ciência Política São Paulo, Brasil,2008.

TOLY, N. J. Transnational Municipal Networks in Climate Politics: From Global Governance to Global Politics. In: Globalizations, 5(3), 341-356, 2008 doi:10.1080/14747730802252479

WIGHT, Martin. A política do Poder. Tradução: Sérgio Duarte. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Imprensa oficial do Estado de São Paulo. 2002

Sites visitados:

www.ibge.gov.br

ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/pdf/tab043.pdf

http://www.oecd.org

https://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf

http://observ-ocd.org/sites/observ-ocd.org/files/publicacion/docs/1_belo_horizonte.pdf

http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/brasil-franca/franca-cooperacao-descentralizada

http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/brasil-italia

https://blogfonari.files.wordpress.com/2012/08/rodrigo-perpc3a9tuo-_-dissertac3a7c3a3o-09-jul-2010.pdf

PARTE II

A trajetória da Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

A presente parte é composta por oito artigos que procuram resgatar a memória institucional dos dez anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI).

Os três primeiros textos seguem uma ordem cronológica e foram escritos pelos três primeiros Subsecretários da SSRI entre 2007 e 2017. Em seguida, passamos aos artigos dos responsáveis pelas quatro áreas nas quais a SSRI é estruturada: Assessorias de Comércio e Investimento; Cooperação Internacional; Financiamentos Externos; e Relações Institucionais.

Após essas Assessorias fazerem um balanço de suas atividades ao longo da última década, terminamos com um texto sobre a ação da SSRI nas discussões e ações referentes ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas.

Os textos a seguir foram escritos pelos responsáveis de cada área que tiveram total liberdade para redigir seus artigos.

EMBAIXADOR ERNESTO OTTO RUBARTH

Subsecretário de Relações Internacionais entre 2007-2009

ATUAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: JANEIRO DE 2007 A JULHO DE 2009

Ao assumir a chefia da Subsecretaria de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no início de 2007, os contornos do trabalho a ser desenvolvido estavam bem definidos e o objetivo estratégico muito claro, resultado de entendimentos anteriores com a chefia da Casa Civil, ainda em Brasília, antes de iniciar as minhas funções.[1]

As atividades deveriam ser direcionadas para reposicionar o Estado no mundo e resgatar sua tradicional projeção internacional, salientando a dimensão da economia fluminense e as oportunidades de negócios disponíveis, em encontros com interlocutores estrangeiros de peso. Valendo-se de atitude pró-ativa, o foco central do trabalho seria dirigido à captação de investimentos e à formação de parcerias em negócios, sem descuidar-se, contudo, de estimular a troca de experiências bem-sucedidas em outros países em setores como segurança, educação, saúde, transportes, inclusão social e esportes.

O consenso fundamental que deu origem a essa investida era o de que o Governo e a inicativa privada deveriam viajar ao exterior para apresentar à comunidade empresarial

1 As fontes das informações contidas no artigo são: anotações do autor; arquivos da SSRI; o livro "Rio, de sede do Império às Olimpíadas – a reinserção do Estado no cenário internacional", coordenação de José Luiz
Sombra, editado pelo Sistema Firjan, 2010.

estrangeira as várias oportunidades de negócios que o Estado tinha a oferecer e buscar intensificar as exportações, seja para parceiros tradicionais, seja para novos mercados. A mensagem a ser transmitida ao investidor estrangeiro era de que o Estado oferecia ambiente favorável aos negócios, resultado do bom relacionamento entre a administração pública e o setor privado. Os alvos eram as principais fontes de investimento direto no Brasil e no Rio de Janeiro e os maiores mercados atuais ou potenciais para as exportações fluminenses.

Com essa visão, as missões deveriam promover encontros entre representantes do governo estadual e grandes grupos empresariais estrangeiros; rodadas de negócios entre a comitiva empresarial e seus contrapartes externos, para facilitar a internacionalização de companhias fluminenses de pequeno e médio porte; e a discussão de modalidades de cooperação com diferentes países para implantar no Estado experiências exitosas em várias áreas. Uma das principais metas seria obter acesso a tecnologias inovadoras, para aumentar a produtividade das indústrias, estimular a geração de empregos e proporcionar o crescimento da arrecadação tributária do Estado, de maneira que o setor público retomasse a sua capacidade de investir. Cada contato deveria ser, ainda, oportunidade para promover a candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas 2016, inclusive com visitas a integrantes do Comitê Olímpico Internacional – COI – nos países visitados, como foram os casos do Japão, do Reino Unido e de Cingapura.

A execução da tarefa beneficiava-se de um pano de fundo favorável. No plano político, a conjuntura era propícia, em função da convergência então existente entre as três esferas de governo envolvidas – federal, estadual e municipal. Esta era situação nova, depois de longos anos de distanciamento, devido a agendas políticas discrepantes. O quadro econômico, por sua vez, era promissor, graças à recente descoberta das reservas de petróleo e gás do pré-sal , o anúncio de vultosos investimentos públicos em vários setores do Estado (entre outros, os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e o apoio firme da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan – às

inciativas que começavam a ser desenhadas, tanto na mobilização da classe empresarial local para engajar-se no projeto, quanto na facilitação de acesso a interlocutores externos de porte.

A atividade programada, contudo, era desafiadora e ambiciosa diante dos meios bastante modestos à disposição da SSRI de início: as instalações eram precárias, pois funcionava em espaço improvisado no antigo prédio do Banerj, no centro da cidade, com equipe reduzida, equipamentos ultrapassados e sem arquivo sistematizado onde encontrar antecedentes e referências indispensáveis. Tais limitações – gradualmente superadas – eram compensadas, desde o início, por um diálogo fluido e produtivo da SSRI com as equipes dos demais setores do governo, sobretudo com as unidades mais diretamente envolvidas nas atividades de promoção do Estado internacionalmente: as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda.

O esforço conjunto para colocar em prática o plano previamente definido traduziu-se, desde o começo, em reuniões frequentes com os colegas das duas áreas, a fim de familiarizar a equipe da SSRI com a agenda de temas prioritários das duas Secretarias. O entrosamento com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico propiciou conhecimento detalhado das principais diretrizes da política industrial do Estado, dos estímulos a serem adotados com o intuito de atrair investidores estrangeiros (fiscais, entre outros), a identificação dos setores mais competitivos da economia estadual, e os projetos em andamento ou em gestação. Através da Secretaria da Fazenda, a SSRI dispunha de dados sobre o quadro econômico-financeiro do Estado, suas tendências, e as linhas gerais da política monetária que estava sendo delineada. À medida que os temas de transportes foram ganhando proeminência na agenda, a SSRI também passou a manter estreita relação com a Secretaria de Transportes.

Além da coordenação inicial com essas Secretarias para harmonizar a mensagem a ser transmitida, passou-se a selecionar, em conjunto, os países, as autoridades e os grupos empresariais a serem visitados, e, por fim, à discussão dos principais pontos das apresentações que seriam feitas futuramente no exterior. Vale assinalar que os titulares das três Secretarias antes mencionadas

seriam integrantes chaves e constantes das missões realizadas posteriormente, como se verá mais adiante.

Note-se, desde logo, que na área governamental seriam visitados Presidentes, Primeiros-Ministros, Governadores, Prefeitos e autoridades dos setores educacional, ambiental, de infraestrutura, econômico-financeiro, de relações internacionais, de comércio exterior, transportes e esportes. No meio empresarial, previa-se reuniões com investidores nas áreas de energia, siderurgia, transportes, aeronáutica, automotivo, segurança, seguros e resseguros, desenvolvimento urbano, químico-farmacêutico, construção civil, construção naval, alimentos e bebidas, turismo, telecomunicações, eletroeletrônico e de tecnologia da informação, entre outras.

Um dos elementos decisivos para a execução do plano traçado foi a estreita relação com a Firjan, graças ao apoio da sua alta direção e à valiosa colaboração do então diretor do Centro Internacional de Negócios, Amaury Temporal, e de sua equipe. Em inúmeras reuniões, o time da SSRI discutiu e amadureceu com os seus contrapartes da Firjan as áreas prioritárias de negócios do Estado a serem apresentadas, a seleção dos interlocutores estrangeiros, a preparação de subsídios, a montagem de agendas e as providências logísticas para viabilizar as futuras missões.

Outro componente essencial para a organização das missões ao exterior foi a coordenação com as várias áreas do Itamaraty, tanto em Brasília quanto com as embaixadas e consulados da rede do Serviço Exterior Brasileiro no exterior. Os contatos em Brasília centraram-se, naturalmente, no Departamento de Promoção Comercial, onde a SSRI obteve informações sobre inteligência comercial, dados sobre fluxos correntes do intercâmbio comercial com diferentes países, principais produtos das pautas de exportação e importação e perfis de investimentos e mercados, entre muitos outros elementos. A colaboração das embaixadas e consulados nos países que seriam visitados, por sua vez, foi crucial para facilitar os contatos com os interlocutores, para a elaboração dos programas das visitas e para contar com apoio durante as viagens, inclusive a cessão de salas para as reuniões programadas e a organização de recepções em que os

visitantes tiveram oportunidade de intercambiar ideias e discutir negócios com potenciais parceiros, formando-se "networking" indispensável para a concretização de operações conjuntas.

Outro aspecto do trabalho que se mostrou especialmente útil foi a aproximação da SSRI com representantes do Corpo Consular sediado no Rio de Janeiro para a discussão de iniciativas conjuntas. Em conversas produtivas com os Cônsules da América Latina, da França, da Alemanha, dos Estados Unidos e da China, entre outros, foi possível identificar temas de interesse comum a serem explorados, com vistas a estreitar o relacionamento do Estado com esses países. A construção de diálogo aberto e efetivo com as Câmaras de Comércio bilaterais instaladas no Rio de Janeiro permitiu, ainda, que se obtivesse informações aprofundadas e pormenorizadas sobre os temas e as áreas que receberiam mais atenção na organização das missões ao exterior.

Com a transferência da SSRI para espaço apropriado no Palácio Guanabara, em instalações dignas, juntamente com a ampliação da equipe, (com a contratação de jovens versados em assuntos internacionais e comércio exterior e o oferecimento de estágios a formandos de cursos de relações internacionais de universidades fluminenses), bem como a melhoria dos equipamentos disponíveis e a revisão dos métodos de trabalho, foi se construindo uma estrutura que permitiu colocar em prática a estratégia concebida inicialmente.

O planejamento e a organização das missões ao exterior consistia, preliminarmente, na análise do relacionamento econômico-comercial do Estado com vários países, conduzida pela equipe renovada da SSRI em coordenação com Secretarias do Governo estadual e com a Firjan, e, complementarmente, com o MRE. A seguir, mantinha-se entendimentos com os consulados estrangeiros e as câmaras de comércio no Rio de Janeiro. Simultaneamente, a SSRI coletava dados de vários setores do Governo, a fim de preparar subsídios para as apresentações que viriam a ser feitas em cada país, produzia perfis de autoridades, descrição das entidades empresariais, breve histórico das características das empresas e histórico

das suas relações com o Estado, acompanhadas de biografias resumidas de seus diretores. Este material seria fornecido aos integrantes das missões, previamente às viagens, para disporem de quadro atualizado das questões que poderiam ser suscitadas durante os encontros programados. Este trabalho foi facilitado, em grande medida, pelos contatos próximos da Firjan com suas congêneres no exterior.

A partir dessa fase inicial, passava-se à etapa de montagem dos programas, à definição das agendas dos encontros e à negociação das datas para as visitas. Uma vez resolvidas essas questões, o passo seguinte e essencial dizia respeito às providências logísticas das viagens, tratadas com grande eficiência por setor específico da SSRI. Finalmente, próximo às datas das viagens, entrava em ação a equipe do Cerimonial do Governo, com trabalho exemplar para ajustar os compromissos do programa, acomodar as adaptações necessárias e tomar todas as providências – quase imperceptíveis mas fundamentais – para o bom desenrolar dos encontros, inclusive integrando as delegações e prestando apoio *in loco* durante a realização das visitas a vários países.

Os temas tratados nos encontros variavam em função dos interlocutores. Em visitas a autoridades governamentais, com pequeno grupo de participantes dos dois lados, eram abordados sobretudo assuntos políticos correntes, acompanhados de apresentações sobre o panorama econômico, as oportunidades de negócios e as possibilidades de trocas comerciais entre o Estado e o país visitado, com curta retrospectiva do relacionamento e ênfase nas perspectivas para o futuro. Em encontros com a direção de grupos empresariais, as conversações eram focadas em aspectos concretos ligados a operações econômico-comerciais. Em eventos com entidades empresariais, das quais participava número expressivo de diretores e gerentes das firmas a elas filiadas, oferecia-se uma visão geral da economia do Rio de Janeiro, seguida de apresentações setoriais, a cargo das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda, com projeção de vídeos informativos. Ao final, reservava-se tempo para perguntas

da audiência, encerrando-se a programação com almoço em que os participantes fluminenses e estrangeiros davam continuidade às conversações.

Ainda que o foco do trabalho recaísse sobre a área de investimentos e de negócios, também foram programadas conversações de natureza política, de cooperação internacional, de colaboração científico-tecnológica, entrevistas com a mídia e reuniões com dirigentes esportivos para promover a candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016, como se verá a seguir, através dos relatos de cada missão.

As missões propiciaram, em suma, interação de alto nível com personalidades representativas dos governos, das organizações empresariais e da cúpula diretiva de companhias de porte médio e grande dos países visitados.

A primeira missão foi à Colômbia (Bogotá e Medellin, de 22 a 25 de março de 2007), para conhecer de perto a experiência daquele país no combate ao narcotráfico e os seus programas de inclusão social e resgate da cidadania, com projetos de urbanização, instalação de UPPs (Unidades Policiais Pacificadoras) em bairros com alta violência e melhorias na prestação de serviços públicos. A missão tinha sido acordada previamente com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e coube à SSRI, recém-implantada, o acompanhamento dos encontros e de seus desdobramentos.

Os assuntos relativos à segurança pública foram abordados, de início, em reunião com o então Ministro da Defesa (hoje Presidente do país) e o Comandante das Forças Armadas. As autoridades colombianas relataram as medidas adotadas para melhorar o desempenho da polícia, dentre as quais a implantação de sistema com mudanças frequentes dos locais de trabalho dos policiais (para evitar a aproximação com criminosos e reduzir as chances de corrupção), a adoção de comando único, a ampliação da força, a utilização de inteligência policial e militar e a capacitação de agentes de segurança. Na sequência, a delegação visitou o Observatório de Delitos de Bogotá, que monitora a ocorrência de crimes e mapeia as áreas de maior incidência de delitos.

Em relação aos programas de inserção social, a delegação tomou conhecimento e intercambiou ideias sobre políticas e ações destinadas a promover a recuperação da cidadania de residentes em bairros pobres de Bogotá e de Medellin, tais como a melhoria da infraestrutura urbana, com a construção de quadras esportivas, bibliotecas (com acesso à Internet), ciclovias e parques, - simbolizadas emblematicamente pelo teleférico instalado em favela na periferia de Medellin -, juntamente com o aperfeiçoamento dos transportes públicos, a formação de parcerias com a iniciativa privada para a construção e manutenção de escolas, a regularização de títulos de propriedade, a criação de delegacias de família e instâncias de conciliação, campanhas educativas, formação de líderes comunitários e facilitação de acesso da população de baixa renda ao sistema judiciário. Visitou-se instituto de ressocialização, em Bogotá, que atende crianças retiradas das ruas, atraídas pelos programas oferecidos de esportes e música, pelos computadores com acesso à Internet e cursos profissionalizantes de mecânico eletricista, carpinteiro e pedreiro.

O resultado mais imediato da missão foi a vinda ao Rio de Janeiro, pouco depois, de técnicos responsáveis por vários projetos sociais na Colômbia, quando foi elaborado programa abrangente de cooperação na área de segurança pública. Os projetos de urbanização de favelas como Rocinha, Maguinhos e Alemão, por exemplo, tomaram como base as iniciativas colombianas.

A missão seguinte foi aos Estados Unidos (em Houston, Miami, Washington e Nova York, de 22 a 30 de abril de 2007) com o apoio da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro – Amcham. A visita começou em Houston, onde a delegação fluminense participou de tradicional seminário internacional sobre petróleo e gás e fez apresentações sobre a tecnologia brasileira nessa área, em conjunto com representantes da ANP e da Petrobrás. Seguiu-se reunião com executivos da Exxon para a discussão de investimentos da companhia no Estado, e conversações com a Fedex, no sentido de atrair a companhia a instalar centro de distribuição no Rio, aproveitando-se da boa infraestrutura aeroportuária e rodoviária fluminense. Parte da

delegação visitou o ex-Presidente George Bush (pai), ocasião em que foram abordadas questões relativas à tecnologia de produção de biocombustíveis disponível no Estado.

Em Miami, a programação iniciou-se com visita à empresa Medtronic – líder no mercado mundial de tecnologias médicas -, durante a qual a empresa formalizou a doação de duzentos equipamentos hospitalares para a rede pública de saúde do Estado. Em almoço-palestra na sede da "Brazilian-American Chamber of Commerce" da Flórida, os integrantes da missão apresentaram oportunidades de negócios no Estado e realizaram-se encontros de negócios entre empresários fluminenses e locais. Finalmente, a delegação reuniu-se com a empresa de resseguros "Transamerica Reinsurance", com o propósito de apresentar as vantagens de instalar-se no Rio, valendo-se da recente medida que acabava com o monopólio estatal no setor.

Em Washington, realizou-se mais uma vez almoço-palestra para apresentação da competitividade da economia fluminense a expressivo número de empresários norte-americanos. O programa incluiu, ainda, reunião no Departamento de Comércio, na qual tratou-se com o Vice-Ministro responsável pelas Américas de barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações fluminenses para os Estados Unidos, seguida de encontro com o Eximbank para conversar sobre modalidades de financiamento de negócios no exterior. Na visita ao Departamento de Estado, discutiu-se as relações bilaterais em geral, e no Departamento de Energia falou-se sobre petróleo e gás e fontes renováveis de energia. Para encerrar a programação, visitou-se a "Science Applications International Corporation – SAIC"-, a fim de sondar possibilidades de negócios com a empresa, que produz e exporta equipamentos de segurança de alta tecnologia.

A programação em Nova York começou com reuniões com o Grupo Electra (sócia da Supervia) e com a Oracle, mais uma vez com o objetivo de captar investimentos para o Rio de Janeiro. Os assuntos financeiros ocuparam os encontros seguintes com dirigentes do "First Boston Bank"e do "JP Morgan Bank", bem como com as agências de análise de risco em investimentos "Standard & Poors" e "Fitch Ratings", nas quais debateu-se a

situação financeira do Estado. Coincidência ou não, três anos depois das reuniões a agência "Standard & Poors" concedeu o grau de investimento ao Estado do Rio.

Pouco depois, realizou-se missão a Portugal (de 25 a 28 de junho de 2007), para, novamente, apresentar as boas oportunidades que o Estado oferecia a investidores estrangeiros, em decorrência do novo ciclo de investimentos públicos e privados que recebia. Nos encontros, destacaram-se as oportunidades nos setores de petróleo e gás, siderúrgico, químico-farmacêutico, de logística, indústria naval, produção audiovisual e de inovação tecnológica. Dada a importância do turismo na economia lusitana e o sucesso alcançado na promoção da hotelaria e gastronomia do país, este setor mereceu ênfase especial em várias reuniões. Um dos resultados concretos da missão foi a cessão gratuita ao Estado do Rio, pelo Instituto de Turismo de Portugal, da plataforma de seu portal turístico, sofisticada ferramenta para a divulgação das atrações do Estado. A delegação também participou de evento organizado em conjunto com a Embratur, durante o qual agências públicas e proprietários de hotéis no Rio de Janeiro apresentaram a operadores portugueses roteiros para visitas e discutiram campanhas para atrair turistas portugueses. Em reunião com a diretoria da TAP, salientou-se os investimentos previstos para o setor hoteleiro no Rio e o aumento estimado do movimento de turistas estrangeiros com a realização dos megaeventos esportivos programados para breve. A delegação reuniu-se, ainda,com executivos do grupo Vila Galé, interessado em investir na hotelaria do Rio de Janeiro, e com o Grupo Pestana- o maior conglomerado hoteleiro de Portugal – para tratar das perspectivas de ampliação de seus investimentos no Estado.

O projeto de reurbanização do porto de Lisboa e a recuperação das áreas degradadas em seu entorno foram objeto de várias conversações, para servir de subsídio ao plano de renovação da região portuária carioca que então se considerava. A delegação também foi recebida pela direção do grupo Espírito Santo, que atua nas áreas de gestão financeira, imobiliária, turismo, hotelaria, comunicações e agroindústria. Ao final das

conversações, acordou-se que o banco Espírito Santo buscaria tornar-se o principal intermediário nos fluxos de capital dos países ibéricos para o Rio de Janeiro.

Os encontros políticos em Portugal incluíram reunião com o Primeiro Ministro, durante a qual abordou-se a conjuntura políticaeconômica dos dois países, visitas de cortesia ao Presidente da Assembleia da República, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Presidente da República. Os contatos com autoridades governamentais e grupos empresariais demonstraram o interesse renovado das lideranças portuguesas em explorar novas oportunidades para a expansão da cooperação e dos negócios no Estado.

De 17 a 21 de setembro, realizou-se a missão à Itália, incluindo as cidades de Roma e Milão. Os principais setores apresentados e debatidos para a captação de investimentos foram os de extração e processamento de mármores e granitos, moda e design, petróleo e gás, transportes (trem de alta velocidade, fabricação de helicópteros, ônibus elétrico), indústria naval e telecomunicações. Na área de políticas públicas, discutiu-se formas de colaboração em projetos de segurança pública e de cooperação educacional, em especial para formação profissional.

Em encontro com várias autoridades na Embaixada do Brasil, o Vice-Ministro para a América Latina do Ministério das Relações Exteriores italiano salientou o interesse do seu governo em cooperação direta com estados e municípios brasileiros. O Vice-Ministro de Comércio Exterior sugeriu o intercâmbio de especialistas no desenvolvimento de distritos industriais e em políticas de apoio para pequenas e médias empresas, assim como expressou sua intenção de explorar a formação de parcerias no setor de biocombustíveis, através da ENI e da Petrobrás. Foi acordada, ainda, a cooperação italiana para a capacitação profissional de técnicos para a construção naval e processamento de granitos, em conjunto com o Senai/RJ.

As questões de segurança pública e de combate à criminalidade foram abordadas em encontros com o Ministro do Interior e com o Procurador-Geral da República, que relataram

a experiência italiana no enfrentamento do crime organizado. Foi acertada a ida a Roma de missão técnica da Secretaria de Segurança para aprofundar os entendimentos e acompanhar o trabalho de inteligência da polícia italiana.

As relações econômico-comerciais foram o tema central do Fórum Empresarial, com a participação de numerosos executivos locais, e de reuniões com diversas companhias. Mostrou-se o potencial para investimentos no setor de construção naval do Estado à direção da "Confitarma", associação de armadores e empresas marítimas de transporte de cargas e cruzeiros. Nas conversações com o presidente da Fiat e da Confederação das Indústrias da Itália, iniciaram-se entendimentos para a instalação de fábrica de caminhões no Estado. Na reunião com diretores da AlstomBreda e da Italplan, discutiu-se o projeto do trem de alta velocidade entre Rio e São Paulo. No encontro com a Finmecanica, procurou-se estimular a expansão dos investimentos da empresa no Brasil, particularmente para a produção de helicópteros no Rio, além de iniciar-se conversações para a fabricação, no Estado, de sistemas de segurança para aeroportos, controle de navios em portos e montagem de centros de controle para a segurança pública do Rio de Janeiro, programando-se futura visita de técnicos do Estado a Roma, a fim de dar sequência às iniciativas discutidas. Na visita ao Presidente do Conselho de Ministros, os assuntos principais foram a formação de consórcios entre empresas italianas e fluminenses para competir no mercado global, parcerias para a produção de energia alternativa e o interesse reiterado no projeto então em exame do trem de alta velocidade.

A etapa seguinte da missão ocorreu em Milão, iniciando-se com apresentações sobre o panorama da economia do Estado em Forum Empresarial para industriais da Lombardia. Foi assinado Memorando de Entendimento com a Promos – agência da Câmara de Comércio de Milão -, sobre cooperação nos setores de mármores e granitos, fabricação de móveis e design para resinas plásticas, com a participação do BID. Na reunião com a Prefeita milanesa, indicou-se o interesse em promover colaboração entre institutos de pesquisa da Lombardia e do

Estado do Rio. Em encontros com várias empresas, conversou-se sobre projetos e investimentos dirigidos à recuperação de áreas urbanas degradadas. O programa dos empresários integrantes da missão, por sua vez, consistiu em encontros de negócios e visitas técnicas a dezenas de empresas,

A missão ao Japão ocorreu de 11 a 15 de março de 2008, com visitas a Tóquio, Nagoya e Quioto. Sem deixar de preservar o formato padrão da comitiva, a missão desta vez contou com integrantes de novos setores, considerando-se os destacados avanços nipônicos em inovação tecnológica. Para tratar de cooperação no setor científico-tecnológico, incorporou-se à delegação um grupo de especialistas coordenado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, com representantes do Parque Tecnológico do Rio, da UFRJ, da UERJ e do Inmetro, em busca de aproximação com centros tecnológicos e indústrias interessadas em associar-se a instituições análogas no Estado. A coincidência deliberada das datas da missão com as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil terá contribuído para a receptividade dos anfitriões às ideias discutidas nos diversos encontros.

Os objetivos eram, mais uma vez, atrair investidores e apresentar oportunidades de negócios; adicionalmente, examinar mecanismos de cooperação entre centros de pesquisa japoneses e polos tecnológicos fluminenses. Os setores empresariais abordados foram os de transportes, indústria automotiva, siderúrgico, fontes alternativas de energia, infraestrutura e tecnologia da informação.

A missão iniciou-se com as costumeiras apresentações sobre a economia do Estado, em evento na sede da Federação das Indústrias do Japão, seguida de reuniões com diretores dos maiores conglomerados empresariais do país, como Toyota, Toshiba, Mitsubishi, Sumimoto Mitsui e Nippon Steel, além de encontros com agências governamentais de promoção de investimentos e de comércio exterior.

Na reunião com o presidente e executivos da JETRO (Japan External Trade Organization), a delegação fluminense ressaltou

a capacidade do Rio de Janeiro como plataforma de exportação e importação. Em encontro com a Nippon Steel - principal siderúrgica japonesa - , procurou-se motivar os seus dirigentes a investir em fábrica no Rio. Nas conversações com executivos da Mitsubishi, os empresários fluminenses assinalaram as novas oportunidades disponíveis nos polos econômicos do Estado, de modo a incentivar o conglomerado a ampliar seus investimentos no Brasil. Com o grupo Sumimoto, os entendimentos giraram em torno das vantagens oferecidas pelo Rio de Janeiro como centro distribuidor de mercadorias. Nas conversas com o JBIC (Japan Bank for International Cooperation), a comitiva procurou estimular os interlocutores a apoiar o projeto de gestão ambiental da Baía de Sepetiba, juntamente com o BID. Paralelamente, os empresários fluminenses realizaram grande número de reuniões de negócios e os componentes do setor científico-tecnológico, por sua vez, conheceram programas voltados à produção de inovações tecnológicas e discutiram modalidades de cooperação em visitas a universidades e instituições de pesquisa.

No campo político, a comitiva visitou o Ministro das Relações Exteriores e o Governador de Tóquio. A programação incluiu, ainda, visita protocolar ao Príncipe herdeiro Naruhito, membro do Comitê Olímpico Internacional, para promover junto a este eleitor influente do COI, a então candidatura do Rio a sede das Olimpíadas de 2016. Finalmente, a delegaçào deslocou-se a Nagoya, onde está localizado o centro tecnológico da Toyota e são planejados e produzidos os protótipos de novos modelos da companhia. Nessa ocasião, foi entregue carta aos diretores, em que o Governo do Rio formalizava o interesse em acolher no Estado a nova fábrica de carros populares que a empresa planejava abrir no Brasil.

Na sequência, a missão viajou à Coreia do Sul, de 17 a 19 de março, visitando Seul e Daejeon. As metas eram não só estreitar o relacionamento com os grandes conglomerados industriais e atraí-los para novos negócios no Estado, mas também aprofundar o conhecimento das experiências bem-sucedidas naquele país nos setores educacional e de produção tecnológica, a fim de buscar cooperação nesses campos.

Para isso, a delegação participou de Fórum Empresarial na sede da Federação das Indústrias Coreanas, com grande presença de empresários locais, e reuniu-se com diretores dos grupos econômicos mais importantes do país. No encontro com a Hyundai Motors, mencionaram-se os projetos do Arco Metropolitano, do setor siderúrgico e a construção do porto do Açu na região norte do Estado, de modo a despertar o interesse da empresa em investir no Rio de janeiro. Note-se que a Hyundai acabara de instalar fábrica de caminhões em Goiás e as autoridades fluminenses salientaram os atrativos do Rio para a instalação de outra unidade de produção que a Hyundai planejava construir no Brasil. A seguir, a delegação reuniu-se com a direção do grupo LG e ressaltou o potencial do Polo de Tecnologia da Informação de Petrópolis, na região serrana do Estado, mencionando as facilidades existentes para a instalação de parceiros estrangeiros. Na reunião com executivos da Samsung, foram indicadas, mais uma vez, as vantagens do Polo de TI de Petrópolis e também as oportunidades disponíveis para empresas de desenvolvimento de mídias digitais com a reativação do polo de cinema e vídeo na área metropolitana do Rio. Expressou-se o interesse na instalação de centros privados de pesquisa em TI, equipamentos eletrônicos e telecomunicações, salientando-se a disposição de oferecer apoio às empresas coreanas interessadas em investir.

Na esfera governamental, a missão reuniu-se com os Ministros da Ciência e Tecnologia e da Educação. Solicitou-se apoio para conhecer melhor a legislação coreana de estímulo ao crescimento da área científico-tecnológica naquele país, bem como acesso aos mecanismos concebidos para incentivar as parcerias público-privadas no campo da inovação. O resultado das gestões não tardou, pois um ano depois o Governo do Rio assinou acordo de cooperação com província coreana para que professores e especialistas coreanos viessem ao Rio a fim de compartilhar métodos utilizados no país asiático para a capacitação de estudantes de escolas técnicas no Estado. Discutiu-se, ainda, possível cooperação com entidades públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento da Coreia do Sul nas áreas de transportes, mídias digitais, biotecnologia, equipamentos de

segurança, metrologia e tratamento de resíduos sólidos e líquidos.

Uma das metas primordiais da missão era informar-se sobre o modelo empregado exitosamente na Coreia do Sul para promover as conexões entre a indústria e a academia e este assunto foi objeto de entendimentos em reuniões entre instituições sul-coreanas e representantes da Faperj, da UERJ, da Coppe/UFRJ e do Inmetro.

Em continuidade aos esforços para atrair investimentos estrangeiros diretos e diversificar as exportações estaduais, realizou-se em maio de 2008 missão à França, quando a comitiva governamental e empresarial reuniu-se com autoridades e empresas dos setores automotivo, farmacêutico, de energia, de cosméticos, aeronáutico e de petróleo e gás.

Em reunião com diretores da L'Oréal – líder global em cosméticos – o seu Vice-Presidente anunciou projeto de expansão da fábrica no Rio, assim como a decisão de investir na construção de Centro de Pesquisa na cidade, em local ainda pendente de negociação com o governo estadual, que se prontificou a buscar solução adequada. Na mesma ocasião, o Presidente da Firjan indicou que o sistema "S" poderia contribuir para a qualificação da mão de obra que a L'Oréal precisasse, através da negociação de acordo com esse fim. Em encontro com dirigentes da Servier – maior grupo farmacêutico privado da França -, o seu presidente revelou a decisão de expandir os investimentos na fábrica em Jacarepaguá, inaugurada em 2006, e deixou claro o propósito de ampliar a integração com institutos brasileiros para o desenvolvimento de fármacos contra doenças ligadas ao envelhecimento, sem prejuízo de outras pesquisas.

Nas conversações com o grupo "Eléctricité de France" – a maior geradora de energia elétrica do mundo, principalmente de fonte nuclear, e ex-controladora da "Light"-, os diretores declararam que a empresa dispunha de tecnologia inovadora para a construção de usinas nucleares e tinha interesse em participar do projeto de Angra-3, bem como estava interessada em tecnologias de ponta para a produção de eletricidade a partir de gás e carvão e de fontes renováveis, sobretudo solar e eólica.

A delegação fluminense procurou estimular a EDF a usar a sua tecnologia para a produção de energia com bagaço de cana no norte do Estado, além de comprometer-se a encaminhar o interesse do grupo pela nova usina nuclear projetada para o Rio ao Ministério de Minas e Energia. Durante a visita ao Grupo Safran – representado no Estado por sua subsidiária Turbomeca -, mencionou-se que a parceria poderia ser ampliada, em função da demanda crescente da Petrobrás por helicópteros para atender as suas atividades na Bacia de Campos. Em encontro com o Grupo Areva – líder mundial em energia nuclear e parceira de empresas locais na construção de Angra-2 – suscitou-se a sua participação na construção de reatores para Angra-3, e seus dirigentes reagiram positivamente, além de afirmarem o interesse em explorar a mineração de urânio no Brasil.

Nas discussões com a direção da Michelin – uma das empresas líderes no mercado mundial de pneus -, com fábricas instaladas em Campo Grande, zona oeste do Rio, e em Itatiaia, os executivos da companhia informaram que planejavam novos investimentos no Estado, desde que fossem superados os entraves para a importação de máquinas utilizadas na produção, e solicitaram apoio do governo fluminense para agilizar uma solução. Em reunião com representantes da empresa Total – maior grupo privado de exploração de petróleo e gás da França e associada da Petrobrás na Bacia de Campos -, os dirigentes afirmaram a intenção de aumentar os seus investimentos, mas apresentaram dúvidas quanto à regulamentação do setor. A comitiva estimulou a Total a entrar nos leilões previstos pela ANP. Os representantes da Total mostraram-se interessados, ainda, na exploração de gás nos campos de Tupi e Júpiter e indagaram sobre o modelo de aproveitamento comercial que a Petrobrás estaria cogitando adotar, de modo a contar com as informações necessárias para a tomada de decisão. Na conversa com a Technip – uma das principais corporações em engenharia, tecnologias e gerenciamento de projetos para a indústria de petróleo e gás em águas ultraprofundas e condições climáticas extremas -, os diretores ofereceram os serviços da empresa para a formação de profissionais especializados nesse segmento, de

modo a contribuir para viabilizar a produção das reservas do pré-sal. No encontro com a Peugeot-Citroen, incentivou-se a expansão da empresa no Estado e os seus dirigentes assinalaram que o objetivo da empresa era aumentar a participação no mercado brasileiro, dado o crescimento da sua produção e vendas desde a instalação no País, na década de 1990. Em reunião com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Paris – entidade que promoveu o Fórum Empresarial -, o presidente da Firjan expressou interesse em negociar protocolo de cooperação para o aperfeiçoamento de cursos de formação técnica e profissional. A exemplo de missões anteriores, realizou-se o Fórum Empresarial, em que a delegação governamental realçou a conjuntura favorável da economia fluminense e suas perspectivas no futuro próximo para aproximadamente 200 empresários franceses.

Na vertente governamental do programa, a comitiva reuniu-se, inicialmente, com o Ministro de Energia, Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, quando foi assinado protocolo de intenções sobre cooperação técnica em temas ambientais, abrangendo sistemas de transporte urbano, infraestrutura, utilização de biocombustíveis, coleta e tratamento de água, esgoto e dejetos, recuperação de áreas litorâneas e combate à poluição. Na visita ao Prefeito, discutiu-se a experiência parisiense na implantação de ciclovias e no uso de bicicletas para interligar os diferentes meios de transporte da cidade, que serviria de referência para o sistema adotado posteriormente na zona sul carioca. Na reunião com a Secretária de Estado de Comércio Exterior, a comitiva discorreu sobre os investimentos franceses no Rio de Janeiro e a anfitriã demonstrou interesse específico no projeto de conexão Rio-São Paulo por trem de alta velocidade, salientando as vantagens que a empresa francesa interessada poderia oferecer. As autoridades fluminenses dispuseram-se a aproximar a Secretária dos setores responsáveis pelo assunto no Brasil. A Secretária sugeriu, ainda, a negociação de acordo de cooperação sobre cursos de formação profissional no Rio de Janeiro, assunto a ser tratado com a colaboração da Firjan.

A missão encerrou-se na reunião com o Secretário-Geral Adjunto da Unesco, para tratar, de início, da candidatura de Paraty

a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Tomou-se conhecimento das etapas seguintes do processo e das providências internas previstas para obter o resultado esperado. A seguir, abordou-se a possível cooperação da Unesco na capacitação de professores de ciências exatas do ensino fundamental e médio da rede pública do Rio de Janeiro e a Secretaria de Educação ficou de prosseguir com as conversações,no sentido de negociar Memorando de Entendimento com essa finalidade.

A missão seguinte realizou-se na Alemanha, de 16 a 20 de junho de 2008, composta por autoridades governamentais, diretores da Firjan e Sebrae, empresas fluminenses e dirigentes da Câmara de Comércio Alemanha-Brasil no Rio de Janeiro. Foram visitadas as cidades de Berlim, Hannover, Hamburgo, Dusseldorf e Frankfurt.

Na capital alemã, o primeiro compromisso foi com a direção da empresa Siemens, que possui várias plantas industriais no Brasil e manifestou interesse em voltar a investir no Rio de Janeiro, na área de transportes (com vistas a participar da modernização do metrô e do projeto de trem de alta velocidade entre Rio e São Paulo), bem como no fornecimento de equipamentos pesados para a Petrobrás (turbinas, geradores, compressores). A comitiva salientou as oportunidades de negócios disponíveis no Rio com a ampliação do metrô e a consequente demanda por parcerias para a construção de novas linhas e aquisição de vagões. A delegação sugeriu a instalação da empresa na cidade de Três Rios, em função de regime tributário favorável e localização estratégica. Destacou-se, ainda, o potencial da indústria naval, a vocação do Estado como centro de logística e o projeto em construção, naquela época, do porto do Açu. Os dirigentes da Siemens mostraram-se vivamente interessados nas possibilidades apresentadas e foi acertada a continuação dos entendimentos com a Secretaria de Transportes.

Na reunião com o Ministro dos Transportes, o anfitrião reforçou inicialmente o interesse específico da Siemens na iniciativa do trem de alta velocidade. A delegação fluminense manifestou, de sua parte, a intenção de negociar convênio de cooperação técnica sobre prevenção de acidentes em rodovias

e foi acordado o aprofundamento das conversações. Indicou-se também o bom momento para contatos entre empresas alemãs e a companhia concessionária do metrô do Rio, em decorrência da expansão projetada. O Ministro alemão afirmou sua disposição de colaborar, por meio de cooperação técnica, para o aperfeiçoamento do sistema de transporte coletivo da área metropolitana do Rio. Ao tomar conhecimento do interesse do governo estadual em conhecer melhor a experiência alemã em administração de portos, o Ministro também ofereceu a possibilidade de negociar acordo de cooperação com esse objetivo. Finalmente, solicitou-se ao anfitrião para sensibilizar a Lufthansa a considerar a operação de voos diretos do Rio para a Alemanha, visto que favoreceria o movimento de passageiros e cargas e a companhia aérea passaria a contar com instalações modernas para suas operações, depois de concluídas as reformas previstas no Galeão. Na visita ao Ministro Adjunto das Relações Exteriores, o anfitrião referiu-se à experiência alemã na organização da Copa do Mundo de Futebol em seu país e à forte participação de empresas daquele país na montagem da infraestrutura e da segurança do mesmo megaevento na África do Sul, que aconteceria em breve, concluindo que os grupos alemães estavam bem qualificados a oferecer os seus serviços para a fase preparatória da Copa de 2014 no Brasil. Outro tópico abordado foi a formação técnico-profissional de jovens fluminenses para atender à demanda de investidores estrangeiros no Estado, a exemplo da capacitação prestada pouco antes pelo Sistema "S" à Thyssen Krupp. A reação positiva dos interlocutores indicava que este era campo promissor a ser tratado conjuntamente por entidades fluminenses e alemãs. Ao receber a delegação fluminense, o Vice-Ministro de Economia e Tecnologia, ofereceu de novo colaboração para os preparativos das Olimpíadas, caso o Rio viesse a ser escolhido para sediar os Jogos, e abordou, uma vez mais, o interesse alemão no projeto de trem de alta velocidade. Discutiu-se, ainda, possível intercâmbio para o desenvolvimento de biocombustíveis, principalmente etanol.

Na visita à fábrica de caminhões da Volkswagen, em Hannover, o presidente da empresa anunciou a decisão de

aumentar os investimentos na sua fábrica instalada em Porto Real, no sul fluminense, e foi assinado acordo para a formação de cadeia produtiva direcionada a atender a montadora da Volkswagen no Estado, assim como para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. Em Hamburgo, a programação iniciou-se com a realização de Foro Empresarial na Câmara de Comércio da cidade, com a presença de 50 empresas locais e dirigentes de entidades. Apresentou-se o panorama econômico do Estado, suas tendências e oportunidades de negócios, sobretudo projetos para a exploração de energias renováveis. O tema que concentrou as atenções nos encontros seguintes dizia respeito à renovação da área portuária do Rio, uma vez que Hamburgo abriga o mais importante porto marítimo e o maior centro de comércio exterior da Alemanha. Na reunião com a empresa privada responsável pela infraestrutura e pelo gerenciamento administrativo do porto alemão, os seus dirigentes apontaram as vantagens da privatização e colocaram-se à disposição para colaborar com o projeto de revitalização do porto do Rio que estava sendo concebido naquela época. A reunião seguinte foi com a direção da Hafen City, uma parceria público-privada encarregada do projeto urbanístico no entorno do porto, que abrange a construção de novas áreas comerciais e residenciais, novos pontos de lazer e cultura, hotéis, museu, shoppings, parques e escolas. As trocas de informações foram bastante proveitosas e serviram para iniciar diálogo com vistas ao estabelecimento de cooperação.

Em Dusseldorf, a programação começou com reunião com a empresa Lanxess, que faz parte do Grupo Bayer e dedica-se ao setor petroquímico. O presidente da companhia confirmou que havia completado a aquisição da Petroflex, em Duque de Caxias, e previa investimentos significativos em novas tecnologias e produtos, que exigiam capacitação e mão de obra especializada local. Para implementar as mudanças, solicitou apoio do governo estadual, que se mostrou disposto a atender. No encontro com o Governador da Renânia e Vestfália, discutiu-se qualificação profissional de jovens e formação de tecnólogos e acordou-se a negociação de protocolo de cooperação entre os governos

daquele estado e o do Rio de Janeiro, com participações das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e da Educação. Na mesma cidade, a delegação reuniu-se com a direção da Thyssen Krupp para tratar de questões pontuais relacionadas ao início das operações da Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Itaguaí, empreendimento resultante de parceria com a Vale. Em Frankfurt, a delegação reuniu-se com o Governador de Hessen e foi firmada Declaração de Intenções prevendo cooperação entre universidades e associações profissionais do Rio e daquele estado para a capacitação de pequenas e médias empresas em tecnologia da informação. Na continuação, ocorreram encontros com empresas de resseguros, com o propósito de atraí-las para se estabelecerem no Estado, tendo em vista a presença, no Rio de Janeiro, de várias instituições deste segmento de serviços e dos principais clientes em potencial. Foi acordado que novas conversações teriam lugar em breve com a Secretaria Estadual da Fazenda. Na conversa com a empresa Fraport, operadora do aeroporto de Frankfurt e de outros aeroportos em vários continentes, explicou-se a tendência que então se observava no Brasil à privatização da administração de aeroportos, através de concessões, e o interesse na associação com empresas estrangeiras. Consultou-se sobre a disposição da Fraport de elaborar estudo sobre a remodelação do Galeão, então programada, e os diretores da empresa disseram-se prontos a viajar ao Rio para discutir o projeto em detalhes.

A missão ao Reino Unido, de 1° a 5 de setembro de 2008, manteve basicamente o formato padrão das anteriores, mas a agenda foi ampliada com reuniões paralelas conduzidas pelos Secretários de Planejamento, Ambiente, Saúde e Turismo, que trataram de temas de suas respectivas áreas de competência com interlocutores britânicos. Na maioria dos encontros da programação principal, dois assuntos se destacaram: por um lado, questões ligadas aos preparativos para as Olimpíadas, que Londres organizaria em 2012, e que o Rio, àquela altura, acabara de passar para a segunda fase do processo seletivo; por outro lado, certas apreensões de companhias petrolíferas britânicas com possíveis alterações na lei do petróleo, tema que estava sendo discutido com grande repercussão, no Brasil, naquele momento.

O primeiro dia em Londres foi dedicado a temas das Olimpíadas, com as presenças do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e assessores. O compromisso inicial foi uma entrevista coletiva para jornalistas britânicos e correspondentes brasileiros. Na sequência, a delegação reuniu-se com o "Government Olympic Executive", órgão do Ministério da Cultura, Mídia e Esportes, cujos representantes salientaram aspectos do projeto londrino bem acolhidos pelos membros do COI e a importância, depois de vitoriosa a campanha, da montagem de uma malha de ligações institucionais entre órgãos públicos e entidades privadas para a execução da proposta. O grupo britânico mostrou-se interessado em colaborar com a campanha do Rio. A estratégia e a estrutura organizacional apresentadas em Londres serviriam, até certo ponto, como referência para a concepcão da fase final da campanha do Rio de Janeiro. Visitou-se, na sequência, a "London Development Agency"(LDA), agência da Prefeitura encarregada das obras de infraestrutura para as Olimpíadas. Os diretores realçaram o componente socioeconômico do projeto, particularmente a relevância da entrega das melhorias urbanas à população e a oferta de empregos temporários durante as obras. Em encontro com o vice-presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres, por sua vez, o anfitrião ressaltou a importância do engajamento do Ministério das Relações Exteriores na campanha, no sentido de avaliar os apoios possíveis dos eleitores do COI, já que tais providências haviam sido bastante úteis para o sucesso da candidatura londrina.

Os compromissos voltados para a captação e investimentos e promoção do comércio fluminense iniciaram-se com reunião com o grupo British Gas (BG), empresa que atua em todos os continentes na exploração, produção de gás liquefeito (LNG), transporte e geração de energia. No Brasil, a BG explora parte do campo de Tupi, no pré-sal, em associação com a Petrobrás, e mostrou-se satisfeita com o investimento, mas apreensiva quanto às mudanças que poderiam ocorrer na lei do petróleo. A delegação transmitiu a mensagem de que eventuais ajustes não modificariam a essência da lei e não prejudicariam investidores

estrangeiros. Para aprofundar o diálogo sobre o assunto, foi marcada reunião da Vice-Presidente responsável pelas atividades da empresa na Bacia de Campos, durante sua próxima viagem ao Rio, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Durante o Foro Empresarial, as autoridades governamentais proferiram palestras sobre a economia do Estado e suas perspectivas para 120 empresários britânicos, que indagaram principalmente sobre eventuais modificações na lei do petróleo. Seguiu-se reunião com a empresa "Foster & Partners", responsável por grandes obras de restauração no mundo inteiro, que declarou seu interesse na remodelação do Galeão. A comitiva mostrou-se receptiva e mencionou outras possibilidades, como a expansão da rede do metrô, a complementação da reforma do Maracanã e a recuperação da área portuária, acordando-se que as conversações prosseguiriam no Rio. Na reunião com a Shell, os executivos informaram que a empresa estava interessada em expandir os investimentos no Brasil, nas áreas de distribuição e de lubrificantes, além de manter a tradicional parceria com a Petrobrás e seu interesse em biocombustíveis. Mais uma vez, foram apresentadas preocupações com eventuais mudanças na lei do petróleo. No encontro com a "British Petroleum" (BP), os diretores da empresa expressaram interesse na produção de etanol no Brasil e informaram sobre estudos em andamento, à época, para investir na produção e logística de exportação do produto brasileiro. Indagaram a respeito de alterações na lei do petróleo e a comitiva procurou tranquilizá-los em relação a potenciais ajustes. Na reunião com a "Anglo American", os dirigentes da mineradora enfatizaram a importância do investimento feito no projeto Minas-Rio, que inclui a exploração de mina de ferro, unidade de beneficiamento (ambos em MG) e a construção de mineroduto até o terminal de minério do porto do Açu, em fase de implantação na época. Embora satisfeitos com o andamento do projeto, solicitaram o apoio do governo estadual para a obtenção de licenciamentos ambientais relacionados à construção de estrada de conexão e incentivos para a instalação de fornecedores nas redondezas do porto. A delegação agradeceu as informações, que confirmavam o bom relacionamento, e

afirmou continuar apoiando a iniciativa.

A programação continuou com encontro com grupo seleto de diretores de grandes empresas britânicas, dentre as quais o HSBC, a Rolls Royce, a Rio Tinto, a BP-Brazil e a cadeia de hotéis Orient Express. Nessa ocasião, foram apresentadas as oportunidades de negócios no Rio de Janeiro. Na reunião com o presidente da "British Airways", que também dirige a Confederação das Indústrias do Reino Unido, o anfitrião e a comitiva fluminense expressaram satisfação com a inauguração do voo ligando o Rio a Londres, previsto para daí a poucos meses, e a delegação consultou sobre o interesse da empresa em utilizar a capacidade então subaproveitada do terminal de cargas do Galeão, em vias de ser privatizado, e o presidente comprometeu-se a estudar a possibilidade. A comitiva também reuniu-se com a "British Telecom" (BT), operadora de serviços de telefonia celular e banda larga que atua em 170 países. Os executivos mostraram-se interessados em projetos no Brasil, em áreas como o governo eletrônico e o sistema de acesso a serviços de saúde, entre outras. A delegação deixou claro que o Estado estaria preparado para parcerias com a empresa britânica e os executivos foram convidados a visitar o Rio para dar sequência às conversações e conhecer melhor as oportunidades. A comitiva visitou, ainda, o projeto de reurbanização de antiga área portuária de Londres que estava sendo transformada em novo centro financeiro da cidade e bairro residencial. Anos antes, as docas tinham sido abandonadas, mas em 2008 a região estava sendo recuperada com a instalação de sedes de bancos, alguns jornais, comércios, hotéis e restaurantes. A estratégia para o reaproveitamento do espaço seria útil como referência para o projeto de revitalização da área portuária do Rio.

Ao final do dia, a delegação foi homenageada em jantar anual da empresa Lloyd's, que reuniu personalidades representativas dos meios financeiros e de negócios do Reino Unido. Em seu discurso, o então Governador do Estado aludiu ao momento positivo da economia fluminense e convidou os empresários britânicos a investirem no Rio de Janeiro. Em reunião com dirigentes da GlaxoSmithKline (GSK) – segunda

maior companhia farmacêutica do mundo – seus dirigentes comentaram a parceria com a Fiocruz/Manguinhos para a produção de vacinas e a delegação indagou sobre a possibilidade da GSK associar-se à Fiocruz para produzir vacina contra dengue. Explicaram os anfitriões que o estágio das pesquisas do laboratório britânico estava bastante avançado naquela época e já vinham discutindo o assunto com Biomanguinhos, mas reconheceram a complexidade da tarefa e comprometeram-se a seguir adiante com os entendimentos. Diante da sugestão da comitiva para que a GSK implantasse centro de desenvolvimento tecnológico no Estado, os diretores disseram que estavam abertos a aprofundar essa discussão. Na sequência, a missão visitou a "UK Partnership" para discutir modelos de formação de parcerias público-privadas, já que a organização britânica era responsável pelo assessoramento ao setor público em projetos dessa natureza. Os vários modelos desenvolvidos pela "UK Partnership" foram considerados inovadores e promissores e ficou acertado que técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento participariam, em breve, de treinamentos de curta duração oferecidos pela organização britânica.

Os contatos governamentais iniciaram-se com o Prefeito de Londres (hoje Secretário do Exterior), com quem debateu-se a participação do município nos preparativos para as Olimpíadas de 2012, assim como a experiência britânica em parcerias público-privadas, sobretudo nas áreas de saúde, assistência social e ambiental. Na reunião com o Ministro da Saúde, foram discutidas ações de atenção primária e acordado que este seria o setor prioritário da cooperação em saúde que se construía entre o Estado e o Reino Unido.

Para comprovar que o Rio de Janeiro voltava gradualmente a ser valorizado como interlocutor reconhecido em instâncias internacionais de discussão, vale registrar que o então Governador do Estado foi convidado a participar do Fórum Econômico Mundial, evento emblemático que reúne anualmente em Davos, na Suíça, altas autoridades governamentais de diversas regiões, diretores de instituições internacionais, dirigentes de grupos empresariais globais e destacados especialistas de diferentes

áreas do conhecimento. Em janeiro de 2009, delegação reduzida deslocou-se à Suíça, onde participou de encontro privado com o Primeiro-Ministro da Holanda, que se mostrou interessado na economia fluminense, de jantar em homenagem ao então Primeiro-Ministro da Rússia, Vladimir Putin, de reunião promovida pelo Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de vários painéis de debate sobre medidas para promover a mobilidade urbana e políticas voltadas para estimular o desenvolvimento sustentável, entre outras, e assim compartilhar propostas e boas práticas na busca de soluções para esses temas.

A missão à China e à Singapura, de 24 de junho a 4 de julho de 2009, diferenciou-se um pouco do formato habitual, pois era simultaneamente exploratória e serviu para a assinatura de contrato de compra de trens. Atendendo a convite do Governo chinês, a comitiva integrada por autoridades governamentais, empresários e dirigentes da Firjan e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, visitou as cidades de Pequim, Changchun, Wuhan, Xangai e Shenzen.

No primeiro dia, a delegação deslocou-se a Changchun (cidade industrial de 3 milhões de habitantes), onde foram acertados os detalhes finais para a assinatura de contrato de compra de trens para a Supervia, - operadora das linhas da zona suburbana do Rio – com a "Changchung Railway Vehicles (CRC)", fabricante de trens para o transporte urbano de massa, que conta com avançado centro de pesquisa e desenvolvimento. Com o mesmo fabricante, foi formalizada a aquisição de trens para o metrô carioca, de modo a atender a demanda crescente por este tipo de transporte. A delegação sondou a CRC sobre a possibilidade de instalar futuramente uma fábrica de equipamentos de transporte no Estado. O ato de assinatura do contrato foi realizado no Congresso do Povo, em Pequim, com a presença do Vice-Ministro de Transportes.

Na visita ao Banco de Desenvolvimento da China (CDB), a comitiva assinalou que o Rio de Janeiro estava recebendo vultosos investimentos públicos destinados a projetos de infraestrutura logística e energética, com destaque para a construção do Arco

Metropolitano, do Corredor Expresso da Avenida Brasil e para a preservação da Baía de Sepetiba, todos eles oferecendo boas oportunidades para investimentos chineses. Argumentou-se, na ocasião, que o nível dos investimentos chineses no Brasil ainda era modesto, havendo muito potencial a ser explorado. O diretor do Banco lembrou que o relacionamento se havia estreitado a partir de 2005, com os projetos então negociados com a Petrobrás, e que a China estava interessada em participar das obras de infraestrutura e da construção das instalações esportivas para as Olimpíadas, com o apoio do Banco. Anunciou, ao final, que o Rio de Janeiro havia sido escolhido como local da sede do escritório do CDB para a América do Sul. O encontro seguinte foi com o Prefeito de Pequim e ex-presidente do Comitê Organizador das Olimpíadas na capital chinesa. O anfitrião frisou que o Governo chinês estava comprometido a incentivar a internacionalização das empresas do país e propôs que as duas partes formassem grupos de trabalho para aprofundar discussões sobre expansão comercial e investimentos. A delegação fluminense sugeriu a visita de missão empresarial chinesa ao Rio, no ano seguinte, e mencionou a intenção de trocar experiências nos setores de transportes e habitação popular, assim como manifestou a disposição de firmar convênio com a Prefeitura a fim de compartilhar a experiência chinesa na preparação das Olimpíadas de 2008, caso o Rio viesse a ser escolhido para sediar os Jogos.

Na sequência, a delegação reuniu-se com a direção da "China Investment Corporation (CIC)", que administra o fundo soberano do país. Durante as conversações, apresentou-se panorama da economia fluminense e seus setores mais promissores, ainda pouco conhecidos da parte chinesa, que se mostrou receptiva à sugestão de estimular a expansão dos investimentos chineses no Estado e sugeriu o aprofundamento das conversações através das respectivas áreas técnicas. Ainda em Pequim, o próximo encontro foi com a "JAC Motors", montadora de veículos de alta tecnologia. A delegação discorreu sobre as vantagens que o Rio poderia oferecer para a instalação de fábrica da empresa no Estado e propôs visita de seus executivos ao Rio para prosseguir os entendimentos.

A seguir, a comitiva deslocou-se à cidade de Wuhan e reuniu-se com o presidente e diretores da siderúrgica Wisco ("Wuhan Iron and Steel Corporation") para a assinatura de Acordo de Cooperação Estratégica e instalação da siderúrgica no porto do Açu. O presidente da Wisco ouviu da delegação o seu interesse em incentivar a produção de vários tipos de aço no Estado, além da exportação de minério de ferro. Lembrou-se, ainda, as boas perspectivas de negócios para empresas estrangeiras interessadas em associar-se a companhias brasileiras para a produção de plataformas, sondas e navios a serem utilizados na exploração de petróleo no pré-sal. O anfitrião afirmou que o grupo queria ampliar os negócios com o Brasil e considerava atraente a possibilidade de atender o mercado brasileiro, inclusive com a fabricação de chapas para a indústria naval. Por ser a Wisco a segunda maior empresa na Bolsa de Valores chinesa, detentora de tecnologias avançadas para produção industrial e uma das principais fornecedoras de aço para projetos gigantescos, o resultado da reunião foi considerado animador.

Na sequência, a delegação visitou, em Xangai, a fabricante de automóveis Chery. A diretora da empresa mostrou-se bem informada sobre o mercado consumidor brasileiro e sobre a demanda existente por automóveis de boa qualidade e preços acessíveis e registrou o oferecimento das autoridades fluminenses para apoiar a eventual instalação da empresa no Estado e passou a considerar a possibilidade de investir em unidade produtora no Rio de Janeiro. Também em Xangai, a missão encontrou-se com executivos da "China Communications and Construction Company (CCCC)", maior grupo estatal de engenharia de transportes do mundo, que atua em infraestrutura de transportes, dragagem, construção de estradas e maquinário portuário, além de ser a maior fabricante mundial de guindastes para contêineres. Por ser contato inicial, foi cumprido o propósito de apresentar algumas oportunidades de negócios no Estado.

A etapa chinesa concluiu-se na cidade de Shenzen, em reunião com diretores da "BYD – Build your Dreams"- fabricante de carros elétricos e híbridos, que também produz baterias elétricas, equipamentos de captação de energia solar

para consumo residencial e sistemas de armazenagem de energia para empresas de eletricidade. Inovadora e ecologicamente responsável, a direção da BYD mostrou interesse em construir unidade produtiva no Brasil (para somar-se às suas fábricas na China e na Índia) e concordou com a proposta de enviar missão prospectiva ao Rio.

A missão a Singapura – esta pequena ilha com economia diversificada em que predominam indústrias de produtos eletrônicos, petroquímica, naval e farmacêutica, juntamente com forte setor financeiro -, era vista como iniciativa destinada a aproximar os interlocutores e dar início a entendimentos com potenciais interessados em fazer negócios com o Rio de Janeiro.

O programa iniciou-se com encontro com o presidente da "Keppel Corporation", que relatou o bom desenvolvimento do projeto da empresa no Estado, onde operava plantas de energia em Angra dos Reis, Niterói, Macaé, e poços de petróleo na Bacia de Campos. O anfitrião manifestou interesse em expandir as atividades da "Keppel", que também se dedica à construção civil, engenharia ambiental, reciclagem de água, logística e fabricação de equipamentos para a indústria petrolífera. Nesse contexto, a delegação referiu-se ao projeto de reurbanização da área portuária do Rio como oportunidade para a empresa ampliar a sua presença no Estado. Na reunião com a Temasek, "holding" de investimentos do governo singapuriano, seu diretor afirmou que as suas áreas prioritárias eram as de energia e de infraestrutura e reconheceu a modesta participação de Singapura em empreendimentos no Brasil. Mencionaram-se, então, os projetos da área portuária do Rio, do setor de transportes (aeroporto e metrô) e de saneamento como campos promissores para investimentos. Sugeriu-se especificamente a participação da Temasek na modernização e reorganização da Cedae, que naquela época preparava-se para a abertura de seu capital. Acima de tudo, a reunião serviu como ponto de partida para facilitar conversações mais aprofundadas.

Na reunião com o Ministro de Comércio e Indústria (que visitara o Brasil poucos meses antes), a comitiva

indicou como setores promissores para negócios a indústria naval (particularmente estaleiros), o setor energético, o de telecomunicações e o de transportes. Solicitou-se, ainda, a colaboração daquela autoridade para aproximar agências governamentais e empresas singapurianas de seus contrapartes no Rio de Janeiro. Na sequência, a delegação reuniu-se com a direção da "International Enterprise Singapore (IES)", entidade que promove empresas do país no exterior, com escritório em São Paulo, e que organizou evento com grupo de empresas a ela filiadas e atuantes nos setores de petróleo e gás, transportes, indústria naval, logística e moradia popular. Aproveitou-se para apresentar as oportunidades de negócios no Rio de Janeiro como primeiro passo para promover diálogo mais desenvolto. A delegação participou, ainda, de reuniões com dirigentes da CAAS, proprietária do aeroporto de Singapura - reconhecidamente um dos melhores do mundo em instalações e serviços - e da CAI, investidora e operadora de aeroportos em diferentes continentes, com a finalidade de expressar interesse no intercâmbio de experiências em gestão aeroportuária. A comitiva também manteve contato com o "Housing and Development Board (HDB)", responsável pelo programa público de moradias. O modelo descrito pelo HDB para facilitar o acesso da população a habitações com preços acessíveis mostrou-se bastante especial, uma vez que a agência governamental ocupava-se de construir a manter as moradias e arrendá-las por 99 anos aos interessados (85% da população), sem conceder-lhes, contudo, o direito de transferência a seus herdeiros.

A percepção geral dos membros da delegação, ao final da missão, era de que a vitalidade da economia da China, somada ao interesse do governo em impulsionar a internacionalização das empresas chinesas, assim como a abertura de Singapura para estimular novas parcerias econômico-comerciais, ofereciam valiosas oportunidades a serem exploradas para intensificar o comércio e consolidar a expansão dos investimentos desses países no Estado, sem deixar de reconhecer que a aproximação iniciada precisava ser amadurecida com novas iniciativas até construir-se relacionamento sólido e fluido.

Meu último compromisso internacional como chefe da Subsecretaria de Relações Internacionais coincidiu com os primeiros movimentos, no nível subnacional, destinados a fortalecer a agenda do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China, ainda sem a participação da África do Sul), associação que então se formava (a partir de reunião ministerial dos quatro países integrantes em Iekaterimburgo, em maio de 2008) e representava, à época, elemento novo no cenário de governança global. Independentemente dos temas abordados nas discussões, a oportunidade de colaborar para o processo em construção e para o lançamento de um tipo de relacionamento inédito com os demais participantes, justificava a ida de pequena delegação do governo fluminense ao encontro promovido pelo governo de São Petersburgo, reunindo representantes daquela cidade russa, do Rio de Janeiro de Mumbai e de Qingdao. O objetivo da iniciativa era estabelecer vínculos entre esses governos subnacionais para fomentar a cooperação em temas de interesse comum, bem como proporcionar aos representantes dos quatro países oportunidade de fazer intervenção na Conferência do BRIC que se realizava simultaneamente, com a participação de diplomatas, acadêmicos e empresários dos quatro países. Para este evento, foram convidados e participaram professores de universidades fluminenses. O então Secretário da Casa Civil e eu fomos designados para compor a comitiva governamental.

As delegações dos quatro governos regionais reuniram-se com empresa russa de construção de equipamentos para a geração de energia, com dirigentes da autarquia responsável pelo tratamento de água da região de São Petersburgo e debateram as perspectivas de cooperação entre as quatro cidades nas áreas ambiental, desportiva e cultural, além de participarem da abertura da exposição "São Petersburgo, Brasil, Índia e China", no Museu Histórico da antiga capital russa. Pela sua própria natureza, a missão desta vez não visava resultados econômico-comerciais; seu objetivo fundamental era demonstrar a intenção do governo do Rio de Janeiro de engajar-se, desde o começo, na construção do BRIC. Com este gesto de apoio, buscava o governo estadual confirmar o compromisso inicial de buscar a reinserção

do Rio nos diferentes foros e instâncias do cenário internacional.

Além das missões ao exterior de iniciativa da Subsecretaria de Relações Internacionais nesse período, registre-se, ainda, as viagens oficiais do então Governador do Estado para atender a compromissos externos específicos, sem envolvimento direto da área internacional na sua concepção e organização. Vale citar a viagem a Buenos Aires (maio/2007) para o lançamento de campanha promocional dos XV Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio naquele ano; a ida a Zurique (outubro/2007) para participar do anúncio oficial, na sede da FIFA, da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014; e vários deslocamentos vinculados à candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos, tais como a Lausanne (janeiro/2008), a convite do COB, para a entrega do caderno de encargos do Rio ao COI; a Atenas (março/2008), para o anúncio das cidades finalistas dos Jogos; a Pequim (agosto/2008) para a abertura das Olimpíadas; a Istambul (novembro/2008) para participar da Assembleia Geral do COI; a Denver, nos Estados Unidos, (fevereiro/2009), em nova etapa da campanha do Rio; a Londres (março/2009) para visita às instalações olímpicas de 2012; e novamente a Lausanne (junho/2009), acompanhado de diretores do COB, para as apresentações das cidades finalistas ao COI.

Nesse mesmo período, grande número de missões governamentais e empresariais de diversos países da Europa, da América do Norte e da Ásia visitaram o Rio de Janeiro para participar de seminários, fóruns e congressos, propor projetos, trocar experiências, discutir modalidades de transferência de tecnologias e prospectar oportunidades de negócios, em demonstração de interesse crescente pelas possibilidades disponíveis no Estado. Pela sua dimensão e representatividade, destacou-se a realização, no Rio, em abril de 2009, da edição regional do Fórum Econômico Mundial, quando cerca de 500 participantes, entre funcionários governamentais, empresários e executivos financeiros de 37 países discutiram possíveis estratégias para os países latino-americanos frente à crise econômica mundial.

Ainda que seja difícil quantificar até que ponto a intensa movimentação internacional em torno do Rio de Janeiro naquele período poderia ser resultante dos planos traçados em 2007 e das ações desenvolvidas até julho de 2009, é inegável que esta foi uma fase dinâmica, de extensa atuação do Estado no campo internacional, conduzida de forma consistente para chegar-se às metas pretendidas. O conjunto das iniciativas apresentadas neste artigo confirma claramente que as unidades subnacionais tem papel próprio a desempenhar na esfera internacional, com agenda específica, sem destoar das diretrizes centrais da política externa nacional, bem como capacidade de articulação para executar as ações planejadas, quando atuam em conjunto com outros segmentos do governo estadual e da sociedade local, como foi o caso.

É natural que a própria evolução dos acontecimentos determine a necessidade de ajustes e reformulações nas prioridades da atuação internacional de um Estado, mas quero crer que as bases para a reinserção mundial do Rio de Janeiro lançadas no período refletiram as prioridades definidas para aquela fase, aproveitando-se a vocação cosmopolita do Estado e a mobilização das suas lideranças para promover o Rio globalmente.

Para consolidar e ampliar os vínculos políticos, comerciais e financeiros fluminenses com o mundo, o empenho e o comprometimento observados naquela época requeriam continuidade, com as devidas adaptações, decorrentes de conjunturas diferentes. Assim, certos objetivos e prioridades vem sendo revistos pelas gestões seguintes, de modo a afinar a atuação externa do Estado às circunstâncias políticas e econômicas cambiantes, mas entendo que o direcionamento geral não se tem distanciado significativamente das linhas mestras do trabalho executado no período descrito e vem sendo preservada a atribuição primordial da Subsecretaria de promover a projeção internacional do Estado, com os necessários ajustes, a cada etapa de sua trajetória.[2]

2 Agradeço a colaboração de todos, particularmente à equipe da SSRI, pelo profissionalismo e dedicação.

EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO

Subsecretário de Relações Internacionais entre 2009-2011

MINHA PASSAGEM PELA SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA VÁLIDA E MARCANTE

Conheci o então deputado estadual Sérgio Cabral em julho de 1995, em La Paz. O conhecido homem público carioca havia sido, poucos meses antes, eleito Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A razão que o levou à Bolívia foi um encontro internacional de presidentes de federações de albergues para a juventude. Recorde-se que Sérgio Cabral era à época o presidente de federação brasileira. Como se sabe, a defesa dos idosos e a promoção dos jovens compunham as áreas de maior atuação do parlamentar na fase inicial de sua trajetória política.

Quando tomamos conhecimento de sua vinda, fui designado pelo então Embaixador do Brasil, meu chefe à época, para ficar à disposição do parlamentar fluminense, enquanto permanecesse na Bolívia. Assim foi. No curto período em que permaneceu em La Paz, estive com ele em alguns eventos oficiais e relembro, com satisfação, a travessia do lago Titicaca, a convite da simpática Maria Eugênia, então presidente da federação boliviana de albergues da juventude.

Houve muito mais adiante um segundo momento de convivência profissional com Sérgio Cabral. O tempo passara e eu o reencontro Governador do Estado do Rio de Janeiro, em

Lisboa, em julho de 2007. O bem-sucedido deputado estadual por mais de uma década dera um salto político. Consagrado nas urnas pelo eleitorado fluminense, em outubro de 2002, vencera a eleição para o Senado. Nesta casa legislativa, não completaria os 8 anos de mandato e quatro anos depois sairia vitorioso nas eleições para Governador, em 2006.

Em Lisboa, desde março de 2006, eu o reencontraria, na qualidade de Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil. Naquela ocasião, o Governador, em seu sétimo mês de mandato, cumpriu intensa agenda e realizou visitas ao Presidente Aníbal Cavaco Silva e ao Primeiro-Ministro José Sócrates, além de estar presente em atividades na área cultural, valendo destacar, entre outras, sua importante participação na cerimônia de lançamento da candidatura (afinal vitoriosa) do Rio de Janeiro (paisagem da cidade vista do Corcovado) ao título de uma das 7 maravilhas do mundo contemporâneo.

Nossa convivência naquela oportunidade terá, estou certo, incentivado o processo que resultou no convite que seria formulado por ele para que eu tivesse a honra de substituir meu colega e amigo Embaixador Ernesto Rubarth, no cargo de Subsecretário de Relações Internacionais do Governo de Rio de Janeiro. Este estava prestes a completar 2 anos e meio na função e buscava um substituto. Eu já superava, por minha vez, os 3 anos em Lisboa e procurava alternativas para o meu futuro profissional.

Quis o destino que, após vinte e três anos sem morar no Rio de Janeiro, eu voltasse à cidade para trabalhar na Subsecretaria e viver inédita e marcante experiência pessoal e profissional.

Vale realçar, a propósito, que o interesse de Governadores e também de Prefeitos pelo exercício de uma atuação internacional pode ser identificado em situações pontuais da História do Brasil, como durante o Império, nas questões migratórias, e na chamada Primeira República ou República Velha (período anterior à Revolução de 1930), com a obtenção de financiamentos e investimentos diretos pelos estados.

Nos anos sessenta do século XX, do ponto de vista rigorosamente histórico, cumpre recordar a criação da primeira Secretaria de Relações Internacionais de um estado da federação. No âmbito das estratégias que desaguaram no movimento político-militar de março-abril de 1964, foi criada, em Belo Horizonte, a primeira Secretaria de Relações Internacionais no Governo de Magalhães Pinto, em Minas Gerais. Seu titular foi o então Senador e ex-Chanceler de Jânio Quadros, Afonso Arinos de Mello Franco. O fato, à época inédito, deveu-se à articulação entre os líderes militares e Governadores oposicionistas com autoridades norte-americanas, que poderiam vir a reconhecer o rebelde Governo de Minas como eventual representante de um novo Governo do Brasil, caso o golpe fracassasse e daí surgisse a hipótese (improvável) de uma guerra civil no país. O fato é que, como sabemos, a aludida articulação tornou-se vitoriosa e o projeto mineiro de Secretaria de Relações Internacionais esgotou-se ali mesmo naquela experiência e não foi adiante.

Nas últimas décadas, podem ser destacados outros momentos relevantes das relações internacionais federativas, embrião do que, tempos depois, viria a ser denominado diplomacia federativa, inequívoco desdobramento da consolidação dos processos de redemocratização, integração e globalização, que marcaram recentemente a realidade brasileira.

Ainda durante o processo de abertura política que afinal conduziu à redemocratização do país, a eleição do líder trabalhista Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, em 1982, representou um marco a partir do qual pela primeira vez um estado da federação brasileira passou a ter uma agenda internacional. Tal fato foi possível, em grande parte, pela larga vivência do Governador no exterior e suas notórias ligações com a Internacional Socialista e os movimentos trabalhistas internacionais.

O notável processo de integração ao sul, mais especificamente entre o Brasil e a Argentina, e suas consequências no âmbito do Mercosul, constitui o segundo marco da paradiplomacia brasileira, em que estados e municípios passaram a atuar de forma direta com seus interlocutores mercosulinos. O caso do Governo do Rio Grande do Sul é exemplo emblemático

desse processo de integração, pois no período do Governador Pedro Simon (1987 – 1991) foi instituída a Secretaria de Relações Internacionais. Mais adiante, o Estado de São Paulo viria a criar também órgão ligado ao Governador e encarregado de prestar-lhe assessoria internacional.

Outra etapa significativa do processo em tela, desta vez no âmbito federal, foi a determinação do então Presidente Fernando Henrique Cardoso de estruturar no Itamaraty, em 1997, a Assessoria de Relações Federativas (ARF), ligada ao Gabinete de Ministro de Estado, com o objetivo de incentivar a aproximação com os estados e municípios, valendo-se muitas vezes da intermediação dos escritórios regionais do Itamaraty, sediados no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Manaus, Recife e Salvador.

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a mencionada ARF passou a fazer parte da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares – AFEPA, fruto de sua fusão com a antiga Assessoria de Relações com o Congresso (ARC). Paralelamente, no raio de ação da própria Presidência da República (Casa Civil), foi instituída a Subchefia de Assuntos Federativos, que passou a coordenar as ações do Executivo visando a dar um novo perfil, mais cooperativo e entrosado, às relações entre a União, os estados e os municípios, incluindo algumas vezes temas de relações internacionais.

O processo de globalização terá sido o fator propulsor para o Governo Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, a partir de janeiro de 2007, levar adiante autêntica revolução de métodos de atuação na área internacional. O Rio de Janeiro deixou de ser capital, mas não perdeu sua condição de referência. De principal destino turístico da América do Sul a grande produtor de petróleo e segunda maior economia do país, o Rio de Janeiro reunia todas as condições para viver, de 2007 em diante, um "boom" econômico, no qual a presença de uma Subsecretaria de Relações Internacionais teria papel relevante a cumprir. Criou-se, então a Subsecretaria, com estrutura jamais implementada anteriormente no Estado. Ligada na esfera administrativa à Casa Civil e operacionalmente ao Gabinete do Governador ela passou

a atuar no plano das relações internacionais com entidades nacionais e internacionais, na área da cooperação internacional, na promoção comercial, na captação de investimentos e no acompanhamento dos processos de financiamento externo relacionados com as secretarias estaduais. Em 2007, pela primeira vez, a área internacional foi chefiada por um diplomata de carreira, o Embaixador Ernesto Rubarth. Coube a mim substituí-lo a partir de agosto de 2009, ocasião em que concluí minha mudança de Lisboa para o Rio de Janeiro, onde passei anteriormente uma semana, em fevereiro daquele ano, a fim de me inteirar dos assuntos da Subsecretaria e ter com o Governador Sérgio Cabral meu primeiro encontro de trabalho, já na condição de futuro Subsecretário. Estimulado pela favorável conjuntura que diante de mim se apresentava, preparei-me para assumir o desafio profissional que o cargo me impunha. Tive desde o início a consciência de que deveria honrar o excelente trabalho realizado por meu antecessor. Graças ao empenho dele, aliás, já iniciei minha gestão em novas instalações, no anexo do Palácio Guanabara, em franco contraste com os exíguos espaços em que a Subsecretaria funcionou nos primeiros anos de Governo.

Logo na minha chegada, o tema dominante era a viagem que o Governador Sérgio Cabral faria, em setembro de 2009, a Paris. Duas motivações determinaram sua presença na capital francesa. Em primeiro lugar, Cabral seria condecorado, em cerimônia no Senado francês, com a Ordem Nacional "Légion d´Hounneur", instituída em 1802 por Napoleão Bonaparte, com a qual são agraciados civis e militares que mereceram a distinção máxima da nação francesa. Na ocasião, o Governador e comitiva, além de seus convidados, se deslocaram até o Palácio de Luxemburgo para a cerimônia de condecoração, na qual foram proferidos discursos de saudação e agradecimento. Naquele mesmo dia, à noite, realizou-se jantar oferecido por um casal de nobres franceses (ela cidadã brasileira) em homenagem ao Governador.

A segunda razão da presença do Governador do Rio de Janeiro na capital francesa foi o lançamento, em cerimônia na Embaixada do Brasil, da nova edição do Guia Michelin – Rio

de Janeiro. Recorde-se, a propósito, que o Grupo Michelin, um dos líderes no mercado mundial de pneus, câmaras-de-ar e cabos tem presença marcante no setor industrial fluminense. Em 1979, foi instalada a primeira fábrica Michelin em território nacional, localizada no Rio de Janeiro, para a produção de pneus para caminhões e ônibus. As ações e diretrizes da empresa para a América do Sul são coordenadas a partir do Brasil. O Grupo Michelin tornou-se ainda mais importante no Rio de Janeiro após a inauguração, em 1981, da unidade industrial de Campo Grande, na região oeste do município do Rio de Janeiro. Registre-se, ainda, a implantação, em Itatiaia, de um de seus maiores e mais modernos complexos industriais. Esse mencionado conjunto de instalações bem demostra a relevância do Grupo Michelin no Rio de Janeiro.

Por uma questão de justiça, vale salientar que o êxito da visita do Governador Sérgio Cabral a Paris se deveu em grande parte ao empenho dos representantes franceses no Rio, em especial o Sr. Cônsul – Geral da França na época, que não mediu esforços para a concretização daquela viagem e muito me ajudou em vários encontros visando a preparação do programa oficial.

Em fevereiro de 2010, após a viagem à França, realizei minha segunda viagem na qualidade de Subsecretário de Relações Internacionais. Desta vez o Governador foi a Londres e Barcelona e o objetivo central dessas viagens era a preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Londres foi escolhida em razão da vontade de verificar ao vivo pormenores da preparação para os anunciados Jogos de 2012. A ida a Barcelona se deveu ao fato de a capital da Catalunha ser até hoje exemplo de realização bem sucedida dos Jogos Olímpicos e de seu legado.

Em Londres, além de contatos a Ministra britânica dos Esportes, Tessa Jowell, e com autoridades do Comitê Olímpico britânico, o Governador realizou visitas às instituições destinadas a acolher diversos torneios das competições olímpicas, sempre no interesse de trocar informações e buscar elementos para nossa própria organização com vistas a 2016. Sérgio Cabral aproveitou sua passagem pela capital inglesa e fez uma visita de cortesia ao

Sr. Tony Blair, àquela altura muito festejado em face do debate dos temas acerca da chamada "terceira via" de governança. Blair, ainda em 2010, viajaria ao Brasil (São Paulo) e com Cabral se avistaria pela segunda vez naquele mesmo ano.

Em Barcelona, o Governador do Rio de Janeiro buscou indagar das autoridades catalãs que, em 1992, estiveram à frente da organização dos Jogos, tudo o que de mais relevante deveria saber com vistas a organização dos Jogos de 2016, cuja sede seria o Rio de Janeiro. Nesse contexto, julgo importante citar seu encontro com o Sr. Pasqual Maragall, ex-prefeito de Barcelona e homem público de grande influência local.

Registre-se, ainda, que em Barcelona o Governador teve a oportunidade de visitar a sede da Gas Natural e entrevistar-se com o Presidente mundial da empresa, Sr. Salvador Gabarró Serra. Na sede daquela companhia, o visitante participou de almoço em sua homenagem.

Antes de retornar ao Brasil, Sérgio Cabral manteve importante contato com o Governador da Catalunha, Sr. José Montilha Aguilera, a quem visitou em seu palácio de despachos.

Entre fevereiro e outubro de 2010, o Governador Sérgio Cabral realizou apenas uma curta viagem internacional, que o levou até Nova York a fim de atender convite do "Business Council for International Understanding" para participar de um ciclo de palestras. Naquela ocasião, destacou-se entre seus interlocutores, a Sra. Susan Segal, então CEO do "Council of the Americas", de larga vivência na América Latina, e que, a convite de Cabral, visitou o Rio de Janeiro meses depois da ida do Governador a Nova York.

No meu período como titular de Subsecretaria realço igualmente alguns momentos que merecem especial destaque. Em novembro de 2009, o Governador recebeu para um café da manhã a então Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, Sra. Navi Pillay. Na ocasião, Cabral dissertou com clareza e grande capacidade de expressão a respeito de todas as etapas do seu elogiado programa de segurança pública. Ouso dizer que de todas as entrevistas que presenciei do Chefe do

Executivo fluminense com autoridades estrangeiras, aquela foi a melhor. Sua inteligência e rapidez de raciocínio ficaram evidentes nesse encontro.

Vale recordar também todas as audiências concedidas a dirigentes do Banco Mundial e o BID, além das marcantes visitas do Príncipe Philippe de Bélgica, em maio de 2010, e do Lord Mayor da City de Londres, Sr. Alderman Nick Aunstee, em outubro do mesmo ano.

Inesquecível para mim, na verdade, foi a visita que, acompanhado do Governador e outras autoridades estaduais, o então Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso, realizou ao complexo do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho. A presença do mandatário europeu, após escalar alguns metros acima a famosa comunidade carioca, foi um autêntico acontecimento para todos os que ali viveram aquele momento. Durão Barroso conheceu um exemplo vivo de "comunidade pacificada".

Cumpre assinalar, ainda, que, ao lado do Governador Sérgio Cabral, estive na cerimônia de abertura do Fórum Mundial de Aliança das Civilizações, evento realizado em maio de 2010, encontro internacional que congregou centenas de representantes estrangeiros, espécie de ensaio do que viria a ser, em 2012, a Conferência das Nações Unidas Rio+20.

A campanha pela reeleição de Sérgio Cabral mobilizou naturalmente forças e recursos em prol do objetivo principal, o que o fez diminuir seu empenho em cumprir agenda internacional mais ativa a partir de abril de 2010. Exemplo disso é que entre abril e outubro daquele ano o Governador não mais se ausentou do país.

Em 3 de outubro de 2010, o Governador Sérgio Cabral foi reeleito, no primeiro turno, com cerca de dois terços dos votos, em consagradora vitória. Naquele mesmo outubro, no âmbito de modificações que começou a empreender no primeiro e segundo escalões do Governo, fui informado de que não permaneceria na Subsecretaria em seu segundo mandato. Havia planos, segundo constou na época, de imprimir "uma nova dinâmica" na área

internacional, o que francamente não sei se chegaram a ser concretizados.

Para minha satisfação, meu sucessor na Subsecretaria foi Pedro Spadale, jovem e promissor talento, dotado de notável espírito público. Ele vinha da Firjan, para onde havia ido, após trabalhar na Subsecretaria, convidado pelo saudoso Amaury Temporal, a fim de atuar no Centro Internacional de Negócios (CIN) daquela entidade.

Ressalte-se, a esse respeito, que Pedro Spadale atuou na Subsecretaria durante toda a gestão do Embaixador Ernesto Rubarth e comigo infelizmente apenas alguns meses. Orgulho-me até hoje de ter reconhecido oficialmente os méritos dele, promovendo-o para ocupar o segundo cargo na estrutura da Subsecretaria. Seu retorno foi festejado e posso testemunhar ainda o quanto o Governador o admirava, razão pela qual o convidou para ser o Subsecretário em seu segundo mandato.

Concluída minhas funções na Subsecretaria de Relações Internacionais do Rio de Janeiro, despedi-me dos colegas, em janeiro de 2011, e apresentei-me naquele mesmo mês ao Itamaraty em Brasília, com planos de servir no exterior.

PEDRO SPADALE

Subsecretário de Relações Internacionais entre 2011-2017

RIO GLOBAL

Contexto histórico

O Rio de Janeiro, ao longo de sua história e em todas suas versões, formatos e jurisdições – estado, cidade, distrito federal, capital da colônia, do Vice-Reino, do Reino Unido, do Império e da República – sempre teve uma forte vocação internacional. Desde sua gênese, logo após a chegada dos europeus, já era objeto de disputa entre portugueses e franceses. Por alguns anos, aqui chegou a ser estabelecida a "França Antártica", em plena Baía da Guanabara, no século XVI. Quem diria, aliás, que outras missões francesas, séculos depois, seriam muito bem-vindas e contribuíram de forma significativa para a cultura carioca, as artes, a arquitetura, o planejamento urbano, nos séculos XIX e XX.

Única cidade do continente americano a ser sede de um império europeu, quando a Família Real de Portugal se transferiu para os trópicos para escapar das tropas napoleônicas, o Rio de Janeiro possui um longo histórico de forte interação com o mundo. Capital brasileira por duzentos anos, de 1763 a 1960, tal condição implica *per* se na característica de ponto de contato com o exterior, funcionando como a principal praça do comércio internacional do país com a abertura dos portos às nações amigas e, a partir da independência, sede das representações diplomáticas estrangeiras em seu território. Além disso, o Rio é, tradicionalmente, um grande polo de irradiação cultural, por onde a cultura de outros países sempre entrou em nossas terras para contribuir na construção da nossa própria identidade cultural brasileira e que constituiu – e ainda constitui – uma das principais imagens que o mundo tem do nosso país.

Tal herança de séculos como capital nacional é responsável, em grande medida, pelo caráter cosmopolita do Rio de Janeiro. O fato de ter sido a mais importante "porta de entrada" do Brasil por tanto tempo influenciou muitos dos seus cidadãos a olhar com interesse para o exterior, a viajar, estudar e trabalhar "fora". Mais recentemente, mesmo após as profundas transformações pelas quais o Rio passou nesses últimos 50 anos – deixou de ser a capital do país e o principal centro econômico-comercial –, aquele legado secular imprimiu nos cariocas grande curiosidade pelo mundo e enorme receptividade para com o que vem "de fora", da mesma maneira que o encantamento dos estrangeiros por nossa riqueza cultural, pelas nossas belezas naturais e pelo nosso povo maravilhoso também não é diferente, gerando um eterno interesse mútuo.

Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro é a segunda economia do Brasil e a terceira maior população. Principal destino dos turistas estrangeiros que vêm ao país (cerca de seis milhões no total), entre um milhão e meio e dois milhões de "gringos" visitam o Rio por ano (aquém, todavia, do seu potencial). O Estado do Rio é sede de uma longa lista de empresas multinacionais, conta com representações consulares de mais de 60 países e com mais de uma dezena de organizações internacionais instaladas na sua capital. Correspondentes de imprensa estrangeira de dezenas de veículos internacionais estão baseados no Rio mostrando ao mundo o que acontece aqui em tempo real. Diversas linhas marítimas e aéreas comerciais das principais companhias brasileiras e estrangeiras conectam o Rio a todos os cantos do planeta. Personalidades mundiais da política, da economia, da cultura, do esporte, e de todas as partes, sempre tiveram passagem obrigatória pela "cidade maravilhosa".

Criação da atual Subsecretaria de Relações Internacionais

É a partir desse contexto histórico que se insere a atuação internacional, nas últimas três décadas, dos sucessivos governos estaduais que administram e representam este "Rio Global". Não

por acaso, consta que o Estado do Rio de Janeiro foi a primeira unidade da federação a contar com uma estrutura burocrática especificamente voltada para as relações internacionais, a partir do início dos anos oitenta, estabelecida em 1983. Como o objetivo desta publicação é registrar o aniversário de 10 anos da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI), órgão criado no início de 2007, na estrutura da Casa Civil - Secretaria de Estado que apoia diretamente a chefia do poder executivo e que coordena a atuação de todas as demais áreas da administração estadual -, então o conteúdo desse artigo estará voltado prioritariamente para as ações empreendidas nesta última década.

A criação da SSRI se insere no quadro mais amplo de um objetivo da administração que ora se iniciava em janeiro de 2007 em reposicionar o Rio de Janeiro no mundo. Após décadas de declínio da ex-capital nacional e do antigo principal centro econômico do país, a intenção era melhorar a imagem do Rio no exterior, associada à violência, à desorganização e à decadência econômica. Tal imagem negativa não contribuía para tornar o Rio atraente para turistas, investidores, pesquisadores, empresas e instituições estrangeiras desejosas de desenvolver novos projetos e novas parcerias, que acabavam decidindo por fazê-lo em outras regiões do Brasil ou em outros países. Fazia-se necessário, em 2007, que uma nova estratégia de inserção internacional desse Estado com tantas potencialidades fosse desenvolvida. Era urgente não apenas transformar o Rio de Janeiro, mas também reposicioná-lo no mundo.

O calendário internacional do Rio ao longo da década compreendida entre 2007 e 2016 foi impressionante. Pretensiosos que somos, propusemo-nos a sediar simplesmente os maiores eventos da humanidade. O Rio foi palco da sequência mais intensa de megaeventos internacionais já realizada em uma mesma cidade em tão curto espaço de tempo. Todos foram realizados com absoluto sucesso: Jogos Pan-Americanos em 2007; Fórum Urbano Mundial da ONU em 2010; Jogos Mundiais Militares em 2011; Rio+20 em 2012 (a maior conferência internacional já organizada pela ONU, em número total de participantes, e que contou com mais de uma centena de chefes de estado e de

governo); Jornada Mundial da Juventude (JMJ), com o então recém-escolhido (e super carismático) Papa Francisco e seus cerca de três milhões de "peregrinos" em 2013; Copa do Mundo em 2014 e, por último, o maior evento de todos, que representa o maior esforço de mobilização civil em tempos de paz, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – os Jogos Rio 2016.

A Subsecretaria de Relações Internacionais apoiou de diferentes formas a organização de todos esses megaeventos. Entretanto, a agenda internacional do Estado do RJ foi muito além dos eventos. Para ilustrar com alguns números, ao longo desta década, a SSRI atuou diretamente na recepção de mais de 900 missões estrangeiras em visita ao Rio, provenientes de mais de 100 países e de 25 organizações internacionais. No sentido inverso, organizou 113 missões ao exterior, que visitaram 42 países. No Rio de Janeiro, foram mais de 140 eventos internacionais, com os mais diferentes focos, realizados com organização ou apoio direto da Subsecretaria.

Gestão interna da SSRI

É necessária uma boa organização interna para a adequada execução de uma intensa agenda de atividades. Ao longo desses anos, a Subsecretaria de Relações Internacionais evoluiu bastante em matéria de gestão. Foi implantado, a partir de 2014, um sistema de gestão por resultados, cujo objetivo era propor à nova administração, que iniciaria a partir do princípio de 2015, um contrato de gestão com possibilidade de remuneração variável adicional. Tal objetivo foi inviabilizado com a grave crise financeira que se abateu sobre a administração estadual, mas os avanços na gestão interna da SSRI foram consolidados, graças à iniciativa e aos esforços voluntários da própria equipe.

Foram adotadas ferramentas de gestão usadas amplamente no setor privado, como o sistema de metas, utilizando metodologia BSC *(Balanced Scorecard)*, desenvolvida em Harvard, e KPI *(Key Performance Indicators)*. Para ilustrar essa questão, o Planejamento Estratégico da SSRI para o período

2015-2018 estabeleceu 16 objetivos, 56 metas, 58 submetas e 432 iniciativas. Foram construídos de forma participativa indicadores para cada uma das metas estabelecidas, que são constantemente monitoradas e avaliadas. O objetivo maior do planejamento estratégico é o de contribuir para a execução das ações previamente priorizadas, de modo que a intensa demanda do cotidiano não tire o foco daquilo que havia sido planejado, permitindo que uma estratégia pró-ativa de programas e projetos previstos seja empreendida, evitando uma atuação reativa baseada apenas nas demandas externas.

A qualidade da equipe, técnica e sem vínculos políticos, que gira em torno de 15 pessoas, é o ponto forte da Subsecretaria de Relações Internacionais. A admissão de novos funcionários se dá por meio de processo seletivo divulgado amplamente, composto por três fases e conduzido por comissão interna de, no mínimo, três pessoas. Uma prioridade estabelecida foi o desenvolvimento dos colaboradores, com a capacitação constante da equipe, através da realização de cursos técnicos, pós-graduação, cursos de línguas estrangeiras, seminários, workshops, tanto no Rio, quanto em Brasília ou até no exterior, oferecidos por órgãos da administração estadual, do governo federal ou parceiros nacionais e internacionais.

Uma das iniciativas desenvolvidas foi a realização de encontros imersivos da equipe da SSRI, fora do ambiente de trabalho, de um dia de duração, denominados de "Encontros de Treinamento, Capacitação e Planejamento em Relações Internacionais – ENTRI". Nesses encontros, especialistas convidados dão palestras e dinâmicas de grupo fomentam o autoconhecimento e a integração da equipe, além de ser uma boa oportunidade para a discussão sobre o planejamento estratégico e o andamento do cumprimento das metas. Trata-se de mais uma iniciativa proposta e desenvolvida pela própria equipe.

Importante destacar que existe uma política interna, ainda que em caráter informal, de progressão funcional dos colaboradores com a promoção para posições mais elevadas com o tempo. Minha própria experiência pessoal comprova essa prática (desde estagiário em 2001 até subsecretário), sendo que

meus dois sucessores agora em 2017 – Luiz Carlos Carvalho e Bruno Costa – também são "prata da casa", originários dos próprios quadros da Subsecretaria. Diversos outros colaboradores também foram promovidos ao longo do período em que estão na SSRI. Outra política é a de buscar funcionários concursados de carreiras específicas do estado, com formação acadêmica em Relações Internacionais, para serem descentralizados de suas secretarias de origem para trabalhar na SSRI. Por fim, uma importante prática rotineiramente adotada na Subsecretaria é a do apropriado arquivamento de todo o conhecimento produzido, além da construção de processos-padrão e até mesmo de manuais de atuação, para permitir que a memória seja preservada e a qualidade na execução das atividades não seja prejudicada com eventuais trocas de membros da equipe.

A atuação da Subsecretaria foi estruturada a partir de quatro eixos, executados a partir de quatro Assessorias. Existe, ainda, uma quinta assessoria, a Assessoria Especial, que se ocupa da gestão interna e de alguns temas especiais, em função de seu caráter estratégico ou intersetorial. Os quatro eixos fundamentais de atuação são os seguintes:

- o eixo econômico-comercial, conduzido pela Assessoria de Comércio e Investimentos, tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico fluminense, trabalhando em estreita parceria com outras secretarias estaduais, com destaque para a secretaria de desenvolvimento econômico, e outras instituições, como a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN), a Agência de Fomento do Estado do Rio (Age-Rio), a Federação das Indústrias do Estado do RJ (Firjan), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RJ), a Associação Comercial do RJ (ACRJ), a Federação do Comércio do Estado do RJ (FECOMERCIO-RJ), a Federação das Câmaras de Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio (FCCE-CNC), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), o Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (DPR-MRE), a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX-MDIC), Câmaras de Comércio e

seções econômicas e comerciais de consulados e embaixadas estrangeiras. O objetivo desta área é ampliar o comércio exterior e atrair investimentos estrangeiros diretos (IED) para o Estado do Rio de Janeiro, propiciando a geração de emprego e renda, o desenvolvimento local em todas as regiões do Estado e o aumento da arrecadação fiscal a partir do crescimento econômico.

- o eixo da cooperação técnica tem o foco voltado para o intercâmbio de políticas públicas bem-sucedidas e o desenvolvimento de capacidades na administração estadual, seja a partir da construção de planos e programas ou da capacitação de funcionários estaduais. Esta área, conduzida pela Assessoria de Cooperação Internacional, se relaciona com praticamente todas as secretarias estaduais, ainda que com algumas haja uma interação maior, tais como Educação, Segurança, Defesa Civil, Cultura, entre outras, e mantém estreito relacionamento com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE) e agências de cooperação de governos estrangeiros, a exemplo da USAID norte-americana, da AECID espanhola ou da GIZ alemã. O objetivo da cooperação internacional é, essencialmente, o de buscar soluções para os desafios enfrentados pelo Estado, economizando tempo e dinheiro ao implantar aqui - adaptando, obviamente, à nossa realidade local - as melhores práticas já adotadas em outros lugares e, quando possível, compartilhar também nossas boas experiências com outros governos.

- o eixo da captação de recursos do exterior, sob os auspícios da Assessoria de Financiamentos Externos, busca estabelecer parcerias internacionais para financiar projetos e programas estaduais executados pelas secretarias estaduais. Estes financiamentos podem ser reembolsáveis, ou seja, empréstimos, contraídos com organismos multilaterais tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ou não-reembolsáveis, também conhecidos como recursos "a fundo perdido", que não precisam ser devolvidos, pois são em geral doações de governos estrangeiros ou recursos de menor monta atrelados aos financiamentos internacionais. Esta Assessoria trabalha em estreita coordenação com as secretarias estaduais executoras dos programas financiados por estes empréstimos e

com a Secretaria de Estado de Fazenda e dois órgãos federais que são componentes fundamentais do Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) - a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda - pois são estes órgãos de gestão fiscal em nível estadual e federal que aprovam a contratação dos financiamentos e acompanham sua execução. A área busca, portanto, contribuir para a viabilização das prioridades estaduais através da captação de recursos que financiarão a execução desses projetos e programas.

- o eixo do relacionamento institucional diz respeito aos trabalhos rotineiros de interação com os consulados e embaixadas estrangeiros nas demandas relacionadas às visitas institucionais de autoridades estrangeiras, o apoio à assistência consular a cidadãos de outros países que enfrentam quaisquer dificuldades em nosso Estado, a preparação das audiências e visitas de cortesia ao Governador e Vice-Governador de Estado, assim como a logística das missões destes ao exterior, o apoio aos megaeventos internacionais realizados no Rio, entre outras questões. A Assessoria de Relações Institucionais também se ocupa da comunicação institucional da SSRI e do Governo do Estado como um todo, sobretudo com correspondentes da imprensa estrangeira. Esta Assessoria interage fortemente com o Cerimonial e o Gabinete do Governador, assessoria de imprensa e comunicação social do governo, Corpo Consular acreditado no Rio de Janeiro e foi, ao longo dos últimos anos, o ponto focal na SSRI para os comitês organizadores da JMJ, Copa e Olimpíadas.

Além dos quatro eixos temáticos, é importante destacar o relacionamento estreito, de maneira geral, da Subsecretaria de Relações Internacionais com o Ministério das Relações Exteriores, seja por meio do Escritório de Representação no Rio de Janeiro (ERERIO) ou da Assessoria de Relações Federativas e Parlamentares (AFEPA), ou ainda interagindo com praticamente todas as áreas do Itamaraty e nossas embaixadas e consulados no exterior; com a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) da Presidência da República; com a Coordenadoria de Relações

Internacionais (CRI) da Prefeitura do Rio, e também com os órgãos de RI dos governos estaduais brasileiros, cuja interação foi intensificada a partir da criação em 2015 do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais (Fórum RI 27), do qual o Estado do RJ é Vice-Presidente, e com governos subnacionais estrangeiros.

Após a explicação de como está estruturada a SSRI, suas assessorias e áreas de competência, será descrito a seguir quais foram as prioridades estabelecidas, as principais atividades desenvolvidas e os resultados alcançados ao longo desses últimos dez anos.

Comércio Exterior e Atração de Investimentos Estrangeiros

No plano dos negócios internacionais, os objetivos principais eram conquistar a confiança dos investidores estrangeiros e ajudar as empresas fluminenses a se estabelecer em mercados no exterior, exportando cada vez mais. Foram anos de muito trabalho na Assessoria de Comércio e Investimentos: nos cinco anos mais intensos, entre 2010 e 2014, a área recebeu 256 delegações comerciais estrangeiras; de 2010 a 2015, organizou 21 missões *outreach* para 14 países; no período de 2010 a 2017, foram 371 atendimentos realizados a empresas nacionais e internacionais.

Em matéria de atração de investimentos estrangeiros diretos, pode-se afirmar que foi um período extraordinário da história do Rio de Janeiro. O Estado liderou, por vários anos, a atração de IED no Brasil, segundo dados da Rede Nacional de Anúncio de Investimentos (RENAI), do MDIC. Foram atraídos investimentos nos mais diversos setores, inclusive naqueles com mais alto valor agregado. A grande maioria dos novos centros de Pesquisa e Desenvolvimento estrangeiros instalados no país nos últimos anos decidiu se estabelecer no Rio. Segundo a RENAI, no período compreendido entre 2007 e 2017, foi anunciado um total de IED de US$ 96,3 bilhões para o RJ, enquanto que para MG foi 63,5 e para SP foi 68,9.

O potencial de investimentos gerados a partir dos atendimentos realizados pela Assessoria de Comércio e Investimentos, no período de 2010 a 2017, foi de US$ 15,2 bilhões, sendo que 44% desse total, ou US$ 6,7 bilhões, foram confirmados. O potencial de empregos diretos gerados a partir desses atendimentos foi de 20.241 postos de trabalho, sendo que 8.505 foram confirmados (42%).

Vários eventos de negócios foram organizados ou apoiados pela SSRI ao longo desses anos, desde as duas edições latino-americanas do World Economic Forum (2009 e 2011) ocorridas aqui, até a série "Rio, The Gateway to Invest in Brazil", repetida algumas vezes. Vale citar especialmente uma iniciativa muito bem-sucedida empreendida durante os Jogos Olímpicos, buscando tirar o melhor proveito possível da enorme exposição internacional que o Rio teve ao longo daquelas semanas. O "Espaço Rio de Janeiro", instalado em armazém revitalizado na região portuária, pertencente ao Governo do Estado, onde futuramente funcionará a Central Técnica de Produções do Theatro Municipal, funcionou como "cartão de visitas" do Estado do RJ durante os Jogos Rio 2016. Integralmente patrocinado pela FECOMERCIO-RJ, o "Espaço Rio de Janeiro" funcionou durante 19 dias, hospedou 17 eventos de negócios sobre 13 setores estratégicos da economia fluminense (moda, startups, biotecnologia, audiovisual, petróleo&gás, turismo, logística, entre vários outros), com mais de 2000 participantes nesses eventos de negócios. No total, 181.000 pessoas visitaram o Espaço RJ, que era aberto ao público e oferecia uma série de atividades interessantes.

No que se refere ao comércio exterior, o Estado do RJ saiu da 9º posição no ranking dos estados exportadores brasileiros, com um valor de US$ 1,8 bilhão no ano 2000, que equivalia a 3,3% das exportações brasileiras, para um total de US$ 21,7 bilhões no ano de 2017, na 3ª posição do ranking nacional, correspondendo a 10% do total que o Brasil exportou nesse ano.

Apesar do impressionante crescimento das exportações fluminenses, persiste o desafio de diversificar a pauta exportadora e ampliar a participação das micro, pequenas e

médias empresas (MPME's) nesse contexto. A partir da análise dos dados da evolução do comércio exterior fluminense, nota-se que as exportações incrementaram em grande medida devido ao aumento da produção e do preço do barril de petróleo, na casa dos 100 dólares por tempo considerável. Mais de 95% das exportações do Estado são realizadas pelas grandes empresas, com a pauta comercial altamente concentrada em poucos produtos e poucas empresas. Mais de 60% das exportações fluminenses estão ligadas ao grupo petróleo, consequentemente, dependentes de variáveis exógenas incontroláveis, como o preço do barril no mercado internacional. O número de MPME's exportadoras, assim como o volume exportado por elas, mantém-se de estável a decrescente nos últimos anos.

Com o objetivo de mudar essa realidade, a SSRI assumiu, em 2013, a coordenação no Estado do RJ do Plano Nacional de Cultura Exportadora (PNCE), programa da SECEX/MDIC que mobiliza e integra os esforços de diversos parceiros, como o Banco do Brasil, os Correios, o BNDES, o INMETRO, a Caixa, entre outros, para sensibilizar e assessorar as MPME's para a exportação. O PNCE-RJ realizou, desde então, 28 reuniões do seu comitê-gestor, 169 ações em 34 municípios do Estado, totalizando 12.547 atendimentos pelos parceiros.

Um projeto interessante implantado foi a criação do Núcleo de Inteligência Comercial no Centro Universitário La Salle, financiado pelo Edital Prioridade Rio da FAPERJ, que forneceu recursos para a compra de equipamentos e o acesso a bases de dados de comércio exterior, além da concessão de bolsas de iniciação científica, justamente para permitir a produção de conhecimento especificamente voltado para as micro, pequenas e médias empresas, a partir de uma abordagem setorial.

Nesse sentido, a SSRI desenhou recentemente um Programa Estadual de Exportações, o "Exporta Rio", focado nas MPME's, com o objetivo de integrar iniciativas de diversos órgãos, reforçar o branding dos produtos "Made in Rio", fortalecer o trabalho em rede na área de inteligência comercial e incrementar o suporte direto às empresas na orientação sobre os procedimentos operacionais de exportação e importação.

Cooperação Internacional

Em matéria de cooperação internacional, a administração estadual se lançou ao mundo com intensidade a partir de 2007 para conhecer os melhores casos de sucesso de políticas públicas em outros países. Aprendemos muito, por exemplo, com a experiência colombiana em matéria de segurança cidadã e desenvolvimento urbano, com a realização de missões técnicas de diferentes secretarias àquele país. Também exportamos nossas boas práticas para outros governos estrangeiros. Outro exemplo, também de país vizinho, são as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) implantadas na Província de Buenos Aires, inspiradas no modelo fluminense.

Entre 2011 e 2016, foram realizadas 44 missões técnicas ao exterior, para 21 países, com 18 secretarias e as 2 polícias. Por outro lado, recebemos 95 missões técnicas, de 21 países e assinamos 18 acordos de cooperação. Tornamo-nos membros de seis redes internacionais de governos estaduais - Organização das Regiões Unidas / Fórum Global de Associações de Regiões (ORU-Fogar), Organização Latino-Americana de Governos Intermediários (OLAGI), Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), Network of Regional Governments for Sustainable Development (nrg4SD), The Climate Group (TCG) e Regions of Climate Action (R20) -, enquanto antes não éramos membro de nenhuma.

Não apenas nos filiamos, como também fomos membros atuantes dessas redes, por vezes participando inclusive de seus comitês diretivos, buscando dessa forma influenciar positivamente os rumos de seus trabalhos. Realizamos, em parceria com as redes internacionais, duas cúpulas de governos subnacionais, em 2012 e em 2016, reunindo dezenas de governadores brasileiros e estrangeiros. Em julho de 2012, no contexto da Rio+20, organizamos o World Summit of States and Regions, cujo foco eram as discussões a respeito do desenvolvimento sustentável. Em abril de 2016, sediamos a VII Assembleia Geral da ORU-Fogar, com 16 governadores estrangeiros e mais de 200 gestores

de 25 regiões, estados e províncias de 15 países que discutiram estratégias para aprimorar a gestão e formas de financiamentos de governos regionais, entre outros temas.

Assinamos 18 acordos de cooperação, porém não estabelecemos nenhuma nova "irmandade" com outros estados estrangeiros, por entendermos que esse tipo de instrumento geralmente não propicia resultados concretos. Buscamos, entretanto, dinamizar aqueles acordos de irmandade estabelecidos no passado, como foi o caso da parceria com Maryland, estado-irmão desde a década de 60, com o recente desenvolvimento de parcerias frutíferas na área de educação (Dupla Escola Brasil-EUA em Nova Iguaçú), saúde (Hospital de Trauma em São Gonçalo) e meio ambiente (intercâmbio de conhecimentos técnicos para a despoluição da Baía da Guanabara, a partir da experiência exitosa da Chesapeake Bay).

Em 2007, tínhamos seis organismos internacionais do sistema ONU estabelecidos no Rio; hoje são uma dezena. Assinamos Memorandos de Entendimento com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), este último envolvendo também o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (mais conhecido como Centro Rio+) e a Cap-Net (Rede Global para a Capacitação em Gestão Sustentável de Recursos Hídricos), ambos situados igualmente no Rio de Janeiro, sempre estabelecendo grupos de trabalho e criando planos de ação.

Por fim, um projeto de cooperação internacional que vale destacar é a colaboração em relação ao Programa Dupla Escola. Trata-se de política pública de educação que tem como objetivo implantar o ensino em tempo integral nas escolas públicas estaduais do ensino médio. Algumas dessas escolas são denominadas de interculturais, pois oferecem ensino bilíngue com carga horária elevada neste segundo idioma. Foram implantadas Duplas Escolas com os EUA, a França, a Espanha, a China, a Turquia e a Itália, sempre com o apoio de parceiros internacionais, sobretudo dos consulados desses países. Atualmente discute-se a

possibilidade de fechar parcerias com Alemanha, Canadá, Reino Unido, entre outros.

Financiamentos Externos

No plano da captação de recursos externos, houve uma grande evolução proporcionada pela confortável situação fiscal do estado observada entre 2007 e 2014. Importante mencionar que o rápido crescimento econômico fluminense por vários anos abriu grande "espaço fiscal" para a contratação de empréstimos com organismos internacionais. Enquanto em toda a história do RJ haviam sido contratados, entre 1994 e 1999, apenas 7 empréstimos externos, somando US$ 1,3 bilhão, no período de 2007 a 2014 foram contratados 20 financiamentos, com o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), totalizando US$ 4,6 bilhões, viabilizando investimentos públicos nas áreas de transportes, infraestrutura, agricultura, inclusão social de jovens, meio ambiente e melhoria da gestão pública.

Mais recentemente, com a deterioração do cenário fiscal e as graves consequências geradas para os projetos que contam com os recursos internacionais, a SSRI propôs a criação de uma força-tarefa, composta pela Secretaria de Fazenda e pelas secretarias executoras dos programas financiados, para permitir a melhor execução possível dos mesmos nessa conjuntura tão difícil. A Assessoria de Financiamentos Externos assumiu a coordenação desta força-tarefa, implantou um painel de controle dos compromissos, indicadores, prazos dos empréstimos e percentual de execução e contribuiu muito com as negociações com o governo federal e com os bancos internacionais para a manter o máximo possível o andamento desses projetos.

A área de financiamentos externos, no atual contexto de absoluta restrição fiscal, volta seu foco para a captação de recursos não-reembolsáveis, ou seja, as doações de governos estrangeiros ou até mesmo de fundações privadas, para apoiar projetos sociais do governo ou até mesmo de organizações não-governamentais.

Relações Institucionais

A Assessoria de Relações Institucionais organiza a agenda institucional, que vai das missões ao exterior às audiências com os visitantes estrangeiros no Rio de Janeiro. A agenda foi intensa ao longo desta década. Houve o forte envolvimento direto dos próprios Governador e Vice-Governador de Estado, que realizaram, entre 2007 e 2014, 43 missões oficiais para 18 países, visitando 69 cidades e cumprindo 383 agendas de trabalho no exterior. Durante essas missões, foi anunciado um total de US$ 34 bilhões em investimentos estrangeiros direcionados ao Estado do RJ. Em dez anos, o chefe do poder executivo estadual concedeu 507 audiências a parceiros estrangeiros, uma média de 50 por ano, e participou em 98 eventos internacionais ocorridos no Rio. Cada missão, cada audiência, cada evento requer, previamente, além de diversas reuniões preparatórias, a elaboração de pesquisas, estudos, levantamentos, briefings, perfis, talking points e, posteriormente, de ajudas-memória e relatórios.

O Rio de Janeiro recebeu, nesse período, uma longa lista de visitas oficiais dos mais variados dignitários internacionais, que vão dos chefes de estado e de governo de países como EUA, China, Rússia, Israel, França, Reino Unido e Alemanha, aos membros das Casas Reais da Noruega, Holanda, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Espanha e da Casa Imperial Japonesa. Três "Papas" visitaram o Rio nesses últimos anos: os patriarcas das igrejas cristãs católica, ortodoxa e maronita passaram por aqui.

Uma questão que observou importantes avanços nos últimos anos foi a Comunicação Institucional da SSRI. Tanto por razões de transparência pública, quanto por necessidade de informar nosso público-alvo, foram empreendidas uma série de iniciativas. Foi criado um site bilíngue na internet (www.rj.gov.br/web/internacional), perfis no Twitter e no Instagram e passou a ser veiculada uma newsletter bimestral, também bilíngue, distribuída eletronicamente para a mala direta da SSRI. Outra iniciativa bem-sucedida foi o "Projeto Imagem", que consistia em encontros com correspondentes da imprensa estrangeira,

para informar sobre questões específicas. O Projeto Imagem foi particularmente importante na esteira da preparação do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em que foram realizados sete encontros com os correspondentes estrangeiros para prover informações sobre questões de saúde, segurança, transportes, meio ambiente, entre outros assuntos.

Temas Especiais

Conforme foi dito anteriormente, além das quatro assessorias temáticas, cujas áreas de atuação foram descritas acima, há ainda a Assessoria Especial que, além de dar suporte direto ao Subsecretário de Relações Internacionais e de se dedicar às questões de gestão interna, dedica-se ainda a coordenar determinados assuntos especiais que são intersetoriais. A Assessoria conta com um Assessor Especial, que atua como sub-chefe da SSRI e gerencia a atuação de todas as áreas, e com Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), também conhecidos como "gestores públicos", que dão uma contribuição fundamental nas questões que vão desde a gestão interna e o planejamento estratégico até a coordenacão da temática de desenvolvimento sustentável, que exige grande dedicação para representar uma participação efetiva da SSRI, representando o Estado do RJ, nas discussões em nível subnacional sobre o assunto.

Um desses temas especiais é a cooperação com a academia e com instituições de pesquisa e *think tanks*, como o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), cuja sede fica no Rio, buscando estimular a pesquisa acadêmica sobre a "Paradiplomacia". Outra questão apoiada diretamente pela Assessoria Especial é a participação em fóruns de trocas de experiências em matéria de atuação internacional de governos estaduais. Nesse tópico, o Estado do Rio de Janeiro foi convidado a exercer a função de Vice-Presidência do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais (Fórum RI 27), cuja criação foi proposta no final de 2015 pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Um capítulo à parte é o tema do Desenvolvimento Sustentável. Esta temática, aliás, pressupõe intrinsecamente a necessidade do engajamento de governos subnacionais, tendo em vista que a efetiva execução dos planejamentos propostos será realizada em sua maior parte no nível local e regional. A Subsecretaria de Relações Internacionais foi profundamente impactada pela realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, pois foi ao mesmo tempo responsável por coordenar os esforços de apoio, no nível estadual, para a organização da Conferência mas também, principalmente, participou muito ativamente nas discussões substantivas sobre o tema, no âmbito dos diversos encontros realizados pelos governos subnacionais.

Durante a Rio+20, o Estado do Rio de Janeiro montou um grande pavilhão no Parque dos Atletas, que continha uma área expositiva, para mostrar suas próprias políticas públicas sustentáveis, e outra área que continha três auditórios (uma grande plenária e dois auditórios menores), onde foram realizados mais de 30 eventos que chegaram a contar até com a presença do Secretário-Geral da ONU, Ban ki-Moon. Além disso, foi executada uma série de eventos em escolas públicas e em seis comunidades cariocas, cuja programação foi toda planejada de forma extremamente participativa com seus moradores, com o intuito de levar o legado deste grande encontro mundial para outras áreas e atingir o maior número possível de pessoas.

A partir da Rio+20, o Estado do Rio de Janeiro passou a ser importante player nas discussões, em nível subnacional, dos temas de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas. Em estreita coordenação com as redes nrg4SD e TCG, o Estado do RJ se fez presente nas Conferências das Partes do Acordo-Quadro sobre a Mudança do Clima - COP 20 (Lima) em 2014, COP 21 (Paris) em 2015 e COP 22 (Marrocos) em 2016 - e também na Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), ocorrida em outubro de 2016 em Quito, Equador, com a realização de evento sobre resiliência urbana.

Um destaque deve ser dado à atuação da SSRI na COP

21, em dezembro de 2015, em Paris. Proposta concebida por sua equipe, relacionada à questão da Adaptação às Mudanças Climáticas, foi apoiada fortemente pela rede nrg4SD e pelo Governo da Catalunha, e se transformou na iniciativa "Regions Adapt", que tem o propósito de construir capacidades nos governos regionais para que estes possam construir seus próprios planos estratégicos de adaptação. A iniciativa foi lançada em Paris por 27 membros fundadores e, no início de 2017, já contava com 69 membros (64 governos regionais e 5 associações de governos subnacionais) dos 5 continentes, reunindo cerca de 300 milhões de pessoas e mais de 5 trilhões de dólares de PIB.

Cenários futuros

Neste século XXI, o mundo passa por transformações do ponto de vista político, econômico, social, cultural, ambiental, tecnológico em uma intensidade impressionante e velocidade crescente. Todos os países, estados, cidades, em todas as partes do planeta, precisam estar atentos e prontos para se adaptar a essas profundas transformações em curso. Vivemos uma nova realidade em que a quarta revolução industrial, as cadeias globais de valor, as mudanças climáticas, a economia circular, as novas mídias digitais e as redes sociais, a inteligência artificial, a robotização, a internet das coisas, o terrorismo e o crime transnacional, as novas pandemias, enfim, as tecnologias denominadas de "disruptivas" e as novas formas de conexão humana representam, ao mesmo tempo, grandes oportunidades e grandes ameaças e apresentam enormes desafios para todos os territórios.

É nesse contexto mundial em que antigas fortalezas perdem força e novas tendências ganham enorme valor que o Rio de Janeiro está invariavelmente inserido. Grandes ativos, tais como possuir enormes reservas de petróleo, em longo prazo, de algumas décadas, deixarão de ser variáveis fundamentais da nossa economia. Enquanto isso, algumas potencialidades do nosso Estado como, por exemplo, sua pujante cultura e beleza natural podem impulsionar ainda mais o "big business" do turismo

ou, ainda, certas vocações de seu povo, como sua capacidade intelectual e sua criatividade, são um ativo fundamental para o multi-bilionário campo da "economia criativa" do futuro.

É estratégico preparar nossas próximas gerações de cariocas e fluminenses para trabalhar em uma economia de baixo carbono, com salários mais elevados, em áreas como o desenvolvimento de novas tecnologias, as indústrias de alto valor agregado, a moda, o design, as mídias digitais, o esporte, o turismo (cultural, ecológico, religioso, gastronômico), enfim, uma lista de segmentos da economia do conhecimento, da cultura e do entretenimento que serão as novas fortalezas no futuro. A cooperação internacional nos campos educacional e científico-tecnológico, por exemplo, são fundamentais para a construção desse Rio do futuro.

Faz-se necessário que o Rio de Janeiro esteja sintonizado com as tendências globais que definirão o futuro do planeta, para que possamos nos preparar para as novas realidades que se impõem a todos os territórios e suas populações. Para isso, precisamos estar atentos à transformação pela qual nosso Estado precisará passar no curto, médio e longo prazo, observando o que se passa no mundo e aprendendo com nossos parceiros internacionais, buscando o intercâmbio das melhores práticas com outras partes do mundo, seja com aquelas cidades e regiões que estão mais avançadas e figuram no limiar do conhecimento ou contribuindo de forma solidária com aquelas que ainda estão mais atrasadas.

Por outro lado, a agenda global do desenvolvimento sustentável, atualmente consubstanciada na Agenda 2030 articulada pela ONU, não é algo que deve ser visto como distante da nossa realidade, como se fosse uma discussão da qual não fazemos parte e uma meta que não nos diz respeito. Trata-se, na realidade, de um excelente exemplo de como a agenda internacional pode colaborar para uma mudança positiva da nossa realidade local. A construção de um Rio cada vez mais sustentável, nos planos ambiental, econômico e social, é um norte a ser perseguido para o benefício de nossa própria população.

Conclusão e menções especiais

Finalizando, deve-se ressaltar que a inserção internacional do Rio de Janeiro é fruto de trabalho conjunto, que abarca a contribuição de diversos outros órgãos da administração estadual, como outras secretarias, subsecretarias, administração indireta, engajando desde o chefe do poder executivo ao estagiário mais recente. Este esforço coletivo inclui ainda uma vasta gama de instituições do setor público e privado, tais como as prefeituras municipais do estado, vários órgãos federais – com destaque para o Itamaraty –, a academia, uma infinidade de empresas e de organizações da sociedade civil e uma extensa rede de parceiros estrangeiros instalados no Rio, tais como os consulados, as câmaras de comércio e as organizações internacionais. A título de exemplo, vale citar a estreita parceria com a área internacional da Prefeitura do Rio, liderada de 2013 a 2016 pelo Embaixador Laudemar Aguiar, com a realização de reuniões mensais de coordenação, e a integração com órgãos do Sistema ONU no formato de grupos de trabalho que se reúnem periodicamente com todos os demais *stakeholders* necessários para a execução dos planos de ação estabelecidos.

O trabalho de relações internacionais não é, portanto, nem deveria ser, obviamente, monopólio da SSRI no plano estadual. A Subsecretaria de Relações Internacionais busca, tão somente, estimular, coordenar e integrar os esforços e fomentar as possíveis sinergias para o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas e ações internacionais – das mais complexas e duradouras às mais simples e pontuais – que tragam benefícios para o Estado do Rio de Janeiro.

Considerando o objetivo deste artigo de contribuir para registrar a memória institucional, gostaria de mencionar, mesmo correndo o risco do imperdoável erro de deixar alguém de fora da lista, os nomes de colaboradores com os quais tive enorme prazer de trabalhar entre 2001 e 2017 e que muito contribuíram ao longo do tempo para o desenvolvimento das relações internacionais do Estado do Rio de Janeiro: Adriana Raupp, Ana Paula Podcameni, Angela Viehmeyer, Ariel Seleme, Bárbara Vieira, Caio Torres,

Camila, Carolina Kuenerz, Carol Reis, Christiane Sauerbronn, Dalva Bonet, Daniele Nepomuceno, Diogo Aita, Deyse, Douglas, Elayne Côrtes, Gisele Corbellini, Gustavo Cezário, Heloísa Mitre, Isabella Bablumian, Isabella Bug, Jansen Nascimento, Joan França, Joana Barcelos, Joanna Dutra, Julia Monnerat, Kendra Gracie, Lorenna Freire, Luana Abreu, Luciana Benamor, Luter Ângelo, Maira Segura, Marco Aurélio Casimiro, Marcela Mota, Marcela Quintela, Marcelo Henrique, Maria do Carmo Ferreira, Mariana Rondon, Mariana Wakim, Mohana Reis, Nanci Valadares, Natalye Gembatiuk, Paola, Patrícia Oliveira, Peixoto, Renata Trovão, Roberto Timm, Rodrigo Medeiros, Thayne Garcia, Tiago Nery, Ubirajara Dutra, Úrsula Vilaça, Vanda Tavares, Viviane Leffingwell e Zauri Thomás.

Creio ser imprescindível, por último mas não menos importante, citar aquelas pessoas – Clóvis Brigagão, Márcio Moreira Alves, Diva Múcio, Theotônio Dos Santos, Adriano de Aquino, Antonio Carlos Peixoto, Ernesto Rubarth, José Carlos de Araújo Leitão – que chefiaram as áreas de RI do Estado do Rio de Janeiro entre 1983 e 2010 e lideraram a construção dessa nossa história. Posso afirmar, com toda a certeza, que nossas relações internacionais fluminenses continuam em boas mãos neste ano de 2017, lideradas por Luiz Carlos Carvalho de abril a setembro e por Bruno Costa, desde o início deste mês de outubro, dois ex-colegas, excelentes colaboradores e grandes amigos nesse período de novembro de 2010 a abril de 2017 em que tive a honra e a felicidade de estar à frente da querida SSRI.

Todos os êxitos alcançados nesse trabalho de contribuir para a integração do Rio de Janeiro ao mundo da melhor forma possível, desde o início dos anos oitenta até hoje, é fruto do esforço de muitas pessoas – cariocas, fluminenses, de origem ou de coração – que estão comprometidos em transformar essa terra tão maravilhosa em um local cada vez melhor para todos os seus cidadãos viverem, ao mesmo tempo em que busca-se colaborar modestamente também para a construção de um mundo cada vez mais integrado, desenvolvido, aberto, próspero, igualitário, livre, seguro, limpo, justo, fraterno e solidário, por mais que possa parecer, às vezes, um objetivo inatingível e um sonho tão

distante.

Vida longa à Subsecretaria de Relações Internacionais! Parabéns pela sua primeira década de existência!

MAIRA SEGURA

Assessora-chefe de Comércio e Investimentos.

PATRÍCIA C. DE OLIVEIRA

Assessora de Comércio e Investimentos.

ASSESSORIA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Assessoria de Comércio e Investimentos (C&I) é uma das quatro áreas temáticas da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI). Suas competências estão firmadas no artigo 61 da Resolução nº 303 de 06/05/2013:

> I - atuar na promoção de investimentos em parceria com as Secretarias de Estado, governo federal, seções econômicas e comerciais de embaixadas e consulados estrangeiros e entidades do setor privado envolvidas no trabalho de atração de investimentos estrangeiros diretos para o Estado do Rio de Janeiro.
>
> II – promover o comércio exterior, visando à ampliação das exportações e das importações fluminenses da realização de missões econômicas e comerciais, organização de rodadas de negócios, participação em feiras internacionais, em parceria com o governo federal e com o setor privado, entre outras iniciativas.

Essas atividades configuram o que Bueno (2012, p. 8) define como paradiplomacia econômica: "iniciativas, atividades e programas conduzidos por governos subnacio¬nais com dimensão internacional e voltados principalmente para a obtenção de ganhos econômicos, em particular, a promoção das exportações, a atração de investimentos (...)".

A paradiplomacia econômica é uma atividade relevante no âmbito da atuação internacional dos estados brasileiros. Uma pesquisa realizada pelo autor revelou que em 2007 e 2008, 20 dos 24 entes federais estaduais tiveram a promoção das exportações e/ou a atração de investimentos estrangeiros como a primeira motivação para suas missões no exterior.

Figura 1: Bueno (2012)

A Assessoria de Comércio e Investimentos tem atuado intensamente em ambas as frentes durante os 10 anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais, em parceria com órgãos do Estado, como a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico (incorporada pela Secretaria da Casa Civil em 2017, anteriormente Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços), a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), a Agência Estadual de Fomento (AgeRio), e outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

A Assessoria realiza atividades para a construção da imagem do estado no exterior, elabora estudos de inteligência de negócios, implementa atividades de promoção comercial e atua como facilitadora. Para alcançar seus objetivos e apresentar as oportunidades de negócios do Estado, C&I realiza roadshows,

missões outreach e participa em feiras internacionais. Além disso, recebe delegações estrangeiras empresariais e institucionais, elabora agenda de reuniões e coloca essas delegações em contato com instituições locais de seu interesse.

Nesse sentido, a Assessoria é o ponto focal de diversos órgãos, públicos e privados, e atua como intermediária e propositora de demandas, cujos principais objetivos são o aumento do fluxo comercial, a projeção internacional do Estado e, consequentemente, o aumento de seu desenvolvimento econômico, através da geração de emprego e renda.

Esse artigo se propõe a apresentar as atividades desta Assessoria e fazer um trabalho memorialístico, recuperando as ações de destaque realizadas no âmbito da área, através do trabalho de assessores, durante os 10 anos da Subsecretaria de Relações Internacionais. Para tal, o texto será dividido em duas seções: a primeira abarcará as atividades relativas ao Comércio Exterior e a segunda tratará das ações para atração de investimentos estrangeiros diretos (IED).

Promoção de Comércio Exterior

Na frente de comércio exterior, a Assessoria busca incentivar e apoiar o micro, pequeno e médio empresário (MPME) a exportar seus produtos e serviços. Há dois grandes desafios a serem vencidos na pauta exportadora fluminense: sua considerável concentração em commodities (especialmente petróleo) e nas grandes empresas. Cerca de 60% das exportações do estado entre 2000 e junho de 2017 foram óleos brutos de petróleo ou de metais betuminosos. Ao passo que, apenas uma pequena porcentagem das exportações do estado foi realizada por MPMEs (média de 2,9% entre 2002 e 2015).

Vale a pena destacar a evolução do papel do estado como exportador nos últimos anos. Em 2000, o Rio de Janeiro exportou o valor de US$ 1,8 bilhão (3,3% do total nacional), ocupando a 9ª posição entre os estados brasileiros. Em 2012 passou a ocupar a 3ª posição com um valor exportado de US$

28,7 bilhões (12% do total nacional)[1]. Em 2016 esse valor caiu para US$ 17 bilhões devido à queda do preço do petróleo (que afetou também as exportações nacionais), entretanto o estado se manteve na posição de 3º maior exportador brasileiro. Em 2017 é possível notar sinais de recuperação com as exportações fechando em US$ 21,7 bilhões.

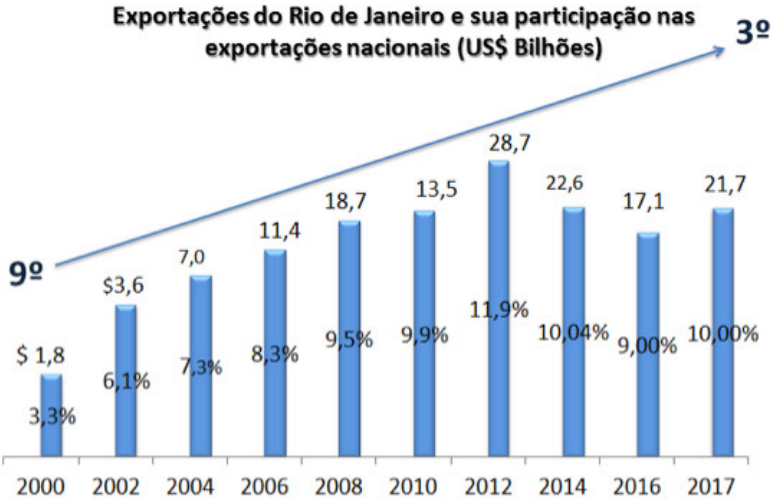


Figura 2: Produção própria com base dados extraídos do AliceWeb- SECEX/MDIC

Uma das iniciativas apoiadas pela Assessoria em prol da diversificação tanto do porte das empresas, quanto da pauta exportadora do estado, é o Plano Nacional de Cultura Exportadora (PNCE). Lançado em 2012 pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o Plano tem o objetivo de "aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior, além de promover o crescimento das ex-portações de produtos e serviços, com ênfase em bens manufaturados, com maior fator agregado"[2].

Para tanto, o PNCE oferece, através das instituições

1 Alice Web- SECEX/MDIC/ Análise SSRI

2 Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/pnce/838-plano-nacional-da-cultura-exportadora-pnce > Acesso: 04 Ago.2017

parceiras, ações capazes de mobilizar e capacitar gestores públicos, empresários de pequeno e médio porte, além de profissionais de comércio exterior. Em 2015, o Plano passou por uma reestruturação que, entre outras medidas, classificou essas ações em cinco etapas que passaram a integrar a trilha de internacionalização: sensibilização, inteligência comercial, adequação de produtos e processos, promoção comercial e comercialização.

Com a reestruturação, foram criados Comitês Gestores Estaduais do PNCE e a SSRI, através da Assessoria de Comércio e Investimentos, vem ocupando a posição de Coordenadora do Comitê no estado do Rio desde Janeiro desde 2016, posto para o qual foi eleita pelas instituições que o compõe.

Atualmente, participam das reuniões periódicas do Comitê Gestor do PNCE RJ 18 instituições que lidam com comércio exterior, tanto no âmbito estadual, quanto no federal (com sede no Rio), quais sejam: Secretaria da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico (através da SSRI e da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico), ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), AgeRio (Agência Estadual de Fomento), Banco do Brasil, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CAIXA, CIBCI (Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro), Correios, Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), FCCE (Federação das Câmaras de Comércio Exterior), INMETRO, MDIC (Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços), PEIEX (Apex-Brasil/PUC-Rio), SEBRAE RJ e SENAC RJ.

Entre 2013 e 2016, essas instituições realizaram em conjunto no estado do Rio de Janeiro 169 ações, em 34 cidades, 12.547 atendimentos e 28 reuniões do Comitê. Além disso, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado a criar um site exclusivo para o PNCE com o objetivo de disponibilizar no mesmo ambiente todos os cursos e eventos voltados ao comércio exterior oferecidos pelas instituições parceiras. O site conta ainda com áreas de

biblioteca virtual, links interessantes e um ambiente de fale conosco para contato direto com o empresário e direcionamento para instituição competente do tema demandado.

Durante as reuniões de alinhamento do Comitê são discutidos temas como: estratégias para a sensibilização das MPMEs para exportação, estratégias de promoção das exportações fluminenses, ações conjuntas entre as instituições, participação e apoio a eventos, entre outros.

Outra importante iniciativa voltada ao comércio exterior é o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), para o qual a Assessoria oferece suporte. O PEIEX é um programa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) que tem como principal objetivo "estimular a competitividade e promover a cultura exportadora nas empresas, qualificando e ampliando os mercados para as indústrias iniciantes em Comércio Exterior" [3]. Os técnicos ficam alocados em Núcleos Operacionais (NO) espalhados pelo Brasil e atendem às MPMEs oferecendo um diagnóstico gratuito com o objetivo de apresentar soluções a fim de impactar seu desempenho competitivo para a exportação.

A Assessoria de Comércio e Investimentos é o ponto focal no estado com a Apex-Brasil para a instalação desses Núcleos Operacionais. Nesse sentido, a Assessoria identifica, em parceria com a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, as principais regiões e setores que possuem demanda e estão aptas a receberem o Núcleo. Ao mesmo tempo, entra em contato com as instituições acadêmicas que possuem os requisitos para receber o NO e faz a intermediação da instituição e a Apex-Brasil para a assinatura do convênio.

O estado do Rio atualmente conta com um Núcleo do PEIEX em parceria com PUC-Rio, responsável por atender prioritariamente a Região Metropolitana. Essa unidade atende mais de 160 empresas com diagnósticos e consultorias gratuitas voltadas à exportação. Além de oferecer suporte de acordo com

3 Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/qualifique-sua-empresa-peiex> Acesso: 04 Ago.2017

as demandas do Núcleo, a Assessoria também é membro de seu Conselho Consultivo.

A terceira iniciativa é a Unidade de Inteligência Comercial criada em 2014, uma parceria entre a SSRI e a Unilasalle-RJ, com auxílio do Edital Prioridade Rio da FAPERJ. Tal Unidade elabora estudos com foco em comércio exterior: boletins comerciais, estudos setoriais e panoramas anuais. Estes auxiliam na elaboração de estratégias, atividades, projetos e políticas públicas a serem adotadas pelo Governo do Estado. Cabe destacar que os boletins comerciais são publicados trimestralmente na revista Economia Rio[4], graças à parceria realizada entre a SSRI e a editora Pensar Comunicação.

A Assessoria também realiza ações pontuais com foco na promoção das exportações de produtos e serviços fluminenses, através do contato com SECOMs (Setores de Promoção Comercial/MRE) para atender demandas específicas durante atendimento às empresas. Um exemplo dessa atuação conjunta foi a realização da capacitação em comércio exterior para representantes municipais, que contou com a participação de um palestrante do MDIC. O evento ocorreu em 2017, no âmbito das comemorações dos 10 anos da SSRI.

Além das iniciativas já em andamento, a Assessoria de Comércio e Investimentos está trabalhando para lançar alguns projetos que visam incentivar as exportações das MPMEs, como a criação de uma marca internacional do Rio de Janeiro e de um Centro de Atendimento ao Exportador. Os projetos estão em fase de aprovação interna, mas a Assessoria pretende lançá-los em um futuro próximo.

Em resumo, a Assessoria de Comércio e Investimentos trabalha no sentido de incentivar as exportações de micro, pequenas e médias empresas fluminenses, buscar mercados compradores para seus produtos e serviços, estimular a diversificação da pauta exportadora do estado, gerar emprego e renda, fomentar o desenvolvimento econômico local e mostrar

4 Para acessar a revista e os boletins publicados, acessar: <http://economiario.com/download/>

ao mundo o estado do Rio de Janeiro como local de produtos e serviços de qualidade.

Atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

A Assessoria desempenhou papel fundamental nos últimos anos para a imagem do estado como forte ator de negócios no Brasil. Segundo dados de anúncios de investimentos estrangeiros da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI/MDIC), o Rio de Janeiro foi o primeiro estado brasileiro no ranking de atração de IED entre janeiro de 2007 e dezembro de 2017. Nesse período o estado recebeu anúncios de investimentos de 205 empresas estrangeiras distribuídos em 9 setores [5] e 34 cidades [6].

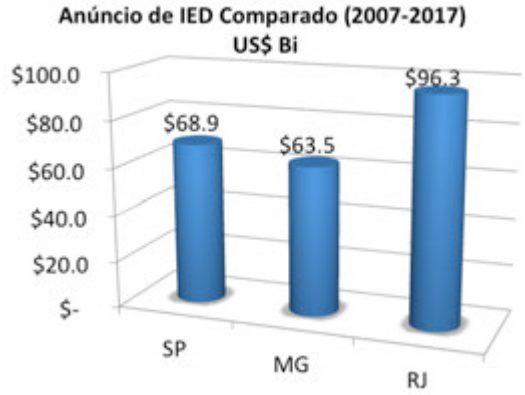


Figura 3: Elaboração própria com base nos dados dos anúncios de investimentos RENAI/MDIC

5 Por ordem de investimento: Indústrias de Transformação; Indústrias Extrativas; Transporte, armazenagem e comunicações; Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; Construção; Hotelaria; Automobilístico; Saúde e serviços sociais; Imobiliário.

6 Angra dos Reis, Areal, Armação de Búzios, Belford Roxo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Itatiaia, Macaé, Mangaratiba, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Piraí, Barra Mansa, Porto Real, Queimados, Quissamã, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João da Barra, Sapucaia, Seropédica, Silva Jardim, Três Rios, Vassouras.

Contudo, vale ressaltar que uma das principais dificuldades encontradas atualmente para contabilidade desses investimentos é que o governo brasileiro não possui um sistema que identifique o local que esses investimentos foram efetivados.

A atração de IED é realizada pela SSRI tanto de forma ativa, através da participação em missões e feiras internacionais e organizando roadshows, quanto de forma reativa, atendendo a contatos de empresas estrangeiras com reuniões presenciais ou através de atendimento remoto, levantando informações e realizando propostas de valor.

A Assessoria utiliza para a atração de investimentos uma metodologia apresentada pelo Banco Mundial, composta por um ciclo de promoção de investimentos. Dado ciclo foi adaptado às necessidades da SSRI e das demais instituições do estado do Rio que também atendem aos investidores.

Ciclo de Promoção de Investimentos

Figura 4: Ciclo de Promoção de Investimentos

Como é possível notar na figura 4, no Rio de Janeiro algumas instituições trabalham em conjunto, somando competências, para atrair potenciais investidores. A Assessoria fica a cargo das etapas de âmbito internacional: construção da imagem, inteligência comercial, missões outreach e roadshows e facilitação. Já as etapas domésticas: suporte, acompanhamento após a instalação (aftercare) e financiamento ficam sob a responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico e de suas autarquias: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e Agência Estadual de Fomento (AgeRio).

A construção da imagem do estado é feita através de publicações em meios de comunicação internacionais, distribuição de materiais institucionais promocionais e eventos com foco em investidores internacionais. O principal objetivo da etapa de construção de imagem é mostrar que o Rio de Janeiro é um local competitivo para se investir, por meio do contato inicial e da "propaganda" do estado destacando seus pontos fortes de interesse dos investidores. Tal contato pode ser realizado diretamente pelo investidor estrangeiro ou por intermediários, por exemplo: Apex-Brasil, RENAI, Câmaras de Comércio, seções comercias dos Consulados, agências estrangeiras de investimento ou consultorias.

Já na etapa de inteligência de negócios, procura-se entender os setores estratégicos para atração de IED, indicados pela Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, e, a partir disso, realizar um levantamento de dados relevantes. Ao que se segue um processo de identificação das empresas com possível interesse em investir nesses setores no estado e a oferta de informações estratégicas sobre o cenário socioeconômico, e com foco setorial, para empresas estrangeiras potencialmente investidoras.

A próxima etapa é a organização de missões outreach e roadshows. Os outreachs são missões ao exterior que tem o objetivo de aproximar o estado dos setores e empresas que considera estratégicos. Normalmente, são realizados em parceria com outras Secretarias de Estado e com instituições que lidam diretamente com empresários, como a Firjan e o SEBRAE. Já os

roadshows visam apresentar o estado, seu panorama econômico, ambiente de negócios, oportunidades de investimentos e parceiras, a fim de indica-lo como um local competitivo e estratégico para se investir.

A etapa subsequente, e a última de responsabilidade da Assessoria de Comércio e Investimentos, é o processo de facilitação, que consiste em colocar em contato o potencial investidor com as empresas de facilities e utilities que fornecerão os serviços locais.

A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) fica responsável principalmente pelo site location (oferta de locais para a empresa se instalar) e incentivos ficais, a Agência Estadual de Fomento (AgeRio) atua oferecendo linhas de crédito para financiamento e a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico na criação de políticas públicas e na demanda de regiões e setores e estratégicos a serem trabalhadas. O suporte ao investidor, realizado de maneira qualificada, pode gerar reinvestimentos reiniciando assim o ciclo.

Os atendimentos remotos, por sua vez, ocorrem quando a empresa solicita informações e é atendida, em um primeiro momento, à distância, através de e-mails, conference call, chamadas de vídeo e envio de materiais digitais.

O fornecimento de informações sobre o estado é de extrema importância para a atração de IED, por isso, o trabalho de inteligência, levantamento e organização de dados estratégicos ocupa boa parte do trabalho da Assessoria, principalmente, porque estes se encontram, normalmente, pulverizados. Assim sendo, o envio das informações solicitadas pelas empresas, o panorama econômico do estado e seu ambiente de negócios, a situação do setor de mercado do investidor, o envio de propostas de valor e o suporte para realização de joint ventures estão dentro do escopo de atuação da Assessoria.

A Assessoria de Comércio e Investimentos também é responsável por recepcionar as delegações estrangeiras comerciais, sejam elas compostas por empresas ou por representantes governamentais. Entre 2010 e 2017 foram

realizados 371 atendimentos, entre atendimentos remotos e missões recebidas, para 39[7] países . Esses atendimentos geraram um potencial de investimento de US$ 15,2 bilhões dos quais 44% foram confirmados (cerca de US$ 6,7 bilhões), gerando 8.505 empregos. Alguns exemplos de empresas que se instalaram no estado e foram atendidas pela Assessoria de Comércio e Investimentos foram: Jaguar-Land Rover, Hyundai, BluePharma, Safran, entre outros. Dentre os Centros de Pesquisa e Inovação instalados no Estado, estão: BG, IBM, GE, Nissan, Cisco, INTEL, Microsoft, entre outros. Neste ano de 2017 foi lançado o centro de pesquisa da L'Oréal no Parque Tecnológico do Fundão.

Como explicado no ciclo de investimentos, a Assessoria também organiza missões internacionais para apresentação de oportunidades de investimento no Estado. Desde 2010 foram realizadas 21 missões para 14 países.

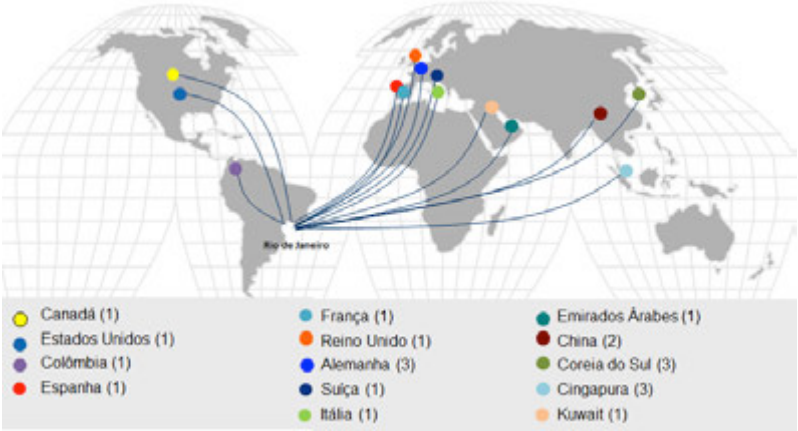


Figura 5: Missões Internacionais da Assessoria de Comércio e Investimentos

Além disso, o Rio de Janeiro recebeu importantes eventos de negócios desde 2007 que tiveram a participação direta da Assessoria de Comércio e Investimentos em sua organização:

7 Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Eslovênia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Índia, Irã, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Lituânia, Moçambique, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Sri Lanka, Suécia, Tailândia, Taiwan e Zimbábue.

World Economic Forum on Latin America (2011), Encontro Econômico Brasil-Alemanha (2011), Foro Iberoamérica (2012), Global Infrastructure Initiative da McKinsey & Company's (2014) são alguns exemplos. A Assessoria também realiza eventos de sua autoria como o Rio The Gateway to Invest in Brazil com edições em 2012 e 2013 no Rio de Janeiro e em 2015 na China.

Figura 6: Eventos com participação da Assessoria de Comércio e Investimentos

Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, a Assessoria de Comércio e Investimentos, com o patrocínio do Sistema Fecomércio-RJ, organizou a Casa Temática do Governo do Estado chamada "Espaço Rio de Janeiro", localizada no antigo Armazém Paranapanema, no Boulevard Olímpico, com 7 mil m² de área construída.

O Espaço Rio de Janeiro foi dividido em 2 andares, sendo o primeiro aberto ao grande público e o segundo voltado para negócios. Durante seus 19 dias de funcionamento, o Espaço recebeu 17 eventos para apresentar as oportunidades de negócios em setores estratégicos do estado: infraestrutura; moda; audiovisual e economia criativa; tecnologia da informação e telecomunicação; start up; alimentos e bebidas; pesquisa, desenvolvimento e inovação; turismo; smart cities e petróleo e gás. Cerca de 2.000 pessoas participaram da programação, entre elas, especialistas, empresários, investidores e multiplicadores de informação.

Considerações Finais

Através do exposto acima, é possível ter dimensão do trabalho realizado pela Assessoria de Comércio e Investimentos. A busca do desenvolvimento do estado, da geração de emprego e renda, do fomento ao micro, pequeno e médio empreendedor são os principais objetivos de tudo que é realizado no âmbito dessa área.

A história da Assessoria de Comércio e Investimentos não pode ser contada sem levar em consideração o fator humano por trás de todo esse trabalho. Desde 2007, passaram pela Assessoria colaboradores extremamente capacitados e comprometidos com o objetivo de impulsionar o Rio economicamente: Pedro Spadale, Luiz Carlos Carvalho, Thayne Garcia, Luciana Benamor e Úrsula Vilaça. Atualmente os cargos são ocupados por Maira Segura (Assessora-Chefe) e Patrícia Oliveira (Assessora).

Fica também o agradecimento a tantos estagiários, assistentes e a equipe administrativa da SSRI, que ajudaram no trabalho realizado e fazem parte dessa história.

MARCO AURÉLIO MORAIS CASIMIRO

Assessor-chefe de Cooperação Internacional

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Tudo começou quando eu ainda estava cursando a faculdade de relações internacionais na Universidade Bennett, no Flamengo. Na faculdade tive o privilégio de ter como colegas de turma o Pedro Spadale (que viria a ser Subsecretário da Subsecretaria de Relações Internacionais do Governo do Estado do RJ) e a Mariana Rondon quando ainda namoravam e que no futuro se tornariam grandes amigos, pelos quais tenho grande estima e consideração.

Entre os anos de 2002 e 2003 fiz meu primeiro estágio na área, na então Coordenadoria de Relações Internacionais do Governo do Estado, que à época se localizava no prédio administrativo do Governo do Estado no centro da cidade, conhecido como Banerjão. Esse foi meu primeiro contato com o setor público, já que antes eu só havia atuado no setor privado, trabalhando nas áreas jurídicas de instituições bancárias. Minha experiência na Coordenadoria de Relações Internacionais foi muito boa e enriquecedora, ainda que o foco fosse mais em eventos e pesquisas. Nessa ocasião pude conhecer, entre outras pessoas, a Renata Trovão, que viria a ser minha chefe na Assessoria de Cooperação Internacional anos mais tarde.

Depois desse curto período, me formei na faculdade em 2004 e fui morar e estudar em Londres, na Inglaterra. Fiquei um ano no exterior, tendo passado também, uns meses em Madri, na Espanha.

Quando voltei ao Brasil novos desafios me aguardavam. Enquanto procurava recolocação profissional cursei uma

pós-graduação em Análise das Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quando, no final de 2008, recebi um convite do Pedro Spadale para uma entrevista na já Subsecretaria de Relações Internacionais, agora instalada no Palácio Guanabara. Uma nova etapa da minha vida pessoal e profissional se iniciava.

Tive uma entrevista formal com o então Subsecretário e hoje Embaixador e Cônsul-Geral do Brasil em Hamamatsu - Japão, Ernesto Rubarth. Felizmente fui bem sucedido nesse encontro e começava aí meu período na Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) e meu retorno ao setor público. Serei sempre imensamente agradecido à Renata Trovão e ao Pedro Spadale por terem se lembrado de mim, mesmo durante o período em que estive morando fora. Essa oportunidade surgiu graças à expansão da Subsecretaria e à criação das quatro assessorias que ainda hoje a compõem. A Renata Trovão tornava-se Assessora-Chefe de Cooperação Internacional e eu me tornava seu assessor.

Uma lembrança marcante desse momento da entrevista foi quando, ainda na recepção do Palácio Guanabara, eu conheci a ex-colega Ana Paula Podcameni. Lembro-me de sua simpatia e alto astral quando pudemos dividir, naqueles poucos minutos, nossa expectativa quanto a nossa nova função. Surgiu ali, quase que de imediato, uma amizade que perdura até hoje. Mesmo a Ana tendo se mudado para Miami continuamos em contato e com muita admiração mútua. Além de mim e da Ana Paula, entraram para compor a nova Subsecretaria, o Luiz Carlos Carvalho e a Christiane Sauerbronn.

Finalmente a Subsecretaria de Relações Internacionais atingia seu formato administrativo que perdura até os dias de hoje. A equipe, composta por quatro assessorias, estruturava-se da seguinte forma: a Assessoria de Relações Institucionais, que tinha como Assessora-Chefe a Giselle Corbellini e como sua assessora a Christiane Sauerbronn; a Assessoria de Comércio e Investimentos, liderada pelo Pedro Spadale e com o Luiz Carlos como assessor; a Assessoria de Investimentos Externos, com Carol Bastos e Ana Paula Podcameni; e a Assessoria de Cooperação Internacional, que tinha como chefe a Renata Trovão

e eu como assessor.

No começo, claro, tudo era novo, até porque a Subsecretaria não tinha mais nada a ver com a antiga Coordenadoria. Agora era muito mais ativa e importante, graças sobretudo ao excelente trabalho de reestruturação conduzido pelo Embaixador Ernesto Rubarth e sua equipe.

Comecei o trabalho no dia 01 de Dezembro de 2008. Um mês que foi mais para ambientação, mesmo porque o ano estava no fim e os projetos naturalmente se paralisam nesse período. De qualquer forma, lembro claramente dos preparativos para a missão do então Governador à China e Singapura. Já cheguei vivenciando os preparativos para uma missão internacional do Governador, algo que sempre foi considerado de extremo detalhe e importância.

Desde então já se passaram quase nove anos de muitos desafios e aprendizados. Alguns dos momentos mais marcantes foram quando o Rio de Janeiro sediou importantes eventos internacionais. A SSRI teve, até certo ponto, uma participação na organização destes eventos que sempre foram muito desafiadores pelo seu gigantismo e complexidade. Posso citar aqui alguns deles:

> **Aliança das Civilizações (2009)** – Contou com a presença, no Rio de Janeiro, de dezenas de Chefes de Estado e de Governo de todo o mundo. Entre as presenças posso destacar a do então Primeiro-Ministro e hoje Presidente da Turquia Recep Tayyip Erdogan e da então Presidente da Argentina Cristina Kirchner. O evento aconteceu no Vivo Rio em maio daquele ano.
>
> **V Fórum Urbano Mundial (2010)** – Conferência das Nações Unidas sobre as cidades, realizada pela primeira vez na América Latina em março daquele ano nos armazéns do cais do porto no centro do Rio. O evento contou com a presença de 10 mil visitantes estrangeiros de todo o mundo, entre sociedade civil, governo, academia e organizações não governamentais, que discutiram, durante cinco dias, o futuro das cidades.
>
> **Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (2012)** – Foi realizada de 13 a 22 de

junho daquele ano no Riocentro e contou com a presença de mais de cem Chefes de Estado e de Governo do mundo todo. Além das discussões oficiais, a SSRI ficou responsável pela organização de um painel com várias discussões temáticas que contou com a participação de diversos especialistas nacionais e estrangeiros em mais de uma dezena de palestras espalhadas por todos os dias do evento num espaço de exposições montado no Parque dos Atletas na Barra da Tijuca.

A Rio+20 foi um megaevento que contou com a participação ativa de toda a SSRI, que desenvolveu a maior parte das atividades de coordenação do Comitê de Apoio por meio de diferentes Grupos de Trabalhos (GT). O GT Espaços Institucionais definiu o conteúdo e a forma de exposição no Parque dos Atletas. O Palácio Guanabara foi utilizado para reuniões das redes internacionais. O Riocentro tornou-se um local restrito aos representantes do Estado do Rio de Janeiro incorporados à delegação brasileira, tendo o Governador uma sala para recepção de autoridades.

O GT Comunidades foi um canal participativo para o desenvolvimento de programa específico em seis comunidades da cidade do Rio de Janeiro: Alemão; Chapéu Mangueira/Babilônia; Cantagalo-Pavão-Pavãozinho; Vidigal; Rocinha; Cidade de Deus. Essas comunidades foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: proximidade dos eventos, pacificação e políticas estaduais. Mais do que estimular a visita de autoridades internacionais a essas realidades, o programa foi uma forma de levar a Conferência para esses territórios.

Além desses, posso citar também o GT Comunicação, que foi baseado no colegiado das secretarias e definiu as estratégias do site, assim como outros canais de mobilização da mídia. O GT de Segurança e Logística, responsável por apoiar a organização da Conferência junto à Prefeitura e ao Governo Federal, supervisionou desde os locais dos Chefes de Estado no Riocentro até a participação social na Cúpula dos Povos no Parque do Flamengo.

A área projetada para a realização de palestras, organizada pela SSRI, foi composta por três espaços: duas salas, cada uma com capacidade para 200 pessoas, e uma plenária, com capacidade para 500 pessoas.

Dos mais de 30 eventos paralelos realizados nesses espaços, posso destacar dois. Em primeiro lugar, o evento intitulado "As Nações Unidas e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento", que incluiu palestra magna sobre sustentabilidade, bem como seis sessões temáticas de alto nível, alinhadas aos Diálogos de Desenvolvimento Sustentável da Conferência Rio+20. Essa palestra contou com a ilustre presença do então Secretário Geral das Nações Unidos Sr. Ban Ki Moon, que trouxe grande prestígio ao nosso encontro de líderes de governos locais. Este Seminário buscou compartilhar as visões e identificar os desafios no contexto do desenvolvimento sustentável, bem como reforçar o comprometimento do Sistema das Nações Unidas para fazer com que as parcerias avancem nas temáticas a serem tratadas: Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, Desemprego e Trabalho Decente, Energia, Comunicações, Tecnologia e Inovação, Resposta Humanitária e Prevenção de Riscos e Cidades Sustentáveis.

Em segundo lugar, gostaria de destacar a Cúpula Mundial de Estados e Regiões, que reuniu líderes dos principais governos subnacionais de todo o mundo e que versou sobre a economia verde e o desenvolvimento sustentável. Esse evento contou com a presença de mais de cinquenta delegações de governos regionais, dos quais vinte e sete Governadores (quatorze estrangeiros e treze nacionais), além de outras autoridades. Esse evento, que culminou com a assinatura dos líderes regionais na "Carta do Rio de Governos Regionais", foi organizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Organização das Regiões Unidas (ORU-FOGAR), a Rede de Governos Regionais para Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD) e o The Climate Group. Cabe mencionar, também, a realização da Assembleia Geral da NRG4SD no Palácio Guanabara, assim como a Assembleia Geral do The Climate Group na sede do governo estadual.

Além do sucesso esperado no âmbito das negociações das Nações Unidas, o Estado do Rio de Janeiro assumiu o protagonismo, frente aos governos regionais, na articulação de multiatores a fim de gerar compromissos em prol do desenvolvimento sustentável. Para tal, desenvolveu os dois principais temas da Conferência: "A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza" e "A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável".

> Participaram da Conferência mais de 90 Chefes de Estado e de Governo de países-membros das Nações Unidas, sendo 40 mil credenciados no espaço de negociação oficial. Além disso, estima-se a participação de 110 mil turistas estrangeiros e de 1 milhão de pessoas em eventos paralelos.

Além destes grandes eventos que tiveram uma participação mais direta da SSRI, posso citar ainda eventos nos quais participamos de forma mais transversal, tais como a Jornada Mundial da Juventude, que contou com a presença do Papa Francisco, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Menciono também os eventos organizados pela própria SSRI, de caráter menor e mais interno, como os Seminários de Paradiplomacia, as reuniões com o corpo consular acreditado no Rio de Janeiro, os eventos de capacitação técnica, entre outros.

Mais recentemente, vale destacar o papel da SSRI na organização da VII Assembleia Geral da ORU-Fogar[1] que teve lugar no Hotel Prodigy Santos Dumont em abril de 2016 e que contou com a participação de uma dezena de governadores de várias regiões do mundo. O objetivo maior deste encontro foi o de reforçar o papel dos governos subnacionais nas decisões internacionais.

Estes eventos internacionais são sempre muito interessantes especialmente para os profissionais da área de relações internacionais como eu. Durante esse período tive o privilégio de estar nos bastidores desses grandes eventos e de poder ver de muito perto personalidades mundiais como o papa Francisco, o ex-Secretário Geral da ONU Ban Ki-Moon, o presidente Evo Morales da Bolívia, a chanceler alemã Angela Merkel, o então Primeiro-Ministro e hoje presidente da Turquia Recep Tayyip Erdogan, o presidente russo Vladmir Putin, a ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner, o Príncipe Harry da Inglaterra, o ex-presidente americano Barack Obama, entre outros.

1 ORU-Fogar: Organização das Regiões Unidas/Fórum de Governos Regionais e Associações Globais de Regiões, considerada a maior e mais importante rede de governos subnacionais do mundo.

Além desses eventos internacionais grandiosos, há também as já mencionadas recepções das datas nacionais dos Consulados Gerais acreditados no Rio de Janeiro. A SSRI sempre é convidada a participar desses eventos por estar em constante contato com esses Consulados, apoiando-os com as agendas de visitas e missões comerciais ou de cooperação técnica que vêm ao Rio de Janeiro. Essas recepções geralmente são muito agradáveis e é sempre um momento importante para estabelecer e reforçar os laços com nossos parceiros internacionais que estão estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro.

Como se pode constatar, ao longo desses dez anos recebemos muitas autoridades estrangeiras que visitaram o Rio. Para essas agendas, contamos sempre com o apoio das Embaixadas e Consulados Gerais, assim como dos colegas da Prefeitura do Rio para organizar estas visitas oficiais. A SSRI costuma receber delegações dos mais diversos países do mundo e com os mais diferentes objetivos. Alguns países são muito distantes e com realidades bem diferentes da nossa, mas que ainda assim têm interesse em intercambiar políticas públicas bem sucedidas e conhecer nossos projetos. Nesses últimos dez anos, a Assessoria de Cooperação Internacional da SSRI recebeu 114 missões técnicas estrangeiras de mais de 40 países diferentes, dos cinco continentes.

As reuniões com as delegações estrangeiras geralmente

acontecem nas dependências do Palácio Guanabara, mas às vezes acompanhamos estas delegações em visitas técnicas para apresentar os projetos do Estado do Rio de Janeiro. Com relação a estas visitas técnicas, tive a oportunidade de acompanhar dezenas de delegações estrangeiras que tinham interesse em conhecer a experiência da política de pacificação da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) em diferentes comunidades da cidade que abrigam ou abrigavam Unidades de Polícia Pacificadora (UPP[2]), como por exemplo: Cidade de Deus, Santa Marta, Manguinhos, Complexo do Alemão, Rocinha, Babilônia, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, etc.

Muitas dessas reuniões e visitas técnicas trouxeram resultados práticos como assinaturas de Memorandos de Entendimentos ou Protocolos de Intenções, assim como projetos de cooperação técnica.

Ao longo desses anos, a SSRI teve uma participação importante na assinatura de vários desses documentos que são firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e os parceiros internacionais subnacionais. Sempre apoiando as demais Secretarias de Estado, a SSRI tem um papel fundamental no assessoramento destes acordos quando os mesmos incluem entes estrangeiros. A seguir, destacarei alguns Memorandos de Entendimento que tiveram muita repercussão e geraram projetos bem sucedidos.

Primeiramente, destaco o Memorando com o estado alemão da Renânia do Norte e Vestfália. Esse acordo foi assinado em 2008 e, entre outros pontos importantes, posso citar o projeto que visava o intercâmbio de políticas públicas no setor do ensino técnico profissionalizante. Representantes do

2 A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de segurança pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Esta política é coordenada pela SESEG e foi elaborada com base nos princípios da polícia de proximidade, com uma estratégia fundamentada na parceria com a população e as instituições da área de segurança pública.

Estado do RJ, especialmente da FAETEC[3], foram a Düsseldorf e Duisburg conhecer in loco como são implantadas as escolas técnicas alemãs e como elas podem servir de modelo para as escolas técnicas fluminenses. Esse acordo teve várias etapas e foi concluído nos anos seguintes de forma bastante satisfatória para ambas as partes.

Em 2008, foi inaugurada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (UPP) na comunidade Santa Marta, em Botafogo, zona sul carioca. Essa UPP foi inspirada no modelo de polícia comunitária adotado na cidade colombiana de Medellín, que serviu de inspiração para a política de pacificação do Estado do Rio Janeiro. Para formalizar esta parceira, foi assinado, em 2010, um Memorando de Entendimento com Medellín. Essa cidade, considerada hoje uma das mais inovadoras do mundo, sofreu um forte processo de revolução interna depois de ser considerada a cidade mais perigosa do mundo nos anos 1980 em função da "guerra" travada pelo narcotráfico.

Depois de um árduo processo de pacificação a cidade hoje serve de exemplo para muitas outras no mundo que sofrem com esse problema. Por este motivo, o Estado do Rio de Janeiro assinou com aquele governo subnacional um acordo para o intercâmbio dessa melhor prática de segurança pública. Dessa forma, as UPPs foram inspiradas no modelo colombiano, assim como as Bibliotecas Parques, que lá se chamam Parques Bibliotecas. Esses espaços de leitura são inovadores, com uma arquitetura arrojada e estão sempre localizados em comunidades pacificadas. Além de cidadania, as bibliotecas trazem também oportunidades de conhecimento e de paz para locais antes conflagrados pelo narcotráfico. Junto com as UPPs, os Parques Bibliotecas são parte integrante da política de pacificação e humanização das comunidades de Medellín.

Deve-se destacar também o Memorando de

3 FAETEC: A Fundação de Apoio à Escola Técnica é responsável pela gestão da política de educação profissional e tecnológica pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro. É vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e foi fundada em junho de 1997. Atualmente atende a cerca de 300 mil alunos por ano em mais de 130 unidades de ensino espalhadas por todo o estado.

Entendimento com o estado norte-americano de Maryland. Esse acordo, assinado em 2011, tem como objetivo o intercâmbio de melhores práticas no setor cultural, de meio ambiente e, especialmente, no setor educacional. Deste acordo surgiram pelo menos duas parcerias bem sucedidas. Uma entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Janeiro com a sua contraparte em Maryland para a gestão da baía da Guanabara, uma vez que Maryland é banhada também por uma baía, a de Chesapeake. E a outra, no setor educacional, em parceria com o Condado de Prince George. Dessa parceria surgiria, anos mais tarde, a Dupla Escola intercultural Brasil-Estados Unidos, localizada na cidade de Nova Iguaçu.

Outro Memorando de Entendimento de destaque foi o celebrado, em 2013, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Agência de Cooperação Internacional dos Estados Unidos (USAID). Este acordo tinha como principal objetivo o intercâmbio de melhores práticas na área de segurança pública. Dessa parceria surgiu o projeto da cooperação técnica trilateral com o governo de El Salvador, voltado para a "exportação" por parte do Rio de Janeiro, da política de pacificação implantada nas comunidades do estado. Esse projeto teve o apoio institucional e financeiro do governo dos Estados Unidos e gerou resultados bastante positivos. O resultado dessa parceria foi a publicação de um toolkit, que contém um passo-a-passo que detalha a política de pacificação implantada no Estado do Rio de Janeiro para conter a violência urbana causada pela desigualdade social e pelo narcotráfico. Uma nova etapa dessa parceria é esperada e deverá ser basicamente voltada para as políticas sociais que são implantadas em comunidades conflagradas a reboque da política de pacificação. Esta segunda etapa deverá contar com o apoio da Prefeitura da cidade por meio do Instituto Pereira Passos (IPP)[4].

Outro projeto relevante e que vale a pena ser mencionado foi a assinatura do Memorando de Entendimento em 2012, e que seria prorrogado até 2014, entre o Estado do Rio de Janeiro -

4 Instituto Pereira Passos (IPP) – antigo IPLAN, é uma autarquia da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, responsável pelo planejamento urbano da cidade.

por intermédio das Secretarias de Trabalho e Renda, Assistência Social e Direitos Humanos, Educação e da FAETEC - com o Governo dos Estados Unidos, através da USAID e da CHEVRON, que visava o desenvolvimento das políticas de ensino, qualificação profissional e intermediação de mão de obra no Estado do Rio de Janeiro. Este projeto ficou conhecido como ENTER JOVEM e beneficiou muitos jovens de baixa renda que moram nas cidades com os menores índices de desenvolvimento humano do Estado.

Muitos outros acordos e Memorandos de Entendimentos foram assinados com parceiros subnacionais ao longo desses anos, o que reforça o caráter internacional do Rio de Janeiro e o interesse do estado em intercambiar políticas públicas bem sucedidas que são atualmente empregadas ao redor do mundo e que, por ventura, podem inspirar novos modelos passíveis de serem adaptados à realidade do Rio de Janeiro.

Para esses acordos serem assinados muito trabalho é feito nos bastidores. É preciso alcançar um consenso entre as partes e sempre deverá haver o compromisso entre ambas para que futuros projetos possam de fato acontecer. Esses acordos muitas vezes servem para institucionalizar uma parceria já existente, trazendo uma maior segurança jurídica.

Ao longo desses nove anos na SSRI, tive o privilégio de participar de grandes projetos que hoje me trazem muito orgulho e satisfação. Talvez o mais impactante seja o já mencionado Programa Dupla Escola que permite a alunos do ensino médio da rede pública estadual ter acesso a escolas em tempo integral que oferecem cursos de idioma e de cultura do país parceiro. Hoje a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) possui em funcionamento cinco Duplas Escolas interculturais: Brasil-França, localizado no CIEPP 449 Governador Leonel de Moura Brizola, em Charitas (Niterói); Brasil-China, localizado no CE Matemático Joaquim Gomes de Sousa, em Charitas (Niterói); Brasil-Estados Unidos, localizado no CIEP 117 Carlos Drummond de Andrade, em Nova Iguaçu; Brasil-Espanha, localizado no CE Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto, no Méier; e Brasil-Turquia, localizado no CIEP 218 Ministro Hermes Lima, no Jardim Gramacho, Duque de Caxias. Esses colégios estaduais

oferecem, além da base nacional curricular comum, um certo número de aulas ministradas em suas respectivas línguas. É um projeto bastante inovador e até revolucionário, haja vista a precariedade da educação no Brasil. Estas unidades de ensino oferecem a alunos que vivem em comunidades carentes uma oportunidade única de ingressarem no mercado de trabalho com o diferencial do conhecimento de idiomas estrangeiros certificados oficialmente pelos seus respectivos países.

Há ainda planos da SEEDUC para que em um futuro próximo novas Duplas Escolas sejam inauguradas com a participação de outros parceiros internacionais. Atualmente, há cinco parcerias em desenvolvimento. São os chamados projetos-pilotos, nos quais a SEEDUC verifica, junto a esses parceiros, se há o interesse local e o da comunidade pedagógica para a implementação, no futuro, de uma nova Dupla Escola. Como exemplo, podemos citar os projetos-pilotos com os seguintes países: Coreia do Sul, Japão, Itália e Alemanha. O quinto projeto-piloto é destinado ao ensino da língua e da cultura árabe com o apoio da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos e da Sociedade Beneficente Mulçumana do Rio de Janeiro. Dependendo dos resultados dos projetos-pilotos em curso e do interesse dos parceiros estrangeiros, poderá haver a formalização institucional para a inauguração de novas Duplas Escolas por parte da SEEDUC.

Além dessas escolas interculturais há ainda as escolas técnicas que também fazem parte do Programa Dupla Escola, mas sem o viés da interculturalidade e sim do ensino técnico profissionalizante de alguma habilidade específica e sempre com o apoio de uma empresa privada instalada no estado. Visitar uma escola pública e ver o progresso dos alunos e o orgulho de estudarem nessas unidades não tem preço, sem falar do orgulho do corpo técnico e dos docentes que veem nesse projeto algo realmente revolucionário e inspirador.

Outro projeto que posso citar foi o apoio à criação da Rede das Assessorias Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (REARI-RJ). A Subsecretaria de Relações Internacionais da Casa Civil sempre apoiou esta

rede por acreditar na importância da internacionalização das universidades e instituições de ensino superior instaladas no Rio de Janeiro. Hoje, muitas parcerias com universidades e institutos de ensino e pesquisa estrangeiros surgiram graças ao incentivo trazido por esta rede.

Um projeto revolucionário do qual a SSRI participou ativamente no passado foi a tentativa de trazer para o Rio de Janeiro um Instituto Internacional de Segurança e Desenvolvimento Social com a chancela da Organização das Nações Unidas. Este instituto seria uma referência internacional para o tema de segurança pública e um think tank com grandes especialistas no assunto. O Rio oferece um ambiente propício para a implantação de um instituto dessa natureza, já que aqui se enfrenta, há bastante tempo, o problema da insegurança devido à desigualdade social e ao combate ao narcotráfico. Infelizmente, este projeto não teve a continuidade desejada principalmente por causa da crise financeira enfrentada pelo país e, mais profundamente, pelo Estado do Rio de Janeiro.

Como chefe da Assessoria de Cooperação Internacional da Casa Civil, não posso deixar de mencionar as missões internacionais das quais participei apoiando as demais secretarias estaduais no contato com diferentes atores subnacionais estrangeiros para o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica nas mais diversas áreas da administração pública.

Na primeira missão de que participei, acompanhei a então Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional, Renata Trovão, à Alemanha em 2010. Nessa ocasião, acompanhamos os representantes da FAETEC para conhecer como é empregado o ensino técnico profissionalizante nas escolas públicas do estado da Renânia do Norte e Vestfália.

Outro país que visitei representando a Casa Civil já como Assessor-Chefe foi Singapura, onde estive em duas ocasiões no mesmo ano de 2010. Nas duas viagens organizei as agendas e as logísticas dos representantes de algumas secretarias de estado que queriam conhecer as políticas públicas daquela cidade-estado asiática. Os temas dessas missões foram meio

ambiente, segurança pública, cultura, transporte e esporte. Em uma dessas ocasiões, a delegação fluminense foi convidada pelo governo singapuriano a participar da cerimônia de encerramento da primeira edição dos Jogos Olímpicos da Juventude[5]. Nesse período, o Rio de Janeiro ainda se preparava para sediar os maiores eventos esportivos do planeta, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos que viriam a acontecer poucos anos depois.

Uma das mais importantes missões internacionais realizadas pela Assessoria de Cooperação Internacional foi à Colômbia em novembro de 2010. Nessa missão fui responsável por organizar a logística e toda a agenda de visitas em Bogotá e em Medellín. Participaram dessa viagem todos os comandantes das UPPs na ocasião, além de parte da cúpula da Secretaria de Segurança - SESEG. Foram mais de 20 pessoas que participaram e que tiveram o privilégio de ver in loco os avanços alcançados pelo governo colombiano na sua política de pacificação. Visitamos a sede da Polícia Nacional em Bogotá além de algumas comunidades pacificadas em Medellín. A realidade colombiana e a realidade brasileira são muito parecidas e esse intercâmbio se deu de uma maneira bastante fluída e rápida. Até hoje, Medellín é uma referência internacional no combate à criminalidade com base na sua política de pacificação.

Outra missão importante foi a Maryland, nos Estados Unidos, em 2012. Nessa ocasião, acompanhei uma delegação da SEEDUC representando a Casa Civil e que teve como principais objetivos estreitar os laços com aquele governo subnacional, conhecer a escola-irmã do Condado de Prince George e formalizar a parceria que resultou na criação da já mencionada Dupla Escola Brasil-Estados Unidos.

Outra missão oficial da qual participei apoiando a SEEDUC foi a realizada também em 2012 para a Coreia do Sul e a China. Nessa ocasião, a delegação visitou, entre outras instituições, o

5 Jogos Olímpicos da Juventude: Primeira edição realizada em Singapura entre os dias 14 e 26 de 2010 apenas com jovens atletas entre 14 e 18 anos de idade. A próxima edição será realizada em Buenos Aires, Argentina, em outubro de 2018.

Ministério da Educação da Coreia do Sul, a Prefeitura da capital chinesa (Beijing) e o Ministério da Educação da China, além de algumas escolas coreanas e chinesas para conhecer melhor os premiados e internacionalmente reconhecidos sistemas educacionais de ambos os países. Um dos principais resultados dessa missão oficial é a já mencionada Dupla Escola Brasil-China e o projeto-piloto para a implantação da futura Dupla Escola Brasil-Coreia.

Posso citar ainda a missão oficial à França acompanhando, mais uma vez, os representantes da SEEDUC para participar da inauguração em Cretéil do curso de português do Brasil na escola-irmã da atual Dupla Escola Brasil-França em 2014.

Outra missão oficial que acompanhei apoiando a SEEDUC foi a Istambul, a convite do Centro Cultural Brasil Turquia para conhecer as políticas educacionais daquele país. Um dos principais resultados dessa missão foi a inauguração, em 2016, da já citada Dupla Escola Brasil-Turquia em Duque de Caxias.

Além dessas, posso mencionar também, as missões técnicas à Bretanha (região no noroeste da França) para estreitar os laços com aquela região especialmente no setor marítimo/naval e a missão a Cuba que serviu para intercambiar informações sobre prevenção e gestão de desastres naturais, área em que os cubanos são reconhecidos internacionalmente por sua excelência. Ambas as missões foram realizadas, à época, pelo então Assessor de Cooperação Internacional e hoje Subsecretário Interino Bruno Costa.

Essas missões internacionais são sempre muito importantes para estreitar os laços com nossos parceiros internacionais e para conhecer melhor as políticas públicas que estão sendo adotadas pelo mundo e que poderão ser implantadas no Rio de Janeiro de acordo com a nossa realidade. Além disso, participar da organização dessas missões reforça a importância da SSRI na estrutura do Governo do Estado, uma vez que, nos dias de hoje, a área internacional é parte indissolúvel de qualquer grande ente subnacional estrangeiro. Nestes últimos 10 anos, o Estado do RJ realizou, com o apoio da Assessoria de Cooperação Internacional

da SSRI, 67 missões técnicas ao exterior em mais de 20 países diferentes.

Hoje vejo a SSRI consolidada e madura. Por isso, não posso deixar de mencionar o excelente trabalho desempenhado pelos antigos subsecretários que participaram de todo esse processo de consolidação desta subsecretaria, como o Embaixador Ernesto Rubarth, hoje Cônsul-Geral do Brasil em Hamamatsu - Japão, o Embaixador José Carlos de Araújo Leitão, atual Embaixador do Brasil junto a Cabo Verde e o Pedro Spadale, hoje Gerente da Firjan Internacional. Todos eles tiveram uma importantíssima participação para que a SSRI fosse respeitada, admirada e cada vez mais imprescindível na estrutura do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, gostaria de deixar aqui o meu registro aos antigos colegas que já passaram por esta subsecretaria e que de alguma forma deixaram sua marca em mim e na história da SSRI. Entre eles gostaria de mencionar a Renata Trovão, o Bruno Costa, a Giselle Corbellini, a Úrsula Villaça, a Juliana Beltrão, a Christiane Sauerbronn, o Caio Torres, a Marcela Mota, a Marcela Quintela e todas as demais assessoras, estagiários e demais apoiadores que tanto nos ajudaram durante todo esse período.

Deixo aqui, também, meu abraço afetuoso de agradecimento ao Pedro Spadale, que esteve aqui desde os

primeiros anos desta subsecretaria e que participou, de modo muito ativo, de praticamente todos os momentos registrados neste relato. Sem ele, dificilmente a SSRI seria o que é hoje.

Historicamente o Rio de Janeiro sempre foi muito internacional. Colonizado por portugueses, invadido por holandeses e franceses, antiga capital do império português e depois do próprio Brasil, o Rio é o coração do país e a cidade brasileira mais conhecida no mundo.

Somam-se a isso as enormes mudanças pelas quais o Rio de Janeiro passou nos últimos anos. A cidade se internacionalizou ainda mais e sediou alguns dos mais importantes eventos internacionais do mundo, como a Conferência Rio+20, a final da Copa do Mundo de 2014 e os bem sucedidos e celebrados Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Certamente o incessante trabalho da equipe da Subsecretaria de Relações Internacionais teve um papel fundamental nesse novo momento de consolidação do Rio de Janeiro no cenário internacional e da SSRI na estrutura do estado e isso é motivo de grande orgulho. Parabéns a todos os envolvidos!

BRUNO DE QUEIROZ COSTA

Assessor-Chefe de Financiamentos Externos (2014-2017)

ASSESORIA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos uma explanação sobre os financiamentos externos no Estado do Rio de Janeiro na última década, é necessário entender alguns conceitos que estão envolvidos nessa temática.

Primeiro, há que se falar brevemente do fenômeno da paradiplomacia, já muito bem debatido no início desta obra, e como os financiamentos externos do Estado se relacionam com ela. Veremos que apesar de sua conceituação ser recente, a prática internacional de entes subnacionais é bem mais antiga, remontando, ao menos no que concerne a paradiplomacia financeira no Brasil, ao final do século XIX.

Após fazer essa conceituação e esse breve histórico, passaremos pela conceituação jurídica do tema e entraremos mais especificamente na ação dos financiamentos externos do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, de modo a se verificar, também, o trabalho da área de relações internacionais do Estado nesta matéria.

I – Paradiplomacia Financeira

Como já discutido nesta publicação, paradiplomacia é a participação de entes subnacionais nas relações internacionais e cuja definição começou a aparecer no debate acadêmico no final dos anos 70 e início dos anos 80 no contexto das discussões sobre o 'novo federalismo', e que teve os professores Panayotis Soldatos e Ivo Duchacek como os primeiros expoentes desse assunto[1].

Em seu senso comum, essa participação dos entes subnacionais no relacionamento internacional pode ocorrer de várias formas e em diversas áreas, tais como a troca de melhores práticas, conhecimento e desenvolvimento de políticas públicas em parceria, empoderamento administrativo, capacitação funcional, além daquelas que envolvem todos os aspectos econômicos.

No campo econômico, a paradiplomacia pode assumir ainda diferentes aspectos, como a atração de investimentos estrangeiros, a busca pela promoção das exportações de empresas situadas em seu território, além da captação de recursos externos, seja através de empréstimos, seja através de doações, o que convencionamos chamar de paradiplomacia financeira.

Nesse sentido, José Nelson Bessa Maia define a paradiplomacia financeira como "a iniciativa própria e autônoma de um governo subnacional no sentido de negociar e contratar diretamente a captação de recursos externos ofertados por fontes internacionais, oficiais ou privadas, e/ou governamentais estrangeiras com vistas a complementar suas necessidades de financiamento de investimento público".[2]

Ela tem por objetivos: i) assegurar recursos externos para financiar projetos de investimento público; ii) obter recursos externos a custos menores do que no mercado interno e a prazos

1 DIAS, Reinaldo. Um tema emergente nas Relações Internacionais: A paradiplomacia das cidades e municípios. Sítio eletrônico Âmbito Jurídico. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156 Acesso em 17/08/2017.

2 MAIA, José. A Paradiplomacia Financeira dos Estados Brasileiros: Evolução, Fatores Determinantes, Impactos e Perspectiva. Tese UNB 2012. P. 147

maiores de amortização; iii) angariar recursos adicionais para "fugir" da restrição orçamentária dada pelas receitas próprias e transferências fiscais do governo central.[3]

Diante do expressado, a paradiplomacia financeira pode se dar através de duas formas: uma seria através do levantamento de recursos pelos entes subnacionais diretamente nos mercados de capitais internacionais por meio de emissão de bônus, apresentando ou não garantias de seus governos centrais; a outra seria mais restrita, através do acesso somente às fontes oficias de financiamento, sejam elas multilaterais ou bilaterais.

A primeira forma é mais comum nos países desenvolvidos, como EUA, Canadá e Alemanha, onde os Estados/Províncias podem emitir bônus e captar no mercado de capitais. O segundo modelo é mais comum nos países em desenvolvimento como o Brasil e Argentina.[4]

II – Histórico

Apesar de atualmente no Brasil só vigorar a segunda forma de paradiplomacia financeira, já foi possível a livre captação de recursos no mercado internacional, principalmente durante o período da República Velha. Aliás, o primeiro caso de empréstimo internacional por um ente subnacional brasileiro se deu ainda no período do Império, quando curiosamente o país ainda era um país unitário.

De fato, no final do século XIX os países centrais estavam consolidando seus novos mercados coloniais bem como estavam passando pelo processo de industrialização, o que acabou por permitir uma maior abundância de capitais.

Foi nesse contexto que em 1888 a Província da Bahia fez a primeira investida paradiplomática no sentido de obter um financiamento externo, quando assinou com o Syndicat

3 Ibidem p. 149.

4 Ibidem p. 235.

Brésilien de Paris (*Banque de Paris et des Pays Bas*) um contrato de empréstimo de 20 milhões de francos (aprox. 800 mil libras esterlinas) dando como garantia as receitas gerais da província[5], o que fez com que a paradiplomacia financeira seja a forma de paradiplomacia mais antiga do país.

Deve-se ressaltar que com a proclamação da república foi promulgada a primeira constituição republicana (1891), que instituiu o sistema federativo, muito baseado no modelo estadunidense, concedendo aos Estados posição de entes políticos autônomos, propiciando assim mais poderes às elites locais e uma estrutura tributária capaz de propiciar autonomia fiscal e administrativa aos estados recém-criados.

Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro só veio a obter o seu primeiro empréstimo internacional em 1912, quando pegou emprestado 2,5 milhões de libras esterlinas com o banco *Boulton & Cia of London*.[6]

Esta mesma prática foi seguida por outros estados federados brasileiros, com um breve interregno durante o período da Primeira Guerra Mundial, representando uma crescente ação destes entes no mercado de capitais internacionais, e que visava basicamente: i) resgatar e/ou consolidar dívidas anteriores; ii) financiar obras públicas de infraestrutura; e iii) bancar ações de valorização do café, muito utilizadas após a realização do Convênio de Taubaté[7].

Esta fase perdurou até o final dos anos 1920, quando a superprodução do café, aliada à Grande Depressão iniciada com

---

5 MAIA, José e SARAIVA, José. A Paradiplomacia Financeira no Brasil da República Velha: 1890-1930 em Revista Brasileira de Política Internacional vol. 55 n. 1 . 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292012000100007 Acesso em 25/08/2017. Acesso em 17/08/2017.

6 Loc. cit

7 O Convênio de Taubaté foi assinado em 26 de fevereiro de 1906 pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que visava à valorização dos preços do café nos mercados mundiais mediante a compra de excedentes e estocagem de grandes volumes do produto em recintos alfandegários no exterior. Era uma tentativa de salvaguardar a renda do setor produtor e exportador do café diante da superprodução.

a quebra da bolsa de Nova York em 1929, acabou prejudicando consideravelmente a base econômica agrário-exportadora do país, levando, consequentemente, ao estouro das dívidas externas estaduais.

Nesta mesma época acontecia no país a Revolução de 1930, que colocou fim às estruturas até então vigentes e iniciou uma nova fase de centralização de poder e maior regulação e controle econômico, retirando dos Estados o direito de contrair livremente empréstimos no exterior.

Essa situação se agravou com a institucionalização do Estado Novo em 1937, que centralizou ainda mais poder na União. Aliado a isso, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os fluxos de capitais para os países subdesenvolvidos praticamente se encerraram.

Com o fim da guerra, um novo regime monetário e financeiro internacional foi estabelecido através dos Acordos de Bretton Woods, inclusive com a criação do Banco Mundial, o que tornou possível reiniciar o fluxo de recursos externos entre países, sendo que nesse primeiro momento esse fluxo ficou mais concentrado na reconstrução dos países centrais no pós-guerra.

O fim do Estado Novo e a volta ao regime democrático acabaram por permitir novamente aos Estados a captação de recursos internacionais. Todavia, deve-se ressaltar que para tentar evitar um ativismo exacerbado dos Estados e o consequente super endividamento desses entes, como ocorrera no período final da República Velha, foi inserida pela primeira vez na Constituição[8], a necessidade de aprovação pelo Senado de empréstimos internacionais dos Estados e Municípios[9].

Entretanto, inicialmente pouco foi feito, tendo em vista que, primeiramente os recursos estavam concentrados para a

8 Art. 63 da Constituição de 1946.

9 A Lei nº 1.518/51 permitiu a concessão de garantias do Tesouro Nacional a créditos concedidos por organismos financiadores estrangeiros e internacionais aos estados e municípios e suas respectivas sociedades de economia mista desde que tais operações se destinassem à realização de empreendimentos relacionados com serviços de utilidade pública.

reconstrução da Europa, e posteriormente, devido ao governo nacionalista de Getúlio Vargas (1951-1954) e ao rompimento do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) com o FMI em 1959, o que gerou certa animosidade das instituições internacionais de crédito com o país.

Curioso é que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que iniciou suas funções em 1961, já no ano seguinte concedeu um financiamento ao Estado da Guanabara para ampliação do sistema de saneamento da cidade do Rio de Janeiro, tema que vai permear o relacionamento do BID com o Estado até os dias de hoje, posto que em 2009 foi assinado o último empréstimo do Estado com o BID, visando justamente o saneamento ambiental dos municípios do entorno da Baía de Guanabara.

É exatamente a partir dos anos 60 que os países da Europa Ocidental já reconstruída, juntamente com os Estados Unidos, começam também a disponibilizar recursos por meio dos seus recém-criados organismos de financiamento e ajuda internacionais, como a Aliança para o Progresso e a USAID dos EUA, a AFD francesa, a KfD alemã ocidental, etc, provocando certa abundância de recursos financeiros no mercado, o que foi bem aproveitado pelos Estados brasileiros, já que esse período coincide com o início do processo de industrialização do país.

Entre meados e o final dos anos 60, como os recursos originários de fontes oficias de cooperação, fossem elas multilaterais (BIRD, BID) ou bilaterais (Eximbank, USAID, KfW), estavam chegando ao limite, tendo em vista a demanda de outros países em desenvolvimento recém independentes, os Estados brasileiros acabaram se voltando para o sistema bancário privado internacional.

Nos anos 1970, os estados brasileiros tinham poucas fontes de receita, já que o Governo Federal centralizava bastante a arrecadação de tributos. Nesse contexto, uma das principais saídas dos Estados para angariar recursos foi através do seu endividamento com instituições financeiras externas, prática essa que foi até mesmo induzida pelo próprio governo federal, o que acabou por servir como uma espécie de válvula de escape para

o centralismo fiscal excessivo exercitado pelo regime autoritário iniciado em 1964[10].

Com a crise do petróleo e o aumento dos juros internacionais, os estados começaram a ter dificuldade para obtenção de empréstimos no exterior, o que piorou com a grande recessão econômica do início a década de 80, agravada pela crise da dívida externa nos países da América Latina, em especial no Brasil, que chegou a decretar a moratória em 1987.

Com o fim do regime militar, foi promulgada a atual Constituição que, apesar de dar maior autonomia aos Estados, manteve alguns controles do governo federal em relação aos empréstimos estaduais. Nesse sentido foi mantida a autorização do Senado para obtenção dos empréstimos bem como a possibilidade de garantia da União.

Diante do grande volume de dívida dos Estados com bancos privados internacionais, o que acabou por provocar um endividamento insustentável desses entes, similar ao que ocorrera nos anos da República Velha, a partir dos anos 90, voltam a ter preponderância os organismos internacionais multilaterais e bilaterais de crédito no endividamento dos estados, porém com um maior controle da situação por parte da União.

III – Regime Jurídico Atual

Como visto inicialmente, a paradiplomacia era entendida por muitos e como a própria denominação levaria entender, como sendo algo em paralelo à diplomacia oficial, não sendo, por conseguinte, algo permitido.

Este entendimento, todavia, era e continua sendo frontalmente contestado justamente pelo aspecto financeiro da paradiplomacia, na medida em que a própria Constituição da República (prática iniciada com a Constituição de 1946) formalmente a reconhece em seu texto com a previsão da necessidade de autorização do Senado Federal para a sua efetivação.

10 MAIA, José. Op. Cit. p. 285

> ***Art.*** *52 Compete privativamente ao Senado Federal*
>
> *(...)*
>
> ***V*** *– autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. (grifo nosso)*

Conclui-se, portanto, que se todo e qualquer relacionamento internacional estivesse a cargo do governo federal, mais precisamente do Presidente da República, chefe do poder executivo, o artigo acima não deveria estar presente no texto da Constituição. Logo, além da paradiplomacia financeira ser a mais antiga do país, constatamos também que ela é a única com previsão constitucional.

Como expressado anteriormente, a situação financeira dos estados no início dos anos 90 era desalentadora, muito agravada pela grave crise econômica e pela hiperinflação que o país enfrentava. Neste contexto de hiperinflação, as dívidas e as despesas se desvalorizavam rapidamente e era bastante difícil apurar a real situação financeira de um ente federativo[11].

Com o advento do Plano Real em 1994 e o consequente fim da hiperinflação, acabou-se por esgotar o mecanismo de corrosão do valor real das despesas dos estados, deixando-os com dívidas excessivas e situação fiscal insustentável.

Diante desse quadro de insolvência generalizado, uma nova arquitetura institucional teve que ser desenhada, o que culminou com elaboração da Lei 9496/97 que criou o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados (PAF), que previa a possibilidade de Estados e Municípios renegociarem suas dívidas com a União[12].

Com esse programa, a União assumiu as dívidas estaduais, como a dívida pública mobiliária, a dívida com a Caixa Econômica Federal, bem como outras obrigações decorrentes de crédito

11 MENDES, Marcos. O Senado Federal e o controle do endividamento de Estados e Municípios. Revista de Informação Legislativa, a.47 n. 187 jul/set 2010.

12 Parte da nova dívida, que possuía taxas de juros bem abaixo das de mercado, foi paga com a privatização de empresas estaduais e a imposição de metas de ajuste fiscal.

interno ou externo dos Estados que solicitassem adesão ao programa, e em troca, os Estados que a ele aderiram passaram a ter uma nova dívida com a União[13].

Em decorrência dessa reestruturação, aos Estados que aderiram ao PAF[14] foi imposta uma restrição à possibilidade de emissão de novos títulos públicos[15] enquanto for exigível o programa.

Para os Estados que não aderiram ao PAF (Amapá e Tocantins), entretanto, tampouco pode haver emissão de títulos públicos, já que a Resolução nº 43 de 2001 do Senado Federal - entidade a quem Constituição determinou como tendo competência exclusiva para dispor sobre limites e condições das dívidas estaduais[16] - também restringiu tal prática[17].

Com essa restrição, pelo menos nas operações financeiras de natureza externa, aos Estados resta obter financiamento na forma de empréstimos com instituições de crédito, podendo essas instituições serem bancos privados ou agências/bancos de fomento de países estrangeiros ou de instituições multilaterais de crédito.

Tendo em vista que os organismos bilaterais e multilaterais de crédito têm um viés para o desenvolvimento, suas condições financeiras são mais favoráveis que as das entidades privadas, o que faz com que os Estados brasileiros concentrem sua paradiplomacia financeira com essas instituições.

Como visto, para que os Estados possam obter empréstimos, é necessário que haja autorização do Senado. Para dar essa autorização, todavia, o Senado conta com o apoio

13 Não fez parte dessa renegociação da dívida dos Estados com a União, entretanto, as obrigações decorrentes de operações com organismos financeiros internacionais, como as dívidas com o Banco Mundial ou BID (art. 1º § 2º b. da Lei 9496/97)

14 Dos 26 Estados e o Distrito Federal, quase todos aderiram ao programa, com exceção dos Estados de Tocantins e Amapá

15 Art. 3º § 5o a. da Lei 9496/97

16 Art. 52 VII da Constituição Federal.

17 Art. 11

do Ministério da Fazenda para fazer uma análise prévia do endividamento do Estado solicitante, conforme disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal[18].

Além disso, no caso dos empréstimos internacionais, as instituições financiadoras, para concederem empréstimos aos Estados brasileiros, exigem que esses empréstimos sejam garantidos pela União, que é de fato o ente que possui personalidade jurídica internacional para responder a qualquer questionamento que porventura essas operações possam trazer.

As regras de concessão de garantia também estão definidas na LRF. Segundo esta lei, para a União conceder garantia às operações de crédito dos Estados[19], ela deve fazer uma análise prévia do endividamento desses entes, que devem estar de acordo com o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal[20], conforme já mencionado.

De modo a controlar todo esse processo para conseguir aprovação do Senado Federal bem como a garantia da União, foi criada a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, que tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, o que é regulado pelo Decreto nº 9075/17.

Segundo este Decreto, a COFIEX definirá anualmente as áreas consideradas estratégicas para fins de financiamento externo[21], o que praticamente inviabilizará a autorização de preparação de projetos fora das áreas consideradas como estratégicas.

Estando dentro das áreas prioritárias, a autorização para preparação de projetos estará condicionada a duas avaliações: a primeira referente à capacidade de pagamento, trajetória de endividamento e cumprimento de contratos de renegociação

18 Art. 32 da Lei Complementar nº 101/00

19 Art. 40

20 Art. 30

21 Art. 2º, I

do Estado com a União e ao PAF, a ser feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda; e a outra referente aos aspectos técnicos e operacionais do projeto, a ser feita pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento[22].

A Portaria nº 540/05 do Ministério do Planejamento instituiu o Manual de Financiamentos Externos que detalha pormenorizadamente as etapas para autorização de obtenção dos financiamentos que, em geral, divide o processo nas seguintes fases:

A primeira é a fase de análise, que inicia com a submissão de um documento denominado de Carta-Consulta, que é apresentado formalmente ao Grupo Técnico – GTEC da COFIEX e finaliza com a avaliação da proposta de financiamento no âmbito dessa comissão.

Após a análise da COFIEX, é publicada uma Recomendação que autoriza ou não a preparação do projeto. Tendo uma recomendação positiva, inicia-se a fase de preparação do programa, quando são realizadas missões técnicas do organismo financiador com o objetivo de preparar o projeto em conjunto com o Estado.

Após a fase de preparação, inicia-se a fase de negociação, quando o Estado, o organismo financiador e a União, como garantidora, negociam as minutas contratuais. Terminada a negociação, passa-se à fase das assinaturas, que deve ser finalmente aprovada pelo Senado Federal.

Tendo a aprovação do Senado, procede-se a assinatura do Contrato de Empréstimo e de Garantia (quando for o caso), autorizando assim o primeiro desembolso, tendo o programa que se desenvolver dentro do prazo estipulado no contrato, passando-se assim à chamada fase de execução.

IV – A ação do Rio de Janeiro

Apesar da instauração de um novo arcabouço jurídico no

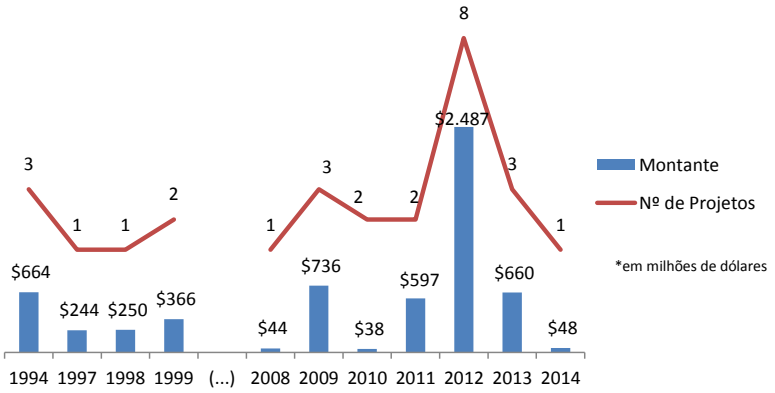
22 Art. 4º

país em 1988, a situação econômica brasileira, entretanto, só veio a se normalizar em 1994, no governo Itamar Franco, quando o Brasil concluiu a renegociação de sua dívida soberana dentro do chamado Plano Brady, e conseguiu fazer a estabilização monetária através da implantação do Plano Real. Não por acaso, o primeiro Financiamento Externo adquirido pelo Estado do Rio de Janeiro nesse cenário foi em 1994, junto ao BID, para a execução do Plano de Despoluição da Baía de Guanabara.

Os financiamentos continuaram modestos nos anos seguintes, até sofrerem uma forte queda ou quase estagnação a partir de 1999. Isto se deu, primeiramente, em razão da consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, de diversas dívidas financeiras de responsabilidade dos Estados, bem como pela necessidade de o governo federal produzir sucessivos superávits acordados com o FMI, monitorando, dessa forma, com afinco as diretrizes do PAF, além da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) que limitou ainda mais as possibilidades de endividamento dos Estados.

Esse período de ajustes necessitou de alguns anos para ser feito, fazendo com que o Estado só conseguisse obter novamente as condições financeiras necessárias para a obtenção de empréstimos internacionais 10 anos depois, o que por sua vez coincide com o período de início das atividades da Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado.

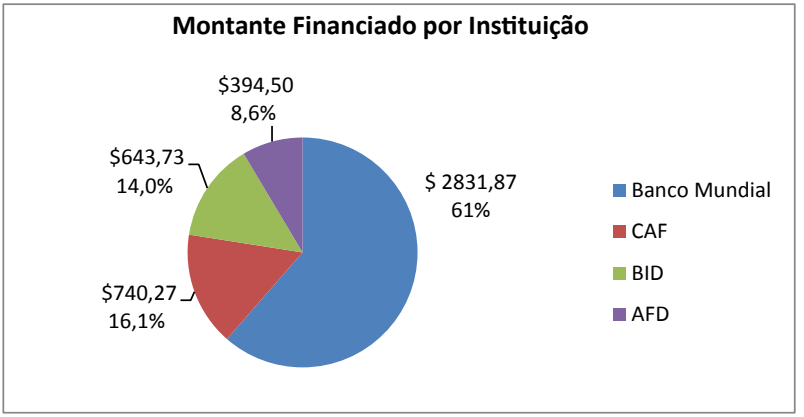
Histórico de Financiamentos Externos - RJ



Nesses 10 anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais, o Estado do Rio de Janeiro contraiu 20 empréstimos internacionais, que totalizam um montante de aproximadamente US$ 4,6 bilhões de recursos externos.

O primeiro financiamento do Estado nesta fase foi o Empréstimo Adicional ao Programa Estadual de Transportes, no valor de US$ 44 milhões, com o Banco Mundial[23], que visava complementar os valores do programa original em razão da sobrevalorização do real frente ao dólar.

Aliás, o Banco Mundial tem sido o maior parceiro do Estado nesse período, sendo responsável por financiar programas que juntos somam US$ 2,8 bilhões, o que representa 61% do montante total de financiamentos do Estado.



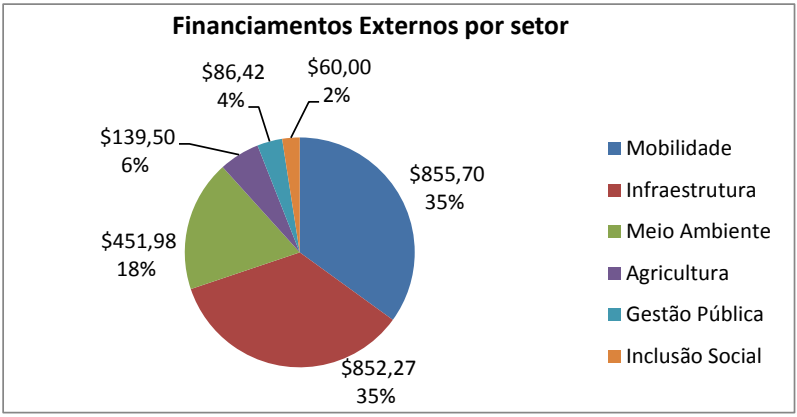
Do total dos financiados externos do Estado, US$ 2,16 bilhões (47% do total) foram referentes a 5 empréstimos, chamados de apoio orçamentário, isto é, apesar de terem como justificativa programas de desenvolvimento em algumas áreas da administração, seus recursos são destinados, de modo geral, indistintamente à composição do orçamento estadual.

23 O Programa Estadual de Transportes – PET foi assinado em 1999 pelo Estado com o Banco Mundial, no valor de US$ 186 milhões, e que tinha por objetivo permitir ao Estado executar as contrapartidas do contrato de concessão decorrente da privatização do sistema de trens urbanos, como a modernização e compra de material rodante, bem como de reabilitação de estações.

EMPRÉSTIMOS DE APOIO ORÇAMENTÁRIO				
INSTITUIÇÃO	**EMPRÉSTIMO**	**ANO**	**VALOR (US$)**	**AÇÕES DE CONTRAPARTIDA**
Banco Mundial	DPL I	2009	$ 485.000.000,00	Gestão Pública, Saúde e Educação
Banco Mundial	DPL II	2011	$ 485.000.000,00	Des. Urbano, Habitação e Des. Social
Banco Mundial	DPL III	2012	$ 300.000.000,00	Gestão Pública, Saúde e Educação
AFD	PMU	2012	$ 394.000.050,00	Mobilidade
Banco Mundial	DPL IV	2013	$ 500.000.000,00	Mobilidade
TOTAL	**$ 2.164.000.050,00**			

O restante, US$ 2,44 bilhões (53% do total) foi destinado a 15 programas para investimentos, isto é, seus recursos foram utilizados exclusivamente para atividades específicas de seus respectivos programas como, por exemplo, a execução de obras, compra de equipamentos, melhoria do sistema de gestão do Estado, atendimento à população, dentre outros.

Do total de recursos destinados a programas para investimento, ações nas áreas de Mobilidade, Infraestrutura e Meio Ambiente foram as mais contempladas.



Os US$ 855 milhões investidos na área de mobilidade foram através de 3 programas desenvolvidos com recursos do Banco Mundial, o Adicional ao Programa Estadual de Transportes, em 2008, já mencionado, bem como o segundo Plano Estadual de Transportes (US$ 211,7 milhões) de 2009 e o seu adicional (US$ 600 milhões) de 2012.

Isso significou a aquisição de 100 novos trens urbanos, mais seguros, modernos e com ar-condicionado, propiciando assim melhor conforto ao usuário bem como reduzindo o tempo de deslocamento entre as estações. Não por acaso, a aquisição desses novos trens provocou um aumento de 28% do número de passageiros nesse sistema de transporte[24]. Com isso, mais pessoas passaram a usar um transporte mais confortável, rápido, seguro e com baixíssima emissão de carbono, além de que com aumento da quantidade de passageiros no sistema, o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão fica mais vantajoso ao Estado.

No que concerne à questão da infraestrutura, o primeiro financiamento adquirido pelo Estado nesta área foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio de Janeiro - PRODETUR (US$ 112 milhões), adquirido em 2011 junto ao BID, para construção e melhoria de infraestrutura de turismo no interior do Estado, como a construção da Estrada Parque Paraty-Cunha, a urbanização da Vila de Abraão na Ilha Grande, urbanização e iluminação do distrito de Conservatória, implantação do Parque Estadual de Três Picos em Teresópolis e etc.

Essas obras servem para criar um maior afluxo de turistas para essas localidades, contribuindo assim para o fortalecimento de atividades econômicas dessas regiões, que se traduz em maior oportunidade de novos negócios, proporcionando geração de emprego e renda e consequente incremento da arrecadação estadual.

Os outros financiamentos de infraestrutura foram concentrados junto à Corporação Andina de Fomento – CAF, todos em 2012. O primeiro deles foi direcionado para a recuperação da região serrana (US$ 100 milhões), que tinha sido devastada pelas fortes chuvas ocorridas um ano antes.

Outros dois foram financiamentos complementares que visavam a construção e a melhoria da rede viária do Estado, com

24 Dados fornecidos pela Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL, indicam que houve um aumento de em média 516 mil passageiros/dia em 2011 para 661 mil passageiros/dia em 2016.

foco nas estradas que atendem zonas produtoras e turísticas, dialogando com o esforço realizado com o PRODETUR.

O primeiro foi o empréstimo para a construção do Arco Metropolitano (US$ 200 milhões), estrada que semi-circunda a região metropolitana da capital, fazendo com que todo o transporte de carga e passageiros que atravessa o Estado não tenha necessidade de passar pelo meio do centro urbano das cidades da região metropolitana, reduzindo assim o tempo de deslocamento das cargas, barateando o frete, bem como reduzindo o tráfego de caminhões e ônibus pelos centros urbanos, diminuindo engarrafamentos e consequentemente reduzindo tempo de deslocamento e o custo de manutenção das vias, tendo em vista que não mais recebem o transporte pesado de caminhões e ônibus.

O segundo foi o Pró-Vias (US$ 319 milhões), que foi feito para a recuperação, alargamento e melhoria de diversas estradas do Estado, reduzindo também tempo de deslocamento e melhores condições para escoamento da produção e melhor acesso de turistas a diferentes pontos do Estado.

No que concerne a esses programas viários, a sua execução permite maior rapidez e segurança no deslocamento entre as regiões, contribuindo para melhores condições de escoamento da produção industrial e agrícola, gerando uma maior competitividade dos produtores e prestadores de serviços fluminenses, provocando, consequente, maior geração de riqueza e renda.

Por fim, tivemos o financiamento para a complementação da reforma do estádio do Maracanã (US$ 120,6 milhões) que seria usado para a Copa do Mundo de 2014 bem como as Olimpíadas de 2016.

Já o segmento de meio ambiente foi coberto pelo Programa de Saneamento dos Municípios no Entorno da Baía de Guanabara, o PSAM, no valor de US$ 451,9 milhões, conseguidos junto ao BID, com quem mantemos uma longa parceria nessa área, que remonta aos anos 60 e mais recentemente ao Programa de Despoluição da Baía de Guanabara – PDBG dos anos 90.

O PSAM representa uma complementação dos programas de saneamento anteriores com construção de novos troncos coletores, redes e estações de tratamento de esgoto que vão atender mais de 300 mil pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, evitando assim o despejo de aproximadamente 2 mil litros de esgoto por segundo in natura na Baía de Guanabara, contribuindo para redução da exposição da população mais carente a este tipo de problema, dando mais saúde e qualidade de vida à população do nosso estado.[25]

Não custa lembrar que segundo a Organização Mundial de Saúde, para cada US$ 1,00 investido em água e saneamento, se economiza US$ 4,30 gastos com saúde pública[26], o que faz com que no longo prazo, todo esse dinheiro investido retorne ao Estado.

Com relação ao desenvolvimento da agricultura do Estado, tivemos dois programas com o Banco Mundial para capacitação e melhoria da produção agrícola do Estado de maneira sustentável, o Rio Rural de 2009 no valor de US$ 39,5 milhões, e o Adicional ao Rio Rural de 2013 no valor de US$ 100 milhões, ainda em vigor.

Este é outro programa que visa atender ao interior do Estado, mais precisamente à população rural, na medida em que esses dois programas buscam prestar assistência aos produtores para a melhora das técnicas de produção agrícola e consequente geração de renda a mais de 45 mil pequenos produtores e agricultores familiares cobrindo uma área de mais de 1,5 milhão de hectares.[27]

O Estado também teve a preocupação de aproveitar os recursos externos para melhorar a própria gestão, já que isso

25 Dados fornecidos pela Secretaria de Estado do Ambiente

26 Nações Unidas. Disponível em: https://nacoesunidas.org/oms-para-cada-dolar-investido-em-agua-e-saneamento-economiza-se-43-dolares-em-saude-global/ Acesso em 23/10/2017.

27 Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

auxilia na automatização de procedimentos, otimiza processos, permite maior controle de gastos e aumenta o rigor da fiscalização, permitindo assim uma melhora da prestação de serviços, maior eficiência na geração de receitas, bem como controle e redução de gastos ao longo do tempo.

Esses empréstimos foram o PROFAZ junto ao BID, de 2010, no valor de US$ 17,7 milhões e outros dois junto ao Banco Mundial, que além das áreas fazendárias e de planejamento, previam ações também nas áreas de saúde, educação e planejamento urbano, que foram o PRÓ-GESTÃO I, também de 2010, no valor de US$ 18,6 milhões, e o PRÓ-GESTÃO II, de 2014, no valor de US$ 48 milhões.

Por fim, ainda tivemos um programa de caráter social voltado para capacitação e auxílio aos jovens de comunidades carentes, o Caminho Melhor Jovem – CMJ, conseguido em 2012 junto ao BID, no valor de US$ 60 milhões.

Este financiamento propiciou o atendimento a mais de 8 mil jovens e o consequente encaminhamento deles para reinserção escolar, inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional em mais de 15 territórios de favelas do Estado, o que permite uma melhoria significativa na vida desses jovens carentes, criando, assim, condições para que eles entrem no mercado formal de trabalho, o que proporciona o afastamento de muito desses jovens do mundo do crime, e que, a longo prazo, tem impacto nos índices de violência urbana.[28]

28 Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

QUADRO RESUMO DOS FINANCIAMENTOS DO ESTADO NOS PÚLTIMOS 10 ANOS

EMPRÉSTIMO	SETOR	UNIDADE EXECUTORA	BANCO	VALOR TOTAL DO EMPRÉSTIMO (US$)	INÍCIO	TÉRMINO
Ad. PET I	Mobilidade	CENTRAL / Sec. Transportes	BIRD	**$ 44.000.000**	fev/08	jun/09
Rio Rural	Agricultura	Sec. Agricultura	BIRD	**$ 39.500.000**	mai/09	nov/16
PROFAZ	Gestão	Sec. Fazenda	BID	**$ 17.759.050**	mai/10	mai/16
PRÓ-VIAS	Infraestrutura	Sec. Obras	CAF	**$ 319.000.000**	set/12	set/15
Região Serrana	Infraestrutura	Sec. Obras	CAF	**$ 100.000.000**	Set/12	set/15
Arco Metropolitano	Infraestrutura	Sec. Obras	CAF	**$ 200.000.000**	nov/12	nov/15
Maracanã	Infraestrutura	Sec. Obras	CAF	**$ 120.600.000**	dez/12	dez/15
CMJ	Social	Sec. Esporte e Juventude	BID	**$ 60.000.000**	fev/12	fev/17
PRÓ-GESTÃO I	Gestão	Sec. Planejamento	BIRD	**$ 18.673.000**	nov/10	jun/17
PRÓ-GESTÃO II	Gestão	Câmara Metropolitana	BIRD	**$ 48.000.000**	abr/14	jun/17
Ad. Rio Rural	Agricultura	Sec. Agricultura	BIRD	**$ 100.000.000**	ago/13	nov/18
PRODETUR	Infraestrutura	Câmara Metropolitana	BID	**$ 112.000.000**	ago/11	mar/19*
PET II	Mobilidade	CENTRAL Sec. Transportes	BIRD	**$ 211.709.000**	set/09	dez/19
Ad. PET II	Mobilidade	CENTRAL Sec. Transportes	BIRD	**$ 600.000.000**	set/12	dez/19
PSAM	Meio Ambiente	Sec. Anbiente	BID	**$ 451.980.000**	mar/12	dez/19*
TOTAL:				**$ 2.443.221.050**		

Desses 15 financiamentos adquiridos ao longo desses 10 anos, 10 já tiveram suas ações executadas e suas atividades encerradas. Dos 5 restantes, temos 3 com o Banco Mundial (Ad. Rio Rural, PET II e Ad. PETII) que ainda estão em vigor e 2 com o BID (PRODETUR e PSAM) que estão em processo de readequação e prorrogação.

Deve-se frisar que a Subsecretaria de Relações Internacionais auxilia as Unidades Executoras dos programas no seu processo de obtenção dos financiamentos descritos na Seção III, é o órgão centralizador de informações, bem como responsável pelo relacionamento institucional com a Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, e com os

organismos internacionais de crédito.

Esse trabalho está presente não só durante a preparação para obtenção desses financiamentos, como no auxílio na preparação da Carta-Consulta, na interlocução com os organismos do governo federal e com as instituições internacionais de crédito, além do acompanhamento e monitoramento de todo o processo de obtenção, como também no período de execução das ações, uma vez o financiamento esteja efetivo.

Isso envolve o acompanhamento das ações, participação nas missões periódicas de acompanhamento das instituições internacionais de crédito, monitoramento do avanço das atividades, preparação de relatórios, bem como outras ações relacionadas às alterações nos programas financiados e consequente necessidade de validação dessas alterações pelo governo federal.

V – A Reestruturação da Carteira

Como vimos, devido a alguns problemas ocorridos no passado, resolveu-se adotar vários controles instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre eles, temos aquele referente ao limite de endividamento de Estados e Municípios.[29]

Esse limite foi estabelecido tendo por base a relação entre receita e dívida[30]. Logo, quando a receita cai, esta relação piora e mais perto do limite de endividamento o ente federativo fica.

O que era para ser um limite ao endividamento desenfreado dos Estados acabou por se transformar em uma camisa de força em momentos de recessão econômica, já que em períodos como esse, de recessão, inevitavelmente há diminuição

29 Lei Complementar nº 101/00 complementada pelas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01

30 Art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...), não poderá exceder, respectivamente, a:
I - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º;

do consumo e uma consequente queda de arrecadação. E como visto, quanto maior a queda da receita, mais perto do limite de endividamento o Estado fica.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, a queda de receita foi tão grande que essa relação não só se aproximou do limite como chegou a extrapolá-lo, o que fez com que os programas enfrentassem uma enorme dificuldade de novos desembolsos, pois havia o entendimento de que o desembolso consolida contabilmente a dívida já contratada mas ainda não internalizada.

Essa queda aguda da arrecadação fluminense se deu por vários fatores. Primeiro, temos a grave recessão econômica que afeta o país (nos últimos dois anos, 2015 e 2016, tivemos uma queda acentuada do PIB de respectivamente -3,8% e -3,6%). Isso se reflete mais claramente nos Estados, pois o principal imposto de arrecadação destes entes é o ICMS, que é baseado no consumo.

Adicionalmente, o caso do Rio de Janeiro ainda foi agravado pela acentuada queda do preço do barril de petróleo[31], uma commodity cujo preço é definido internacionalmente, e cuja produção é amplamente concentrada no Rio de Janeiro (65,5% da produção nacional está concentrada no Estado[32]), o que por si só demonstra a enorme importância que esse setor representa na economia do Estado. Essa queda fez com que os recursos oriundos de royalties e participações especiais referentes a esse produto despencassem abruptamente.

O limite de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, que estava em um patamar aceitável há dois anos, com esse novo cenário econômico, impactado por questões nacionais e internacionais, apresentou uma enorme e rápida deterioração,

31 O preço do barril de petróleo estava numa faixa entre US$ 90 e US$ 110 entre 2012 e 2014 e caiu para um preço ao redor de US$ 40 em 2016.

32 MME. Ministério de Minas e Energia. Boletim Anual de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – 2016. P. 9. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/10584/2533848/Boletim+Anual+de+Explora%C3%A7%C3%A3o+e+Produ%C3%A7%C3%A3o+de+Petr%C3%B3leo+e+G%C3%A1s+Natural+2016/2b9f3123-cd34-4ce7-aeca-1a4084fd0431;jsessionid=A3456828841B2821484F4F1C1A365221.srv155 Acesso em 27/02/2018.

fazendo com que houvesse uma diminuição rápida e acentuada das receitas estaduais, o que provocou, por sua vez, a superação pelo Estado do limite de endividamento imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa crise que acometeu principalmente ao Estado do Rio de Janeiro, também se abateu sobre outros estados da federação, embora em menor escala, o que acabou por levar a União a instituir um novo programa de socorro aos Estados em dificuldades, em um movimento muito parecido com aquele que instituiu o PAF em 1997. Nesse sentido, foi instituído o novo Regime de Recuperação Fiscal dos Estados consubstanciado através da Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017.

O Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro estado da federação a aderir a este regime, tendo o seu Plano de Recuperação Fiscal, arduamente negociado com a União, sido homologado em 5 de setembro de 2017.

Tendo em vista esse cenário de crise e a submissão do Estado do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal, readequações na dívida do Estado tiveram que ser feitas, o que acabou por levar o Estado, após longas e árduas negociações com o governo federal e com as instituições internacionais de crédito, a reduzir o tamanho de seus financiamentos internacionais, provocando o cancelamento e a readequação em escopo de diversas ações previamente planejadas, o que se traduziu em significativo cancelamento de recursos.

Muitos dos financiamentos apresentados acima já tinham tido o período de execução de suas ações e respectivos desembolsos encerrados, fazendo com que essa readequação recaísse sobre os financiamentos que ainda tinham desembolsos a serem realizados.

Dos 8 financiamentos que ainda estavam em vigor no início de 2017, o PRÓ-GESTÃO I estava com uma boa performance, sem necessidade de prorrogação, fazendo com que suas atividades se encerrassem como planejado em junho de 2017.

Dos 7 financiamentos restantes, dois deles, que não

envolviam a finalização de obras já iniciadas ou quitação de bens já comprado e entregues, o CMJ e o PRÓ-GESTÃO II não conseguiram ser prorrogados e foram encerrados no estágio em que se encontravam nas datas de encerramento previstas.

O CMJ, financiamento originalmente de US$ 60 milhões, chegou a seu termo em fevereiro de 2017, e todo o saldo ainda a desembolsar foi cancelado, fazendo com que o programa que incialmente foi previsto para ter um montante de US$ 60 milhões se encerrasse com o novo valor de US$ 19,3 milhões.

O PRÓ-GESTÃO II, financiamento originariamente de US$ 48 milhões se encerrou em junho de 2017 com o consequente cancelamento dos recursos ainda a desembolsar, fazendo com que este programa passasse a ter o novo valor final de US$ 7,68 milhões.

Os demais programas com ações ainda pendentes, em razão das negociações para recuperação fiscal do Estado, tiveram que ser redimensionados.

O PET II, cuja execução é de 96%, não teve como fazer nenhum cancelamento de recursos. Os outros 4 programas restantes – Adicional Rio Rural, Adicional PET II, PRODETUR e PSAM seguirão suas atividades com escopo reduzido e têm previsão de prorrogação do prazo de execução de suas ações. Essas prorrogações somente serão possíveis, entretanto, conforme dito anteriormente, com cancelamento de recursos, cujos valores foram fechados em longa e árdua negociação ocorrida no âmbito de negociação do Plano de Recuperação Fiscal.

QUADRO RESUMO DA REVISÃO DE CARTEIRA

READEQUAÇÃO DOS PROGRAMAS				
EMPRÉSTIMO	**BANCO**	**Valor inicial do empréstimo (US$)**	**Cancelamento (US$)**	**Novo valor do programa (US$)**
CMJ	BID	$ 60.000.000	$ 40.651.297	$ 19.348.702
PRÓ-GESTÃO II	Banco Mundial	$ 48.000.000	$ 40.312.012	$ 7.687.987
Ad. Rio Rural	Banco Mundial	$ 100.000.000	$ 40.000.000	$ 60.000.000
Ad. PET II	Banco Mundial	$ 600.000.000	$ 80.524.211	$ 519.475.789
PRODETUR	BID	$ 112.000.000	$ 31.030.000	$ 80.970.000
PSAM	BID	$ 451.980.000	$ 184.085.000	$ 267.895.000
TOTAL		**$ 1.371.980.000**	**$ 416.602.520**	**$ 955.377.478**

A tabela acima demonstra esse grande esforço feito pelo Estado, reduzindo o escopo de algumas ações e eliminando outras, que acabou por traduzir um cancelamento de mais de US$ 400 milhões, ou algo superior a mais de R$ 1,3 bilhão.[33]

Com essa revisão e cancelamento de mais de US$ 400 milhões, o total de recursos externos adquiridos em financiamento internacional pelo Estado passa de US$ 2,44 bilhões, conforme demonstrado na tabela da seção anterior, para aproximadamente US$ 2,02 bilhões.

Fechado os valores a serem cancelados, temos ainda um longo processo até a oficialização de prorrogação destes contratos. Com a homologação do Plano de Recuperação Fiscal, um novo ator surge no cenário, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, que também passa a atuar no processo, além da necessidade de se fazer ainda todo o trâmite junto à COFIEX e demais órgãos do governo federal, já mencionados acima, sendo que todo esse processo está sendo coordenado pela Assessoria de Financiamentos Externos da SSRI.

VI – Outros temas de atuação

Além dos financiamentos em si, de grande soma de recursos que devem ser reembolsados com juros aos entes internacionais de crédito, a Assessoria de Financiamentos Externos atua também no acompanhamento de projetos não reembolsáveis, isto é, projetos de valor bem inferior aos financiamentos tradicionais, que geralmente se estruturam para a elaboração de planos, vinculados ou não a algum financiamento já existente, e que não temos necessidade de reembolsar aos entes internacionais de crédito.

Nesses 10 anos tivemos 11 projetos como estes, que somaram o montante de US$ 9,24 milhões nas áreas de meio ambiente, mobilidade, gestão pública e desenvolvimento econômico.

33 Utilizada uma taxa de câmbio de R$/US$ de 1/3,155, a mesma utilizada pelo Anexo 35 do Plano de Recuperação Fiscal.

PROJETOS NÃO REEMBOLSÁVEIS		
PROJETO	**INSTITUIÇÃO**	**VALOR (US$)**
Plano Diretor Estratégico do Arco Metropolitano	BID	$ 1.270.000
APLs	BID	$ 1.100.000
FORGEST	BID	$ 700.000
Regulamentação de Propriedades em Assentamentos Populares no ERJ	BID	$ 410.000
PDS Sepetiba	BID	$ 840.000
Apoio à Preparação do PSAM	BID	$ 750.000
Estruturação do Corredor de Ônibus Expresso Metropolitano (BRT)	BID	$ 1.875.000
TNM - Estado da Bicicleta	BID	$ 480.000
Cooperação Rio-Maryland	BID	$ 1.150.000
Cooperação Técnica AFD - Primeira Fase	AFD	$ 130.000
Cooperação Técnica AFD - Segunda Fase	AFD	$ 540.000
TOTAL		**$ 9.245.000**

Desses programas, ainda temos 2 projetos em vigor: o primeiro é o projeto de Cooperação Técnica entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de Maryland (EUA), com participação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency – US EPA) para compartilhamento de experiências de governança e programas de gestão das baías de Guanabara e Chesapeake.

Este projeto é derivado do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM, executado com recursos não-reembolsáveis do BID, no valor de US$ 1,15 milhão cujo principal objetivo é o de elaborar um Plano de Recuperação Ambiental - PRA para a Baía de Guanabara, por meio da criação de um Modelo de Governança legítimo e representativo e de um processo eficaz de gestão de seus ativos socioambientais.[34]

O segundo projeto de Cooperação Técnica é entre o Estado do Rio de Janeiro e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, que aconteceu em decorrência do Programa de Mobilidade Urbana – PMU, financiado por esta agência.

34 Termo de Cooperação ATN/OC 14223-BR.

Este projeto de cooperação teve uma fase inicial, no valor de € 100 mil, que serviu para elaborar um diagnóstico do setor de mobilidade na região metropolitana do Rio de Janeiro e que atualmente está em sua segunda fase, iniciada após a assinatura do Termo de Cooperação entre o Estado e a AFD em 2015, no valor de € 500 mil, com o foco em desenvolvimento urbano e mobilidade.

Para o setor de desenvolvimento urbano foi elaborado um estudo de viabilidade de estabelecimento de um modal de transporte que ligue a centralidade de Pavuna ao recém- construído Arco Metropolitano, e para o setor de mobilidade, estamos executando o projeto de reflexão e proposta de remodelação e readequação do ponto de interconexão de modais da Central do Brasil.

Além desses projetos de Cooperação vinculados aos financiamentos, a Assessoria de Financiamentos Externos, muito em razão da restrição fiscal de aquisição de novos financiamentos internacionais a partir do final de 2014, está se voltando também para a captação de recursos não reembolsáveis, seja através de submissão de projetos a editais internacionais, seja em contato direto com Fundos, Fundações e/ou ONGs internacionais para financiar pequenos projetos do Estado.

Esta é ainda uma atividade nova, já com algumas ações desenvolvidas, principalmente referente à inscrição em editais internacionais, como o projeto de Favela Criativa da Secretaria de Cultura submetido ao edital do Fundo Internacional para Diversidade Cultural da UNESCO, ou de 10 projetos de diferentes Secretarias do Estado ao Fundo de Prosperidade do governo do Reino Unido, infelizmente sem sucesso.

Além dessas ações para elaboração dos projetos e submissão a editais internacionais, estamos em contatos com diversas secretarias para auxílio na elaboração de mais de 10 projetos e contato institucional com esses parceiros internacionais com vistas à captação de recursos internacionais não reembolsáveis.

VII – Conclusão

Como visto, é vasto o campo de atuação da Assessoria de

Financiamentos Externos, sempre buscando a obtenção de recursos para o desenvolvimento de projetos que visam a uma melhor prestação de políticas e serviços públicos à população.

Vimos ao longo desse artigo que apesar de o financiamento externo de Estados ser a prática paradiplomática mais antiga do Brasil, além de ser a única com previsão constitucional, a sua atuação é muito ligada a diferentes momentos históricos e econômicos do país, funcionando ao longo do tempo em movimento de expansão e contração de suas atividades, comparados muitas vezes aos movimentos de sístoles e diástoles do coração.

Vimos também que apesar de ser uma atividade paradiplomática, ela está intimamente ligada ao governo federal, bem como é regulada também por extensa legislação interna.

Além disso, observamos que passado o período de contração do final dos anos 90, com a implantação do Plano Real e do advento do PAF, a partir do final dos anos 2000, o Estado passou por um importante momento de ativismo na área de financiamentos internacionais, coincidindo justamente com o período de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais.

Seguindo esse movimento de sístoles e diástoles dos financiamentos internacionais dos Estados, na sequência desse movimento de expansão dos financiamentos dos últimos dez anos veio o movimento de contração, com cancelamento de recursos dos programas ainda em vigor e baixa perspectiva de aquisição de novos financiamentos pelos próximos anos.

Essa contração faz com que a Assessoria de Financiamentos Externos não se quede inerte e busque diversificar suas atividades, seja através da atuação nos projetos de cooperação técnica com as instituições internacionais de crédito, seja através da participação no processo de captação de recursos com fundos, fundações e/ou ONGs internacionais para diferentes projetos do Estado.

Não poderia deixar de terminar este artigo sem mencionar minhas colegas Viviane Leffingwell, Christine Souerbronn e Danielle Nepomuceno que me antecederam, e com quem trabalhei durante meu período na SSRI, além de um agradecimento especial

a Marcela Mota, minha antecessora, e a Marcela Quintela que muito me ajudou nesses quase três anos de Assessoria de Financiamentos Externos.

Por fim, meu agradecimento também especial ao Ministro José Carlos de Araújo Leitão, então Subsecretário de Relações Internacionais quando da minha entrada nesta equipe e ao Pedro Spadale, Subsecretário de Relações Internacionais até abril de 2017, com quem tive o prazer de trabalhar.

DIOGO AITA

Assessor-chefe de Relações Institucionais.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ao assumir a assessoria de relações institucionais da Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro (SSRI), deparei-me com os resultados do excelente trabalho desenvolvido nos anos anteriores, que cumpriram o objetivo do governo do Estado de ampliar o engajamento do Rio de Janeiro no cenário internacional.

Em sua concepção, a assessoria de relações institucionais foi estruturada para operacionalizar as missões fluminenses ao exterior e administrar as relações do governo com parceiros externos, atuando como interlocutor de relações internacionais do Estado. Cabe também à assessoria a recepção das missões estrangeiras no Rio de Janeiro, função que teve escopo significativamente ampliado com a realização de grandes eventos internacionais na cidade.

Nos últimos 10 anos, o Estado recebeu os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, a Copa do Mundo em 2014, a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Conferência Rio+20 em 2012, os Jogos Mundiais Militares em 2011, o Fórum Urbano Mundial da ONU em 2010 e os Jogos Pan-Americanos em 2007. A assessoria de relações institucionais atuou nesses eventos aproximando o governo Estado dos organizadores. Assim, contribuiu para a promoção de projetos e iniciativas de interesse da população fluminense, a exemplo do acompanhamento das casas temáticas de hospitalidade dos diversos países e patrocinadores das Olimpíadas. Entre todas as audiências recebidas pelo Governador e/ou pelo Vice-Governador nos últimos 10 anos, entretanto, apenas 4% tiveram temática relacionada a eventos esportivos.

Além das reuniões de alto nível, foram feitas muitas outras

visitas operacionais para a organização e logística dos grandes eventos, principalmente para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Tais missões precursoras, em geral de delegações estrangeiras em contato com as instituições vinculadas ao governo do Estado, estruturaram o apoio aos nacionais dos diferentes países na cidade durante os eventos.

A interlocução com os correspondentes externos é também uma das funções-base da assessoria de relações institucionais, que tem contato direto com consulados e embaixadas e atua em questões de natureza protocolar. Das 196 representações diplomáticas estrangeiras no Brasil, 76 possuem presença na cidade do Rio de Janeiro, com 32 Consulados Gerais e 44 Consulados Honorários.

A assessoria atua como ponto focal para estes interlocutores internacionais, intermediando contatos de rotina e atendendo a eventuais pedidos de informação junto aos demais órgãos vinculados do Estado do Rio. Exemplos recentes dessa atuação são: organização de visitas de delegações estrangeiras a instalações do Estado, intermediação de informações junto a órgãos estaduais, orientações para pedidos de visto e cidadania estrangeira, representação do governo do Estado em solenidades e eventos consulares, entre outros.

O presente artigo pretende destacar cada uma das funções da assessoria e, para isso, está dividido em quatro partes que descrevem os resultados da atuação institucional da SSRI nos últimos 10 anos. Inicialmente, detalharei as missões recebidas pelo Governador e/ou pelo Vice-Governador na última década, ressaltando os temas abordados e as principais autoridades presentes em cada ocasião. Em seguida, farei um detalhamento das missões enviadas ao exterior, descrevendo os principais resultados obtidos. Por fim, as duas últimas seções do artigo informam quais são os principais projetos institucionais da SSRI da última década e como foi estruturada a atuação durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Essas funções garantiram uma participação intensa da SSRI no ambiente internacional do Rio de Janeiro nos últimos 10

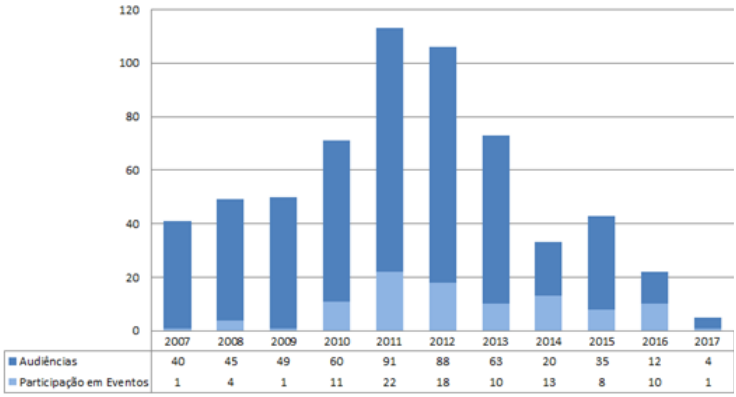
anos. Cabe ressaltar que muitas das tarefas foram desempenhadas em conjunto com a Subsecretaria de Cerimonial da Casa Civil do Estado, com a Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro (CRI) e com o Itamaraty.

MISSÕES E DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS RECEBIDAS

As missões estrangeiras recebidas no Rio de Janeiro abrangem diversos temas, como eventos internacionais, reuniões empresariais direcionadas à promoção comercial e obtenção de investimentos, audiências com embaixadas, consulados, órgãos de governo estrangeiros, e reuniões com organizações internacionais.

Na Figura abaixo, destaca-se o quantitativo anual de audiências e eventos internacionais recebidos pelo Governador e/ou seu vice na última década.

Audiências e eventos internacionais recebidos pelo Governador e/ou pelo Vice-Governador (2007-2017)



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Audiências	40	45	49	60	91	88	63	20	35	12	4
Participação em Eventos	1	4	1	11	22	18	10	13	8	10	1

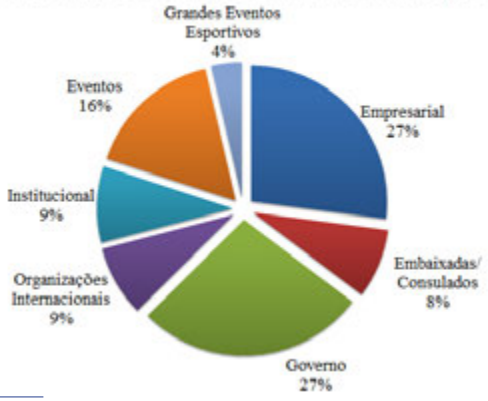
No total, foram realizadas 507 audiências com delegações estrangeiras e 99 eventos internacionais em que o Governador e/ou o Vice-Governador participaram nos últimos 10 anos. A assessoria de relações institucionais participou diretamente desses eventos, elaborando pesquisas, estudos, levantamentos

de dados e de perfis de autoridades, além da análise de temas de interesse para as reuniões. Para isso, contou com contribuições das demais áreas da SSRI em detalhes sobre comércio e investimentos, cooperação internacional e financiamentos externos.

A obtenção de tais materiais é exemplo de uma atuação transversal da assessoria de relações institucionais, que centraliza relatórios produzidos internamente e complementa as informações por meio de dados fornecidos por instituições externas. Toda a informação produzida para as reuniões fica então arquivada em documentos denominados arquivos de "ajuda-memória", que sintetizam os principais temas tratados em cada audiência ou evento internacional.

Com base nestes relatórios, o gráfico abaixo detalha a distribuição das audiências e eventos de acordo com os temas abordados.[1] Pelos dados, nota-se que as principais temáticas foram sobre assuntos governamentais (delegações de governos estrangeiros) e questões empresariais (delegações com vistas à promoção de comércio e investimentos no Estado do Rio) que, somados, representam 54% de todas as audiências recebidas.

Audiências internacionais concedidas pelo Governador e/ou pelo Vice-Governador de acordo com temas abordados (2007-2017)



1 O tema classificado como "institucional" compreende reuniões com câmaras de comércio, institutos de pesquisa, agências de fomento, fóruns, associações, e jornalistas estrangeiros, ou seja, são audiências concedidas fora do escopo dos outros itens mencionados.

Entre as principais autoridades que vieram ao Rio de Janeiro nos últimos 10 anos, podemos destacar a visita do então Presidente dos EUA, Barack Obama (2011) e seu Vice-Presidente à época, Joe Biden (2013); do Presidente da Rússia, Vladimir Putin (2014); dos então Presidentes da África do Sul, Jacob Zuma (2014), e da Alemanha, Christian Wulff (2011) e Joachim Gauck (2014), além da Chanceler Angela Merkel (2014). Entre os chefes de governo recebidos, destacam-se os à época Primeiros-Ministros do Reino Unido, David Cameron (2012); da França, François Fillon (2011); de Portugal, Pedro Passos Coelho (2012); da China, Li Keqiang (2015); e de Israel, Benjamin Netanyahu (2010) e os à época já ex-Primeiros-Ministros do Reino Unido, Tony Blair (2010 e 2011) e da Espanha, José Maria Aznar (2011). Outras notórias autoridades também vieram ao Rio, como o ex-Prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani (2009); o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan (2009); o então Governador de Buenos Aires, Daniel Scioli (2014); e o agora ex-Presidente do Parlamento Alemão (Bundestag), Norbert Lammert (2017).

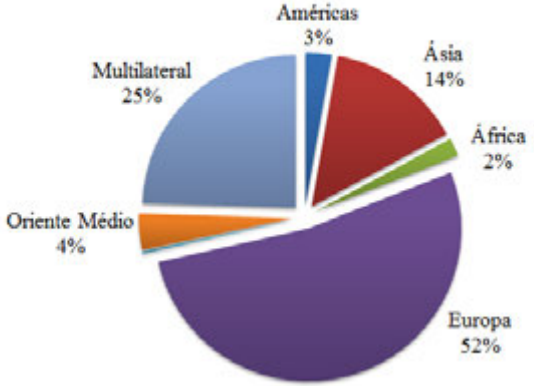
Recebemos também representantes da realeza mundial como o Príncipe Charles, do Reino Unido, acompanhado da sua atual esposa, a Duquesa Camilla; o Príncipe herdeiro do Japão, Naruhito (2008), que assumirá o trono japonês em 2019; o então Príncipe e atual Rei Willem Alexander do Reino dos Países Baixos, herdeiro do trono holandês e sua esposa (2013); o Príncipe do Qatar (2011); a Rainha Silvia da Suécia (2011); o Príncipe Akishino do Japão (2015), segundo na linha de sucessão ao trono; o Príncipe Haakon (2015), herdeiro da Noruega; e o então Príncipe e atual Rei Philippe da Bélgica (2010), que veio ao Rio em missão com empresários, lideranças políticas e membros da comunidade acadêmica belga.

Em 2013, o recém-nomeado Papa Francisco também esteve no Rio para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), evento que foi seu primeiro compromisso internacional. A cerimônia oficial de recepção do pontífice aconteceu no Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio.

Entre as delegações empresariais recebidas, destacam-se encontros com Ivanka Trump, filha do atual Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, além de audiências com executivos e Presidentes de grandes conglomerados globais de diversos setores. Entre estes, podemos citar visitas de empresários do setor de petróleo e energia, com a BG, ExxonMobil e a russa Rosneft; da indústria automobilística, com a BMW, Hyundai, JAC Motors, Jaguar Land Rover, Nissan, Peugeot Citroen e Rolls Royce; de fabricação de pneus como francesa Michelin; multinacionais do segmento industrial e de infraestrutura como Alstom, ThyssenKrupp, e a Schott alemã (empresa de materiais para a indústria); de bens de consumo como Ambev, Coca-Cola, Louis Vuitton, L'Oréal, Nestlé e Procter & Gamble; do setor de medicamentos como GSK e Pfizer; empresas de tecnologia como GE, Huawei e Philips; além de conglomerados financeiros como o Bank of America, Citibank, Santander e seguradoras como a Allianz e a britânica Lloyd's, entre outros.

A distribuição geográfica de procedência das delegações visitantes, outra informação importante a ser considerada na análise das missões, pode ser observada no quadro abaixo. Nota-se que a principal região recebida foi a Europa, de onde vieram 52% das missões estrangeiras, seguida por delegações multilaterais (25%), classificadas desta forma geral por combinarem diversos países ou organizações internacionais.

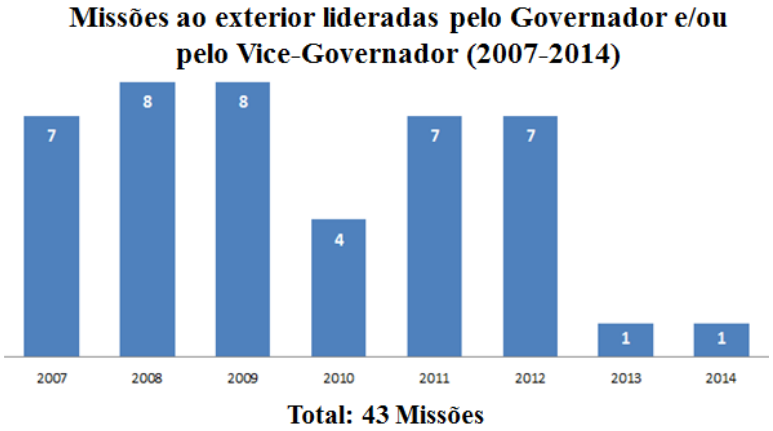
Audiências internacionais concedidas pelo Governador e/ou pelo Vice-Governador de acordo com regiões recebidas (2007-2017)



Entre os visitantes europeus, a maior parte veio da França, do Reino Unido e da Alemanha, que representaram 27%, 23% e 13% do total das audiências e eventos com delegações europeias, respectivamente. Além disso, uma quantidade substancial de visitas veio da China e do Japão, que representaram 30% e 28% do total de visitas da Ásia. Cabe ressaltar que muitas audiências com países asiáticos foram feitas também com representantes da Coreia do Sul (18%) e de Singapura (12%), países que tiveram industrialização recente e acelerada, associada ao aumento das suas exportações.

MISSÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNADOR AO EXTERIOR

A agenda de missões internacionais do Estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos foi intensa, com 43 missões do Governador e/ou do Vice-Governador desde 2007, visitando 18 países e 69 cidades. A Figura seguinte apresenta a distribuição dessas missões por ano, entre 2007 e 2014.[2]



Desse total, me aterei a destacar os objetivos e resultados das 20 missões internacionais mais recentes, que ocorreram após

2 Entre 2015 e 2017, não houve missões ao exterior lideradas pelo Governador ou pelo Vice-Governador.

2010. Tal seleção deve-se ao fato de que as primeiras missões lideradas pelo Governador/Vice-Governador nos anos iniciais da SSRI (até início de 2010) já foram bem detalhadas neste livro, nos artigos do Embaixador Ernesto Rubarth, primeiro Subsecretário de Relações Internacionais do Estado, e de Pedro Spadale, à época Assessor-Chefe de Comércio e Investimentos; não sendo, portanto, necessário repetir aqui as mesmas informações.

Os resultados dessas iniciativas foram expressivos e concretos, com a obtenção de financiamentos e investimentos, viabilizando projetos em mobilidade, saúde, esportes, e ampliando a atuação internacional do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2010, duas dessas missões foram realizadas aos EUA, uma em março e outra em dezembro, ambas destinas à participação do Governador em eventos de negócios e em reuniões com executivos e investidores estrangeiros. As iniciativas foram direcionadas para a promoção de oportunidades econômicas no Estado do Rio de Janeiro e para a atração de investimentos. Em março, o Governador participou de evento organizado pelo Council of the Americas/American Society, em Nova Iorque, e teve a oportunidade de abrir o seminário "Invest in Rio", promovido pelos jornais Wall Street Journal e Valor Econômico. Em dezembro, também em Nova Iorque, o Governador participou de palestra no evento "Rio de Janeiro as a Business Partner", no Harvard Club, promovida pelo Fórum das Américas, pela Associação das Nações Unidas-Brasil e pela BrasilInvest para um público formado por empresários e acadêmicos.

No mesmo ano, o Governador foi a Londres e a Barcelona para conhecer o legado olímpico nessas cidades. Em seguida, a delegação foi a Madri, onde teve participação em conferência sobre parcerias transatlânticas ("América Latina, Espanha e EUA: Reforçando Parcerias Transatlânticas"), a convite do Conselho das Américas e da Secretaria Geral Ibero-Americana.

Em outro compromisso em dezembro de 2010, o Governador esteve em Buenos Aires, na Argentina, convidado pelo então Governador da Província, Daniel Scioli, para a inauguração da primeira UPA 24h fora do Brasil, que contou inclusive com a

presença da então Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Importante destacar que a quase totalidade dos casos de cooperação internacional do Estado do Rio nos últimos anos foi de cooperação recebida, isto é, de governos estrangeiros que cooperavam conosco para que pudéssemos implementar políticas públicas. O caso de Buenos Aires, ao contrário, foi o primeiro caso de cooperação prestada, ou seja, uma política pública de sucesso que foi desenvolvida no Rio de Janeiro e que serviu para inspirar o desenvolvimento desta mesma política em outro país.

No início de 2011, o Governador foi novamente aos EUA, onde se encontrou com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição com a qual o governo estava negociando dois empréstimos: PRODETUR, de agosto de 2011, e PSAM, de março de 2012[3]. Nessa missão, o governo obteve com o Eximbank – agência autônoma de crédito do governo federal estadunidense – a liberação de um bilhão de dólares em recursos para empresas americanas investirem no Rio. Além disso, assinou acordo de cooperação em saúde (traumatologia) com a Universidade de Baltimore para capacitação de servidores do Centro de Trauma do Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo.

Em seguida, o Governador assinou um amplo acordo de cooperação com o governo do Estado de Maryland que, posteriormente, ensejou a implementação da Dupla-Escola de ensino bilíngue (inglês) no Estado do Rio, e a cooperação técnica para a criação de um modelo de governança para a Baía de Guanabara. Em Washington, o Governador foi o orador principal em seminário na US Chamber of Commerce ("Business Opportunities in Rio de Janeiro"), organizado com o apoio dos jornais Valor Econômico e Washington Post, e participou do Fórum de Líderes do Setor Público da América Latina e Caribe ("Inspirando a Próxima Geração de Líderes Governamentais"), organizado pela Microsoft. Em Boston, a delegação fluminense participou da Latin American Conference, no Massachussetts

3 Maiores informações sobre estes empréstimos foram detalhadas no artigo sobre financiamentos externos deste livro.

Institute of Technology (MIT) e teve uma reunião com a Presidência da empresa EMC, que fornece sistemas para infraestrutura de informação, software e serviços, que decidiu instalar um centro de pesquisa no Rio de Janeiro.

Ainda em 2011, entre maio e junho, o Governador foi a Paris, onde acertou um empréstimo junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que foi efetivado no ano seguinte em 300 milhões de euros, a serem utilizados, dentre outros objetivos, para as obras da Linha 4 do metrô (Ipanema - Barra da Tijuca). O Governador também discutiu com a Câmara de Comércio e Indústria de Paris a vinda para o Rio de Janeiro de filiais de duas importantes escolas francesas de formação profissional técnica: a Ferrandi, que forma mão de obra para o setor de culinária; e a Gobelins, da área de multimídia.

No segundo semestre, o Governador realizou outras cinco missões. Em agosto, foi a Bogotá para participar do Fórum de Investimentos Colômbia-Brasil, organizado pelo BID, e foi a Madri, onde participou da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), evento que o Rio de Janeiro sediou em 2013. Em Paris, o Governador esteve no Campeonato Mundial de Judô, ocasião em que foi anunciado o Rio de janeiro como sede da edição seguinte do evento, realizada em 2013.

Em setembro, ainda no tema dos grandes eventos esportivos, o Governador foi a Londres para conhecer projetos olímpicos, estabelecer cooperações culturais no âmbito das Olimpíadas e realizar encontros com representantes do setor privado. No mês seguinte, foi a Lisboa, Portugal, onde foi homenageado pela Fundação Luso-Brasileira e participou de encontro com o Primeiro-Ministro português para assinatura de um convênio de cooperação sobre os bondes de Santa Teresa com a "Carris", empresa de transporte público de passageiros da cidade de Lisboa. Em novembro, a delegação do Rio esteve novamente em missão aos EUA, participando de eventos com investidores estrangeiros e autoridades americanas para promover o Estado. Nesta ocasião, o Governador se encontrou com o então empresário e atual Presidente dos EUA, Donald Trump, e com o à época Prefeito de Nova York, Michael Bloomberg.

Em março de 2012, o Governador participou da Assembleia Geral do BID, em Montevidéu, no Uruguai, com vistas à assinatura do Acordo do Programa de Saneamentos Ambiental dos Municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM). O financiamento, no valor total de 452 milhões de dólares, foi definido com prazo de 25 anos e período de carência de 5 anos. No evento, o Governador também fez palestra sobre os grandes eventos internacionais do Rio de Janeiro e as oportunidades de investimento no Estado.

Em seguida, no final de março, o Governador foi à Itália para participação na Missa de Ramos, onde houve um encontro técnico e o anúncio em Roma da Jornada Mundial da Juventude, realizada no ano seguinte no Rio de Janeiro. Em abril, a delegação foi a Medellín, na Colômbia, onde participou de encontros com autoridades colombianas e de visitas aos projetos de desenvolvimento urbano (escada rolante pública, biblioteca e outras estruturas da cidade de Medellín).

As missões seguintes, de julho a setembro, foram para a participação de uma comitiva brasileira nos Jogos Olímpicos de Londres e, em outubro, o Governador foi novamente à Colômbia, em Cartagena das Índias, convidado para participar da XIII Cúpula do Fórum Ibero América de cooperação.

Em novembro de 2013, foi realizada missão à China que apresentou resultado expressivo, com visita à fábrica de trens e barcas adquiridos pelo governo do Estado e negociação da antecipação do prazo de entrega das primeiras unidades ao Rio de Janeiro. A delegação governamental esteve em Pequim, Changchun, e Guangzho, participando de reunião com a diretoria do China Development Bank (CDB), e obteve a antecipação em cinco meses da entrega dos primeiros oito trens. No caso das barcas, a antecipação foi ainda mais significativa, com a primeira das sete embarcações que reforçaram a travessia Rio-Niterói sendo negociada para iniciar as operações ainda no segundo semestre de 2014, quando a previsão inicial havia sido feita para março de 2015. A renovação das barcas praticamente duplicou a capacidade do modal de transporte e reduziu o tempo de travessia entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói de 18 para

12 minutos.

Por fim, em fevereiro de 2014, o Governador foi a Roma, na Itália em missão protocolar, realizada no contexto da cerimônia do Consistório, quando o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta, foi elevado à dignidade cardinalícia.

PROJETOS DE ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL

A partir de 2015, foram implementadas novas diretrizes no planejamento estratégico da assessoria, que viabilizaram projetos de estímulo à comunicação institucional com os interlocutores internacionais da SSRI. A primeira iniciativa consistiu na disponibilização de uma página na internet[4] com informações sobre a atuação internacional do Estado. Esse material passou a ser usado como base para a preparação de uma Newsletter, que também apresenta atualizações sobre os resultados da atuação da SSRI, atualmente distribuída a cada dois meses.

A comunicação institucional foi complementada por projetos de presença ativa em mídias sociais, com o lançamento de uma página no Instagram[5] e outra no Twitter[6], ambas em 2015, aproximando cada vez mais a SSRI dos seus interlocutores. Com isso, a rotina das relações internacionais no Estado passou a ser apresentada ao público de interesse e aos parceiros institucionais da SSRI de forma mais frequente e acessível. Tal engajamento complementa as notícias já veiculadas pelo departamento de comunicação do governo, que também são incluídas periodicamente no site da SSRI na internet.

Em 2017, com o final do ciclo de grandes eventos, a SSRI reuniu-se para implementar novas iniciativas de engajamento institucional. Nesse contexto, foi lançado o projeto RJINTERNACIONAL, de celebração dos 10 anos da Subsecretaria, com a realização de eventos ao longo do ano. O

4 www.rj.gov.br/web/internacional

5 www.instagram.com/rjinternacional

6 www.twitter.com/internacionalrj

objetivo central foi reunir os interlocutores específicos a cada uma das assessorias da SSRI para debater temas internacionais em paradiplomacia, engajando atores tradicionais nos projetos do Estado. Entre os eventos realizados, houve uma conferência com o corpo consular sediado no Rio de Janeiro (março/2017), uma conferência acadêmica sobre paradiplomacia (maio/2017), uma capacitação em relações internacionais para municípios (julho/2017), uma reunião do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais (Fórum RI-27) na cidade do Rio de Janeiro (dezembro/2017), além de outros eventos de confraternização interna entre os membros da SSRI e dos preparativos para o lançamento deste livro.

O desenvolvimento do trabalho de engajamento institucional criou, ao longo dos anos, uma rede de contatos que é base para ações futuras que tenham o potencial de fomentar projetos internacionais relacionados às áreas de atuação das demais assessorias da SSRI. Nesse sentido, a aproximação com o corpo consular tem sido responsável por propostas e discussões de iniciativas conjuntas, com vistas a identificar temas de interesse comum, colaborar com a execução de projetos e estreitar o relacionamento do Estado com diferentes países. Para isso, a SSRI conta também com a fundamental interlocução com membros dos demais departamentos e secretarias do governo e com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), presente no Rio de Janeiro com um Escritório de Representação (ERERIO), localizado no Centro da cidade.

AÇÕES INSTITUCIONAIS DIRECIONADAS AOS JOGOS RIO 2016

O Rio de Janeiro oficializou sua proposta para sediar aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016 no dia 07 de setembro de 2007, com o envio de cartas de intenção ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Nos anos seguintes, o Governador fez 10 missões ao exterior para fortalecer a candidatura do Rio, muitas a convite do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Em uma delas, na China e em Cingapura em junho e julho de 2009, o

Governador também buscou atrair investimentos e trocar experiências nas áreas de transporte, siderurgia, habitação, portuária, aeroportuária e de meio ambiente. Nesta ocasião, ele assinou a maior compra de trens para passageiros feita pelo Governo do Rio de Janeiro nos últimos 40 anos e ainda participou de encontros com empresários para trazer ao Rio grandes montadoras de automóveis – inclusive de carros elétricos –, siderúrgicas, estaleiros e outras empresas.

No dia 02 de outubro de 2009, a candidatura do Rio de Janeiro foi confirmada como sede das Olimpíadas ao vencer a concorrência com Madri, Tóquio e Chicago na votação entre os membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) em Copenhague, na Dinamarca. O resultado fez do Rio de Janeiro a primeira cidade da América do Sul a receber o evento.

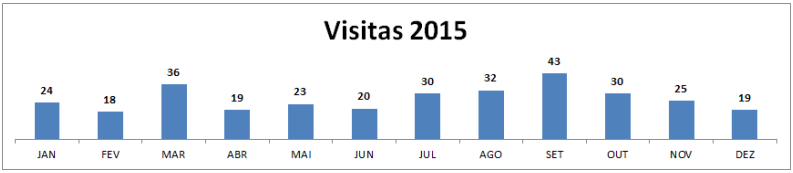
Em 2012, durante a preparação para os Jogos, o governo do Estado levou uma delegação a Londres para participar do programa de observadores das Olimpíadas, que verifica questões operacionais e de legado olímpico em antigas sedes para implementar benefícios semelhantes em eventos futuros. Além disso, o Governador participou das cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos e do encerramento dos Jogos Paralímpicos.

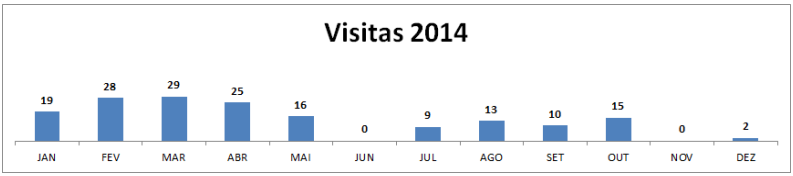
Mais recentemente, ao final de 2015 e em 2016, a SSRI atuou diretamente com representantes internacionais para informar os estrangeiros a respeito das iniciativas do Estado do Rio para o bom funcionamento das Olimpíadas no Rio de Janeiro. A iniciativa, denominada "Projeto Imagem", contou com a realização de eventos de apresentação aos correspondentes de imprensa estrangeira e ao corpo consular acreditado na cidade a respeito das condições dos órgãos estaduais para receber os visitantes na cidade durante o período olímpico. Os eventos tiveram três principais temas de interesse como foco: Saúde, Transportes e Segurança, e as apresentações foram realizadas pelas respectivas Secretarias de Estado responsáveis.

Além disso, a SSRI participou de atividades em conjunto com a Subsecretaria de Projetos Especiais da Casa Civil

(SUBAPE), órgão responsável pelo planejamento, gestão e entrega dos projetos do Estado direcionados aos Jogos Rio 2016. Entre as ações desempenhadas pela assessoria de relações institucionais, destacam-se o acompanhamento das operações das casas temáticas de hospitalidade para os Jogos e a participação no planejamento dos procedimentos de protocolo para recepção de delegações estrangeiras e autoridades internacionais, este último chefiado pelo Itamaraty em conjunto com o Comitê Rio2016. Houve também apresentações pontuais conjuntas entre a SSRI e a SUBAPE com delegações estrangeiras para informação sobre os projetos em curso, complementando e divulgando o que foi apresentado no "Projeto Imagem" para um público mais amplo, que estava no Rio de Janeiro em datas diferentes dos eventos do projeto.

O trabalho de preparação para as Olimpíadas contou também com amplo processo de visitação às instalações do Estado que seriam utilizadas durante os Jogos. A SSRI acompanhou periodicamente tais visitas, principalmente quando realizadas com delegações estrangeiras. Entre 2014 e 2016, as instalações olímpicas em preparação que estavam sob responsabilidade do governo do Estado do Rio receberam 544 visitas operacionais, compostas por representantes de comitês olímpicos estrangeiros, delegações diplomáticas, veículos de comunicação estrangeiros vinculados à transmissão dos Jogos, áreas funcionais do próprio Comitê Rio 2016, entre outros. Dessas visitas, 83,5% foram no Complexo Maracanã, 14,3% no Estádio de Remo da Lagoa e 2,2% em outros locais de interesse do governo do Estado, como a Marina da Glória, a obra da Linha 4 do Metrô, estações ferroviárias reformadas para os Jogos e o centro de operações do metrô.





Além dessas visitas precursoras, também foram realizadas três visitas durante o período dos Jogos Olímpicos, principalmente por delegações japonesas, de preparação para as próximas olimpíadas de Tóquio, em 2020. Tais visitas foram ao centro de operações do metrô, com foco em transportes, ao quartel general e centros de operações dos bombeiros, para análise da preparação dos procedimentos de resposta a emergências, e ao parque olímpico, promovida pelo Comitê Rio 2016.

CONCLUSÃO

As atividades desempenhadas no âmbito institucional pela SSRI nos últimos 10 anos comprovam que o Rio de Janeiro ampliou consideravelmente sua importância internacional. O contato institucional, seja internamente no governo ou com parceiros externos, contribuiu ao longo desse processo de internacionalização para a inserção do Estado do Rio como ator fundamental na construção da paradiplomacia subnacional.

Essa participação em relações internacionais, em conjunto à atuação já estabelecida do Ministério das Relações Exteriores na

cidade, por meio do Escritório de Representação do Itamaraty, e com a Prefeitura do Rio de Janeiro, auxilia não só no apoio consular aos estrangeiros, mas também na criação de oportunidades para novos projetos com impacto social significativo em diferentes setores. Nesse sentido, a estrutura institucional da SSRI cria condições para manter e ampliar as oportunidades de parcerias internacionais.

Ademais, apesar da deterioração econômica recente, a atuação da assessoria de relações institucionais pode contribuir com o desenvolvimento de novos projetos locais, seja com o estímulo a municípios, por exemplo, cujo engajamento com a SSRI é tema de grande potencial ainda a desenvolver nos próximos anos, ou com outras instituições de caráter governamental ou não. As iniciativas de celebração dos 10 anos da SSRI, planejadas e executadas ao longo de 2017, comprovaram que há interesse de diversos atores locais em estabelecer e manter contatos com representantes estrangeiros no Rio de Janeiro e com parceiros no exterior, promovendo cooperação internacional, captação de recursos, comércio e investimentos.

Cabe à paradiplomacia desempenhada pela SSRI, com a contribuição do desenvolvimento das suas relações institucionais, promover cada vez mais a visibilidade e o potencial internacional do Estado do Rio de Janeiro.

JOAN F. BAUDET FERREIRA FRANÇA

Especialista em Relações Internacionais e Sustentabilidade.

PARADIPLOMACIA PARA A SUSTENTABILIDADE: UM BREVE RELATO SOBRE A SSRI NAS AGENDAS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

É uma grande honra poder escrever um artigo nesta publicação, que celebra os dez primeiros anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro (SSRI), e sentir-me parte dessa história. Desde novembro de 2013, quando passei a integrar essa equipe, sou responsável por coordenar a atuação do estado nas agendas internacionais relacionadas à sustentabilidade, notadamente as do desenvolvimento sustentável e do enfrentamento das mudanças climáticas. A partir de então, coube à Assessoria Especial, onde fui lotado, coordenar esse tema transversal, o qual se soma aos outros quatro eixos estruturantes que compõem as Assessorias temáticas da Subsecretaria: Comércio e Investimentos; Cooperação Internacional; Financiamentos Externos; Relações Institucionais. Antes de adentrarmos nessa quinta área temática, portanto, faz-se necessária uma breve digressão temporal.

A participação do estado do Rio de Janeiro nas agendas globais da sustentabilidade tornou-se mais efetiva a partir do processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada na capital

fluminense entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. No bojo desse processo, a administração pública estadual associou-se a redes mundiais de governos regionais[1], o que lhe permitiu, desde então, atuar de forma mais ampla e engajada nas agendas globais do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima. Em 2012, eu trabalhava ainda na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), mas consegui, após muita insistência, ser cedido por duas semanas para apoiar a participação da SSRI na Conferência. Ao conhecer a Subsecretaria nessa ocasião, passei a nutrir a esperança de um dia poder integrar sua equipe, embora já estivesse, naquele momento, em processo de descentralização para a Subsecretaria de Economia Verde da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA).

Pouco tempo após a RIO+20, já estava lotado na SEA, trabalhando com a Subsecretária Suzana Kahn, onde meu contato com a SSRI se tornaria frequente, haja vista a necessidade de coordenar o envolvimento do Estado nas redes de governos regionais temáticas das quais éramos membros, a saber: a Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (livre tradução de *Network of Regional Governments for Sustainable Development – nrg4SD*); o Grupo do Clima (livre tradução de *The Climate Group – TCG*); e Regiões para a Ação Climática (livre tradução de *Regions for Climate Action – R20*). Entre outras funções, fui incumbido de realizar um levantamento de todos os indicadores então disponíveis que permitissem à administração pública estadual honrar suas intenções assumidas na "Declaração do Rio de Janeiro de Estados Federados e Governos Regionais comprometidos com um novo paradigma para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza". Esse documento, abrangente e audacioso, previa um cronograma de iniciativas, para que cada signatário pudesse elaborar seu próprio plano de transição a uma economia de baixo carbono. Originara-se, entre outros, dos esforços da paradiplomacia fluminense – tanto do apoio logístico da SSRI para a realização da Cúpula Mundial de Estados e Regiões, na qual a declaração foi lançada, quanto das contribuições da SEA para seu conteúdo programático.

1 Por meio da expressão "governos regionais", refiro-me a todas as jurisdições situadas entre municípios e estados nacionais, tais como estados federativos, províncias e regiões.

Em novembro de 2013, quando fui finalmente transferido para a SSRI, além de criar um planejamento estratégico para a equipe baseado na ferramenta do *Balanced Scorecard*, minha primeira tarefa foi a de tentar relançar a Declaração do Rio. Certa inércia e dispersão haviam sucedido a euforia inicial, e não havia uma clara liderança responsável por fazer progredir o cronograma de iniciativas consensualmente pactuado. Desse modo, assumimos essa função e apresentamos uma proposta de readequação de escopo para a declaração, tomando por base inicial nosso leque de indicadores de desenvolvimento sustentável. Se, por um lado, esse intento não logrou evitar o esvaziamento da Declaração do Rio, por outro, tal esforço propiciou-nos ensinamentos que iríamos aplicar em iniciativas futuras e aproximou-nos ainda mais das referidas redes.

Na esteira dos esforços envidados para tentar relançar a Declaração do Rio, propusemos a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da rede *nrg4SD* que pudesse coordenar a participação dos governos regionais no processo preparatório da Agenda pós-2015 de Desenvolvimento Sustentável, a qual sucedia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e ensejaria, subsequentemente, a criação da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A possibilidade de co-coordenar esse GT, ao lado do governo da Catalunha, trouxe-nos maior compreensão a respeito dos desafios e das potencialidades que se apresentam aos governos regionais nas agendas globais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas. Um desses desafios é o de angariar espaço para uma participação mais efetiva dos governos regionais na construção dessas agendas globais. Esse objetivo figura, inclusive, entre as razões que motivaram os governos subnacionais a se articularem em rede. Sem descurar a pertinência das ações de *advocacy* dessas redes em prol dos governos regionais, o estado do Rio de Janeiro passou a defender, entretanto, a perspectiva de que esses atores alcançariam um reconhecimento ampliado, caso conseguissem oferecer contribuições mais contundentes para as referidas agendas.

No contexto da Agenda Pós-2015 de Desenvolvimento, optamos por focalizar a criação de indicadores robustos para os ODS que evitassem as lacunas observadas durante a vigência dos ODM. Nesse sentido, tratava-se de assegurar uma integração metodológica entre as esferas governamentais municipal, estadual e federal, de modo que houvesse compatibilidade entre seus respectivos indicadores socioeconômicos e ambientais necessários ao monitoramento da implementação dos ODS. Esse esforço fazia-se ainda mais premente em face dos reiterados apelos da comunidade internacional com vistas à produção de dados desagregados, com base nos quais se pudessem criar análises de desenvolvimento sustentável mais acuradas. Por conseguinte, logramos compilar um conjunto de indicadores, mediante contribuições voluntárias dos membros do aludido GT, o qual foi formalmente apresentado pela nrg4SD, em junho de 2015, à Comissão de Estatística das Nações Unidas, mais especificamente a seu Grupo de Especialistas Inter-Agências sobre indicadores dos ODS (livre tradução de *Inter-Agency Expert Group on SDG Indicators*).

Essa proatividade verificou-se também na agenda de mudanças climáticas. Com base no entendimento de que a oferta de contribuições concretas seria a forma mais eficaz de os governos regionais afirmarem-se no regime climático global, o estado do Rio de Janeiro participou da criação do Pacto de Estados e Regiões (livre tradução de Compact of States and Regions), capitaneado pela rede *The Climate Group (TCG)*, envolvendo-se em suas atividades desde a elaboração de seu projeto-piloto. Dessa forma, em 2014, fomos um dos primeiros governos regionais a reportarem esforços de mitigação e de adaptação climática à plataforma *online* do Pacto, mantida pela organização sem fins lucrativos CDP (cuja sigla se referia anteriormente a *Carbon Disclosure Project*).

O *Compact* seria lançado em dezembro desse mesmo ano, em Lima, à margem da Vigésima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP20). Para tanto, foram necessárias intensas negociações nas quais a paradiplomacia fluminense empreendeu

notáveis esforços no sentido de tornar os compromissos do Pacto compatíveis com as metas climáticas voluntárias dos governos regionais dos países em desenvolvimento. Sob a influência de governos regionais desenvolvidos, os quais já haviam adotado metas de mitigação climática condizentes com os compromissos assumidos por seus respectivos governos nacionais no Anexo B do Protocolo de Quioto, as primeiras propostas ao redor do Pacto de Estados e Regiões previam, inicialmente, a adoção de uma meta absoluta de redução de gases de efeito estufa (GEEs) como requisito indispensável para que um governo regional pudesse aderir à iniciativa. Embora, à primeira vista, parecesse tratar-se de requerimento legítimo para a finalidade do Pacto, na prática, a manutenção dessa exigência excluiria a possibilidade de participação de grande parte dos governos regionais dos países em desenvolvimento, cujas metas são frequentemente baseadas em reduções relativas de emissões.

Esse foi desde sempre o caso do Rio de Janeiro, cuja meta de redução de gases de efeito estufa (estabelecida por meio do Decreto Estadual 43.216 de 30 de setembro de 2011) implica alcançar, em 2030, uma produção econômica com intensidade de carbono inferior àquela verificada em 2005. Portanto, nosso argumento para reverter essa proposta inicial foi que o critério da meta absoluta restringiria a adesão ao Pacto praticamente àqueles governos regionais cujas emissões já se encontravam enquadradas nos compromissos nacionais consagrados em Quioto e, simultaneamente, excluiria os governos regionais dos países em desenvolvimento que por ventura houvessem adotado metas voluntárias de redução de GEEs não baseadas em metas absolutas. Como é possível depreender desse cenário, ficaria excluída grande parte das regiões em desenvolvimento, cujas metas voluntárias representavam, paradoxalmente, parcela significativa das contribuições adicionais de mitigação que os governos regionais poderiam oferecer ao regime global de mudanças climáticas, para além daquelas já pactuadas àquela época pelos governos nacionais. Logo, em nosso entendimento, a imposição do critério da meta absoluta redundaria em resultado oposto ao que se esperava obter por meio do Pacto.

Em consonância com essa argumentação, o Pacto de Estados e Regiões foi lançado na COP20 com os seguintes compromissos para seus signatários: a) adotar uma meta de redução de gases de efeito estufa e b) reportar anualmente um conjunto de dados que permita avaliar os progressos obtidos para o alcance dessa meta. Quando da publicação deste artigo, 62 governos regionais haviam firmado esse instrumento, os quais representam uma população total de 443 milhões de pessoas e 17% da economia global. Em 2016, as emissões anuais de GEEs desse grupo de governos regionais perfizeram 3,1 GtCO2e – montante superior ao das emissões do Canadá e da Índia combinadas (TCG, 2017).

O envolvimento do estado do Rio de Janeiro na construção de iniciativas coordenadas por redes de governos subnacionais como as anteriormente descritas serviu de substrato para posicionar-nos entre as principais lideranças dos governos regionais do Sul global nas agendas internacionais do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima. A eleição do estado do Rio de Janeiro para os Comitês Executivos das redes *TCG*, entre 2014 e 2016, e *nrg4SD*, entre 2015 e 2017, são fatos que confirmam esse processo. Ao assumir essa posição de liderança, a administração pública estadual correspondia, a um só tempo, a expectativas oriundas da sociedade civil fluminense, bem como àquelas da comunidade internacional.

Quanto a essas últimas, cabe mencionar aqui aspecto interessante associado à imagem internacional do Rio de Janeiro, que pudemos constatar ao longo desses anos de trabalho na SSRI. Trata-se de uma expectativa da comunidade internacional de que o estado (e a cidade) do Rio de Janeiro desempenhe(m) papel de vanguarda nas agendas internacionais relacionadas à sustentabilidade. Sem minorar a importância do acúmulo de nossas políticas públicas e de nosso arcabouço normativo, entre os quais há certamente exemplos que corroboram tais expectativas, nosso contato com parceiros estrangeiros ao longo desses últimos anos levou-nos a intuir uma explicação plausível para esse fenômeno. Sabe-se que o Rio de Janeiro sediou as Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (Rio 92) e sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Por conseguinte, empresta seu nome a um conjunto de convenções basilares consagrado como *Rio Conventions*, sobre as quais se estruturam os regimes internacionais da mudança do clima (Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC), da biodiversidade (Convenção sobre Diversidade Biológica – CBD) e do combate à desertificação (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação – UNCCD). Como resultado, findamos, por meio de processos mnemônicos, permanentemente associados às agendas da sustentabilidade.

Com base no conceito de *branding*, acreditamos que essa associação nos permitiria, inclusive, explorar possíveis ganhos em outras agendas correlatas, a exemplo da atração de investimentos de atividades sustentáveis ou, ainda, de centros de pesquisa de tecnologias "limpas". Corroborando esse potencial, constituiu-se nos últimos anos, na capital fluminense, um ecossistema de instituições vinculadas à sustentabilidade, entre as quais podemos citar, a título de ilustração: a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio); o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro RIO+) e a Rede de Desenvolvimento de Capacidades em Gestão Hídrica Sustentável (Cap-Net), que funcionam sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da ONU-Habitat (UN-Habitat/ROLAC); a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e a seção brasileira da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (livre tradução de *SDSN Brazil*). Consciente dos benefícios para a sociedade fluminense advindos da proximidade com esses centros de excelência, a SSRI não vem poupando esforços para manter essas instituições no Rio, a despeito de todos os desafios que se impõem em decorrência da grave crise econômica que nos acomete ultimamente.

De toda forma, independentemente da explicação que se queira atribuir a esse fenômeno, fato é que sempre deparamos com um nível elevado de expectativas da comunidade

internacional quanto à nossa inserção nas agendas globais da sustentabilidade. Cientes disso, a SSRI viu-se diante da incumbência de tentar catalisar esse amálgama de expectativas em ações concretas que pudessem beneficiar a sociedade fluminense e, por que não, até mesmo a própria comunidade internacional. Nesse sentido, o contexto de mobilização global propiciado pelo processo preparatório da COP21 apresentava-se como oportunidade singular para encarar essa empreitada. Ao mesmo tempo, cumpre recordar que nosso estado vivia, em 2015, a mais grave crise hídrica de sua história, após ter sofrido chuvas torrenciais, em 2011, que haviam causado a tragédia da região Serrana – o pior desastre natural já registrado no país. Em face desse conjunto de variáveis, veio-me a ideia de propor a nossos interlocutores internacionais a criação de uma parceria entre governos subnacionais em prol da adaptação às mudanças climáticas.

Lembro-me perfeitamente de que os primeiros germes dessa ideia surgiram em uma conversa com o então Subsecretário Pedro Spadale, quando estávamos em um táxi no Aterro do Flamengo, deslocando-nos entre reuniões no Palácio Guanabara e no Centro. Com a aproximação da COP21, estávamos conscientes de que não poderíamos desperdiçar aquele momento de grande visibilidade sobre a agenda climática, caso quiséssemos levar adiante a proposta de criar uma iniciativa que pudesse atender às nossas necessidades e, simultaneamente, preencher as aludidas expectativas.

Apesar da recorrência de eventos extremos como aqueles mencionados anteriormente, cuja maior incidência em anos recentes sugere haver correlação com as mudanças climáticas, não havia até então nenhuma iniciativa global em adaptação conduzida por governos regionais. De fato, todos os principais mecanismos construídos pelos esforços da paradiplomacia climática desses atores concentravam-se, até aquele momento, na vertente da mitigação, sintoma de um desequilíbrio que vigia de forma generalizada no regime global de mudanças climáticas. No caso específico dos governos regionais, essa lacuna fazia-se ainda mais grave, haja vista o papel de relevo que as administrações

públicas dessa esfera de jurisdição costumam deter no tocante a áreas vitais para a adaptação climática, tais como a gestão de recursos hídricos e de nexos rurais-urbanos, a manutenção de serviços ecossistêmicos ou, ainda, a provisão de infraestruturas metropolitanas e a garantia da segurança alimentar.

Ademais, somando-se a essa lacuna, percebíamos que a importância dos governos regionais no tema da adaptação era, paradoxalmente, subavaliada. De um lado, os governos nacionais são as partes da UNFCCC e, portanto, os principais definidores do regime global do clima. De outro, em função da prevalência da população urbana no mundo, não mais se questiona a relevância das cidades como lócus ímpar para a convergência de desafios e de soluções atinentes às mudanças climáticas. A par desse diapasão, os governos regionais redundam, por sua vez, frequentemente encapsulados na expressão "autoridades locais" – nome de um dos *Major Groups do UN Environment* por exemplo –, cuja acepção tende a ser mais comumente associada às municipalidades por razões terminológicas óbvias, ou findam, ainda, simplesmente esquecidos. Com efeito, avivou-se a ideia de criar uma iniciativa global especificamente dedicada a apoiar e a valorizar as ações dos governos regionais em seus processos adaptativos.

O cerne de nossa ideia inicial era criar um foro de cooperação internacional por meio do qual os governos regionais pudessem apoiar-se mutuamente, com o fito de desenvolver ou aprimorar seus planos de adaptação. Sob o ponto de vista da administração pública fluminense, esse objetivo coadunava-se com nossos interesses internos, notadamente o de tornar a necessidade de elaboração de um plano estadual de adaptação uma política pública prioritária, bem como o de ter um acesso facilitado às melhores práticas internacionais sobre o tema. Desse modo, nossas primeiras propostas já previam a criação de um mecanismo que permitisse conciliar demandas e ofertas de cooperação técnica internacional, por meio do qual cada governo regional pudesse, ao cabo dessa interação, encontrar-se em condições mais adequadas para desenvolver ou rever seu próprio plano de adaptação. A posse desse plano representaria, ainda, em nosso entendimento, valioso instrumento para

captação de recursos financeiros internacionais, os quais se fazem frequentemente necessários para viabilizar a execução de medidas de adaptação em regiões em desenvolvimento. Com essa perspectiva em foco, contatamos as redes *nrg4SD* e *TCG*, portanto, para apresentar-lhes uma proposta de iniciativa em adaptação e perquirir a possibilidade de contar com seu apoio.

Em meio às várias primeiras impressões positivas que recebemos em retorno, cabe destacar o apoio de primeira hora oferecido pelo governo da Catalunha. Ao apresentarmos nossa proposta de uma parceria subnacional em prol da adaptação na Assembleia Geral da *nrg4SD*, realizada em setembro de 2015, o governo catalão identificou-se plenamente com essa proposição e esposou de imediato nosso pleito. Esse apoio revelar-se-ia decisivo, uma vez que a Catalunha ocupava, àquela época, a co-presidência pelo hemisfério norte da referida rede. Com base nessa convergência de interesses, passamos a defender, conjuntamente, a necessidade de criar-se uma iniciativa global de adaptação climática em benefício dos governos regionais já na COP21.

Em face desse pleito, a equipe da *nrg4SD* não tardou a mostrar-se solidária para com nossa demanda e propôs-se a desempenhar a função de secretariado da iniciativa, caso fôssemos bem-sucedidos em nosso intento de criá-la. Paralelamente, no plano interno, nossa proposta também fora imediatamente bem acolhida pelo então Secretário do Ambiente, Sr. André Corrêa, que se dispusera, inclusive, a financiar por meios próprios sua ida à Conferência para lançar a iniciativa em nome do estado. Motivados por essas crescentes manifestações de apoio, não hesitamos em divulgar amplamente a iniciativa que propúnhamos por meio da rede de contatos da Catalunha, da nrg4SD e da SSRI. No exíguo tempo entre a Assembleia Geral da rede e a COP21, isto é, entre setembro e novembro de 2015, foram intensos os contatos com outros governos regionais potencialmente interessados. Apesar das dificuldades inerentes à tentativa de obter-se o endosso de outros governos regionais a uma proposta inovadora como a nossa em um espaço de tempo tão reduzido, quando chegamos à COP21, já contávamos com o apoio de mais de 20 governos.

No dia 3 de dezembro de 2015, na *Maison de l´Europe*, em Paris, o estado do Rio de Janeiro, a região autônoma da Catalunha e mais outros 25 governos regionais de todos os continentes fundavam o *RegionsAdapt*. Nascia, assim, a primeira iniciativa global para que governos regionais adotem ações concretas, cooperem e reportem seus esforços em adaptação climática (*nrg4SD*, 2017). No dia seguinte ao seu lançamento, a iniciativa já chamava a atenção da comunidade internacional. Em reunião com líderes de governos regionais à margem da COP21, o então Secretário-geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, congratulava-os por seus esforços climáticos, citando como exemplo o recém-criado *RegionsAdapt*.

Além do Rio de Janeiro e da Catalunha, os outros 25 membros fundadores da iniciativa são os seguintes: Austrália do Sul (Austrália), Azuay (Equador), Califórnia (EUA), Ceará (Brasil), Columbia Britânica (Canadá), Comoé do Sul (Costa do Marfim), Fatick (Senegal), Goiás (Brasil), Gossas (Senegal), Ilha do Príncipe Eduardo (Canadá), Jalisco (México), KwaZulu-Natal (África do Sul), Lombardia (Itália), País Basco (Espanha), País de Gales (Reino Unido), Paraná (Brasil), Província Ocidental (Sri Lanka), Quebec (Canadá), Rio Grande do Sul (Brasil), São Luís (Senegal), São Paulo (Brasil), Território da Capital Australiana (Austrália), Tocantins (Brasil), Tombouctou (Mali) e Vermont (EUA).

Ao firmarem uma declaração de intenções, esses governos comprometeram-se, essencialmente, com três compromissos, a saber: 1) adotar (ou rever) uma abordagem estratégica em adaptação e priorizar ações adaptativas em um prazo de dois anos desde a adesão; 2) executar ação concreta em adaptação em ao menos uma das sete áreas-chave identificadas pelos membros-fundadores; e 3) reportar anualmente dados acerca do progresso de ações adaptativas, por meio da plataforma de estados e de regiões do CDP (ex-Carbon Disclosure Project). As sete áreas-chave a que se refere o segundo compromisso são: a) Gestão de recursos hídricos; b) Resiliência e redução de risco de desastres; c) Agricultura e zootecnia; d) Silvicultura, áreas protegidas e biodiversidade; e) Infraestrutura e planejamento territorial; f)

Impactos econômicos e oportunidades; e g) Impactos sociais e adaptação.

Em contrapartida a esses compromissos, os membros do *RegionsAdapt* podem receber suporte técnico para adotar suas estratégias de adaptação, como indicações de melhores práticas, trocas de experiências e apoio para acelerar as ações na área. Uma das formas para beneficiar-se desse suporte é por meio da participação em Grupos de Trabalho organizados para cada uma das sete áreas-chave mencionadas anteriormente. Esses GTs são coordenados por um ou dois governos estaduais – Rio Grande do Sul e Tocantins coordenam o GT de Gestão de recursos hídricos, por exemplo – e contam com a participação de parceiros técnicos (agências especializadas nacionais e multilaterais, fundações, ONGs e academia, entre outros), objetivando trocar experiências e aprendizagem relacionadas a casos de sucesso e casos de fracasso, desenvolver e adotar conjuntamente parâmetros de boas práticas, e implementar projetos-pilotos conjuntos.

A iniciativa não requer quaisquer contribuições pecuniárias de seus membros e permanece aberta à participação de todos os governos ao redor do mundo situados entre os níveis local e nacional, independentemente de seu tamanho ou estágio de desenvolvimento de suas políticas climáticas. Em abril de 2016, ainda em seus primeiros meses de existência, quando sediamos a Assembleia Geral da rede ORU-Fogar no Rio de Janeiro, 19 novos governos regionais da África e da América do Sul juntaram-se ao *RegionsAdapt*.

A partir de 2016, no entanto, em decorrência do agravamento da crise orçamentária que se abateu sobre a administração pública fluminense, a SSRI viu-se impedida de honrar suas contribuições financeiras às redes internacionais de que o estado do Rio de Janeiro é parte, ainda que esses montantes anuais sejam relativamente de baixo valor. Para evitar que fôssemos rebaixados ao status de observadores e para suprir uma necessidade da própria nrg4SD, recorremos a um dispositivo previsto no estatuto da rede, segundo o qual seus membros podem, excepcionalmente, em situações de grave crise financeira, permanecer adimplentes por meio de contribuições

outras que pecuniárias. Desse modo, desde março de 2016, passei a acumular com minhas funções na SSRI a de gerenciar a iniciativa RegionsAdapt. Trata-se de considerável desafio que requer enorme engajamento profissional, mas experiência muito recompensadora ao mesmo tempo, sobretudo tendo em vista o que já conseguimos concretizar nesses menos de dois anos de existência da iniciativa.

Em outubro de 2017, a iniciativa contava com 6 parceiros técnicos e 69 membros (dos quais 64 são governos regionais e 5 são associações nacionais desses entes)[2], cuja soma de seus habitantes perfazia uma população total superior a 295 milhões de pessoas. Até o momento, realizaram-se 25 reuniões online de Grupos de Trabalho e 6 webinars sobre temas transversais. O *RegionsAdapt* já foi convidado para integrar uma série de parcerias – tais como *UNFCCC Global Climate Action*, *UN Sustainable Development Knowledge Platform*, *UNEP DTU Partnership Database* e a plataforma *AdaptaClima* do Ministério do Meio Ambiente – e é objeto de um número crescente de pesquisas acadêmicas.

Por fim, ao celebrarmos os dez primeiros anos de existência da Subsecretaria de Relações Internacionais, gostaria de concluir esse breve relato com algumas poucas palavras de cunho mais pessoal. Seja pela possibilidade de trabalhar em um órgão público plenamente comprometido com o bem-estar da sociedade, seja pela qualidade das relações humanas entre colegas de equipe, considero um privilégio a experiência profissional que pude vivenciar na SSRI. Aproveito, inclusive, para agradecer ao Pedro Spadale, que foi nosso chefe na maior parte desses anos. A amizade e a reiterada confiança que depositou em meu trabalho foram essenciais para que eu pudesse trazer à Subsecretaria algumas inovações em termos de planejamento estratégico e, sobretudo, criar uma linha de ação na paradiplomacia fluminense especificamente dedicada às agendas da sustentabilidade. Como espero ter evidenciado nas linhas anteriores, o envolvimento do estado do Rio de Janeiro nas agendas internacionais do

2 A lista completa dos membros do RegionsAdapt encontra-se disponível em: <http://www.nrg4sd.org/climate-change/regionsadapt/>.

desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas revela o enorme potencial existente para os governos subnacionais brasileiros se apropriarem dessas agendas, com o objetivo de prover mais qualidade de vida para seus cidadãos. Longa vida à SSRI!

Referências:

NETWORK OF REGIONAL GOVERNMENTS FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. *RegionsAdapt*. Disponível em: <http://www.nrg4sd.org/climate-change/regionsadapt/>. Acessado em 19/10/2017.

THE CLIMATE GROUP. *Compact of States and Regions*. Disponível em: <https://www.theclimategroup.org/project/compact-states-and-regions>. Acessado em 17/10/2017.

AUTORES

Bruno de Queiroz Costa: Subsecretário Interino de Relações Internacionais desde outubro de 2017. Foi Assessor-Chefe de Financiamentos Externos entre 2014 e 2017 e Assessor de Cooperação Internacional entre 2010 e 2014. Mestre em Direito Internacional pela *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*. Bacharel em Direito e Advogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalhou na Missão do Brasil junto à OMC em Genebra e estagiou na Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e na Comissão da ONU para o Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL), em Viena. Na SSRI há mais de 8 anos.

Bruna Luísa Cerqueira Piá de Andrade: Gerente de Relações Institucionais do ICLEI América do Sul. Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-SP e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP.

Diogo Bezerra Cavalcanti Aita: Assessor-Chefe de Relações Institucionais. Mestre em Negócios Internacionais pela *ESC Rennes School of Business* (França), com MBA em Gerenciamento de Projetos e Graduação em Economia pela FGV-Rio. Trabalhou com análise financeira por mais de 6 anos em empresas multinacionais como Shell e L'Oréal. Anteriormente, foi assessor de projetos e relações institucionais da Subsecretaria de Projetos Especiais (SUBAPE), atuando nos projetos para os Jogos Rio 2016. Na SSRI desde 2016.

Ernesto Otto Rubarth: Diplomata de carreira, o Embaixador é atualmente Cônsul Geral do Brasil em Hamamatsu, Japão. Entre 2013 e 2017, foi Cônsul Geral do Brasil em Vancouver, no Canadá. É Bacharel em Direito e Filosofia pela Universidade Federal de Rio Grande (RS) e Mestre em Sociologia Política pela PUC-Rio. Entre 1995 e 1999, chefiou a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde. Entre 2007 e 2009 foi Subsecretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro. É autor de *A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*.

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves: Doutoranda em Ciência Política pelo IESP/UERJ, Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE), pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), editora do Conjuntura Latitude Sul. Professora e coordenadora adjunta do curso de Relações do Unilasalle-RJ.

Fernando Santomauro: Doutor em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP), com pós-doutorado em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Presidente do Fórum Nacional dos Gestores e Dirigentes Municipais de Relações Internacionais (FONARI) em 2016. Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Guarulhos (2009-2013, 2014-2016) e assessor de Relações Internacionais das Prefeituras de São Paulo (2002-2005) e Belo Horizonte (2007).

Joan Frederick Baudet Ferreira França: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Especialista em Relações Internacionais e Sustentabilidade. Mestre em Administração Pública (SIPA/*Columbia University*). MBA em Gestão Pública (FGV) e Bacharel em Relações Internacionais (PUC-Rio) e em Psicologia (UFRJ), com intercâmbio acadêmico na *Sciences-Po* (Paris). Gestor público concursado, no Estado desde 2011, atuou na Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e na do Ambiente (SEA). Idealizador e gerente da iniciativa *RegionsAdapt* (2016-2017). Na SSRI desde novembro de 2013.

José Carlos de Araújo Leitão: Diplomata de carreira, atualmente é Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ. Entre 1999 e 2003, foi Conselheiro na Embaixada do Brasil no Vaticano. De março de 2006 a julho de 2009, foi Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa. Entre 2009 e 2011, foi Subsecretário de Relações Internacionais do Governo

do Estado do Rio de Janeiro. Entre 2012 e 2016, foi Embaixador na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Maira Carolina Candida Segura: Assessora-Chefe de Comércio e Investimentos. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bologna (Itália e Argentina) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Trabalhou na Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria e na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. Foi estagiária da Câmara dos Deputados no Parlamento Italiano e no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB/ Ministério da Defesa). Foi Membro do Conselho Executivo e Coordenadora de GT do Grupo de Análise e Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon/IUPERJ). Coautora do livro "Mudanças Climáticas e Segurança Internacional: Desafio à Prevenção de Conflitos". Na SSRI desde 2015.

Marco Aurélio Morais Casimiro: Assessor-Chefe de Cooperação Internacional na SSRI. Master in Business Economics (MBE) em Analista Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Relações Internacionais pela UNI Bennett. Trabalhou na Agência das Nações Unidas (UN-Habitat) e na Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Na SSRI há mais de 8 anos.

Mónica Salomón: Doutora em Ciências Políticas pela Universitat Autònoma de Barcelona (1998). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordenou o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (2011-2015) e foi chefe do Departamento de Economia e Relações Internacionais (2015-2017). Foi professora de Relações Internacionais na *Universitat Autònoma* de Barcelona e do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (2006-2009). É autora de diversos trabalhos acadêmicos, com ênfase na atuação internacional de diferentes atores / níveis de análise: supranacional (política externa da União Europeia); subnacional (relações internacionais dos governos locais) e nacional (aspectos das políticas externas da Espanha e do Brasil). Em 2016, publicou *Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução pela editora Intersaberes* (Curitiba).

Patrícia Cabral de Oliveira: Assessora de Comércio e Investimentos. Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Bacharel em Relações Internacionais pela Unilasalle-RJ. Foi estagiária e assistente na SSRI. Trabalhou como coordenadora de idiomas e professora de inglês no curso IEBEU. Na SSRI há mais de 4 anos.

Pedro Jorge Spadale: Gerente da Firjan Internacional. Pós-graduado em relações internacionais pela UERJ e Graduado em Relações Internacionais pela UNI Bennet. Possui uma vasta trajetória na área internacional do Estado do Rio de Janeiro. Nos últimos 15 anos, foi Subsecretário de Relações Internacionais (2010-2017); Coordenador de Relações Internacionais do CIN/Firjan (2010); Assessor Especial da Subsecretaria de Relações Internacionais (2009); Assessor Chefe de Comércio e Investimentos da Subsecretaria de Relações Internacionais (2008-2009); Assessor da Subsecretaria de Relações Internacionais (2007-2008); Assessor da Coordenadoria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Coordenação Institucional (2005-2006).

Rodrigo de Oliveira Perpétuo: Secretário-Executivo do ICLEI América do Sul. Mestre em Relações Internacionais pela PUC-MG. Especialista em Administração pela Fundação Dom Cabral. Economista pela UFMG. É Professor de Política Internacional Contemporânea nas Faculdades IBMEC. Foi Chefe da Assessoria de Relações Internacionais do Governo do Estado de Minas Gerais (2015/2016) e Secretário Municipal Adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte (2005-2015), tendo presidido o Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Relações Internacionais – FONARI - entre 2011 e 2013. E-mail: rodrigo.perpetuo@iclei.org / perpetuo.rodrigo@gmail.com

Equipe da Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) em dezembro de 2017

Subsecretário Interino de Relações Internacionais
Bruno de Queiroz Costa

Assessoria de Comércio e Investimentos
Maira Segura - Assessora-chefe de Comércio e Investimentos
Patrícia C. de Oliveira - Assessora de Comércio e Investimentos

Assessoria de Cooperação Internacional
Marco Aurélio Morais Casimiro - Assessor-chefe de Cooperação Internacional

Assessoria de Financiamentos Externos

Carolina Zidan - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)

Assessoria de Relações Institucionais
Diogo Bezerra Cavalcanti Aita - Assessor-chefe de Relações Institucionais

Assessoria Especial
Joan F. Baudet Ferreira França - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)

Tiago Nery - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)
Mohana Reis - Analista Executiva
Luana Delduque de Abreu - Assistente de Relações Internacionais

Administrativo
Elayne Côrtes - Secretária Executiva
Maria do Carmo Ferreira - Assistente Administrativo
Ubirajara de Melo Dutra - Auxiliar Administrativo

Agradecimento

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para consolidar a Subsecretaria de Relações Internacionais nos últimos 10 anos.

Adriana Raupp
Ana Paula Podcameni
Bárbara Vieira
Caio Torres
Carol Bastos
Carolina Kuenerz
Christiane Sauerbronn
Daniele Nepomuceno
Isabela Bablumian
Giselle Corbellini
Gustavo Cezário
Joana Barcelos
Juliana Beltrão
Lorena Freire
Luciana Benamor
Luiz Carlos Carvalho
Marcela Mota
Marcela Quintela
Marcelo Henrique
Mariana Wakim
Natalye Gembatiuk
Renata Trovão
Roberto Timm
Thayne Garcia
Úrsula Vilaça
Vanda Tavares
Viviane Leffingwell
Zauri Thomás
e todos os queridos estagiários e estagiárias.

O presente livro apresenta as principais atividades da Subsecretaria de Relações Internacionais do Estado do Rio de Janeiro no período entre 2007 e 2017. Apesar de o Estado contar com uma área internacional desde 1983, somente com a criação da Subsecretaria, em 2007, o Rio de Janeiro melhor estruturou essa área e conseguiu estabelecer uma série de parcerias técnicas, financeiras e econômico-comerciais com atores de todo o mundo, bem como ganhou uma visibilidade global sem precedentes, sobretudo a partir da realização dos maiores eventos mundiais em seu território.

A existência de uma estrutura dedicada às relações internacionais no Estado do Rio de Janeiro ampliou a capacidade de desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas, tais como segurança, educação, esportes, saúde, desenvolvimento econômico, transportes, dentre outras. Partindo da perspectiva das relações federativas ou paradiplomáticas, esta obra coletiva pretende colaborar com o debate teórico sobre a atuação internacional dos entes subnacionais no Brasil e no exterior. Ademais, o livro resgata a memória institucional e apresenta os principais resultados alcançados com a contribuição do trabalho da Subsecretaria de Relações Internacionais na última década.

Bruno de Queiroz Costa
Subsecretário Interino de Relações Internacionais

NOVA Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO Rio de Janeiro